



ISSN-0011-7641

A DEFESA NACIONAL

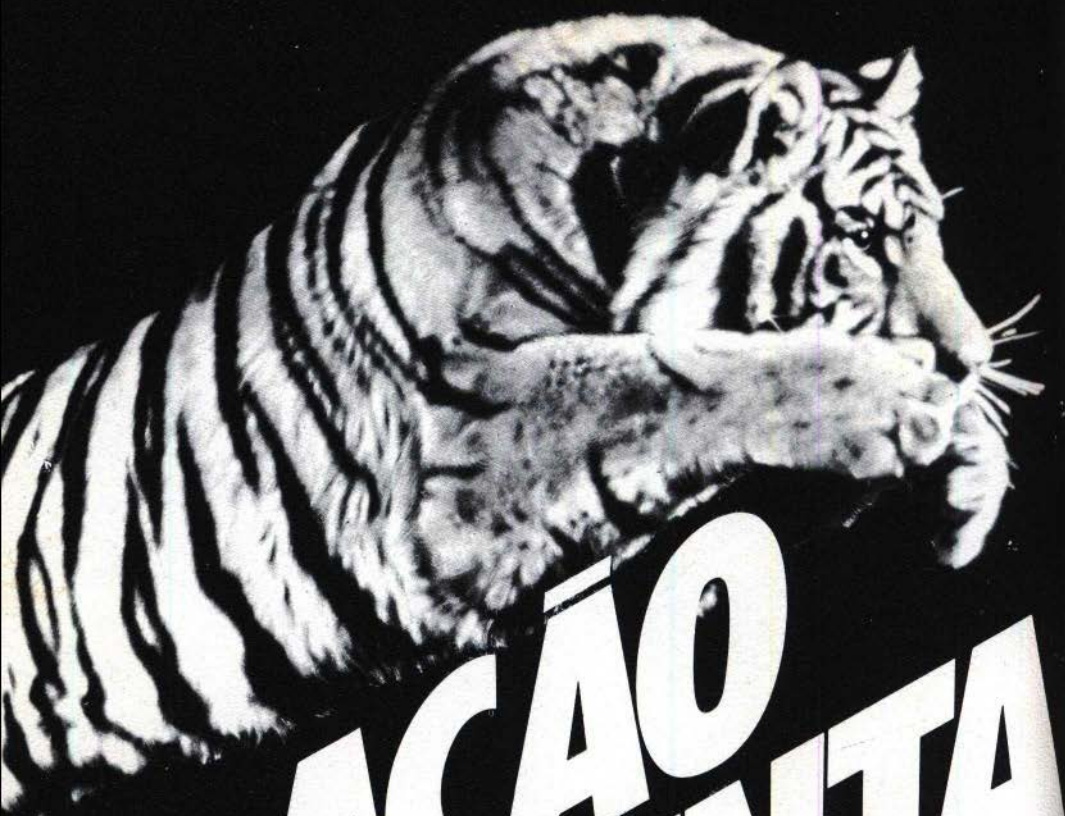
REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ESTRATÉGIA NUCLEAR
E ESTRATÉGIA ESPACIAL

de Meira Mattos



Nº 721
(SET/OUT - 85)



AÇÃO CONJUNTA

A Esso age em duas frentes de trabalho. De um lado, está a Esso que você vê diariamente em seus mais de três mil postos de serviços distribuídos pelo Brasil. É ali que você tem a Esso atuando com seus serviços eficientes e seus produtos da mais avançada tecnologia. De outro lado, existe a Esso que você não vê e que, no entanto, é de extrema relevância para muitos brasileiros. Nesta área, a Esso vem agindo, ao longo dos últimos trinta anos, estimulando nosso jornalismo através do Prêmio Esso de Jornalismo, e ainda vem colaborando com dezenas e dezenas de artesãos, através de um amplo programa de incentivo ao artesanato brasileiro. Este lado que você não vê, está atuante junto a toda a comunidade empresarial que participa dos seminários de recursos humanos desenvolvidos pela Esso e está, também, ao lado dos muitos estudantes que estão envolvidos nos programas Esso de estágio e aproveitamento de profissionais recém-formados. É esta ação conjunta que faz da Esso uma empresa participante. É esta ação conjunta que faz da Esso uma empresa voltada para o incentivo das atividades de toda a comunidade.



Esso Brasileira
**FORÇA
MÁXIMA**



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudos de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

A ESTRATÉGIA NUCLEAR E A ESTRATÉGIA ESPACIAL — <i>General Carlos de Meira Mattos</i>	5
A ESTRATÉGIA DOS EUA NA ÁREA DO CARIBE — <i>General Bda Clarke M. Brintnall (Exército dos EUA)</i>	24
O BRASIL MUDOU — <i>Professor Pedro Antonio B. Cantisano</i>	39
BACIA DO PRATA: POLO GEOPOLÍTICO DO ATLÂNTICO SUL — <i>Professora Therezinha de Castro</i>	42
DECISÕES ESTRATÉGICAS DA 2ª GUERRA MUNDIAL — <i>Capitão-de-Mar-e-Guerra Ayrton Ronaldo Longo</i>	128
DIA "D": INVASÃO DA NORMANDIA — <i>Cel Art QEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	147

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

A AVIAÇÃO LEVE DO EXÉRCITO — UMA NECESSIDADE INADIÁVEL — <i>Ten Cel Inf QEMA Mileno Feitosa de Araújo</i>	14
APOIO LOGÍSTICO INTEGRADO: PARÂMETROS "COMAND" — <i>Maj QEM Vicente Luz</i>	86
CAMARADAGEM — <i>Peter Kurt Wurzbach</i>	138

ESTUDOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

ASPECTOS FILOSÓFICOS E EDUCACIONAIS NA OBRA DE RONDON 1ª PARTE — <i>Cel Inf ME João Marinho Aveiro Carneiro</i>	54
MARECHAL RENATO PAQUET — <i>Ten Cel Cav QEMA Sergio Augusto da Silva Zilio</i>	101
COMO DEVE SER UMA ESCOLA — <i>Cel QEM Roberto Miscov Filho</i>	115

INFORMAÇÕES	165
LIVROS	167
REGISTROS	172

A DEFESA NACIONAL — Nº 721

Rio de Janeiro — Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA NEIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parça Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéo Cavalcante, Euclydes Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N. 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ANUNCIAM NESTA EDIÇÃO

Esso	2ª Capa	Haegler	4
Grupo Tristão	3ª Capa	Fiatallis	136/137
Grupo João Santos	4ª Capa	Política e Estratégia	173
		Bibliex	174/175



NOSSA CAPA:

Antenas parabólicas da Estação de Guaratiba, RJ, da Embratel. As novas instalações permitem o rastreamento do satélite brasileiro de comunicações, "Brasilsat".



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu
Diretor-Secretário:	Ten Cel José Eugênio de Carvalho
Diretor-Administrativo:	Cel Sady Nunes
Diretor Tesoureiro:	1º Ten Zilton de Oliveira Victório
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel José Fernando Maya Pedrosa Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel Ayrton L. Bragança Tourinho de Bittencourt Cel Lino Palha de Castro Ten Cel Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu
Redator-Executivo:	Cel Sady Nunes
Coordenação Editorial:	José Livio Dantas
Conselho Editorial:	Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis Cel R/1 Virgílio da Veiga Cel Claudio Moreira Bento CMG José Correia de Sá e Benevides Professor Jorge Boaventura Florianio Serpa
Publicidade:	
Expedição:	Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) Cr\$ 21.000,00 p/1985

Exterior: US\$ 50.

Número avulso - Cr\$ 5.000,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel.: 253-4628

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

FALE COM QUEM TEM MAIS DE 40 ANOS DE TRADIÇÃO EM REPRESENTAÇÃO DE EQUIPAMENTO MILITAR

<p>contraves</p> <p>DIRETORES DE TIRO</p> 	<p>MBB</p> <p>"AMBRUST" ARMA ANTI-TANQUE</p> 	<p> euromissile</p>  <p>MISSEIS "ROLAND" E "MILAN"</p>
<p>SELENIA</p>  <p>RADARES, MISSEIS, LASER, GUERRA ELETRÔNICA</p>	<p>GRETAG</p>  <p>CRIPTOGRAFOS</p>	<p>BORLETTI</p>  <p>ESPOLETAS</p>
<p>MIAR</p>  <p>MINAS SUBMARINAS</p>	<p> HARRIS</p>  <p>EQUIPTO. COMUNICAÇÃO</p>	<p> MISSIL "EXOCET"</p> 
<p>FIAR</p>  <p>RADARES</p>	<p>SCHERMULY</p>  <p>PIROTÉCNICOS</p>	<p>bowas</p>  <p>PRODUTOS EXPLOSIVOS, CONSULTORIA</p>

REPRESENTANTE
EXCLUSIVO

Haegler
sa

AV. ERASMO BRAGA, 227 - 9º - RIO DE JANEIRO - Tel. 252-4020 - TELEX: (021)21818



A ESTRATÉGIA NUCLEAR E A ESTRATÉGIA ESPACIAL

Carlos de Meira Mattos

A humanidade vive, hoje, intensa e dramaticamente, a expectativa da guerra nuclear e da guerra espacial (ou guerra nos espaços, ou guerra nas estrelas). O aparecimento da bomba atômica como engenho bélico revolucionou completamente o cenário da guerra.

As duas primeiras bombas atômicas lançadas pelos norte-americanos sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, no final da 2ª Guerra Mundial, deram aos estrategistas a visão clara de que, dali para diante, a guerra adquiriria uma extensão e um grau de violência nunca antes imaginado. Surgia uma nova arma de poder mortífero e destruidor jamais concebido pelo homem e contra a qual não se vislumbrava nenhum recurso de defesa. A ameaça de guerra atômica, como que

paralisou, por algum tempo, a mente dos estrategistas militares.

A fabricação da bomba atômica, baseada nos avanços no campo da fissão nuclear, exigindo alta tecnologia, foi inicialmente monopólio dos Estados Unidos (de 1945 a 1949). Em 1949 a União Soviética explode sua primeira bomba de fissão passando a participar e a concorrer com os Estados Unidos desse monopólio. Aí começa a corrida nuclear entre as duas superpotências. Aumenta cada dia a capacidade de fabricação e poder explosivo dos engenhos. Os estrategistas tratam do assunto sob o título de escalada nuclear. Outros países com menor capacidade entram na escalada — Inglaterra, França e China. Ao aumento dos arsenais corresponde o aumento das explosões em campos de prova, em regiões afastadas no Ocea-

no Pacífico. A bomba de fissão é substituída por outra, de poder destruidor muito mais aterrorizante, que é a bomba de fusão nuclear também chamada de bomba de hidrogênio. Lançam-na, experimentalmente, os Estados Unidos, em 1951, também logo seguida da União Soviética.

A escalada é caracterizada pelo número de bombas e pelo aumento da potência destruidora das mesmas. As bombas de Hiroshima e Nagasaki foram de 20 kilotons de potência (equivalente à explosão de 20 toneladas de trinitroglicerina). Hoje já existem nos arsenais dos "dois grandes" bombas de potência de 20.000 kilotons, mil vezes mais mortíferas e destruidoras que aquelas duas que foram lançadas em 1945 contra as duas cidades japonesas.

A tecnologia da bomba desenvolve-se, paralelamente, à tecnologia do vetor de lançamento. Também no campo dos mísseis portadores de bomba desenvolveu-se a mais frenética escalada em busca da superioridade em alcance e precisão. As duas primeiras bombas foram lançadas por aviões convencionais, a hélice, bombardeiros do tipo B-29. Pouco a pouco os mísseis foram substituindo os aviões no transporte de bombas. Vieram no começo os mísseis de alcance médio, depois os chamados continentais e por fim os intercontinentais ou balísticos, lançados de silos terrestres ou de submarinos.

Na medida em que progredia a estratégia de lançamento alterava-se a estratégia de ataque e defesa

nuclear. Na época dos mísseis de alcance continental foram criadas, através de alianças internacionais, bases de lançamento circundando os objetivos visados. Com o aumento dos alcances de continentais para intercontinentais essas bases de lançamento próximo foram se tornando menos importantes. As duas superpotências Estados Unidos e União Soviética de seu próprio território, atualmente, podem atingir o território de seu adversário, com mísseis intercontinentais portadores de bombas carregando de 1 a 10 cabeças nucleares, orientadas, cada uma, para objetivos estratégicos diferentes. Submarinos portando dispositivos de projeção têm também capacidade de lançamento de mísseis portadores de engenhos nucleares, oferecendo à estratégia de ataque maior fator de mobilidade e surpresa.

Dos mísseis aos satélites foi um passo. Era o domínio dos espaços siderais além da atmosfera. Nova corrida, chegada do homem à Lua (1969). Lançamento de satélites de reconhecimento, não pilotados, à proximidade de planetas do sistema solar. Lançamentos de satélites com várias finalidades de observação científica e de espionagem. E, por último, a chamada guerra espacial ou guerra nas estrelas, com o que os Estados Unidos pretendem criar um escudo defensivo contra os ataques nucleares.

Formaram-se os binômios míssil-bomba e satélite-bomba integrando, ajustando e aperfeiçoando cada vez mais a associação do vetor

de lançamento ao engenho explosivo.

Este é o quadro paralisante da guerra nuclear. Paralisante porque as duas superpotências rivais acumularam enormes arsenais e dispõem de inúmeros meios de lançamento intercontinental, tudo aliado a um dispositivo de vigilância recíproca, detecção eletrônica da agressão e da resposta imediata. Criou-se, assim, uma "paralisia", resultado da certeza da destruição mútua.

Cabe, aqui, repetirmos o General Beaufre quando diz: "A dissuasão nuclear, paralisando o conflito bélico, deixa uma margem muito estreita para a ação estratégica: aquela que é aproveitada pela estratégia soviética sobre a comunidade mundial: a ação política e econômica, a utilização de movimentos revolucionários e mesmo conflitos locais que procuram escapar à paralisia imposta pela dissuasão nuclear".

Mas, feitas estas considerações históricas sobre a evolução da guerra e da estratégia nuclear, vamos tentar desenhar o quadro atual, o panorama que a humanidade enfrenta nesta hora na esfera de um conflito nuclear.

Existem no mundo duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética detentoras de um arsenal de bombas nucleares e de vetores de lançamento (aviões, mísseis e satélites) algumas vezes superior, quantitativamente, à necessidade de cada superpotência de destruir militarmente a outra.

Com o propósito de evitar a disseminação pelo mundo das armas

nucleares e de guardar para si o seu monopólio, os países do, então, chamado Clube Atômico, conseguiram, através da ONU, que fosse assinado, em 1968, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, através do qual foi criada a Agência Internacional de Energia Nuclear, com sede em Viena, Suíça.

A Agência procura controlar a expansão de armas através do "Tratado de Salvaguardas", por meio do qual para os países signatários aceitam a fiscalização da mesma, até mesmo a inspeção "in loco", visando evitar que aqueles que possuem reatores produtores de energia nuclear, para fins pacíficos, reorientem suas atividades adquirindo capacidade de fabricar armas nucleares.

Em setembro de 1984 os países signatários do Tratado de Não Proliferação reuniram-se em Genebra, a fim de fazerem um balanço dos esforços desenvolvidos pela Agência Internacional de Energia Nuclear, no sentido de impedir a disseminação de Armas. A situação levantada nessa reunião de Genebra, onde estiveram presentes 85 países signatários do Tratado de Não Proliferação foi melancólica. Os esforços realizados no sentido da contenção da expansão de armas ou da possibilidade de vir a fabricar armas tem sido fracassados.

A maioria dos países do chamado 3º mundo acusam as superpotências de uma atitude hipócrita; não aceitam, os países do 3º mundo, a incoerência entre a escalada nuclear das superpotências e seus argumentos pacifistas, tentando

proibir outros países de desenvolverem uma tecnologia nuclear avançada.

O balanço da situação nuclear realizado por ocasião da citada Reunião de Viena, dá-nos o seguinte quadro: potências possuidoras de arma nuclear: Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França, China e Índia; potências médias, em vias de fabricar a arma: Paquistão, Israel, África do Sul e, em segundo estágio de adiantamento, Argentina e Brasil; a Holanda domina completamente a tecnologia do reprocessamento do urânio e fabricação do plutônio, mas não se tem notícia que objetive a produção de armas; outros países como o Japão, Alemanha Ocidental e Líbia desenvolvem pesquisas adiantadas no campo da energia nuclear.

A matéria prima necessária para a fabricação de uma bomba nuclear é o Urânio 235 (U-235) e o plutônio 239 (PU-239). O U-235 é obtido através do processo de enriquecimento do urânio natural. Apenas, cerca de 20 kg de U-235, com 93% de pureza, foram necessários para a fabricação da bomba lançada sobre Hiroshima, em 1945. O reprocessamento é a fórmula usada para extrair PU-239 dos dejectos de combustíveis utilizados pelos reatores nucleares. Os reatores do tipo "breeder", mais modernos, preferem utilizar o plutônio do urânio.

Esta certeza da destruição mútua, por meio de uma represália devastadora em proporção inimaginável, sobre o próprio território da potência atacante, gerou o

impasse nuclear que vem livrando a humanidade da mais desumana das guerras. Gerou o terror nuclear. Na impossibilidade de resolver seus antagonismos através da guerra nuclear, as superpotências, nestes últimos 40 anos, consomem sua vocação guerreira nas áreas de disputa estimulando as guerras convencionais e a guerra revolucionária.

Diz o Coronel francês Guy Doly: "A estratégia nuclear levou aos extremos a forma de ação direta de Clausewitz".

Quanto à estratégia total da atualidade, quem melhor a conceitua é o próprio general francês André Beaufre:

"A estratégia total comporta uma combinação de dissuasão nuclear e de ação. A dissuasão é a mola, que não pode deixar de pressionar, a ação é a espada que pode alguma vez quebrar e parar.

Dissuasão e ação são dois termos complementares da estratégia. O conceito de ação, aqui definido, comporta todas as formas de ação, desde as mais violentas até as mais insidiosas. Trata-se de um conceito total que corresponde à estratégia total".

Sobre a dissuasão estratégica, núcleo da concepção moderna de guerra total, que alguns brasileiros vem traduzindo pelo neologismo deterência (do inglês deterrence), diz o General Beaufre:

"A dissuasão nuclear visa paralisar o conflito bélico pela imposição ao agressor da ameaça de

uma represália que não o permitia sobreviver à agressão".

É o risco da destruição recíproca cujo preço nenhum quer pagar.

Mas, se de um lado, a estratégia de dissuasão paralisou o desencadeamento do conflito nuclear, por outro lado estimulou a escalada nuclear, pois nenhum dos rivais pode permitir que o outro o supere em meios de destruição e, ao mesmo tempo, incentivou as ações secundárias, as guerras convencionais, as guerras de guerrilhas, a guerra revolucionária.

A estratégia nuclear é um jogo em que entram em consideração dois fatores essenciais — seleção dos alvos e seleção do binômio vetor de lançamento-bomba.

Na seleção dos alvos entra em apreciação qual o objetivo da des-

truição desejada — destruição do sistema militar inimigo (alvos militares) ou destruição da estrutura de funcionamento do governo e do Estado inimigos (alvos não militares).

No primeiro caso os alvos mais importantes são: bases de mísseis, bases aéreas, bases navais, centros de comando militares, depósitos de bombas e instalações de forças convencionais.

Entre os alvos não militares destacam-se: sedes de governo, centros de comunicações, sistemas de transportes, sistemas de produção e distribuição de energia e centros industriais.

No tocante ao binômio bomba-vetor de lançamento, o quadro seguinte mostra os tipos de engenhos existentes nos arsenais das superpotências nucleares.

TIPOS DE VETORES DISPONÍVEIS

ESTADOS UNIDOS

1. *Longo Alcance* (Intercontinentais)

Mísseis Estratégicos

ICBM — Mísseis logísticos intercontinentais (de base terrestre)

- | | | |
|-----------------|---|--|
| — Titan II | — alcance 15.000 Km | } portando cada missel de 1 a 3 bombas (cabeças) |
| — Minuteman II | — alcance 11.300 Km | |
| — Minuteman III | — alcance 13.000 Km | |
| — MX | — (em experiência) de características de alcance e capacidade portadora superior aos acima citados. | |

SLBM — Mísseis balísticos lançados de submarinos

- | | | |
|----------------|--------------------|---|
| — Poseidon C-3 | — alcance 4.600 Km | } portando cada missel de 1 a 13 bombas (cabeças) |
| — Trident C-4 | — alcance 7.400 Km | |

Bombardeios Estratégicos

- | | | |
|---------|--------------------------|---------------------------------------|
| — B-52D | — alcance 9.900 Km | — carga até 60 bombas de 1.000 libras |
| — B-52G | — alcance 12.000 Km | — carga até 70 bombas de 1.000 libras |
| — B-52H | — alcance 16.000 Km | — carga até 70 bombas de 1.000 libras |
| — B-1B | — em fabricação e testes | |

2. Mísseis de Alcance Intermediário

- Pershing II — alcance 1.800 Km
- BGM-109A — alcance 2.250 Km
- SRBM (lançado de submarino)
- Tomawak — alcance 2.400 Km

3. Mísseis de Alcance Tático

- Pershing I A — alcance 729 Km
- Lance — alcance 110 Km

UNIÃO SOVIÉTICA

1. Longo Alcance (Intercontinentais)

Mísseis Estratégicos

SS11 Modelo 1	— alcance 10.500 Km	portando 1 bomba
Modelo 2	— alcance 8.800 Km	portando 3 bombas
SS13	— alcance 10.000 Km	portando 1 bomba
SS17 Modelo 1	— alcance 10.000 Km	portando 4 bombas
Modelo 2	— alcance 11.000 Km	portando 1 bomba
Modelo 3	— alcance 10.000 Km	portando 4 bombas
SS18 Modelo 1	— alcance 12.000 Km	portando 1 bomba
Modelo 2	— alcance 11.000 Km	portando 4 bombas
Modelo 3	— alcance 10.500 Km	portando 1 bomba (20 megatons)
Modelo 4	— alcance 11.000 Km	portando 10 bombas
Modelo 5	— alcance 9.000 Km	portando 10 bombas
SS19 Modelo 1	— alcance 9.000 Km	portando 6 bombas
Modelo 2	— alcance 10.000 Km	portando 5 bombas
Modelo 3	— alcance 10.000 Km	portando 6 bombas
SS20	— em fabricação e testes	

Mísseis balísticos lançados de submarinos

SS-N-5	— alcance 1.400 Km	portando 1 bomba
SS-N-6 Modelo 1	— alcance 2.400 Km	portando 1 bomba
Modelo 2	— alcance 3.000 Km	portando 1 bomba
Modelo 3	— alcance 3.000 Km	portando 2 bombas
SS-N-8 Modelo 1	— alcance 7.800 Km	portando 1 bomba
Modelo 2	— alcance 9.100 Km	portando 1 bomba
SS-N-17	— alcance 3.900 Km	portando 1 bomba
SS-N-18 Modelo 1	— alcance 6.500 Km	portando 3 bombas
Modelo 2	— alcance 8.000 Km	portando 1 bomba
Modelo 3	— alcance 6.500 Km	portando 7 bombas
SS-NX-20	— alcance 8.300 Km	portando 9 bombas

Bombardeios Estratégicos

TU 95 Bear B/C	— alcance 12.800 Km	carga até 40 bombas de 1000 libras
Mya-4-Beson	— alcance 11.200 Km	carga até 20 bombas de 1000 libras

2. *Mísseis de Alcance Intermediário*

SS-4	— alcance	2.000 Km
SS-5	— alcance	4.100 Km
SS-20 Modelo 1	— alcance	5.000 Km
Modelo 2	— alcance	5.000 Km

3. *Mísseis de Alcance Tático*

SS-1-B	— alcance	150 Km
SS-1-C	— alcance	300 Km
Frog 7	— alcance	70 Km
SS-12	— alcance	900 Km
SS-21	— alcance	120 Km
SS-22	— alcance	900 Km
SS-23	— alcance	500 Km
SS-C-1B	— alcance	450 Km

vários outros tipos lançados de submarinos com alcance variável de 100 Km a 1.000 Km.

Observação:

Procuramos dar uma visão geral dos recursos disponíveis pelas 2 superpotências, não descendo ao detalhe de todos os tipos de vetores existentes no campo tático.

A abreviatura MIRV pode ser traduzida como "veículo" (vetor) de transporte múltiplo de bombas (cabeças).

Os dados acima foram extraídos da publicação "Military Balance" 1983/84, Londres.

Um dos temas mais debatidos nos meios da alta política e da estratégia dos Estados Unidos e da União Soviética, é a guerra espacial ou, como é jornalisticamente tratada, a guerra nas estrelas. Esta, segundo certos técnicos e estrategistas norte-americanos, será capaz de cobrir os alvos mais importantes do seu território por um "escudo protetor contra um ataque nuclear".

Este conceito advém dos progressos alcançados no campo do emprego dos mísseis, dos satélites e do raio laser. Julgam os membros do grupo encarregado do es-

tudo e das experiências dessa nova tecnologia espacial, integrantes de uma organização oficial denominada "Strategic Defense Initiative" que é possível assegurar a proteção do território norte-americano através de um sistema de estações emissoras de raio laser baseado em estações de terra e satélites, capaz de desintegrar, em órbita, mísseis atacantes portadores de cabeças nucleares. Seria uma forma defensiva ativa a se acrescentar aos sistemas passivos baseados nos abrigos protetores e na mobilidade das estações de lançamento.

O conceito de defesa nuclear contido nas atividades de pesqui-

sa do "Strategic Defense Institute" (SDI), composto de um grupo coordenador no Pentágono liderado pelo General Abrahamson e irradiado através de estudos e encomendas distribuídas a várias universidades e empresas, foi apresentado pelo Presidente Reagan, em 23 de março de 1983 quando pronunciou em discurso as seguintes palavras:

"Eu convoco a comunidade científica de nosso país, aqueles mesmos que nos deram as armas nucleares, para voltarem os seus talentos, agora, para a causa da humanidade e da paz mundial, oferecendo-nos os meios para tornar essas armas impotentes e obsoletas".

Com essas palavras o Presidente dos Estados Unidos deu início a uma reformulação da estratégia nuclear norte-americana, baseada, desde 1945, essencialmente, no crescimento do poder ofensivo a fim de garantir a dissuasão estratégica.

De certa forma, é um retorno a alguns conceitos que vigoraram na primeira parte dos anos 70 quando se acreditou na eficiência de um sistema míssil anti-míssil. Nessa época a tecnologia ainda não dominava as possibilidades de emprego do raio laser sobre as quais se baseia o novo sistema de guerra no espaço ou guerra nas estrelas.

O Sistema SDI atualmente é composto de uma variedade de tec-

nologias, em estágios diversos de pesquisa, os quais quando integradas estarão aptas a identificar, rastrear, interceptar e destruir mísseis balísticos ou suas cabeças nucleares em voo (isto é, no espaço). Estas tecnologias podem ser agrupadas em três grupos:

- **Mecanismos de destruição** — Sistemas de armas destinadas a destruir um ataque de míssil balístico; estas armas podem ser lançadas de bases terrestres, ou de satélites lançadores de raios interceptadores, para bases de satélites lançadores de raios interceptadores ou para bases de satélites armados com laser, partículas de raios, canhões eletromagnéticos ou outras formas de tecnologia avançada. Os mecanismos de destruição estão planejados para serem não nucleares.
- **Vigilância e Rastreamento** — Tendo em vista a interceptação de mísseis balísticos, um sistema desdobrado de emissores baseados em terra, ar e naves espaciais e de receptores, usando radares e meios óticos.
- **Comando de Operações e Controle de Comunicações e Informações** — Dispositivos em desenvolvimento visando operar um fluxo extremamente intenso de informações em tempo extremamente curto, envolvendo as operações de detecção, acompa-

nhamento e destruição de mísseis balísticos e cabeças nucleares.

O elevado custo do programa SDI e a necessidade de manter o poder de dissuasão durante a montagem do novo sistema, levam os críticos do programa a duvidarem de sua implantação. De qualquer forma o governo Reagan aprovou

o orçamento para um projeto de 5 anos, embora algumas questões básicas ainda estejam em fase de pesquisa laboratorial.

Em que pesem todas as tentativas de caráter defensivo, a estratégia nuclear ainda se caracteriza por seu matiz nitidamente ofensivo, neutralizado, até o dia de hoje, somente pelo efeito convincente e paralisador da dissuasão.



O General-de-Divisão R/1 Carlos de Meira Mattos é autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil". Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, com sede em Washington, DC, EUA.



A AVIAÇÃO LEVE DO EXÉRCITO UMA NECESSIDADE INADIÁVEL

Mileno Feitosa de Araújo

A utilização dos meios aéreos como instrumento auxiliar na Guerra vem de longa data. Já em 1709, Bartolomeu de Gusmão anteviu seu importante papel. O Duque de Caxias, na Guerra da Tríplice Aliança utilizou o balão para observação e informação. Santos Dumont descobriu o avião, que logo foi aproveitado em atividades bélicas.

Sensíveis à multiplicidade do seu emprego, as nossas autoridades, logo, preocuparam-se com sua aplicação militar. Foi assim, antecedendo-se, mesmo, à I Guerra Mundial que o General Vespasiano de Albuquerque fez o Exército Brasileiro dar seu primeiro passo. Criou, em 1913, a Escola Brasileira de Aviação, embora de curta duração dada a eclosão do conflito mundial. Contudo, já em 1915, o avião era usado pelo

Exército, como arma militar, no Contestado. Em 1916 e 1919, surgiram as Escola de Aviação Naval e Escola de Aviação Militar, como inspiração às novas operações militares. Esses eventos constituem verdadeiros marcos da Aviação Militar no Brasil.

Com o desenvolvimento da técnica aeronáutica militar, o avião se tornou instrumento de guerra imprescindível aos exércitos e marinhas das grandes nações ou potências mundiais. Não obstante, surgiu na década de trinta uma corrente nas Forças Armadas que defendeu a unificação dos componentes da estrutura aeronáutica do Brasil e conseqüentemente, a fusão da Aviação Militar e Naval. Em 1941, essa corrente saiu vitoriosa com a criação do Ministério da Aeronáutica. Assim, firmou-se uma doutrina e uma política pró-

prias, consentâneas com aquele momento histórico e ditadas pela conjuntura da época. Entretanto, as necessidades do Exército e da Marinha ficaram sobremodo prejudicadas no que concerne ao apoio aéreo às suas operações.

Dada a constante e rápida evolução da tecnologia aeronáutica, exigindo apurada formação de pilotos para operarem as sofisticadas aeronaves modernas, parece-nos ser um desperdício empregar-los em operações de apoio imediato, onde poderiam ser usados aviões e helicópteros mais elementares a cargo do Exército. Na expectativa de que este enfrente e responda ao desafio histórico da reorganização da Aviação Leve do Exército, é que nos propomos, como contribuição, a abordar alguns dos aspectos do problema.

NECESSIDADE DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

Se ontem os nossos chefes sentiram a crescente necessidade do avião como excelente meio na condução da Guerra, hoje, mais do que nunca, não podemos prescindir desse valioso instrumento. Se por um lado foi necessária a criação do Ministério da Aeronáutica, por outro, não se pode esquecer que a aviação contribui, sobremaneira, como "meio" para o fortalecimento do Poder Terrestre.

Compreendemos que a unificação foi uma imposição da época. Mas, uma vez consolidada a Força Aérea, caberia a reorganização da aviação no âmbito das demais Forças Singulares, a fim de aten-

der suas necessidades, pois que o apoio dado ao Exército ou à Marinha nem sempre é viável ou tem a prioridade desejada.

A Marinha de Guerra, atendendo aos seus interesses específicos, não tem concordado com o monopólio emprestado à Força Aérea Brasileira e, após uma série de debates, discussões, marchas e contra-marchas, em 1964, conseguiu a reimplantação da Aviação, embora com o uso limitado a helicópteros. No entanto, com esforço e decisão, incontestavelmente, a Marinha deu um grande passo.

O Exército contudo, enfocando o problema por outro prisma, colocou-se numa posição de expectativa permanecendo nesse "status quo" até os nossos dias, aguardando o momento ideal.

Entendemos caber à Força Aérea determinadas missões táticas específicas e as estratégicas. Essas missões complexas por si sós, já são de tal vulto e de tal importância que, indubitavelmente, para cumpri-las será necessário pessoal altamente especializado e material altamente sofisticado. Não compreendemos, pois, os motivos de sobrecarregar-se a Força Aérea com tarefas de apoio imediato ao Exército.

Ademais, o piloto da Força Aérea tem uma formação inicial de 4 anos na Academia da Força Aérea (AFA), aperfeiçoando-se ao longo de toda sua carreira nas mais avançadas técnicas e táticas de aviação. A FAB visa, portanto, a capacitar seus oficiais a pilotar aeronaves de caça, de transporte, de grande porte, ou mesmo, supersô-

nicas. É uma formação meticulosa e dispendiosa. O mesmo acontece com seus demais componentes, elementos altamente especializados nos mais diferentes setores de aviação.

Enquanto isso, o Exército precisa de aviões leves e mais lentos. A formação de seus pilotos leva de 45 a 60 horas de voo, sem computar-se, evidentemente a instrução tática aérea. Suas missões são as mais diversificadas, porém dentro de espaços restritos no campo de batalha. Portanto, entendemos que não seria justo empregar-se a Força Aérea em missões para ela secundárias, enquanto primordiais para o Exército, de grande valia para a decisão de um comandante ou como fator preponderante para o sucesso de uma operação.

Inegavelmente não se pode, nem se deve, ficar-se paralisado ante à evolução dos acontecimentos, ante à crescente modernização dos meios disponíveis (inclusive aéreos) e ante às novas concepções de guerra. Hoje já se consolida nossa indústria aeronáutica, com significativo potencial, capaz de suprir nossas necessidades em termos de aviões e com grandes perspectivas para produção de helicópteros. Por sua vez, o Exército possui uma excelente estrutura de ensino com diversas escolas de especialização, o que vem favorecer suas pretensões em relação à Aviação Leve.

O Exército, penso, necessita urgentemente de sua aviação. Negá-la será negar sua própria capacidade operativa e administrativa.

POSSIBILIDADES

Formação de uma mentalidade

Parece-nos, antes de mais nada, residir na implantação de uma mentalidade a condição fundamental para o êxito da reorganização da Aviação do Exército. Assim, será primordial estimular todos os indivíduos, de todos os escalões, na crença e na difusão da idéia, impregnada de acendrado idealismo, procurando reacender a tênue chama da Aviação Militar, que permanece latente, não obstante o passar dos anos.

Poderemos alcançar esse objetivo através das seguintes premissas:

- 1) Promoção de conferências e simpósios em todos os níveis;

- 2) Reformulação da mentalidade de manutenção, dentre outras;

- 3) Realização de debates no âmbito do alto escalão, particularmente no Estado Maior do Exército, visando a sensibilizar todos os chefes, bem como formular uma filosofia aeronáutica no Exército e definir uma política e uma doutrina.

Nossas possibilidades nesse campo são significativas, pois poderemos contar com a colaboração de um núcleo de oficiais e praças: os brevetados em aeroclubes; os observadores aéreos; os foto-intérpretes; todos ligados à aviação e, sem dúvida, obstinados na consecução do objetivo. Além disso, podemos contar com o apoio das seguintes organizações: EME, CComSEx, CEP, Órgãos de divulgação (BIBLIEX, Revista "A Defesa Nacio-

nal", Revista Militar e outras revistas especializadas).

Assim, definida uma concepção e uma filosofia, poderá o nosso Ministério elaborar uma concreta e sólida doutrina e dar as diretrizes de uma política aeronáutica.

Recursos materiais

O material a ser utilizado pela Aviação do Exército deve preencher condições que permitam o cumprimento das mais variadas missões, tais como: ligação entre os diversos escalões de comando; observação aérea; reconhecimento e fotografia aérea; transporte de pequenos efetivos; transporte logístico; transporte de material de Artilharia e Engenharia; cooperação com as Comunicações; evacuação aeromédica; operações de defesa interna; operações aeromóveis e de guerra irregular; segurança de área de retaguarda.

Atualmente, a indústria aeronáutica brasileira já se encontra num estágio bastante avançado, perfeitamente capaz de suprir as necessidades, dentro dos padrões técnicos exigidos pela Aviação do Exército.

Vejamos as nossas possibilidades:

1) Quanto às aeronaves de asa fixa
Dentre as principais empresas, podemos citar:

— EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A. — EMBRAER

A maior delas e, sem dúvida, em condições de atender plenamente

às necessidades da Aviação do Exército.

Selecionamos, como sugestão e para opção, os diversos tipos de aviões que poderiam se prestar às diferentes missões:

Missão de ligação

— Para as GU:

— EMB 711-CORISCO: monomotor, asa baixa, trem de pouso retrátil, capacidade para 4 (quatro) pessoas.

— Para os Grandes Comandos Operacionais:

— EMB 721-SERTANEJO: monomotor, asas baixas, capacidade para 6 a 7 pessoas, trem de pouso retrátil.

— Para os Altos Escalões:

— EMB 810-SENECA II: bimotores, asa baixa, trem de pouso retrátil, capacidade para 6 a 7 pessoas.

— EMB 820-NAVAJO: bimotores, asa baixa, trem de pouso retrátil, várias versões, capacidade para 10 pessoas.

— EMB 820-XINGU: bimotores, turbo-hélice, asa baixa, cabine pressurizada, capacidade para 9 pessoas.

Missão de transporte

— EMB 110-P1-BANDEIRANTE: com capacidade para 20 pessoas a bordo e possibilidade de ser transformado, rapidamente, em eficiente cargueiro (piso reforçado).

Missão de aerofotogrametria

— EMB 110-B-BANDEIRANTE AEROFOTO: dispõe de provisão a bordo para instalação de

instrumentos e sensores especiais para esse tipo de trabalho.

Missões de treinamento

— TUCANO: avião de treinamento militar para formação de pilotos em estágio intermediário e avançado.

— SOCIEDADE CONSTRUTORA AERONÁUTICA NEIVA LTDA.

A produção da Neiva visa, particularmente, aeronaves leves para emprego militar, mas atualmente bastante restrita.

Missões de observação e/ou ligação

— REGENTE-ELO: monomotor de asa alta, trem de pouso fixo, capacidade para 4 pessoas, campo de visão de 360°, usado pela FAB em apoio ao Exército nesse tipo de missão.

Missões de Treinamento e Formação

— UNIVERSAL: monomotor, asa baixa, trem de pouso retrátil, capacidade para 1 ou 2 pessoas.

Usado pela FAB para formação básica de piloto, podendo, também, ser empregado em ataque.

— SOCIEDADE AEROTEC LTDA.

Apesar de sua principal produção estar voltada para componentes de aeronaves, fabrica, atualmente, o UIRAPURU.

Trata-se de um monomotor de asa baixa, trem de pouso fixo, capacidade para duas pessoas, que é empregado pela FAB no estágio elementar de formação de piloto

na AFA, isto é, para *Missões de Treinamento*.

2) Quanto às aeronaves de asa móvel

A nossa produção nesse setor é insignificante e insuficiente para atender às possíveis necessidades do Exército no momento.

Apenas uma Empresa, a HELIBRAS (associação do governo de Minas com a Aerospacia), está fabricando um helicóptero leve, o Esquilo, parecendo sem grande probabilidade de diversificar sua produção. Merece ser ressaltado que a Aerospacia produz helicópteros para ALAT (Aviação Leve do Exército Francês) e já exporta para países da América do Sul.

Vislumbra-se, por outro lado, uma perspectiva promissora em face das possibilidades da EMBRAER vir a entrar nesse setor com um outro parceiro internacional.

3) Quanto ao suprimento de manutenção.

O suprimento e a manutenção constituem um dos pilares fundamentais da aviação. Sem um eficiente sistema, estaremos fadados ao insucesso; sem uma adequada mentalidade de manutenção, simplesmente, não teremos uma aviação.

— Suprimento

Para apoiar nossa indústria de aviões (asa fixa), contamos com mais de duas centenas de empresas especializadas, o que não acontece para as aeronaves de asa móvel, cujo suprimento continuamos a depender do exterior.

A possível concretização, pela EMBRAER, da fabricação de helicópteros seria um grande passo no sentido de estimular as empresas privadas para, a médio prazo, estarem em condições de suprir nosso mercado interno.

— Manutenção

Faz mister ressaltar que todas as fábricas produtoras de aeronaves dão assistência técnica aos seus clientes. A EMBRAER possui uma Divisão de Assistência Técnica, que realiza os treinamentos básicos para os seus clientes. Além disso, mantém uma rede nacional de firmas capacitadas a prestar trabalhos de manutenção em suas aeronaves, todas elas devidamente homologadas pelo Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA).

Temos, ainda, mais de duas centenas de firmas voltadas para esse setor, dentre as quais podemos destacar a Companhia Eletrônica CELMA S.A. (Petrópolis-RJ) que executa trabalhos de revisão e reparos.

Por outro lado, a Força Aérea e a Marinha de Guerra poderão vir a prestar decisivo apoio na área de manutenção quando da implantação de nossa aviação, dado o excelente sistema que possuem.

Recursos Humanos — Formação de Pessoal

Nesse setor, nossos recursos são vastíssimos. Temos, no Exército, um amplo campo para a seleção de homens capazes de atender os elevados padrões exigidos, normal-

mente, para o exercício de atividades aéreas.

No que tange à formação do pessoal, podemos distinguir duas fases:

- Fase de implantação.
- Fase de consolidação.

1) Fase de Implantação

Para a formação inicial de pilotos, poderemos contar com o recrutamento de Oficiais do Exército possuidores de "brevet" de pilotagem, os quais poderão vir a construir o primeiro núcleo. Além do mais, sob a forma de cooperação ou convênio, poderemos recorrer à Força Aérea, à Marinha de Guerra, aos Aeroclubes que satisfaçam requisitos pré-estabelecidos e à EMBRAER que já realiza o treinamento de seus clientes. Através do intercâmbio do ensino, poderemos valer-nos das Nações Amigas (grande número de países sul-americanos possui sua Aviação do Exército).

No que concerne à formação de especialistas para o efetivo desempenho na aviação, necessitamos das seguintes especializações: mecânico de avião e helicóptero; técnico em comunicação, eletrônica e eletricidade; pintor; soldador, torneiro; chapeador de aeronaves; controlador de voo; operador de radar; meteorologista; técnico em segurança de voo e prevenção de acidentes; atirador; aerofotogrametrista; dentre outras. Neste aspecto, semelhantemente à formação de pilotos, poderemos nos valer das organizações citadas acima, bem como das nossas escolas de especialização.

Uma vez formado o núcleo de instrutores e monitores, poderemos partir para a *formação subsequente*. Neste estágio, seria necessária a criação de um CENTRO DE INSTRUÇÃO DE PILOTOS DO EXÉRCITO, que iria proporcionar a formação de pilotos, tanto de aeronaves de asa fixa, como de asa móvel.

2) Fase de Consolidação

Após razoável experiência na formação de pessoal da Aviação, na fase de Implantação, teremos condições de consolidar sua estrutura.

Agora, teremos que optar pela criação de um CENTRO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO, abrangendo a formação centralizada, ou pela continuação da formação descentralizada.

O Ensino

Em face da complexa formação do pessoal de aviação, da diversidade de Escolas envolvidas e da necessidade de coordenação, os Órgãos de Ensino do Exército terão que adaptar suas estruturas para abranger a sistemática da nova linha de ensino.

Concebemos a reorganização da Aviação do Exército em termos de especialidade e não de uma Arma específica. Assim sendo, após a conclusão do curso da Escola de Formação e de um período de maturação nas Unidades de suas Armas, Oficiais e Sargentos poderiam candidatar-se à realização do Curso de Formação de Pilotos ou Especialização de Aviação, res-

pectivamente. Uma vez terminado o Curso, os concludentes seriam classificados nas diversas Unidades Aéreas. Periodicamente esses elementos retornariam à Tropa ou seriam designados para os diversos Cursos (de aperfeiçoamento; avançado de aviação ou outros de interesse do Exército). Assim, assegurar-se-ia a existência de Oficiais-Pilotos e Sargentos-Especialistas voltados para aviação, mas atualizados em termos de emprego da Força Terrestre.

Julgamos que, sem grandes modificações, senão o acréscimo de Seções Especializadas, o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e a Diretoria de Ensino Especializado (DEE) teriam condições de fazer face às novas condicionantes.

A Infra-Estrutura Aeronáutica

Para o estabelecimento de uma infra-estrutura aeronáutica capaz de bem atender às necessidades de voo, deveremos contar com algumas instalações e diversos tipos de material, dentre os quais podemos salientar: bases aéreas, pistas, material de meteorologia, controle de voo, etc.

Analisando nossas possibilidades, verificamos que podemos enfocar o problema sob dois aspectos:

— Para os locais que possuem aeroportos ou campos-de-pouso homologados, como o caso de nossas capitais e principais cidades, sem dúvida, há possibilidade da utilização de sua infra-estrutura.

— No caso de locais onde não haja estrutura aeronáutica, deve-

mos construir bases aéreas devidamente aparelhadas.

Faz mister, entretanto, salientar que este caso só ocorreria numa fase de expansão e consolidação de nossa Aviação.

A colaboração dos Batalhões de Engenharia de Construção será imprescindível, particularmente na construção de pistas, valendo ressaltar que se precisam de pistas primárias, capazes de suportar aeronaves leves.

Os demais meios, com que as Bases serão dotadas, deverão ser adquiridos pelo Exército. A indústria nacional já se encontra em condições de fornecer uma parte desse material.

UMA ORGANIZAÇÃO

Poder-se-ia, inicialmente, *em tempo de paz*, implantar uma Unidade de Aviação, *em cada sede do Exército* (Comando de Área), o qual centralizaria todas as missões solicitadas pelos escalões subordinados. Com a evolução da aviação e de acordo com as necessidades, poderiam ser "baseadas" outras Unidades Aéreas nos Grandes Comandos Operacionais.

A organização dessas Unidades deveria ser bastante flexível, capaz de atender as necessidades da área e as peculiaridades das diversas Unidades apoiadas.

A título de despertar o interesse para estudos posteriores, permitimo-nos sugerir uma sumária organização:

Grupo de Aviação do Exército, constituído de alguns dos seguintes Esquadrões:

— *Esquadrão de Comando e Serviço.*

— *Esquadrão de Reconhecimento*, para atender missões de reconhecimento e fotografia aérea.

— *Esquadrão de Ligação e Observação*, para missões de ligação entre os diversos comandos, observação aérea, lançamento de linhas de comunicações e controle de fogo de Artilharia.

— *Esquadrão de Transporte Aéreo*, para as missões de transporte de pessoal e material, evacuação aeromédica, etc.

— *Esquadrão de Assalto e Ataque*, para operações aeromóveis e missões de escolta de comboios e destruição de alvos (móveis e fixos) nas diversas modalidades de Guerra.

Os Esquadrões deverão ser constituídos de Aviões e/ou de Helicópteros.

Todas essas aeronaves devem estar aptas a cumprir as missões nos diversos tipos de operações, quer em guerras convencionais, quer em guerras irregulares, quer na Defesa Interna.

Além disso, essa organização de tempo de paz deverá evoluir, paulatinamente, para atender o caso de guerra.

Para apoiar essa nova estrutura, certamente, haverá a conveniência da criação de uma Diretoria de Aeronáutica com a finalidade precípua de suprir material de aviação, dentre outras próprias dos ór-

gãos de apoio. Conseqüentemente, as Regiões Militares, os Parques Regionais e os Batalhões Logísticos teriam que adaptar suas organizações para fazer face ao apoio necessário à aviação.

CONCLUSÃO

Ao defendermos a necessidade da criação da Aviação Leve do Exército, fazemos esta pergunta: diante das tarefas e do número de missões atribuídas à nossa Força Aérea, terá ela condições, em caso de conflito ou, mesmo, num combate anti-guerrilha de maiores proporções, apoiar as necessidades básicas do Exército?

A resposta coerente, lógica e infofismável, certamente, será negativa agora. O que dizer, então, daqui a dez anos, vinte ou trinta anos?

A Aviação do Exército é uma questão de eficácia no cumprimento das missões, pois temos que dispor de todos os meios, inclusive o aéreo, para chegar aos nossos objetivos, agora e em futuro próximo.

Certamente os nossos chefes terão que enfrentar o sério desafio de concepção da Força Aérea, procurando persuadir os escalões de decisão governamentais na descentralização dos meios aéreos. Além disso, um fato importante cumpre ser destacado quanto à necessidade *urgente* da decisão. A nossa Marinha de Guerra só agora vê nos mais altos postos Oficiais que se brevetaram pilotos na época da reorganização da Aviação Naval. Conseqüentemente, sua

completa estruturação durou cerca de vinte anos. Assim o Exército, criando hoje sua aviação, só terá sua cúpula consolidada no limiar do próximo século. Este é um ponto significativo que julgamos merecer profunda reflexão por parte de nossos chefes. Se as bases da Aviação Leve do Exército não forem lançadas agora, achamos que o nosso Exército possa correr o risco de perder o Trem da História e não estar daqui a 20 anos, à altura do destino de grandeza do Brasil de grande nação ou potência mundial que o povo brasileiro vem lutando para construir.

Quanto às nossas possibilidades, são alentadoras, pois já temos uma pujante indústria capaz de suprir boa parte de nossas necessidades e contamos com diversas organizações em condições de nos ajudar a levantar vôo em direção ao cumprimento de nossas missões.

FONTES CONSULTADAS

- ANDRADE, Roberto Pereira de. A CONSTRUÇÃO AERONÁUTICA NO BRASIL. Editora Brasileira, 1976.
- BRANDÃO, Ary Cavalieri, Cel Ex R-1. INFORMAÇÕES TÉCNICAS DE AVIAÇÃO. Trabalho realizado em 1962/63, quando Instrutor do Curso de Observação Aéreo da EsIE. O Cel Cavalieri é piloto Civil e grande conhecedor de assuntos relacionados com a aviação e estudioso no que diz respeito à Aviação Leve do Exército.
- EMBRAER — INFORMAÇÕES DE CARÁTER GERAL SOBRE A

**INDÚSTRIA AERONÁUTICA
BRASILEIRA.** Editado pela EM-
BRAER, 1978.

- **EXÉRCITO FRANCÊS — L'AVIA-
TION LÈGERE DE L'ARMÉE
DE TERRE (L'ALAT).** Informa-
ções sobre L.A.L.A.T. Editado pe-
lo Serviço d'Information et de
Relations Publiques des Armées/
Ministere de la Defense, 1977.
- **EXÉRCITO FRANCÊS — REGLE-
MENT DE MANOEUVRE DES**

**FORMATIONS ELEMENTAIRE
DE L'A.L.A.T.** Extrait du TTA
565, 1969.

- **EXÉRCITO ITALIANO — IMPIEGO
DE LL'AVIAZIONE LEGGERE
DELL'ESERCITO** — Regolamenti
dell'Esercito d'Itali.
- **MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
— PODER AEROESPACIAL.**
Revista Editada pelo Centro de
Relações Públicas do M. Aer.,
1978.



O Ten Cel Mileno Feitosa de Araújo possui os Cursos de Infanteria da AMAN, de Foto-Informações da EsIE, de Aperfeiçoamento da EsAO e de Comando e Estado-Maior da ECEME. Dentre outras funções, como Capitão, foi Instrutor e Comandante de Companhia do Curso Básico e Chefe da 1ª Seção do EM do Corpo de Cadetes da AMAN; como Oficial de Estado-Maior, chefiou a 1ª Seção/EMG da 5ª Brigada de Infantaria Blindada. Desde 1983 é Instrutor da Cadeira de Geografia e Estudo dos Problemas Brasileiros da AMAN. É Piloto Privado, brevetado em 1968 pelo Aeroclube de Juiz de Fora — Minas Gerais.



ESTRATÉGIA DOS EUA NA ÁREA DO CARIBE

Clarke M. Brintnall

A GUIA DE INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é uma área de grande impacto na estratégia de diversos países e alianças: a América Central e o Caribe. Nela, a estratégia dos Estados Unidos não é apenas militar, mas abarca elementos políticos, econômicos, sociais e militares, voltados para o alcance de um objetivo.

Como militares profissionais devemos nos preocupar principalmente em preparar as Forças Armadas para o combate. Devemos nos lembrar, entretanto, do conselho de Clausewitz, "O combate é a única força efetiva na guerra; seu objetivo é destruir as forças inimigas como meio para um fim remoto". E como observou a historiadora Barbara Tuchman: "O

que motivou os cavaleiros da Idade Média a irem à guerra foi o desejo de realizar feitos valorosos, e não a conquista de um fim político pela força das armas. Preocuparam-se com a ação e não com o objetivo desta... razão pela qual este raramente foi alcançado." Cinquenta anos antes de Clausewitz o marechal Maurice de Saxe já dizia: "Raríssimos são os homens que se preocupam com os relevantes problemas da guerra. Passam a vida treinando tropas e acreditam ser este o único aspecto da arte militar. Quando assumem o comando de exércitos revelam-se totalmente incapazes, faltando-lhes conhecimento sobre o que deve ser feito. Não sabem o que deveriam saber." Como o coronel Harry Summers do exército norte-americano salientou em seu livro intitulado "On Strategy": "Fize-

mos no Vietnã o que sabíamos, e fomos bem sucedidos em tudo o que decidimos realizar. Mas, como vimos, o nosso fracasso estratégico tornou irrelevante essa capacidade. Devemos nos lembrar dessa lição ao voltarmos os olhos para o futuro. O primeiro princípio da guerra é o do objetivo. É o princípio de guerra fundamental porque dele derivam todos os demais. É o equivalente na estratégia ao enunciado da missão em tática e devemos submetê-lo à mesma rigorosa análise tal como o fazemos nos domínios da tática. Como determinar os objetivos militares dos Estados Unidos é tarefa básica do estrategista militar, daí ser crítico o relacionamento entre os objetivos militares e políticos. Os objetivos políticos não podem limitar-se a chavões vagos; precisam ser formulados em termos concretos. Considerando que tais objetivos são mutáveis no curso da guerra, é essencial que partamos com a compreensão de onde pretendemos ir. Como disse Clausewitz: "Não devemos dar o primeiro passo sem antes considerar o último."

Nossa intenção, hoje, é, primeiramente, examinar nossos interesses no campo da segurança na América Central e no Caribe. Em segundo lugar, apreciar as ameaças existentes naquela região. Terceiro, determinar o envolvimento soviético e cubano no local e, finalmente, analisar a estratégia usada para atingirmos nossos objetivos.

Segundo o relatório da Comissão Nacional Bipartidária sobre a América Central, essa área tem sido vista há algum tempo pela gran-

de maioria dos norte-americanos da mesma forma como o novo mundo foi encarado pela Europa no século XVI: uma terra incógnita. Provavelmente poucos, incluindo até mesmo os mais eruditos, são capazes de citar os nomes de todos os países da América Central e suas capitais, e muito menos dizer algo sobre sua história política e social. Mas esta lacuna está sendo sanada rapidamente, e por um bom motivo. A crise é real e elevados os riscos para os Estados Unidos, para o Hemisfério e, particularmente, para o povo da América Central.

É verdade que outras partes do mundo estão agitadas. Algumas, como o Oriente Médio, acham-se verdadeiramente em crise, mas a da América Central causa um impacto bem maior nos Estados Unidos por vários motivos.

Primeiro, porque a América Central é nosso vizinho mais próximo e, devido a isso, envolve de maneira crítica nossos próprios interesses de segurança. Mais do que isso, no entanto, é o fato de que, o que acontece perto de nossas costas apela diretamente à nossa consciência. História, contiguidade, consanguinidade... Tudo isto nos une ao resto do Hemisfério Ocidental. Eles também nos unem particularmente às nações da América Central. Quando Franklin Roosevelt proclamou o que chamou sua "Política da Boa Vizinhança", aquilo foi mais do que uma frase. Foi um conceito que atinge o âmago das relações civi-

lizadas não somente entre pessoas mas também entre as nações. Quando nossos vizinhos enfrentam problemas, não podemos cerrar os olhos e continuar sendo honestos para conosco mesmos.

Segundo, a crise desperta a nossa atenção porque temos condições de alterá-la. Devido ao pequeno tamanho dessas nações e à sua proximidade, os esforços que seriam mínimos em situações semelhantes, neste caso, causam um grande impacto.

Terceiro, quaisquer que sejam os custos a curto prazo de se agir logo, serão certamente bem menores do que os custos a longo prazo se protelarmos essa ação.

Quarto, uma grande potência pode escolher a que desafio reagir, mas não pode determinar de onde este surgirá, nem quando. Tampouco pode evitar a necessidade de uma escolha deliberada: uma vez desafiada, a decisão de não reagir torna-se tão conseqüente quanto a de se reagir. Estamos sendo desafiados agora na América Central.

Quinto, talvez os Estados Unidos devessem ter prestado maior atenção à América Central mais cedo. Talvez, no decorrer dos anos, devêssemos ter intervindo menos, ou mais, ou de modo diferente, mas tudo isso são questões hipotéticas. Defrontamo-nos agora com o problema do que poderá ocorrer quaisquer que sejam suas raízes no passado, a crise na América Central aí está presente, e resolvê-la satisfatoriamente é vital para o futuro.

Sexto, a solução dos problemas da América Central dependerá, afinal, dela mesma. Ela precisa da nossa ajuda, mas somente esta não será suficiente. Reformas internas, assistência externa, esforços próprios, e mudanças na política econômica . . . São necessários e deverão ser coordenados. E todas as outras nações capazes de colaborar, não só neste hemisfério mas da Europa e Ásia também, deverão conjugar seus esforços.

Sétimo, a crise não esperará. Não há tempo a perder.

INTERESSES DE SEGURANÇA

Antes de examinarmos os interesses de segurança dos Estados Unidos na região, vejamos a nossa definição da *Área do Caribe* ou "Caribbean Basin".

A *Área do Caribe* abrange o México, a Venezuela, a Colômbia, o Caribe propriamente dito e o norte da América do Sul, além dos países da América Central. Esses países são nossos vizinhos mais próximos — Washington, por exemplo, encontra-se mais perto da Costa Rica do que de São Francisco —, e formam, de maneira bem mais nítida, nossa "Terceira Fronteira". A importância dessa área contígua e sua localização geoestratégica não passam despercebidas pelos planejadores soviéticos que, muito acertadamente, a qualificam de nossa "Retaguarda Estratégica". É uma área com a qual estamos intimamente ligados por força de nossa fronteira mexicana, costa do Golfo, Porto Rico, Ilhas Virgens e o crítico Canal

do Panamá. Nossos laços são mais do que apenas geográficos. Alicerçam-se na história, na cultura, na imigração, no comércio, em investimentos e na necessidade de defesa comum. Se esta área contígua estiver ameaçada, os Estados Unidos serão afetados. Se for ameaçada, nós nos sentiremos ameaçados.

Importância econômica

Aproximadamente metade de nossas importações e exportações totais, representando mais de dois terços, do nosso comércio exterior marítimo, passa pelas vitais rotas comerciais do Canal do Panamá, do Caribe, e do Golfo do México. Dos onze mil navios que cruzam o Canal do Panamá anualmente, cerca de 60% transportam cargas dos e para os portos dos Estados Unidos, o que representa 1/4 do total das nossas importações marítimas.

As rotas comerciais do Caribe são de especial importância para a economia norte-americana, uma vez que três quartos de nossas importações de petróleo se fazem por elas. Enquanto parte desse petróleo provém da área do próprio Caribe, principalmente do México e da Venezuela, a maior parte é transportada do Golfo Pérsico e outras fontes produtoras para cerca de doze portos no Caribe, que servem como ponto de baldeação para os superpetroleiros que levam o petróleo destinado às refinarias dos Estados Unidos. Os superpetroleiros têm que descarregar o petróleo nos locais de baldeação para pequenos petroleiros já que o litoral leste dos Estados Unidos

não possui nenhum porto com profundidade suficiente para grandes petroleiros. Outros superpetroleiros entregam o óleo cru a numerosas refinarias localizadas no interior do Caribe. Instalações como a de Curaçao podem processar aproximadamente cinco milhões de barris de óleo cru por dia. Os produtos refinados são então transportados por petroleiros de pequeno porte para portos norte-americanos da costa leste e do Golfo. Quase a metade do petróleo bruto oriundo do Alasca passa pelo Canal do Panamá em pequenos petroleiros ou corre pelos recém-construídos oleodutos que atravessam o Panamá, a fim de que seja embarcado em petroleiros ainda menores no Caribe.

Além de nossas rotas vitais de petróleo passarem pelo Caribe, mais da metade de nossas importações de minerais estratégicos se faz através do Canal do Panamá ou das vias marítimas daquela área. Virtualmente todo suprimento dos Estados Unidos (quase 90%) de cobalto, manganês, titânio e cromo, todos vitais para a indústria ou uso militar, vem diretamente dos países do Caribe ou da África através da rota de comércio normal que cruza o Caribe. Os países do Caribe também suprem 3/4 das necessidades de alumínio dos Estados Unidos.

O comércio dos Estados Unidos com os países da área do Caribe e cerca de 1/8 (um oitavo) do comércio mundial dos Estados Unidos (exportação mais importação) e também os valores em dólares são substanciais — quase 68 bilhões

de exportações e importações em 1982.

Finalmente, a importância econômica da área do Caribe para os Estados Unidos tem aumentado de forma dramática durante a última década, na medida em que os Estados Unidos transferiram sua dependência em petróleo importado do Oriente Médio para a América Latina.

Enquanto as importações da OPEP diminuíram, as da América Latina e Caribe aumentaram. Excluindo a Venezuela, país membro da OPEP, a quota norte-americana de importação de óleo bruto e produtos refinados da América Latina e do Caribe, aumentou de 17 para 27% entre 1977 e 1984. Incluindo-se a Venezuela, esse total eleva-se a 37%. As importações de petróleo do México, em particular, assumiram maior importância, crescendo de dois por cento em 1977 para os atuais 14 por cento.

Importância estratégica

Recentemente, a atenção mundial tem se concentrado na possibilidade do fechamento do Estreito de Hormuz, ponto vital no Golfo Pérsico. Menos divulgada, mas de igual importância, é a possibilidade de interrupção pelos nossos adversários das estratégica e economicamente vitais rotas marítimas do Caribe.

Há muito que a importância estratégica e a vulnerabilidade das rotas marítimas da área vêm sendo reconhecidas. Thomas Jefferson, por exemplo, compreendeu o valor estratégico do Caribe quando

destacou que quem dominasse a ilha de Cuba, exerceria o controle efetivo sobre todos os navios chegando ou partindo do porto de Nova Orleans.

Como nação, não estamos acostumados a ver ameaças a segurança dos Estados Unidos em nossa própria vizinhança, mas exemplos passados sugerem que possam se verificar.

Nos primeiros seis meses do envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, devido às nossas fracas defesas no Caribe bem como às nossas rotas vitais expostas, alguns submarinos nazistas, sem possuir qualquer base naval naquela área, afundaram no Caribe 114 navios pertencentes às forças aliadas, mais tonelagem do que toda a frota alemã colocou a pique no Atlântico Norte.

Atrevidos e impunes, os submarinos alemães bombardeavam refinarias em Aruba e aguardavam navios que transitavam no Canal do Panamá, rumo ao Caribe. A importância logística do Caribe rapidamente tornou-se evidente, quando mais de 50% dos suprimentos e reforços, destinados aos teatros europeus e africanos, transitaram pelos portos do Golfo do México.

Hoje, no caso de uma crise na Europa, uma quantidade significativa de reforços, bem como metade do material necessário para ressuprir os aliados da OTAN, partirão desses mesmos portos do Golfo.

Não se trata de mera coincidência o fato de que a União Soviética está aumentando de forma dramática sua ajuda militar a

Cuba. Os objetivos da União Soviética e Cuba nesta região são complementares. Os soviéticos fornecem anualmente a Cuba mais de 4 bilhões de dólares em assistência econômica e cerca de 600 milhões em assistência militar. Quase 15.000 soviéticos protegem os seus investimentos em Cuba, incluindo 2.800 conselheiros militares, uma brigada de 2.800 homens e 2.100 pessoas que operam a mais sofisticada instalação de informações e comunicações fora da União Soviética. O bloco soviético forneceu a Cuba cerca de 270 aeronaves de combate a jato e instrutores, 70 helicópteros incluindo muitos de ataque, da ordem de 950 carros de combate, 800 peças de artilharia, 200 lançadores de mísseis superfície-ar, 2 fragatas classe Koni, 3 submarinos de ataque, 40 barcos de patrulha de mísseis e diversas embarcações de patrulhamento, e até barcas de desembarque anfíbias. As entregas de equipamento militar alcançaram anualmente cerca de 60.000 toneladas métricas nos últimos quatro anos.

Pergunta-se: qual seria a relevância disso? Cuba ameaçaria derrotar os Estados Unidos em um confronto militar? Se a resposta é, obviamente, não, então por que dar-se tanta ênfase ao poder militar de Cuba? Para responder esta pergunta, devemos analisar a doutrina soviética, de atacar a retaguarda estratégica, e, a particular vulnerabilidade do flanco sul dos Estados Unidos, nossa retaguarda estratégica. Vivemos em um mundo sistêmico e interdependente, e

os soviéticos reconhecem a importância daquela área para os Estados Unidos, talvez bem maior do que a atribuída por nós no passado. Os planejadores estratégicos soviéticos consideram ter uma presença militar cada vez maior e permanente no Caribe, como um excelente meio de neutralizar estrategicamente os Estados Unidos. Caso os soviéticos decidam atacar a Europa Ocidental com sua base industrial de tecnologia avançada, fariam-no quase inesperadamente em um esforço de apresentar a OTAN um "fait accompli". A estratégia do Ocidente para enfrentar tal agressão será a de impedir o avanço dos blindados e soldados do Pacto de Varsóvia, com o poder conjunto dos Estados Unidos e seus aliados da OTAN, até a chegada de reforços dos Estados Unidos. Assim, reforços imediatos tornam-se vitais, sem os quais poder-se-á considerar a Europa Ocidental perdida, sob o ponto de vista militar, a presença de fato dos soviéticos no Caribe facilitaria esse gigantesco ataque convencional soviético.

Em suma, Cuba tornou-se uma significativa potência militar com capacidade de retardar o reforço da OTAN em tempo de guerra. Em face ao desequilíbrio de forças convencionais existentes entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, esse retardo poderia ser decisivo. Além disto, a vulnerabilidade do nosso flanco sul é um assunto de séria preocupação já que nossa capacidade de projetar o poder militar dos Estados Unidos na Europa, no Oriente Médio e no Extremo

Oriente, efetivamente, sempre esteve na dependência da manutenção da segurança do flanco sul.

O envolvimento da União Soviética e de Cuba

A tão chamada "Síndrome pós-Vietnã", e outros reveses geopolíticos dos anos 70 encorajaram os soviéticos e seus satélites, tendo Cuba como principal executante, a desencadear um movimento sem precedentes para desestabilizar e exercer influência sobre cada possível estado independente da região. Os objetivos finais são muito simples:

- desacreditar os Estados Unidos e amigos mais visados.
- Obter influência dominante sobre o desenvolvimento político-militar na área.
- Apoiar elementos simpatizantes destas idéias pertencentes à esquerda radical para conquistar o poder.
- Estabelecer, eventualmente, governos totalitários títeres.

Como o relatório da comissão nacional bipartidária sobre a América Central observou: "Movimentos de reforma nativistas mesmo revoluções populares, não constituem propriamente uma preocupação para a segurança dos Estados Unidos. A história nos dá exemplos de genuínas revoluções populares, cujas origens provêm totalmente de movimentos nativistas. Neste hemisfério o México é um

exemplo claro. Mas durante as duas últimas décadas nós nos dedicamos com um novo fenômeno. A união do poder dos soviéticos e cubanos para estender sua influência e presença nas áreas vulneráveis do Hemisfério Ocidental é uma ameaça direta aos interesses de segurança dos Estados Unidos. Este tipo de insurreição está presente na América Central hoje."

Na América Central, os soviéticos recordam as lições aprendidas no passado. Por exemplo, eles dão grande ênfase às lições de Cuba e exaltam o sucesso de Castro, como o começo do fim da influência dos Estados Unidos na América Latina. Eles se apressam em apontar, acertadamente, que Cuba escolheu a solução marxista-leninista por si mesma. Entretanto, uma vez Castro no poder, os soviéticos se apressaram a dar assistência e a consolidar seu governo.

Se Cuba representa um caso de sucesso para os soviéticos no Hemisfério, certamente o Chile tem sido causa de grande preocupação sobre o que não deu certo. Embora tivessem pouco a ver com a vitória eleitoral de Salvador Allende em 1970, os soviéticos viram isto como um prenúncio de coisas que estariam por ocorrer. Os russos são dedicados estudantes de História, e estão determinados a impedir que os fatores, julgados por eles responsáveis pela queda de Allende em 1973, não se repitam em lugar algum. A principal lição que os soviéticos tiraram da experiência chilena, como foi revelado nos relatórios e estudos do Instituto

do Kremlin para a América Latina, é que uma vez tendo Allende chegado ao poder via um processo democrático, a sua vitória deveria ser consolidada pela força, a fim de permitir a eliminação de elementos "contra-revolucionários" tais como os militares e a polícia.

Os soviéticos e os cubanos estão agora trabalhando de comum acordo para atingir o que Castro não logrou conseguir na América Latina nos anos 60... Fomentar a revolta para instalar governos marxistas-leninistas. Eles aprenderam muito a respeito de ambas as partes, reciprocamente, nos últimos vinte cinco anos e estão assiduamente aplicando as lições aprendidas de seus sucessos e falhas.

El Salvador é o objetivo imediato, mas Cuba não ficará somente com aquele país. Juntamente com os soviéticos, Cuba vê a inevitabilidade de uma América Latina comunista. Julgando pelas táticas das guerrilhas apoiadas por Cuba em El Salvador, entretanto, o objetivo não é solucionar problemas endêmicos que alimentam os movimentos insurrecionais. Ao contrário, procuram exacerbá-los visando a que o povo retire seu apoio ao governo, dado este não poder protegê-lo. É uma implacável estratégia niilista, baseada na premissa de que o país deve ser destruído antes que ele possa ser "salvo". Destruindo a ordem, os choques do terror afetam os fundamentos da autoridade, provocando ações de contra-terrorismo. Como Carlos Marighella escreveu em seu clássico tratado terro-

Mini-Manual da Guerrilha Urbana, as guerrilhas podem transformar "a situação política do país... Em uma situação militar na qual os militaristas aparecem mais e mais como responsáveis pelo terror e pela violência, enquanto os problemas na vida do povo se tornam verdadeiramente catastróficos".

Antes de discutir a questão de El Salvador, algumas considerações se fazem necessárias sobre a Nicarágua, o principal laboratório para a aplicação das lições de Cuba e do Chile. Recordemos as manchetes da primavera e do verão de 1979, quando os sandinistas lutavam para derrubar a ditadura de Anastácio Somoza. Seu regime altamente corrupto provocara uma oposição amplamente difundida, e os sandinistas recebiam um extensivo apoio de outros países latino-americanos, notadamente o Panamá e a Venezuela. Além da Costa Rica, permitiram que seus territórios fossem usados como local de refúgio e base de operações. Os Estados Unidos pressionaram a fim de que Somoza renunciasse, e finalmente, suspenderam a entrega de equipamento militar.

Quando Somoza caiu, havia um sentimento generalizado de que os verdadeiros democratas haviam triunfado contra uma dinastia de 45 anos.

Os sandinistas prometeram por escrito à OEA que fariam eleições livres e desenvolveriam um sistema político pluralista. Obviamente isto não ocorreu.

Embora fosse sabido que Castro e os membros da liderança sandinista eram intimamente ligados, Castro escondeu a extensão de seu apoio, a fim de não romper a aliança entre os marxistas e outros oponentes de Somoza. A coligação anti-Somoza era então uma clássica organização de frente, o grosso formado por não comunistas, mas com o núcleo central, o diretório sandinista, tendo uma ligação direta com o sistema de apoio comunista mundial. Muitos dos oponentes não-comunistas de Somoza, que tinham se juntado aos sandinistas, vêem-se agora afastados do governo, depois de, tardia e tristemente, concluírem que haviam sido usados e ter sido a revolução traída. A presença deles na luta contra Somoza fora decisiva, mas eles foram afastados pelos marxistas quando já não eram mais necessários. São patriotas genuinamente nicaraguenses que estão agora tentando controlar de novo a revolução roubada pelos sandinistas, cubanos e soviéticos.

Tem sido freqüentemente usado o argumento que os Estados Unidos se fizeram de surdos aos apelos de ajuda por parte dos sandinistas e por este motivo se aliaram aos cubanos soviéticos. Isto é absolutamente irreal, e a persistência deste mito é uma manifestação daquela tese soviética de desinformação: repita uma mentira com freqüência e ela será acreditada. Alguns fatos mostrarão a falsidade desta acusação.

Os Estados Unidos cortaram toda assistência militar a Somoza em seus últimos meses, exatamente

te quando ele precisava mais dela. Depois que os sandinistas tomaram o poder em julho de 1979, os Estados Unidos forneceram quase 25 milhões de dólares de comida e suprimentos médicos de emergência. De julho de 1979 a janeiro de 1981, os Estados Unidos forneceram 118 milhões de dólares em ajuda econômica direta. Este montante ultrapassou em muito o que poderia ter sido propiciado por outro governo. Adicionalmente, os Estados Unidos usaram sua considerável influência no mercado internacional para gerar aproximadamente 250 milhões de dólares em assistência financeira aos sandinistas, quase o dobro do total da ajuda recebida nos últimos 20 anos. A ajuda econômica soviética foi nula durante aquele período, mas eles certamente não estavam inativos. Enquanto os Estados Unidos e outras democracias prestavam esta ajuda econômica aos necessitados e para restaurar o funcionamento dos serviços essenciais destruídos na guerra, os cubanos e soviéticos esbanjavam assistência militar.

O Kremlim, lembremo-nos, concluiu que Allende, eventualmente, fora destituído do governo chileno porque não se consolidara pela força das armas. Os soviéticos e os cubanos estavam decididos a evitar que sucedesse o mesmo aos sandinistas.

O envio de suprimentos em navios do bloco soviético à Nicarágua nos últimos 3 anos desestabilizou o equilíbrio militar na América Central. As seis remessas de equipamento militar via marítima

efetuadas em 1982 cresceram para 25 em 1983 e 37 em 1984, aumentando assim a assistência do bloco soviético. O maciço fortalecimento militar da Nicarágua intimidava seus vizinhos — Costa Rica, Honduras e El Salvador. Os sandinistas alegam que tal medida tem propósitos defensivos, para combater as forças anti-sandinistas. Mas a corrida armamentista começou antes que as forças democráticas fossem forçadas a se levantar em armas contra os marxistas leninistas que se juntaram à revolução. Mais de 18.000 toneladas métricas de equipamento militar do bloco soviético foram entregues à Nicarágua no ano passado. O inventário do equipamento militar nicaraguense inclui agora cerca de 150 carros de combate T55 e anfíbios PT76, 200 outras viaturas blindadas, mais de 50 obuses de 152 e 122 milímetros, com alcance de 17 quilômetros, 24 lançadores de foguetes múltiplos BM 21, da ordem de 65 aeronaves e helicópteros, incluindo helicópteros de ataque "HIND" M124, exportados para Cuba somente há 2 anos atrás, uns 200 canhões antiaéreos e 300 lançadores de mísseis com mais de 700 mísseis de superfície — ar. A aquisição e instalação de vários dos mais novos e sofisticados radares indicam que a preparação no sentido de concretizar as intenções declaradas dos líderes sandinistas de adquirir aeronaves avançadas está a caminho. O aeródromo de Puenta Huete, localizado ao lado do lago de Manágua, está sendo construído por centenas de trabalhadores cubanos. Terá a extensão

de uns 3.300 metros e condições de acolher qualquer aeronave soviética. Três outros aeródromos em Monte Limar — Puerto Cabezar, e Bluefields — também estão sendo melhorados. Por que a Nicarágua precisa de tais instalações?

Certamente não será para turistas, nem para exportar seu café, algodão, gado e açúcar; nem mesmo para apoiar uma pequena força aérea. Nossa preocupação é seu potencial uso por aeronaves do bloco soviético e de Cuba. Quem poderia prever há 25 anos atrás que hoje nós assistiríamos bombardeiros soviéticos "Bear" em vôo de reconhecimento, operando rotineiramente de Santo Antonio de Los Banos, Cuba?

O aspecto mais visível do fortalecimento militar da Nicarágua é o crescimento do tamanho das suas forças armadas, cujos efetivos agora oscilam em volta de 119.000 homens incluindo a polícia, as forças da reserva e segurança interna. Os sandinistas anunciaram seus planos de elevar o efetivo de suas forças para um total de 250.000 homens. Entretanto, para atingir tal cifra poderão encontrar dificuldades. As tentativas sandinistas de recrutamento já experimentaram consideráveis resistências. Em uma tentativa do exército da Nicarágua de recuperar desertores na cidade de Naragote, ao menos 80 pessoas se feriram nas lutas, entre as tropas do governo e a população da cidade. Em outro incidente cerca de 850 jovens escaparam de um campo de detenção em Ticuantepe, perto de Manágua. Os jovens foram tirados à força de ônibus

públicos por grupos de recrutamento militar sandinistas.

Havia um número superior a 9.000 cubanos na Nicarágua ajudando a consolidar o regime marxista-leninista, nos anos recentes. Atualmente o número está entre 6.000 a 7.500. Quase 3.000 cubanos atuam como conselheiros de segurança e militares. A União Soviética tem cerca de 40 conselheiros e técnicos militares na Nicarágua. Outros conselheiros vêm da Alemanha Oriental, que fornece especialistas em segurança interna, alguns provêm da Líbia e da OLP que proporciona pilotos e mecânicos e assistência à força aérea sandinista. Até mesmo da Coreia do Norte recebem alguma ajuda.

A intrusão do bloco soviético no Hemisfério Ocidental não é aventureira. Faz parte de um plano estratégico de longo alcance que envolve o treinamento anual de 14.000 estudantes das Américas na União Soviética, na Europa de Leste, e em Cuba. Por exemplo, em 1984 pelo menos 700 estudantes e 250 estagiários técnicos da Nicarágua estavam na União Soviética. Além disso, havia pelo menos 2.000 estudantes nicaraguenses em Cuba e 200 na Alemanha Oriental.

Se a corrida armamentista da Nicarágua e Cuba é causa de preocupação, a situação em El Salvador constitui motivo de contido otimismo. O governo do Presidente Duarte não só recebeu um voto de confiança dos Estados Unidos, com a aprovação dos projetos de assistência para 1984 e 1985, mas também firmou compromissos de

assistência com a Alemanha Ocidental e a Grã-Bretanha. As eleições legislativas e municipais de 31 de março constituíram um grande avanço.

As forças armadas salvadoreñas têm se tornado eficientes de modo crescente. O equipamento, a instrução e o moral das tropas vem melhorando substancialmente. Ao mesmo tempo é evidente que seus adversários guerrilheiros perderam o apoio do povo. Como resultado, sua organização está mostrando sinais de extenuação interna. Seqüestros e recrutamento forçado têm sido usados frequentemente para preencher suas fileiras. Mais de 2.000 casos de recrutamento forçado já foram relatados. Estes tão falados "recrutas" perfazem agora quase um quarto da força total da guerrilha.

Metas e objetivos dos Estados Unidos

Diante do apoio de Cuba e da Nicarágua às guerrilhas, bem como da crescente presença soviética na região, quais são os objetivos básicos da política externa norte americana na América Central?

São: preservação e promoção das instituições democráticas, desenvolvimento econômico. Diálogo e negociação e segurança para as nações ameaçadas da região.

O objetivo fundamental é a *preservação e promoção das instituições democráticas*. Francamente falando, nossos interesses estariam melhor satisfeitos se nossos vizinhos fossem democracias. As democracias protegem a liberdade

e a dignidade de seus cidadãos e não tentam impor sistemas totalitários a outros.

Nosso segundo objetivo é a Reforma e o Desenvolvimento Econômico. A política dos Estados Unidos apoia firmemente a reforma econômica e o desenvolvimento. Esta política vem sendo mantida por longo tempo. Por exemplo, os Estados Unidos forneceram \$120 milhões de ajuda à Nicarágua depois da revolução de 1979 e antes que se tornasse claro que a democracia naquela nação estava sendo destruída. Nós atualmente damos substancial assistência de desenvolvimento a América Central através de vários programas de ajuda.

A política dos Estados Unidos também apoia o diálogo e a negociação, tanto entre os países da região como dentro de cada país. Ao mesmo tempo nos opomos à divisão do poder sem eleições. A legitimidade vem da urna, não de projéteis ou propaganda, ou de eleições em que a oposição não possa ter acesso e liberdade para participar.

A iniciativa de "Contadora" e os esforços do Presidente Duarte em El Salvador oferecem dois exemplos de tal diálogo. O processo de "Contadora" cresceu de um encontro dos ministros das relações exteriores da Colômbia, México, Panamá e Venezuela em janeiro de 1983, na Ilha de Contadora, na costa do Panamá. Os encontros dos quatro países de Contadora e os cinco países da América Central levaram, em setembro de 1983, a um "Documento de

Objetivos". Este documento relacionou 21 metas sociais, políticas e de segurança a serem negociadas. Em 8 de janeiro de 1984, todos os governos participantes concordaram em criar grupos de trabalho para encontrar meios de atingir os objetivos.

Como resultado, em 8 de junho passado, uma minuta do acordo foi apresentada aos países centro-americanos. Os países então debateram suas apreciações, as quais resultaram em uma segunda minuta em 7 de setembro. Cada um dos países da América Central, com a exceção da Nicarágua, apresentou suas opiniões por escrito. A Nicarágua, entretanto, anunciou que aprovaria esta minuta *desde que não houvesse mudanças na mesma*.

Desde então, a Nicarágua tem se negado a considerar qualquer mudança substancial nesta minuta, ignorando efetivamente seus vizinhos, que estavam preocupados com a verificação de reduções dos gastos militares e com o término da subversão.

A aceitação da minuta feita a 7 de setembro foi motivo de propaganda. O regime sandinista alegou que a Nicarágua havia aceito o acordo de "Contadora" ao contrário dos outros países, o que — segundo a propaganda sandinista foi uma falha dos Estados Unidos.

Trocando a propaganda por fatos concretos, qual é a posição dos Estados Unidos com relação as negociações? Em 27 de abril de 1984 o Presidente Reagan resumiu isto diante de uma seção conjunta do Congresso. Com referência à ajuda

dos Estados Unidos ele disse que os Estados Unidos apoiam:

"Qualquer acordo entre os países da América Central para a retirada — sob absolutas condições verificáveis e de reciprocidade — dos conselheiros de segurança e militares estrangeiros, e tropas;

Reintegração dos grupos de oposição no processo político de todos países e competição pelas urnas e não pelas armas".

"Qualquer acordo verificável e recíproco entre os países da América Central no sentido de recusar o apoio a insurreições nos territórios vizinhos". E

"Qualquer acordo verificável e recíproco de não importação de armas ofensivas".

Os Estados Unidos participam do ponto de vista de que a minuta de 7 de setembro de "Contadora" necessita ser fortalecida para torná-la efetiva como instrumento para colocar um fim no conflito da América Central. Entretanto, as reservas feitas pelos Estados Unidos a esta minuta de acordo não devem ser comparadas à oposição a um tratado efetivo, o que seria bem vindo e apoiado pelo nosso país.

O quarto objetivo básico da política externa americana é a *segurança às nações ameaçadas na região*. Assistência à segurança é essencial para assegurar a proteção que enseje a efetivação da democratização, do desenvolvimento econômico e de reformas. Sem esta cobertura, as guerrilhas continuarão a provocar a morte e a destruição entre os povos da região.

O apoio de segurança propor-

cionada pelos Estados Unidos destina-se a ajudar a países a se defender individualmente. A assistência neste campo impõe treinamento e equipamento das forças do país assistido, a fim de maximizar a eficiência dele. O objetivo não é criar forças militares grandes e desestabilizadoras como os exemplos de Cuba e Nicarágua.

Os Estados Unidos devem manter também a segurança do comércio do Caribe e linhas marítimas de comunicação. Isto é essencial à prosperidade econômica, à segurança nacional, e ao bem estar e à segurança dos nossos vizinhos ao sul, e aliados da Europa. Não podemos nos esquecer que em casos de emergência na Europa, muitos dos reforços e suprimentos enviados pelos Estados Unidos devem ser enviados via marítima.

O objetivo desta administração é estabelecer como princípio uma política bipartidária de longa duração no Hemisfério, sobre a qual cada administração sucessiva possa continuar a se organizar. Esta política deve estar intimamente interligada aos nossos outros compromissos, e conterà no seu bojo a política da América Central sobre a qual falamos.

Esta política oferece o melhor caminho para proteger os interesses vitais compartilhados pelos Estados Unidos e seus vizinhos. Os avanços feitos em El Salvador, e as iniciativas em todos os lugares da América Central e Caribe, mostram que um começo já foi feito. Para manter o andamento desta política, é necessário:

- Promover os direitos humanos e a liberdade individual;
- Pressionar por contínuas reformas políticas e sociais;
- Controlar a expansão soviética e cubana neste Hemisfério;
- Reconstruir, e, posteriormente, continuar construindo as economias da região. Isto exige que o Congresso atue sobre as solicitações urgentes desta administração, e destine os recursos necessários para implementar as recomendações da comissão bipartidária relativa à América Central.

CONCLUSÃO

Em conclusão, enfrentamos dois problemas: as condições da América Central e a disposição dos soviéticos e cubanos em explorá-las. Precisamos responder aos dois desafios. É essencial que indiquemos as condições que fazem da região um alvo tão vulnerável. Precisamos encorajar as reformas e o desenvolvimento. Ao mesmo tempo faz-se mister prover a necessária proteção militar sob a qual as reformas e o desenvolvimento possam se processar.

É nossa firme convicção que esta política acha-se corretamente baseada em quatro elementos, a saber: apoio a democracia e aos direitos humanos, desenvolvimento econômico, diálogo e negociação e assistência à segurança. A América Central está muito próxima de nós. Suas necessidades são urgentes e seu futuro afeta a todos nós. É tão torturante a história da América Central que nem os aspectos militares, econômicos ou

sociais da crise podem ser considerados independentemente um do outro. A menos que um progresso rápido possa ser feito nas frentes política, econômica e social, a paz na frente militar será ilusória e frágil.

Em segundo lugar, as raízes da crise são tanto autóctones como alienígenas. Os descontentamentos são reais. E para a maior parte da população as condições de vida são miseráveis; assim como a Nicarágua estava amadurecida para a revolução, também as condições que convidam a revolução estão presentes em todos lugares da região. Mas estas condições têm sido exploradas por forças estrangeiras hostis — especialmente, por Cuba, apoiada pela União Soviética e agora operando através da Nicarágua — o que tornará qualquer revolução dominada pelos comunistas em um estado totalitário, ameaçando a região e roubando ao povo suas esperanças de liberdade.

Terceiro, como afirmamos no princípio, as reformas autóctones, mesmo as revoluções nativistas, não constituem uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. Mas a intrusão de potências estrangeiras agressivas explorando os sofrimentos locais para expandir sua própria influência política e controlé militar, é uma séria ameaça aos Estados Unidos e ao Hemisfério inteiro.

Quarto, nós temos interesse humanitário em aliviar a miséria e ajudar o povo da América Central a satisfazer suas necessidades econômicas e sociais e, juntos com outras nações do Hemisfério, te-

mos interesse nacional em fortalecer as instituições democráticas em qualquer lugar do Hemisfério onde elas estejam enfraquecidas.

Quinto, a América Central necessita de ajuda, tanto material como moral, governamental e não-governamental. Tanto os apelos de consciência quanto os de avaliação de nosso próprio interesse nacional exigem que procuremos dar esta ajuda.

Sexto, a solução dos problemas da América Central depende dos

próprios centro-americanos. Eles precisam de nossa ajuda mas somente nossa ajuda não é suficiente. Reformas internas, assistência externa, esforços próprios, mudanças na política econômica, tudo isso é necessário e deve ser coordenado. Para isso outras nações com capacidade de fazer algo, não somente aquelas deste Hemisfério, mas da Europa e da Ásia, deveriam concentrar seus esforços.

Sétimo, a crise não esperará, não há tempo a perder.

(Tradução do Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho)



O General-de-Brigada Clarke M. Brintnall, do Exército dos EUA, é formado pela Academia Militar de West Point em 1958, possui o curso da Escola de Comunicações (Forte Monmouth, Nova Jersey), de pára-quedista, realizado em Forte Benning (Geórgia), e da Escola de Guerra do Exército de seu país. Além disso, tem mestrado em Administração de Comércio Internacional e Governo efetuados, respectivamente, Universidade Norte-Americana e do Arizona, bem como diploma de pós-graduação em Segurança Nacional e Internacional da Universidade de Harvard. Serviu na Alemanha, no Irã e no Vietnã, onde comandou o Destacamento de Informações da 1ª Divisão de Cavalaria Aerotransportada. Integrou, também, o Estado-Maior do Comando Sul, no Panamá, o Comando de Forças de Emprego Rápido, na Flórida o Gabinete da Junta de Chefes de Estado-Maior, a Comissão, Brasil-Estados Unidos de Defesa, a Junta Interamericana Para Defesa e a Comissão México-Estados Unidos Para Defesa. Foi encarregado da Região Interamericana no Gabinete do Subsecretário de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional, adjunto do Adido Militar e Adido Militar dos EUA no Brasil, cargo que acaba de deixar para tornar-se chefe de todos os adidos aeronáuticos, navais e do Exército norte-americanos, no Pentágono.



O BRASIL MUDOU

Pedro Antônio B. Cantisano

Iniciamos uma nova etapa no processo político do Brasil com a mudança de Governo em 15 de março. Assumiu a direção do País, após 21 anos de regime revolucionário, uma nova mentalidade que se passou a denominar de "Nova República", sob a coordenação das instituições civis.

No momento da mudança, não podemos deixar de lembrar que o movimento de 31 de março de 1964, trouxe um desenvolvimento em todos os setores da vida nacional, tendo sido alcançado entre outros objetivos o da afirmação do Brasil como Nação independente e a edificação das bases de um governo democrático representativo.

A Nova República é resultado de um processo de amadurecimento constante dos princípios e das práticas da civilização democráti-

ca, que dependeu invariavelmente, do patriotismo e da competência de seus líderes e de seu povo e que teve no Presidente João Figueiredo o grande baluarte na defesa das instituições e na abertura política, que proporcionou a eleição do Presidente Tancredo Neves. O novo governo que dirige os destinos do Brasil, é fruto indiscutível, de uma aliança democrática e principalmente do grande movimento popular que se instalou no País a partir do momento em que a Nação foi mobilizada para pleitear as eleições diretas.

Nasce a "Nova República" com o apoio da grande maioria do povo brasileiro, que dá a autenticidade necessária à mudança de métodos e ao fortalecimento das instituições civis e, fundamentalmente, à fidelidade aos princípios democrá-

ticos. Grandes são os desafios, não só da desigualdade bem como da miséria, cuja resposta deverá passar por uma profunda redefinição do papel do Estado na sociedade brasileira no sentido de melhor adequá-lo e equipá-lo para o atendimento das demandas sociais básicas.

A indicação de elementos civis capazes, probos e qualificados para o exercício do poder são condições essenciais no atendimento dos anseios do povo, de solução, ainda que a médio prazo, dos problemas sociais existentes. *O precisa mudar ou o muda Brasil* tão ao gosto popular, não autoriza a eliminação de homens que exerceram com dignidade e proficiência cargos nos governos anteriores, assim como, não interessando a nação que sejam execrados, pelo contrário, com muito mais suporte devem colaborar na retomada do desenvolvimento que todos almejam. Convém lembrar que o povo, na sua grande maioria, por meio das grandes concentrações populares em todos os Estados da Federação, ao depositar suas esperanças no governo José Sarney espera uma resposta positiva, não se preocupando nem desejando revanchismo.

O presidente eleito — Dr. Tancredo Neves, o grande Conciliador Nacional, sabia e tinha consciência de que fez renascer no povo a esperança de que o crescimento econômico e social sejam prioridades.

Antes de tudo, o mais importante são as metas a que se pretende chegar, devendo ser a justiça social imperativa nos planos da Nova República. No campo específico da construção imobiliária, da habitação propriamente dita, tem-se a confiança na palavra do próprio Presidente, de que será reformulada a política habitacional de forma a acabar com a crise no setor e melhorar as condições de moradia do povo.

Certamente que todos desejam um plano que atenda às condições mínimas de habitação, ainda que este plano seja emergencial, pois é perfeitamente compreensível a impossibilidade de em curto prazo o problema habitacional seja resolvido. Toda a nação está consciente de que os problemas ainda que equacionados não terão suas soluções imediatas, mas, confiam plenamente que o novo governo combaterá a inflação e alcançará os objetivos a que se propôs. A esperança renasceu e está presente no coração de cada brasileiro, dando apoio às medidas que visam a construção de uma sociedade mais integrada em suas diversas dimensões, sociais, econômicas, políticas e culturais.

O bem comum, a instauração de um clima de austeridade, a manutenção da paz social e a prosperidade nacional são, indiscutivelmente, os objetivos permanentes de toda a nação. Os erros do passado são conhecidos e não se deseja

vê-los repetidos no presente, e nem se pode mais esperar que sejam corrigidos com críticas. Deseja-se apenas ação para o desenvolvimento.

Todos são partícipes da mudança e da mesma forma todos devem

colaborar na consolidação da democracia e no trabalho para fazer o Brasil cada vez maior, mais justo e mais unido, tendo como princípio básico o grande ensinamento de Jesus Cristo: *Amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei.*

O Professor Pedro Antônio Barbosa Cantisano é advogado militante, professor da Fundação Getúlio Vargas, conferencista e especialista em Direito Imobiliário.



BACIA DO PRATA: POLO GEOPOLÍTICO DO ATLÂNTICO SUL

Therezinha de Castro

Introdução

O Atlântico se distingue dos dois outros grandes oceanos pela *larga comunicação marítima que estabelece com as zonas polares*. Na prática, a divisão do Atlântico em dois segmentos definidos se faz na área em que o entorce continental sul-americano, o saliente nordestino do litoral brasileiro, se projeta para a África Ocidental, na geoestratégica zona de estrangulamento Natal-Dakar.

No também geoestratégico corredor de circulação meridional, onde os três grandes oceanos se reúnem diante da Antártica, o Atlântico tem como pontos de amarras o Cabo das Agulhas (35° de latitude sul) no continente africano e o Cabo Hornos (56° de latitude sul) no lado americano.

No âmbito geral, observadas as entidades geopolíticas dependentes da *África Sul Atlântica* desde a Mauritânia até a Namíbia, excluindo-se a República da África do Sul, a paisagem psicossocial é a de *países subdesenvolvidos, integrando o estágio mais pobre do Terceiro Mundo*, mesmo que, como o Gabão e a Nigéria integrem a OPEP. Caracterizam-se esses países por uma baixa renda nacional *per capita*; índice de cultura pobre, com baixo nível de politização; população rural vinculada a uma economia agrária monocultora; predomínio da indústria extrativa sobre a manufatureira; desequilíbrio no comércio exterior; e, finalmente, com capital doméstico insuficiente não só para seu desenvolvimento econômico, como para a própria continuidade

política. Do outro lado, *a América do Sul apresenta-se bem mais coesa ante a vantagem de estar integrada no âmbito das Relações Internacionais vários séculos na frente do continente africano.*

Entre a África Ocidental, de característica essencialmente tribal, e a América Atlântica, que repartem a zona meridional do grande oceano, falta, pois, um conjunto coerente de individualidades com personalidades próprias, e sem tal característica não pode coexistir um complexo regional globalizado dentro da consciente e necessária geoestratégia comum. Consequentemente, no contexto, avulta a importância da Bacia do Prata, que engloba todos os países do Atlântico Sul-Americano; importância continental-regional que já distingue o conjunto como o Polo Geopolítico do Atlântico Sul.

Caracterização da Área

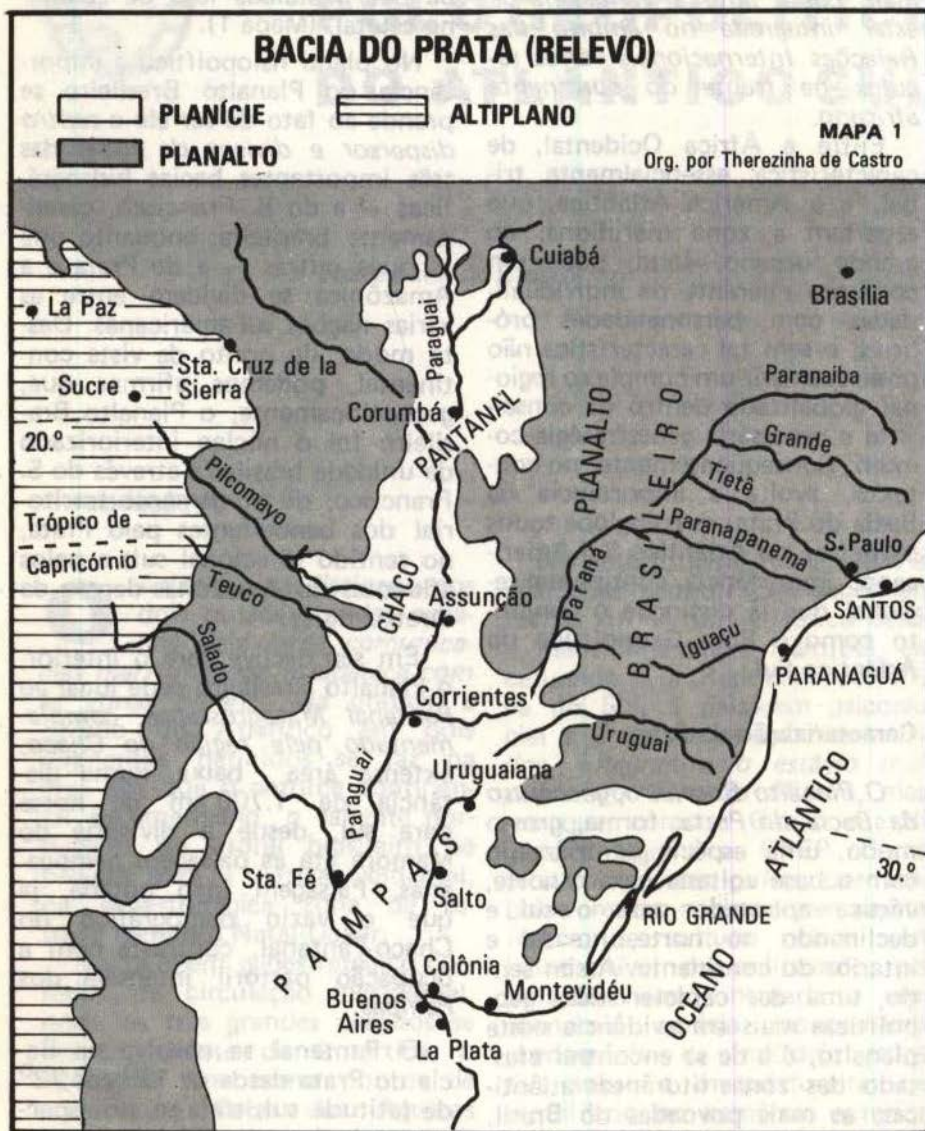
O Planalto Brasileiro, geocentro da Bacia do Prata, forma, grosso modo, uma espécie de triângulo com a base voltada para o norte, vértice apontado para o sul e declinando no norte, no sul e interior do continente. Assim sendo, uma das características geopolíticas mais em evidência neste planalto, é a de se encontrar afastado das zonas litorâneas atlânticas, as mais povoadas do Brasil, onde temos o nosso ecúmeno estatal. Constituindo-se ainda, no contexto geral, numa área geopolítica neutra, cuja importância fu-

tura parece depender, em grande parte de Brasília, a única capital de país instalada fora do ecúmeno estatal. (Mapa 1).

No plano fisiopolítico a importância do Planalto Brasileiro se prende ao fato de ser ele o *centro dispersor e divisor de águas* das três importantes bacias hidrográficas — a do S. Francisco, genuinamente brasileira; enquanto que as duas outras — a do Prata e a Amazônica se dividem entre as várias nações sul-americanas. Desse modo, do ponto de vista continental, podemos afirmar que, geopoliticamente, o Planalto Brasileiro foi o núcleo interiorizado da unidade brasileira através do S. Francisco; de alargamento territorial dos bandeirantes pelo Prata, no sentido direcional sul; e pelos afluentes do Amazonas dentro da diretriz norte.

Em seu declive para o interior, o Planalto Brasileiro cede lugar ao *Pantanal Matogrossense, complementado pela região do Chaco*, extensa área baixa, numa distância de 1.700 km de norte para sul, desde a divisória do Mamoré até as paisagens pampeanas. Paisagem logo notada, já que o vazio demográfico do Chaco-Pantanal, contrasta com a ocupação pastoril intensiva dos *Pampas*.

O Pantanal se envolve na Bacia do Prata desde os 12° aos 22° de latitude sul; trata-se, no aspecto geral, de uma planície inundável onde a economia, o relevo, a vegetação, estão diretamente relacionados com o caráter prepon-



derante que os rios imprimem aos demais fatores fisiográficos.

A região dos Pampas que continua o Chaco, forma um leque aberto para o interior, numa distância radial de 500 a 640 km a partir de Buenos Aires; numa linha reta, sua influência se estende, por exemplo, da foz do Prata até as proximidades da cidade de San Luís. Os Pampas atingem o território uruguaio e brasileiro, recebendo neste último, o nome de zona da Campanha do Rio Grande do Sul. É esta a zona dos "campos limpos", de melhores pastagens, que na parte meridional do Planalto Brasileiro já se transformam numa floresta temperada, de fácil exploração, contrastando com a selva amazônica, bem mais variada em espécies, mas de difícil penetrabilidade.

Num confronto, vamos observar que a Planície Pampeana difere do Chaco e Pantanal, onde já predominam os "campos cerrados". Aí já se alternam a gramínea com tufo florestais, em geral matas ciliares; são as pradarias llaneras do Orenoco que se repetem no hinterland da Bacia do Prata.

A partir das Províncias arribenhas argentinas (Corrientes, Misiones e Entre-Rios) já o plano uniforme do solo se apresenta como no Uruguai e sul do Brasil, com a ondulação de coxilhas. Zona pecuarista mais produtiva do continente, os Pampas continuam para o sul, onde são interrompidos pelos primeiros degraus do Planalto Brasileiro.

É esta a paisagem geral da Bacia do Prata, que *abrange a terça parte do continente sul-americano* com seus 3.200.000 km²; é a quinta bacia fluvial do mundo, ultrapassada apenas pela do Amazonas, Congo, Obi e do Mississipi. Dentro dessa sub-região geográfica da América do Sul é o Brasil que possui a maior área; muito embora em se tratando de "zona de influência direta e ponderável" (conforme Artigo 1º do Tratado da Bacia do Prata) é o país que vem com a menor percentagem, conforme especifica o quadro

Ao longo dos rios principais e tributários da Bacia do Prata, *Cuiabá*, capital de Mato Grosso, é a cidade mais setentrional; ficando *Montevideú*, capital do Uruguai, e

PAÍS	SUPERFÍCIE	
	%	km.
Argentina	37	1.033.800
Bolívia	18,5	204.000
Brasil	17	1.414.200
Paraguai	100	406.752
Uruguai	79,34	140.901

La Plata, porto argentino, como os núcleos urbanos mais meridionais.

O sistema platino, que forma em sua foz um vasto estuário entre o Uruguai e o extremo oriental da Planície Pampeana argentina, se constitui de três grandes eixos fluviais — *os Rios Paraguai, Paraná e Uruguai, todos com suas nascentes no Brasil*. Como sub-bacias, suas respectivas áreas se distribuem conforme especificação no quadro

No contexto geral, concluímos que o Planalto Brasileiro se impõe como plataforma giratória entre as duas portas de entrada do continente: a Amazônica e a Platina. E, nesse mesmo planalto, *S. Paulo*, o maior centro populacional sul-americano, representou, no passado, o núcleo de partida para as conquistas territoriais, enquanto *Brasília*, no presente, procura se transformar no foco de lançamento integracionista de vasta área continental ainda marginalizada.

Enquanto pela presença e posicionamento as Bacias do Orenoco e Amazônica se encontram na ante-sala do Atlântico Norte, a Platina se envolve inteiramente na área de atração geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul.

Problemas Platinos

Ao repartir os litorais da América do Sul, o Tratado de Tordesilhas (1494) seccionou geopoliticamente as duas vias de penetração continental:

- entregando a *embocadura do Amazonas* aos portugueses, coincidentemente o seu setor sul, o melhor braço para a navegação, permitiu que os lusos se apossassem da maior parte daquela planície setentrional;
- concedendo a *foz do Prata* aos espanhóis, proporcionou-lhes maiores oportunidades de expansão pelos Pampas e Chaco.

Facilitada a penetração espanhola ao sul e a portuguesa ao norte, o continente sul-americano foi induzido a uma bipartição aproximada; ficava a parte portuguesa com aproximadamente 8.500.000 km² e a espanhola com 9.300.000 km².

Foi, em grande parte, graças ao *foco de tensão luso-espanhol* que se instalou desde o século XVI, no Prata, que essa sub-região sul-americana *se manteve na órbita ibérica*. Não ocorrendo o mesmo na área amazônica, longe por muito tempo da cobiça colonial dos

Sub-Bacia	Total	Argentina	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai
Paraná	1.607.000	633.000	—	891.300	52.700	—
Paraguai	1.097.000	193.300	204.000	345.700	345.000	—
Uruguai	361.000	65.000	—	178.200	—	117.800
Prata	135.000	112.500	—	—	—	23.100

peninsulares, e onde se instalou o "quisto" geopolítico das Guianas. Por outro lado, com o firme propósito de manter a Colônia do Sacramento, os espanhóis ignoraram a penetração pelo Planalto Brasileiro, *perdendo esse vasto hinterland da Bacia do Prata para os portugueses.*

Dentro do enfoque geohistórico, observamos que os espanhóis procuraram se assenhorear da Bacia do Prata, a única área que lhes restaria no Atlântico Sul, *apoiando-se em Assunção e Buenos Aires*, núcleos geoestrategicamente localizados no curso médio e foz do complexo fluvial, respectivamente.

O posicionamento de Buenos Aires confirmava, na época, o fato de que quando correntes fluviais divergentes em suas nascentes convergem para o mar numa única direção, criam um centro geopolítico comum, dentro do fenômeno natural de unificar o conjunto, afim de mesclar os interesses complementares de cada um dos eixos fluviais. Interesses que não vieram a se mesclar, visto que as áreas interiorizadas comandadas por *Charcas e Assunção*, procuraram no isolamento, anular, em parte, os prejuízos que sofriam em face das províncias litorâneas que prosperavam com Buenos Aires. Eis, pois, a razão mais remota que contribuiu para o *esfacelamento do Vice Reino do Prata e conseqüente "balcanização" dessa área sul-americana.*

Por outro lado, a chamada "balcanização" dessa zona platina se prende também ao fato adminis-

trativo de na era colonial ter Castela instalado vários núcleos geohistóricos comandados respectivamente por Buenos Aires, Montevideu, Assunção e Charcas (hoje Sucre).

Terminada a fase crucial das disputas (1870), estava garantida a *livre navegação na Bacia do Prata*, beneficiando-se os portos de Buenos Aires e Montevideu. Beneficiavam-se dentro do aspecto fisiopolítico da bacia *apresentando-se num eixo natural norte-sul* e que, com a atração, levava os países interiorizados — Bolívia e Paraguai — a obter na Argentina e Uruguai, as suas saídas diretas para o Atlântico. O próprio hinterland platino brasileiro, representado pelo Estado de Mato Grosso ficou, durante muito tempo, nessa dependência.

Posteriormente, dentro do enfoque geopolítico de que *a chave de controle da bacia se encontrava no Paraguai*, tornou-se possível a *implantação do eixo transversal* de saída dos dois países interiorizados também pela costa brasileira. Eixo que se positivou tendo em vista que das sete fronteiras binacionais coexistentes no âmbito da Bacia Platina, o Brasil, tal como a Argentina, se envolve em quatro delas, marcando, pois, suas presenças constantes na sub-região. Nessas condições, num confronto com o eixo geoviário concêntrico de Buenos Aires, se impôs o traçado leste-oeste paralelo no corte geopolítico das redes de comunicação que o Brasil vinha desenvolvendo no âmbito dessa bacia.

Ao geocentrismo exclusivo da foz se impuseram as várias saídas

brasileiras, desmarginalizando-se as áreas interiores da Bacia do Prata.

Corredores de Exportação

Quando o Brasil se impôs à filosofia de que — exportar é o que importa —, os primeiros portos apontados como terminais de exportação, quase todos, coincidentemente, se envolviam na Bacia do Prata, por apresentarem estruturas mais adequadas e por se localizarem na confluência de rodovias, ferrovias ou hidrovias, servindo não só ao centros agrícolas, como também *os centros polindustriais brasileiros*. Assim, a política de prolongamento da rede ferroviária e, sobretudo rodoviária do litoral atlântico-brasileiro para o sudoeste e centro-oeste, representa a interiorização do progresso e a integração de áreas onde se encontram as nascentes dos rios formadores da Bacia do Prata. Aí, além do centro polindustrial Porto Alegre-Rio Grande, se destacam o Curitiba-Paranaguá e o Rio-S. Paulo-Santos, atraindo os núcleos interiorizados formados por Corumbá-Campo Grande e Brasília-Goiania. (Mapa 2).

Visando ao intercâmbio comercial, o Brasil passou, então, no traçado de suas artérias, procurar várias saídas para o continente. Estas estradas, integrantes do programa governamental, tinham como objetivo principal, o transporte desde áreas de produção até os pontos de concentração dos produtos exportáveis, que seriam os próprios terminais exportadores, os centros de armazenagem, as es-

tações ferroviárias ou os portos fluviais. É este o *Programa de Corredores de Exportação*.

A criação dos Corredores de Exportação foi, na verdade, um Acorde firmado em 1972 pelo governo brasileiro com empresários japoneses, o que motivou o início imediato de estudos para estabelecer um plano que definisse geograficamente as áreas que deveriam receber a infra-estrutura adequada à movimentação, estocagem e embarque de mercadorias, especialmente para a exportação.

Ao longo de dez anos ficou amplamente demonstrado que a ação desenvolvida pelo governo na consolidação dos Corredores de Exportação criou novas frentes de produção, contribuiu para a racionalização dos fluxos, a redução dos fretes internos, a maior produtividade na operação de transportes, a eliminação de pontos de estrangulamento e o emprego adequado dos meios de transporte. Enfim, no contexto geral, abriram-se, conseqüentemente, outras portas de entrada e saída para a Bacia do Prata quando, anteriormente, só se fazia pelo próprio estuário.

Os Corredores de Exportação *deram maior amplitude geoestratégica a esta Bacia Platina, no âmbito do Atlântico Sul*, que dotada de variadas opções portuárias, não pode, num caso de conflito, ser tão facilmente bloqueada, como foi no passado.

Três Corredores de Exportação brasileiros se instalaram então na região platina, onde, afirmava Mário Travassos, o Brasil "dava



exemplo notável de ações neutralizantes sobre o poder concêntrico das bacias hidrográficas”, e se viesse a conjugar as suas comunicações terrestres dobrando e ligando as comunicações fluviais poderia sentir toda a dinâmica da vertente atlântica, “onde culminam, os traços decisivos do facies político sul-americano”.

Para dar vigor à dinâmica de sua vertente atlântica envolvida na Bacia do Prata, extensa rede de

ferrovias federais passou a cobrir as principais áreas de produção, quase sempre localizadas às suas margens; outras áreas mais interiorizadas adquiriram garantia de escoamento pelas estradas estaduais ou municipais. As grandes distâncias foram então cobertas pelas ferrovias. E dentro de um plano pré-estabelecido pelo governo, as rodovias e ferrovias têm um destino: os grandes centros consumidores ou os portos, por

onde se faz a navegação de cabotagem e a de longo curso no âmbito da Bacia do Prata.

No contexto geral, pois, os Corredores de Exportação do Rio Grande, Paranaguá e Santos se constituem em variadas opções para o escoamento de riquezas que transitam pelo Atlântico Sul, visto que o Brasil já se conscientizou de que a Bacia do Prata representa um autêntico polo geopolítico no Atlântico Sul.

O *Corredor de Exportação do Rio Grande* se transformou no principal polo de atração para o escoamento de produtos do Rio Grande do Sul e parte ocidental de Santa Catarina. Por outro lado, constituindo o Rio Grande do Sul no núcleo do semi-círculo marginal geopolítico do Brasil, definido por Lysias Rodrigues, exerce grande influência por seu dinamismo, não só sobre o Uruguai como também sobre a Argentina, sobretudo na zona arribenha, através dos polos interiores de Livramento, Uruguiana e S. Borja.

O *Corredor de Exportação de Paranaguá* abrange o Estado do Paraná, grande parte de Santa Catarina e área meridional do Mato Grosso do Sul. Dentro do sistema integracionista continental a rodovia Paranaguá-Foz do Iguaçu, entrando em conexão com o Paraguai, país vizinho, atinge Assunção. Já o Tratado de Interconexão Ferroviária assinado a 11 de abril de 1980, entre o Brasil e o Paraguai, se implantará, na prática, com a união das vias férreas nas proximidades do polo interiorizado de Guaira; irá se constituir, em

futuro próximo, na proveitosa "Ferrovia da Soja".

O *Corredor de Exportação de Santos*, pela importância, serve a todo o Brasil, mas o faz, principalmente, com relação aos Estados de S. Paulo, Mato Grosso do Sul, norte do Paraná, sul e oeste de Minas Gerais. A grande área de influência do Corredor de Santos não se restringe a esse território, pois se estende para a Amazônia através dos polos interiores de Cuiabá e Brasília, como também para o sudeste, via Belo Horizonte. Isto porque o conjunto de estradas no território brasileiro forma um verdadeiro leque, tendo como convergência a área metropolitana de S. Paulo, o maior centro polindustrial do país, complementado pelo Rio de Janeiro.

Em se tratando da região interiorizada formada pela Bolívia e Paraguai, envolvidos nos Corredores de Exportação de Santos e Paranaguá, dentro da política de integração nacional, teve nítida conotação geopolítica a *divisão do Estado de Mato Grosso*, em 1977. Era então o segundo Estado do Brasil, em área, depois do Amazonas; sua área era de 1.254.821 km², maior, portanto, que toda a Bolívia (1.098.581 km²).

As cabeceiras de rios que convergem para o Prata quase que se encontram, no Planalto Brasileiro, com afluentes da margem sul da Bacia Amazônica. A linha divisória do Estado quase que seguiu a linha natural de separação das duas bacias. Para que o Estado de Mato Grosso que ficou no norte, numa área praticamente despovoada e

desmarginalizada, tivesse um centro importante como capital-administrativa, tornou-se necessário deixar-se o *duplo polo Cuiabá-Cáceres* em sua esfera política. Já o Estado de Mato Grosso do Sul, centrado na cidade de *Campo Grande*, ficou inteiramente na esfera de influência da Bacia do Prata.

Dentro do enfoque geopolítico geral, o espaço ocupado pelos dois Estados brasileiros, se distingue no centro geográfico da América do Sul, equidistante dos dois oceanos — o Atlântico e o Pacífico. No contexto local, Mato Grosso, mantendo capital em Cuiabá, a cidade mais setentrional da Bacia do Prata, exerce, no conjunto o nítido papel geopolítico de "portal" da Amazônia; enquanto Mato Grosso do Sul, girando em torno do *quadrilátero geopolítico formado por Corumbá - Campo Grande - Dourados-Ponta Porã*, se envolve nos *Corredores de Exportação de Santos e Paranaguá*. No âmbito da Bacia do Prata é o Estado de Mato Grosso do Sul a unidade administrativa brasileira que exerce maior atração geopolítica e geoeconômica com a Bolívia e o Paraguai.

No entanto, dentro da política de integração continental, tem o Brasil, nessa região interiorizada sul-americana que se ater ao contraste. Contraste que mostra o *Paraguai* com seu ecúmeno estatal mais voltado para o Brasil, e que sendo país de planície, integrado totalmente no Prata, facilita mais os contactos com o território brasileiro. Já a *Bolívia*, com seu ecúmeno estatal no altiplano, apre-

senta voltada para o Brasil a sua área geopolítica neutra; por outro lado se reparte entre as Bacias do Prata e Amazônica, reduzindo, conseqüentemente, os nossos contactos.

Conclusão

Os Corredores de Exportação se constituem, pois, numa política integracionista do Brasil com maior intensidade na Bacia do Prata, já que é aí que se encontra o *mais efetivo polo geopolítico do Atlântico*.

Dentro da evolução vital, os países envolvidos na Bacia do Prata se encontram no *ciclo geopolítico da adolescência*. E, nesse conjunto platino, pela presença e posicionamento, dentro do contexto geopolítico, o Brasil tem que exercer, naturalmente, o papel de múltiplo vetor, que o quadro seguinte vem explicar.

Deixando-se de lado a população total brasileira, devemos nos ater ao efetivo só na área platina que é de 49.700.000 pessoas. Conseqüentemente, mesmo levando-se em conta a população total dos quatro países de língua espanhola envolvidos na Bacia do Prata, o *efetivo brasileiro, só nessa região, ainda é maior*.

O mesmo ocorre com relação à área total, já que o *território brasileiro* ocupa mais da metade da extensão de todos os territórios reunidos, dos países de língua espanhola, envolvidos no Prata.

Não obstante, o Brasil exerce ainda o papel de múltiplo vetor pelo posicionamento de seu litoral

PAÍSES DA BACIA DO PRATA

País	Área (Km ²)	População (1980)
1. Brasil	8.511.965	119.061.000
2. Argentina	2.776.889	27.064.000
3. Bolívia	1.098.581	5.570.000
4. Paraguai	406.752	2.970.000
5. Uruguai	176.212	2.880.000
Total	12.969.402	157.545.000

em face não só da Bacia do Prata, mas ainda em face das massas continentais da América do Norte, Europa e África. Múltiplo vetor não só pela *mentalidade marítima* que vem desenvolvendo, como ainda pela própria presença. E se o Brasil tem presença no polo geopolítico do Prata... no âmbito do Atlântico Sul é maior em extensão do que todos os países da África Ocidental, visto que o maior de todos, o Zaire, tem 2.345.409 km², sendo ainda menor que a Argentina.

O Brasil de hoje é um país em desenvolvimento, ainda em fase integracionista, *com 1/3 de sua população dependente da região platina*.

Autêntico ponto cardeal dos acontecimentos políticos, o mar tem sido fator de suma importância na História da Humanidade, influenciando mais na vida de alguns povos do que de outros. Por isso, J. Gaillard em seu trabalho "Development Maritime et l'Avenir Transatlantique de Brésil", mostra de "de todos os países da América do Sul é o Brasil o que mais necessita de um grande e poderoso de-

senvolvimento marítimo e correspondente influência transatlântica, para base de sua expansão econômica e comercial e garantia de desafogamento da liberdade de movimento no seu tráfego através dos mares".

O Almirante Sergei Gorshkov afirma que o Poder Marítimo de uma nação pode ser aquilatado não só pelas armas com as quais essa nação poderá vir a participar dos acontecimentos do mar, mas também pela sua Marinha Mercante, suas unidades pesqueiras e oceanográficas, suas instalações portuárias, como ainda por suas perspectivas e tradições marítimas. Tal conceito promove a complementaridade entre as atividades civis e militares.

Antes da Segunda Guerra Mundial os interesses brasileiros se orientavam quase que exclusivamente no sentido do Atlântico Norte; hoje, nossas diretrizes geopolíticas difundentes já alcançam o Índico e o Pacífico. Além da *Rota Sul-Americana*, praticamente de cabotagem, desde a foz do Prata até Trinidad, no Caribe, tem ainda maior importância, no senti-

do norte-sul a *Rota Européia*, que atravessando a zona de estrangulamento do Atlântico, apoia-se em Cabo Verde, para atingir os mercados de importação e exportação da Europa. No sentido leste-oeste, em âmbito regional do Atlântico Sul, a *Rota Africana* atinge a zona mais ocidental do continente que reparte conosco o oceano; essa rota vem tomando novo impulso desde 1972. E, finalmente, a *Rota do Cabo*, em face dos interesses comerciais que temos com o Japão, aproximação com a China e a necessidade de importar petróleo do Oriente Médio. Não sendo país bioceânico, para o Brasil, a Rota do Cabo, além de ser a de mais longo curso, é também a de maior importância,

avultando então pelo posicionamento os Corredores de Exportação de Santos, Paranaguá e Rio Grande que mantemos em nossa frente marítima da Bacia do Prata.

Como o Brasil, os demais países platinos são altamente dependentes das rotas marítimas; embora já se agrupem no mais importante polo geopolítico do Atlântico Sul, os cinco países platinos carecem regionalmente, da verdadeira integração. Integração que une, por exemplo, a Europa num intercâmbio econômico-cultural efetivo pela presença da fronteira-linha, ou seja, densamente povoada... e faz com que os países do Prata não se voltem tão eficazmente uns para os outros ante a constância das fronteiras-faixas.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "*Rumo à Antártica*", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "*História da Civilização Brasileira*", "*Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil*", "*África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*".



ASPECTOS FILOSÓFICOS E EDUCACIONAIS NA OBRA DE RONDON

Parte I

João Marinonio Aveiro Carneiro

Ao longo dos anos temos ouvido falar da obra do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, "O Desbravador dos Sertões", o "Construtor de Linhas Telegráficas", o "Pacificador dos Índios".

Este trabalho é uma tentativa de clarificar uma face de Rondon que tem permanecido na névoa do seu agir; a face humanista, em seus aspectos filosóficos e educacionais. Para que este escopo fosse atingido procuramos mergulhar na estrutura do pensamento Comteano, no positivismo do Brasil e na vida de Rondon, reunindo fragmentos, buscando aqui e ali seu posicionamento a respeito do HOMEM, quer fosse ele branco, mestiço ou silvícola.¹

INTRODUÇÃO

Dentre os pensadores levantam-se as causas mais prováveis dos fatos históricos e têm sido aceitas como explicativas da realidade causal as concepções idealista, materialista e a psicológico-social.

Devemos, pois, entender que a História não é feita somente de fatos, e sim de um enfoque lato que implica na interpretação de fatos, ou seja, a História como um todo, é objeto de pesquisa histórica.

Desta maneira, a cada uma das concepções corresponde uma linha de pensamento.

A idealista, cinge-se a posição de que o fato histórico apresenta-se como um processo da evolução do homem, orientado e dirigido pela razão e que se serve das idéias políticas, sociais e econômicas,

bem como pelo posicionamento das imposições geográficas.

Este é o enfoque que predomina nos países democráticos e no Brasil, em especial nas suas Forças Armadas, das quais o Exército é uma das Forças Singulares.

É ainda nesta linha do pensar que as escolas militares forjam os oficiais do amanhã, linha em que o Poder Nacional é visto sob a ótica que o decompõe em suas expressões política, social e econômica. Os fatores geográficos são também incluídos nos Estudos Militares de Área, e é dentro desta perspectiva — da integração dos fatores geográficos como expressão do Poder Nacional — que se destaca acima de todas as outras a figura de Rondon.

A concepção materialista coloca como a causa maior do fato histórico a força econômica. Centra-se

destarte na expectativa do homem na procura do sobreviver e considera este o fator de capital importância. Aqui estamos em presença da base do materialismo histórico expresso por Marx e Engels no Manifesto Comunista de 1847, sendo o fulcro filosófico do Movimento Comunista Internacional.

Enquanto que a concepção psicológico-social é aquela que se objetiva através de manifestações espirituais produzidas por um grupo social.

Cândido Mariano da Silva Rondon emerge para deixar na História Pátria sua marca como homem de pensamento e de ação. Participa de forma assinalada no episódio da Proclamação da República bem como da expedição de Cuiabá ao Araguaia empreendida por seu comandante, o Herói da Lapa, Antonio Ernesto Gomes Carneiro que o iniciou na difícil arte de lidar com a selva. Inspirou-se no Positivismo, mas também em José Bonifácio e Anchieta.

É pois, um estudo sobre Rondon, sob o enfoque filosófico e educacional que nos propomos a examinar neste trabalho. Desta forma perquirimos a estrutura do pensamento comteano através de sua visualização da Filosofia da História, da Classificação das Ciências, da Sociologia e do Sentido do Positivismo.

Tratamos do Positivismo no Brasil quer sob o prisma da contribuição dos positivistas, quer quanto o positivismo nas Forças Armadas.

Neste momento enfocamos Rondon, sua vida, influências e sua meta — o homem brasileiro.

METODOLOGIA

No trato do tema, utilizamos como fontes as citadas por Francisco Ruas Santos na obra *Temas e Pesquisas sobre História Militar* editada pela AMAN.

Na linha de transmissão oral, entrevistamo-nos, por vezes inúmeras, com Antonio dos Santos Oliveira Júnior, secretário particular do Marechal Rondon, também do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (por mais de vinte anos) e também com oficiais e civis que conviveram com Rondon, destacando-se entre eles o General Joaquim Rondon.

No que se refere à transmissão escrita, louvamo-nos nas que trataram da formação da Escola do Recife, do "surto das idéias novas", no dizer de Sílvio Romero, da formação de correntes políticas de inspiração positiva.

De Rondon, analisamos as cadernetas de campo, seus discursos, suas falas, Boletins e Ordens do Dia, bem como recortes de jornais da época, usando para isto a Hemerografia.

Finalmente, utilizamos como fontes, aquilo que sobre o "Civilizador do Sertão", tantos escreveram, sob os mais variados matizes, ao longo dos tempos.

A ESTRUTURA DO PENSAMENTO COMTEANO

Para Sócrates, Kant e o existencialismo moderno, a filosofia é "uma procura normal, a do nosso verdadeiro destino"².

Comte, ao contrário, afirma que a filosofia nada mais é que a reunião das ciências positivas que a absorvem, resultando, daí, não haver propriamente filosofia.

Partindo de Hume, fundador do positivismo na filosofia moderna, Comte torna-se, no entanto, o seu principal representante, pregando uma total reforma intelectual dos indivíduos, a fim de que possa ser reorganizada a sociedade. Assim distinguindo-se dos outros filósofos do seu tempo, encontra em Condorcet (1743-1749) um "imediato predecessor" em razão deste traçar em sua obra o "*Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*" cujo estudo foi decisivo para a formação de Comte.

Comte vê no quadro do desenvolvimento da humanidade, de Condorcet, o homem caminhando para uma era resultante das luzes da razão. Essa idéia é que vai nortear e fundamentar a filosofia Comteana, cujo sistema irá se estruturar sobre três sistemas básicos: uma filosofia da história, uma fundamentação e classificação das ciências e uma sociologia.

Rondon ajusta toda visualização positiva à sua profissão de oficial do Exército.

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Comte, como Hegel, pensa que não se pode conhecer o espírito humano, salvo através de obras de civilização e história dos conhecimentos, bem como, das ciências, produzidas sucessivamente e alternadamente, no curso da história, pela inteligência humana.

Apesar de Comte ser de certa forma tão idealista quanto Hegel, nega que o sujeito possa conhecer a si mesmo (a introspecção), quando objeto de observação, em virtude do sujeito confundir-se com o objeto estudado. Para ele, a vida espiritual autêntica não passa de uma atividade científica desenvolvida ao longo do curso da existência.

O conhecimento humano, tanto individual como da humanidade em si, para explicar o universo passa forçosamente por três estados históricos e distintos regidos por uma grande lei fundamental, a lei dos três estados.

"Essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo"³

O estado teológico

A teologia até o século XIII exerceu seu domínio sobre a humanidade, criando-se, por sua causa, uma organização militar e monárquica. É a era do direito divino. O estado teológico ou fictício é provisório e preparatório. O seu método (o teológico) é o ponto de partida necessário ao processo do desenvolvimento cultural.

No estado teológico, pensa Comte:

"O espírito humano, dirigindo essencialmente suas investi-

gações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo"⁴.

A imaginação desempenha, neste estado, o principal papel diante de uma natureza ainda desconhecida e cheia de seres sobrenaturais, supostos causadores dos fenômenos inexplicáveis.

Além de explicar a natureza, a mentalidade teológica exerce confiando na autoridade do direito divino, uma coerção social, provocando uma coesão social e fundamental à vida moral. Este estado possui três fases distintas: o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo.

No fetichismo, aos seres naturais dá-se uma vida espiritual semelhante à do ser humano, e, lhes são atribuídos poderes mágicos ou divinos.

O estado metafísico

Mera modificação do estado anterior, o estado metafísico substitui os "deuses" por forças abstratas. É um estado de transição e essencialmente crítico. Nele se segue a busca dos conhecimentos absolutos. A metafísica procura explicar a natureza dos seres, assim como sua essência e suas causas.

Este estado não perde, no fundo, a sua característica antropomórfica herdada do estado anterior. Persiste o medo do "vazio", o que força o homem a projetar espontaneamente, às vezes, sua psicologia sobre a natureza.

A metafísica destrói a idéia, predominante no estado teológico, de subordinação do homem como da natureza aos poderes sobrenaturais. As idéias de princípio e causa, substância e essência, passam a designar coisas distintas das próprias coisas, sem deixarem, no entanto, de permanecer inerentes a elas, das quais ficam mais perto.

Os poderes que se absorviam ou centralizavam, no conceito de Deus, no estado anterior, tornam-se no estado metafísico concentrados na natureza, que é o que lhe serve de suporte, mas de maneira mais fraca, quer sob o aspecto mental quer social.

Numa observação histórico-político, para Comte fica evidenciado que os revolucionários franceses de 1789 são em sua maioria "metafísicos", na procura de substituir o rei pelos juristas, na suposição de que a sociedade, tendo sua origem num contrato social, baseiam-se na teoria de que o Estado é o representante da soberania do povo. A Revolução Francesa é um belo exemplo da crise de puberdade do espírito humano, onde os revolucionários evocam os "direitos" do homem, sem, no entanto, serem portadores de um conteúdo real. Mas, não obstante, é o primeiro passo para o estado positivo.

O estado positivo

O estado positivo ou real é o estado definitivo. Nele, a imaginação fica subordinado à observação. O conhecimento científico, para Comte, representa a maturidade do espírito humano que, reconhecendo sua impossibilidade de obter noções absolutas,

“renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir”¹⁵.

Contestando a possibilidade do conhecimento das coisas em si, o positivismo investiga somente os fatos e suas leis, nos quais baseia suas teses, aceitando a certeza como resultado das ciências experimentais, razão por que abrir mais para ocupar o espaço, exige de toda ciência não só que “parta de fatos tomados no sentido de objetos perceptíveis, como também que se limite a comprová-los e a uni-los por leis”¹⁶.

Comte, em seu “*Cours de Philosophie Positive*”, ao tecer considerações gerais sobre a natureza e

a importância da filosofia, na 1ª lição e a hierarquia das ciências positivas, na 2ª lição ratifica este posicionamento de seu espírito positivista.

A CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS

Comte, ao fazer uma classificação das ciências — seu segundo tema básico, da filosofia positiva — deixa-a vinculada à filosofia da história. Ao traçar o mapa do desenvolvimento histórico do espírito, na busca da realidade, demonstra a existência da lei dos três estados, presente na evolução de cada ciência, o que evidencia a grande influência que esta classificação exerce sobre alguns caracteres de seu pensamento. Esta classificação das ciências torna-se a base do esquema filosófico de Comte.

A ordem hierárquica das ciências, determinada por Comte, tem sua superestrutura construída sobre a matemática e segue pela astronomia, físico-química, biologia e sociologia. Esta hierarquia obedece ao sentido histórico e dogmático, científico e lógico.

No decurso da história, as várias ciências não se tornam positivas de imediato, mas na ordem que surgem e alcançam seu estado positivo, depois são ordenadas das mais simples para as mais complexas e finalmente, segundo sua independência. Comte acredita coarçar entre as ciências, a sociologia, por ele criada.

A psicologia introspectiva, para Comte, é impossível. Ele só admi-

te a existência da psicologia, como possibilidade, no campo experimental e assim mesmo repartida entre a biologia e a sociologia. Esta evolução das ciências indicada por Comte é exata em suas linhas gerais, mas nem por isso se pode deixar de lado a filosofia, convertendo-a em teoria da ciência. Comte mesmo não pensa assim. De lado do que acredita fazer, existe o que efetivamente faz.

O filósofo é, para Comte, o especialista das generalidades. É aquele que enfoca o conjunto da evolução das ciências, percebendo que as mais complexas são dependentes das mais simples.

"É preciso ser matemático para fazer física, químico para fazer biologia. O sociólogo, que estuda esse organismo complexo e dependente que é a humanidade, necessita, pouco a pouco, conhecer as outras ciências que estudam precisamente as condições de existência da humanidade"⁷.

A SOCIOLOGIA

Comte é o fundador da ciência da sociedade que chamou de Sociologia. Esta ciência reveste-se de capital importância. É o momento decisivo na filosofia de Comte.

O século XIX, século da expansão européia e do apogeu das ciências, que no decorrer da história, se confundem com a filosofia e desta se separam, como ramos de um tronco uno, é também o século do aparecimento do *enciclopedismo sociológico* que busca solucionar os problemas sociais,

corrente filosófica, cujos representantes principais são Spencer e Comte, seu principal pioneiro e fundador da sociologia que é tratada a princípio, por Comte, como ciência social, em seu *Curso de Filosofia Positiva*, sob a denominação de Física Social.

A fim de distinguir sua física social de *Physique Sociale* do belga Quetelet, em seu "*Essay de Physique Sociale*" (1935), estudada através da estatística, Comte cria uma nova denominação equivalente à Física Social, de dupla raiz: *Socius*, do latim e *logia*, do grego que resulta em Sociologia. Comte declara-se, pois, o fundador da "*Sociologia Científica*", que jamais poderá se tornar uma doutrina isolada, primitiva ou independente das outras, porque será sempre precedida, como preparada, pelas noções dos demais fenômenos mais simples. O objeto desta nova ciência constitui-se da humanidade.

"Embora Comte lançasse os fundamentos da nova sociologia, não escreveu nenhum tratado geral sobre o assunto. Sua contribuição consistiu principalmente em conseguir um lugar próprio, entre as ciências, para o novo ramo do conhecimento humano, e em destacar a importância do estudo da sociologia como meio auxiliar do homem no controle do meio ambiente"⁸.

Comte distingue ainda a *sociologia estatística da sociologia dinâmica*.

A primeira trata da estatística social e foi estudada por Comte

muito superficialmente no seu Curso de Filosofia Positiva, sendo mais tarde reexaminada no Sistema de Política Positiva, entendendo-a como um *"estudo positivo"* que trata das condições gerais de toda a vida social, independente de tempo e lugar. Para o estudo da *"ordem"* social, Comte considera que só através do consenso social é possível a existência de qualquer sociedade.

Ao tratar da sociologia dinâmica, versa sobre as leis sociais e as transformações sociais, ou seja, sobre a marcha do *"progresso"* necessário e contínuo da humanidade.

É ainda, no século XIX, tão conturbado pelos reflexos políticos e sociais da Revolução Francesa (1789), que tem origem a obra filosófica de Comte, eminentemente de caráter social, político e de profunda religiosidade. *"A religião positiva substitui o Deus das religiões reveladas pela própria humanidade, considerada como Grande-Ser"*⁹ na busca da harmonia do espírito humano e da reorganização da sociedade ocidental e sistematização da moral, constituindo-se numa síntese de filosofia e política, cuja influência no curso da história é encontrada, também, no Brasil, onde:

*"A formulação da nova política indigenista coube aos positivistas que, baseados no evolucionismo de Auguste Comte, propugnavam pela autonomia das nações indígenas que uma vez libertas das pressões e amparadas pelo governo, evoluíram espontaneamente"*¹⁰.

Essa política deveria substituir a nefanda tese de Hermann Von Ihering, que defendia o extermínio do índio brasileiro, por nada de útil poder contribuir para a civilização.

A religião da humanidade, formulada por Comte, transpõe as idéias das relações exteriores. Isto acontece nos últimos quinze anos de sua vida, quando estabelece os princípios fundamentais de sua religião e formula o *"Calendário positivista para um ano qualquer ou quadro concreto da reparação humana"* cujos meses recebem os nomes de grandes figuras da história:

- Primeiro mês: MOISÉS
A teocracia inicial;
- Segundo mês: HOMERO
A poesia — antiga;
- Terceiro mês: ARISTÓTELES
A filosofia — antiga;
- Quarto mês: ARQUIMEDES
A ciência — antiga;
- Quinto mês: CESAR
A civilização militar;
- Sexto mês: SÃO PAULO
O Catolicismo;
- Sétimo mês: CARLOS MAGNO
A civilização feudal;
- Oitavo mês: DANTE
A epopéia moderna;
- Nono mês: GUTENBERG
A indústria moderna;
- Décimo mês: SHAKESPEARE
O drama moderno;
- Undécimo mês: DESCARTES
A filosofia moderna;
- Duodécimo mês: FREDERICO
A política moderna;
- Dudécimo terceiro mês: BICHAT
A ciência moderna.

Os meses, em numero de treze, possuem cada um 28 dias.

No *Cathechisme Positiviste* (1852), a idéia central de Comte reside na substituição do Deus cristão pela Humanidade.

O SENTIDO DO POSITIVISMO

O que mais chama a atenção em Comte é a importância que ele atribui a si mesmo. Consciente dessa enorme e definitiva importância sua para o mundo, começa sempre seus livros com um ar vitorioso, cheio de um tom enfático inaugural. Por que Comte tem tanta importância? O que é que o traz com tanta gravidade entre as mãos? Observa-se como este primeiro gesto solene, quase hierático, se enlaça mentalmente com as cerimônias finais de Religião da Humanidade. É mister buscar o fio que vai de uma coisa a outra.

Auguste Comte está seguro de não falar em seu próprio nome: sua voz não é só sua; é a voz concreta, individualizada, da história; por isso sonha com tanta majestade. Comte está — não se pode duvidar — *ao nível de seu século*. E isto é o que importa. Estar ao nível de seu século quer dizer estar instalado na filosofia positiva, e isto não é nada menos que o estado definitivo da mente humana. Estar ao nível de seu século significa, pois, haver chegado já e não estar na metade do caminho. Esta ciência positiva é uma disciplina de modéstia; e isto é sua virtude.

O saber positivo se atém humildemente às coisas; se fica ante elas, sem intervir, sem saltar por cima para aventurar-se em falaciosos jogos de idéias; já não pede *causas*, senão só *leis*. E graças a esta austeridade, logra essas leis; e as possui com precisão e com certeza. Mas o caso é que esta situação não é primária, pelo contrário, é o resultado dos esforços milenários para a reter na mente, que se escapava para todas as distâncias, e forçá-la a voltar-se docilmente para as coisas.

Estes esforços constituem a história inteira; de toda ela terá que dar conta Comte, para poder entender o positivismo como o que é, fielmente, sem falseá-lo, de um modo *positivo*. E não é senão um *resultado*. Assim vemos que o mesmo imperativo de positividade postula também uma filosofia da história; e este seria o primeiro de seu sistema; a lei dos três estados. A filosofia positiva é, *ab initio*, algo histórico.

Por uma ou outra vez retorna Comte, de modo mais explícito, ao problema da história, e a reclama como domínio próprio da filosofia positiva. "*Tout est relatif; voilà le seul principe absolu*" — havia escrito em 1817, sendo ainda muito jovem —. E nessa relatividade encontra, quase trinta anos mais tarde, a razão do caráter histórico da filosofia positiva, que pode explicar o passado inteiro. Isto não é um luxo da filosofia, algo que se dá por diletantismo, senão, como tem sabido ver e mostrar Ortega, o capital de sua metafísica. Comte não se tivera, tal-

vez, dado conta disto, porque não pensava fazer metafísica; mas não lhe escapa a importância central deste relativismo. Nele se fundamenta a capacidade do progresso da filosofia positiva; e com ele, a possibilidade de alterar e melhorar, não só a condição do homem, sobretudo, sua natureza. Isto é de mais grave que cabe dizer, e, por isso mesmo, não quero fazer mais que recolhê-lo; um comentário suficiente levaria a problemas que aqui não é possível nem ainda delinear.

Mas não quero deixar de citar umas palavras de Comte, claríssimas e atuais, que bem manifestam seu pensamento: *"Hoje se pode assegurar — escrever que a doutrina que haja explicado suficientemente o conjunto do passado obterá inexoravelmente, por consequência desta única prova, a presidência mental do porvir."*

Vemos, pois, que por debaixo de seu naturalismo científico se encontra em Comte, como o essencial, um pensamento histórico. E isto é o que dá sua maior atualidade e fecundidade a sua filosofia. Toda ela está entrecortada, pelo problema que tem intentado precisar, donde se manifesta sua unidade mais profunda. E esta unidade é, justamente, o espírito positivo.

O POSITIVISMO NO BRASIL

A CONTRIBUIÇÃO DOS POSITIVISTAS

É na década de 1870 que surge no Brasil o movimento científicis-

ta através de dois momentos: o momento positivista e a Escola de Recife.

Na tentativa de sobrepor-se ao positivismo, Tobias Barreto (1839/1889) nos oferece o conceito neokantiano de filosofia, ou seja, que a filosofia deveria manter-se a nível de epistemologia.

Algumas de suas teses vieram a permitir que o *"culturalismo"* surgisse entre nós.

A meta a que se propunha Tobias Barreto, no entanto, não teve sucesso através de seus seguidores, o que permitiu que o positivismo tivesse lugar de destaque na cultura nacional.

É de 1º de abril de 1876 a criação da primeira Associação Positivista, resultante da união entre os seguidores de Littré e de Comte.

Os primeiros não aceitavam a religião da humanidade em que desembocara a obra de Comte, e se diziam seguidores de Emile Littré. Dentre eles se destacavam: Oliveira Guimarães, professor do Colégio Pedro II; Benjamin Constant, professor da Escola Militar; Álvaro de Oliveira, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes.

Tal Associação tinha como objetivo, a implantação de Cursos bem como a Organização de uma Biblioteca dentro da orientação científicista de Augusto Comte.

Como era previsto, a tentativa de composição em uma única entidade, das linhas divergentes, não permitiu que a Associação cumprisse seus objetivos o que somente aconteceu quando Miguel Le-

mos se posiciona como um mediador.

Tendo viajado a Paris para concluir o Curso Politécnico, Miguel Lemos desilude-se após um contato com Littré, tendo-se referido à sua forma seca, à sua inação e ao fato de que se enclausurava no ambiente de trabalho.

Neste ínterim, Miguel Lemos ao ler o *Sistema de Política Positiva de Comte*, toma conhecimento da concepção do Mestre da Religião da Humanidade e conclui de forma peremptória que Littré os enganava.

Este é o momento de sua conversão religiosa.

Alia-se a Teixeira Mendes e juntos proclamavam a ortodoxia da doutrina positivista e assim a 5 de setembro de 1789, a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro declara-se filiada a Pierre Lafitte sob a presidência de Joaquim Ribeiro de Mendonça no 21º aniversário da morte de Comte.

Como decorrência, Pereira Barreto e outros dissidentes afastam-se e a 25 de novembro de 1880, Miguel Lemos recebe o grau de Aspirante ao Sacerdócio da Humanidade.

Ao regressar ao Rio de Janeiro assume a presidência da Sociedade Positivista Brasileira que tem como objetivo o desenvolvimento do Culto, a organização do ensino da doutrina, preconizando a intervenção nos negócios públicos, dentro da oportunidade.

Dois incidentes vão ocorrer, um com Benjamin Constant e outro com Quintino Bocaiuva. No primeiro caso Benjamin Constant se

opôs à contribuição obrigatória à Sociedade Positivista. No segundo, trata-se da retirada de apoio a Quintino Bocaiuva, de quem Miguel Lemos, por questão de ponto de vista doutrinário, discordava. Assim, na medida em que sua intenção era a ortodoxia não poderia permitir-se outras interpretações.

De 53 membros efetivos em 1881 chega-se a 59 em 1882 e em 1888 o apostolado já tem 53.

Com o advento da abolição do cativero a Igreja Positivista opõe-se à República propagando a idéia de modificações desde que realizadas pela própria monarquia a nível ditatorial, embora não fosse muito explícita a respeito.

Em carta a Joaquim Nabuco, em outubro de 1888, Miguel Lemos dá seus enfoques de República, como sendo a eliminação da dinastia, substituindo-a por um presidente efetivo e temporário, o que significa substituir o absurdo teológico pelo absurdo metafísico.

Desta forma o fundador do Apostolado ignora o Movimento Republicano. Surpreende-se com a Proclamação da República e muito mais quando vê que Benjamin Constant coloca-se em realce.

Abrigava a Igreja Positivista, neste momento, na ordem de 50 subscritores, ou seja, não possuía mais a projeção cultural que tanto buscara. Os dissidentes sofrem rude golpe com o passamento de Littré em 1881 e quando da Proclamação da República, a única figura emergente dos dissidentes era Luiz Pereira Barreto, não-religioso,

anti-autoritário em política e pedagógico.

Havia nas hostes republicanas, jovens positivistas confessos, vindos da Escola de Direito, mas ainda não era um número considerável. Os professores de Matemática e Ciências Exatas das Escolas Militares e Politécnica abraçaram-se às idéias de Comtê.

Tobias Barreto queria conservar a filosofia, opondo-se ao comtismo. O Fundador da Escola do Recife conseguia número crescente de adeptos, construindo núcleos nas capitais nordestinas, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

Silvio Romero, catedrático do Colégio Pedro II e jornalista, sagrou-se como um dos maiores intelectuais do país ao publicar "*A História da Literatura Brasileira*". A Faculdade de Direito de São Paulo, por ter tradição Krausista, não era simpática ao positivismo e não seria ela que iria concorrer para que a tradição espiritual do Império fosse renovada.

O Positivismo teria sua ascensão com a Proclamação da República.

O POSITIVISMO E A DOCTRINAÇÃO DO AUTORITARISMO

O positivismo comtiano forneceria dados para a doutrinação do autoritarismo, que se fez presente na história política republicana e que depois se desenvolveu através de formas novas.

A presença de Demétrio Ribeiro no governo provisório facilitou várias negociações deste com o apostolado positivista, entre elas o de-

senho da bandeira, e a forma da saudação nos documentos oficiais.

Também a separação da Igreja do Estado, fato esse, desejado pela intelectualidade e políticos mas conseguido graças à iniciativa positivista.

Cruz Costa, um dos principais historiadores do positivismo brasileiro afirmou que foi no período de Demétrio Ribeiro, no governo provisório, que se criou falsamente a idéia de que o positivismo teria criado a República no Brasil.

Quando fez a convocação à Assembléia Constituinte, o governo provisório ficou contra o apostolado e os positivistas. A constituição de 1891 negou-se à proposta dos Positivistas de acabar com o Parlamento e evocar todo o poder do Executivo. Apesar das dificuldades a Constituinte Liberal iria colocar-se como uma prática autoritária. Não estavam se entendendo o poder do Congresso e o poder do presidente, a não ser nos artigos constitucionais.

Com o atentado contra o Marechal Machado Bittencourt, Prudente de Moraes teria elementos para afirmar que o regime adotado a partir de 1889, outorgara grandes poderes ao presidente da República e aos seus sucessores.

Campos Sales, quando introduziu a política dos governadores teve garantida por cerca de 20 anos essa prática do autoritarismo.

O Castilhismo, com Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas, introduziu o autoritarismo doutrinário, que teve continuidade durante a República Velha. Os livros: "*A Constituição Política do R.G. do*

Sul": "O R.G. do Sul e suas instituições governamentais", resumiram o autoritarismo doutrinário. Ao ocupante do Executivo são legados todos os poderes, tendo inclusive domínio sobre os municípios, sem se saber quando se efetuariam novas eleições. Tudo isso influenciado pelos ensinamentos de Comte.

Outra doutrina autoritária era o chamado autoritarismo instrumental formulado inicialmente por Oliveira Viana (1883-1951), e que se alicerçava na afirmativa de que o sistema liberal supõe a existência de uma Sociedade Liberal.

O autoritarismo instrumental discorda de que para se colocar ordem na sociedade, teria que haver uma evolução natural e espontânea. Através da tentativa de se transformar a sociedade, acreditava-se chegar a um sistema liberal, apoiado num governo forte e atuante. Wanderley Guilherme dos Santos, na obra "*Ordem Burguesa e Liberalismo Político*" afirma que no Brasil não existe uma sociedade liberal mas sim autoritária.

No sentir de Wanderley Guilherme, o Estado Novo teve como componente o autoritarismo, enquanto que o autoritarismo instrumental tem atuado somente após a Guerra Mundial.

Foram fortes, no século XX, as doutrinas autoritárias, introduzidas na praxe e na doutrina política através das idéias oriundas do positivismo, como também inspiradoras das reformas de ensino. Analisada na primeira parte deste capítulo, a contribuição do Positivismo à formulação do autorita-

rismo republicano, passemos a estudar a sua influência no terreno da educação.

A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO NA EDUCAÇÃO

A filosofia educacional positivista estava baseada na crença de que a organização social poderia ser estruturada em bases científicas. Inclusive boa parcela das reformas da Escola Nova, que inspiram aspectos básicos do ensino atual, provém dessa crença.

Augusto Comte achava que as Forças Armadas deveriam se deter no trabalho de policiar, enquanto que Benjamin Constant defendia a idéia de que as Forças Armadas não deveriam ser somente instrumento servil e maleável e sim um apoio inteligente das instituições republicanas. Os positivistas brasileiros (militares como Constant e civis como Castilho) alargavam o raio de ação da nova filosofia, para além das fronteiras moralizadoras e pedagógicas assinaladas pelo mestre. Isso não impede, no entanto, que estudemos a contribuição dos positivistas brasileiros à questão educacional.

Na doutrina de Comte havia a separação dos poderes espiritual e temporal, sendo que, ao poder espiritual era legada a responsabilidade pela educação.

No ensino superior foi acentuado o sentido profissionalizante, com o apoio da elite republicana. A Universidade não teve sua existência formalizada. Os positivistas argumentavam contra a Universidade e, em contrapartida, a idéia

de Universidade se consolidava na Sociedade Brasileira, ao longo das décadas de vinte e de trinta.

Pereira Barreto era um positivista que se colocava contra a Universidade, argumentando, que no julgamento de qualquer fenômeno, era preciso submetê-lo à lei de Augusto Comte, dos três estados. Essa lei afirmava que antes do ciclo metafísico tinha-se dado uma fase teológica na humanidade. O estado positivo constituiu-se como etapa superior do curso de desenvolvimento da humanidade.

Pereira Barreto considerava que, sobrepondo-se às doutrinas teológicas e metafísicas, a Universidade teria que se dispor a adotar uma terceira filosofia com a chegada da ciência.

Teixeira Mendes escreveu vários artigos combatendo a corrente que era a favor da criação da Universidade que não ia de encontro à grandeza nacional. Dizia que a nação precisava da redução dos parasitas que exploravam o proletariado, para que este pudesse ter uma família e condições morais mais bem estruturadas.

O governo brasileiro, frisava Teixeira Mendes, deveria renunciar ao estabelecimento de um sistema de Educação Nacional. Para a concretização desse empreendimento, os positivistas dariam a sua contribuição no momento oportuno. Até que tal fato não acontecesse, a educação estaria desligada de qualquer corrente filosófica, desenvolvendo o ensino profissional. Mas os positivistas influenciaram nos órgãos decisórios e foram acusados pelo fato de ter sido

abandonada a idéia de implantar a Universidade.

O deputado Gastão da Cunha contestou as causas que levaram Comte a discordar da criação da Universidade e afirma que Emile Littré reconheceu o equívoco em que se envolveram os positivistas ao irem contra a Universidade e a favor de um suposto ensino positivista.

No meio cultural brasileiro foi notória a ascensão do positivismo, através da adesão de professores de Matemática e de Ciências. Ivan Lins, na sua *"História do Positivismo no Brasil"* historiou esse fenômeno, que se tornou manifesto na Escola Politécnica, no Colégio Pedro II, na Escola Militar, na Escola Naval, etc.

Não se pode negar que a ciência é um saber altamente operativo, enquanto a filosofia é altamente especulativa. Cabia à ciência, no seu início, o estabelecimento da verdade. Supunha-se, no século XIX, que a ciência se compunha de observações e não de hipótese. Augusto Comte não conseguiu inovar e considerou que a ciência seria acabada, ao formular a lei dos três estados.

O conceito Comteano teve lugar de destaque na Escola Politécnica, até que Otto de Alencar (1874/1912) publicou um artigo de nome *"Alguns erros de matemática na síntese subjetiva de Augusto Comte"*.

A crítica de Otto de Alencar foi avaliada por Amoroso Costa (1885/1928), questionando a não inovação de Comte em relação à Ciência.

A ascensão do positivismo se faz presente nas primeiras décadas republicanas, embora tenha sofrido uma derrota, a partir de pregação de Otto de Alencar.

A igreja positivista passa a fazer centro de suas atenções as questões morais, centro esse, antes ocupado pelas questões políticas. Jackson de Figueiredo (1891/1928), escreveu em 1922, avaliando a participação dos positivistas na agitação tenentista, exaltando Teixeira Mendes, como sendo a capacidade máxima do positivismo, dando lição de moralidade política aos seus discípulos participantes da agitação tenentista.

Resumindo, a influência do positivismo na República Velha, vem a ser confirmada a partir dos dados a seguir:

1. Emergência do autoritarismo republicano.
2. Sucessivas reformas de ensino primário e secundário.
3. Aceitação pela elite dirigente, da contestação dos positivistas em relação à Universidade.
4. Adesão do professorado de Ciências às idéias de Comte.
5. Tratamento das questões morais, assumido pela Igreja Positivista, antes ligado à Igreja Católica.

O POSITIVISMO E AS FORÇAS ARMADAS

*Benjamin Constant e os
Novos Rumos*

"Benjamin Constant professava como sábio, modesto e bom; predicava como um filósofo sincero e veemente; exemplificava como um moralista austero

*e irrepreensível. Era admirado pelo saber, adorado por sua integridade"*¹¹.

Centrados nas filosofias progressistas do século XIX em que se concatenavam as idéias firmadas por Comte com a lei dos três estados, Spencer com a passagem do homogêneo para o heterogêneo, Darwin e Haeckel com a luta pela vida, os intelectuais brasileiros optam por uma destas linhas de pensamento, tentando através dela, compreender e explicar a realidade nacional, colocando os "pés em terra", dentro de uma realidade, fugindo desta maneira, do sonho romântico.

É claro que estes debates tiveram eco na Escola Politécnica, Faculdade de Direito de Recife e São Paulo, na Escola de Medicina e na Escola Militar da Praia Vermelha. Não poderiam ficar alheios a estes novos rumos que estavam se delineando face, principalmente, ao incorformismo filosófico-político oriundo da Guerra do Paraguai, que aí surgindo viria a se espalhar pelo Exército.

Mas contra quem ou contra o que estava havendo tamanha agitação?

Podemos levantar a hipótese de que, basicamente, se insurgiam contra o catolicismo oficial, que interferia no ensino, nos atos da vida civil; contra a política oficial, onde a mentira, o exaurir dos partidos e a centralização embotava o pensamento político; contra o sistema social e econômico, a escravidão e instituições inadequadas para a evolução que se pretendia realizar.

Evidentemente, que as saídas estavam naqueles que procuravam o respaldo da Ciência em lugar da Religião, para a resolução dos problemas do Homem.

Desta maneira, emergem o positivismo e o evolucionismo Spenceriano, como que, dando as respostas esperadas pela elite pensante à época.

Na Escola Militar, logo a partir de 1850, alguns professores já haviam posto a descoberto as formulações de Comte, a "*Geometrie Analytique*" e no primeiro volume dos "*Cours de Philosophie Positive*", porém, é com a chegada de Benjamin Constant que os véus da Filosofia Matemática, Filosofia da História e da Sociologia passam a assumir posições mais definidas.

Desta maneira, face a dois ingredientes básicos, o currículo, centrado em estudo matemático, e a ação proselitista de Benjamin Constant, o sistema de Augusto Comte, haveria de medrar na Escola Militar.

Com uma matemática temível, a Escola Militar apresentava naquele momento, uma nova linha, a das sínteses expositivas e de formulações filosóficas, sem a matematização dantes arduosa. O temor transforma-se em simpatia, entusiasmo, interesse e devotamento mesmo, àquele mestre que suave e fluente, levava seus alunos a outras fronteiras.

Ora, sua maneira de tratar, sua fluência no expor as idéias, seu saber e principalmente sua independência no trato dos assuntos malgrado a visão nem sempre favorável de quem lhe era superior, fa-

zia com que alunos chegassem mesmo, em determinados eventos ao delírio, quando se soerguia à Filosofia da História e a Dinâmica Social.

Rondon, assim se exprimiu a respeito — "*Benjamin Constant operava o prodígio quase sobre-humano de transfigurar a sua Cátedra de Geometria Algébrica em Altar levantado à mais pura idealização da pátria*"¹².

Podemos vislumbrar o plano de curso desenvolvido por Benjamin Constant:

1. Definição e conceito da Geometria Analítica;
2. Posição da Geometria Analítica no conjunto da Ciência Matemática;
3. Definição, conceituação e posição da Matemática no conjunto das Ciências Políticas;
4. Conceito da Ciência Positiva, lei dos três estados;
5. Classificação das Ciências: as sete ciências positivas, seus conteúdos e métodos próprios;
6. A Sociologia, a Estatística e a Dinâmica Sociais;
7. Conclusões sobre a Matemática em Geral e a Geometria Analítica em particular¹³.

Ora, depreende-se do exposto que o que realmente ocorria é que dentro do enfoque de Filosofia das Ciências, havia um realce ao Positivismo, sendo tônica de suas aulas o agnosticismo, a dinâmica social e política, bem como a condenação dos regimes monárquicos.

Conforme já foi dito, entretanto, nem todos, na própria Escola Militar, filiavam-se a Comte, ou-

tros havia que seguiam a linha Spenceriana.

É Rondon que nos diz ao comentar sobre Euclides da Cunha:

*"Euclides foi discípulo de Benjamin. Espírito mais propenso aos grandes reptos da imaginação do que à calma disciplina das meditações científicas, viu abrirem-se-lhe as páginas da portentosa construção do filósofo de Montpellier sem se deter em penetrar-lhes o sentido. Mais encanto encontrou na obra de Spencer a que se filiavam muitos dos brilhantes alunos da Escola Militar dessa época"*¹⁴.

Tal tipo de abordagem e suas influências à época, podem ser perfeitamente constatadas ao nos reportarmos à *"Revista da Família Acadêmica"*, em que os trabalhos de Pierre Laffite, como *"O Positivismo e a Economia Política"*, surgiam em tradução.

Porém, a idéia de generalização do pensamento de Comte se impõe muito mais pela forma e pela presença indiscutível de Benjamin Constant, muito embora à sua chegada à Escola Militar em 1872, as idéias positivistas já encontravam as raízes lançadas, apoiadas por mestre e alunos.

Muitos oficiais e alunos frequentavam o Templo da Humanidade, e suas conferências e opúsculos circulavam de forma livre na Escola Militar.

Benjamin Constant, salvo o movimento episódico em que esteve no teatro da Guerra do Paraguai, foi o mestre de Matemática embora fosse do Corpo de Engenheiros.

É ele quem diz e também o faz seu dileto discípulo Tasso Fragoço, que Benjamin Constant ingressara no Exército com *"duplo intuito de auxiliar o sustento da família e de proporcionar-lhe os meios materiais indispensáveis ao prosseguimento de seus estudos e que assim procedendo violentava ele as suas naturais tendências contra a profissão guerreira pela qual jamais pôde contrair gosto"*¹⁵.

Teixeira Mendes diz dele:

*"O caso de Benjamin Constant é um tipo a este respeito (as escolas militares eram acessíveis aos pobres); no tempo dele e depois, uma grande parte de oficiais do Exército Brasileiro continuou a ser recrutada entre jovens que procuravam a vida militar como um meio de adquirir a instrução que ambicionavam, sem nenhuma vocação guerreira"*¹⁶ (o grifo é nosso).

Em nenhum momento, Benjamin Constant escondia o não gostar de sua profissão. Por inúmeras vezes, havia se encorajado a demitir-se. Sua experiência de combate não o deixou feliz. Tentara por sete vezes alcançar o Magistério do Exército.

Avocado por Dr. Benjamin e não por Major Benjamin, por suas condições morais de destaque, por sua maneira sobranceira e cultura filosófica, não nutria naquela mocidade, atitudes marciais e de projeção profissional.

Posteriormente, veremos o quanto de funesto foi tal maneira de ser ao desenvolvimento profissional do Exército e como isto ainda

se encontra imerso no inconsciente coletivo.

Em concurso ao Magistério (1873), fez uma declaração de fé positivista em presença do próprio Imperador.

Mas nada disto pôde, de forma alguma — malgrado Medeiros de Albuquerque — em *"Minha Vida"* — discordar — desfazer de sua grande capacidade magisterial.

Não foi a título gratuito que obteve sua fama. Por duas vezes o próprio Imperador o convidara para ser o preceptor de seus filhos, e mesmo não tendo prosseguido neste encargo, em nada diminuía a consideração e o respeito que D Pedro II por ele de votava.

Para Licínio Cardoso *"foi antes de tudo um professor... formador de alunos"*¹⁷. Agliberto Xavier assim descreve sua didática:

"Benjamin Constant, em suas aulas, começava revelando a importância da teoria que ia ensinar em sua relação com outras; em seguida, traçava a marcha histórica de sua formação, o que assaz contribuía para fazer compreender bem sua constituição final. E não raro salientava as lacunas ou a fraqueza peculiar à inteligência humana, mesmo nos maiores gênios. Desse modo, lograva ele, simultaneamente, diversos objetivos: completar o conhecimento da teoria, salientar a disparidade extraordinária de nosso poder intelectual e da nossa aptidão moral; desenvolver a humildade, superando a vaidade. Claro é

*que semelhante ensino não podia estimular o pedantismo algebrico ou de qualquer outra espécie"*¹⁸.

Seu destaque a nível político emerge na vista do cruzador chileno *"Almirante Cockrane"*, que coincide com o intenso descontentamento que lavrava no meio militar face às ações que o Presidente do Conselho — Visconde de Ouro Preto — desenvolvia contra os militares ao criar milícias populares, procurando desta maneira, calar aqueles que militavam pela República.

Em presença do Ministro da Guerra, o Conselheiro Cândido de Oliveira, o aluno Vicente de Azevedo saúda os visitantes sendo que, após esta alocução surgem vivas ao *"Mestre — Benjamin Constant"*, que leva a curiosidade e estupefação aos visitantes.

Benjamin Constant discursa preconizando a paz. São estas suas palavras:

"Grato pelo honroso convite dos dignos alunos da Escola Militar da Corte para assistir a esta festa em que, associando-se galhardamente aos sentimentos de amor, reconhecimento e alta estima do povo brasileiro ao distinto povo chileno, vieram por sua vez, render justa homenagem de alta estima a briosa oficialidade da Armada Chilena... É que ela tem sabido compreender que essa larga instrução científica, naval e cívica, levada muito além dos planos do ensino oficial, e ainda mais necessária que a instrução mili-

tar para desempenho dos altos destinos sociais e políticos que neste século os exércitos são chamados a desempenhar no seio das nações. É que ela honrando as gloriosas tradições de nossa Escola Militar por tantos títulos venerada, tem compreendido que há para os exércitos modernos, e muito particularmente para os exércitos da livre América do Sul, uma ciência incomparavelmente mais nobre e mais fecunda em benefício da Humanidade do que a ciência da Guerra: é a ciência da paz"¹⁹ (o gripe é nosso).

Neste momento de seu discurso, passa a tratar das "questões militares" mostrando que o Governo as provocará sempre, e portanto, é por elas responsável. E voltando-se para o Conselheiro Cândido de Oliveira, conclui, exclamando:

"— Senhor Ministro: o Exército Brasileiro não é composto de janízaros; debaixo da farda do soldado, pulsa o coração de um cidadão e patriota"²⁰.

A ovação se faz ouvir, retira-se o Ministro da Guerra ante os atônitos visitantes.

Já no Governo Provisório, diria ele, quando do banquete oferecido pelo Governo ao General José Simões de Oliveira, recém-nomeado Governador de Pernambuco:

"... Compreendeu essa mocidade que ela devia cooperar para que a Humanidade entre o mais depressa possível no franco regime industrial, e por isso mesmo compreendeu desde logo que o seu lugar era ao lado daqueles que pregavam a reforma

política e social de que dependiam o progresso e a ordem em nossa Pátria. Quero que se acenue cada vez mais a confiança nas intenções do Governo, do Exército, e sobretudo, desta mocidade na doutrina humanitária que tem o dogma: O Amor por princípio e a Ordem por base: O progresso por fim... Peço em nome de todos os que arriscaram a vida no dia memorável, dos que se divorciaram naquele dia do próprio coração para obedecer ao princípio sociológico de que a Humanidade vale mais do que a Pátria e a Pátria mais que a Família... O dia do meu maior prazer seria aquele em que o regime industrial, profundamente assentado e realmente triunfante, permitia o recolhimento ao museu da história das armas em que se empregam como elementos de destruição os metais que a natureza fornece ao homem para que, pela indústria, prolongue a vida e conquiste o bem-estar da Liberdade e do Progresso"²¹ (os gripes são nossos).

Embora ele jamais tenha pretendido impor pela força o Positivismo a quem quer que fosse, houve, no entanto, uma aceitação explícita dos princípios de Comte graças à grande influência que Benjamin Constant teve junto aos jovens estudantes da Praia Vermelha e ao Exército como um todo.

No dizer de Benjamin Constant Neto (1940), a divisa de nossa bandeira "Ordem e Progresso" seria a redação mais precisa da divisa de Diogo Feijó, o Padre Regente:

"Sem Ordem não há Progresso", e que sua escolha teria sido feita por Deodoro, por sua significação moral, pois quando nos fala de sua promoção, por aclamação, a General-de-Brigada, podemos sentir seu posicionamento quanto ao problema. São suas estas palavras:

*"Sei que fui infeliz, porque feridas nas promoções, interesses de alguns de nossos companheiros, mas afirmo-vos que nem eu, nem aqueles que me auxiliaram, tiveram o malévolos intuito de prejudicar os legítimos interesses de quem quer que fosse. A minha boa fé poderá ter sido iludida, mas nunca abandonada"*²² -

Pretendeu Benjamin Constant, atendendo à proposta do seu futuro genro capitão José Bevilacqua, que o Brasil restituísse ao Paraguai os troféus de Guerra, uma vez que o povo a quem havíamos combatido era forçado a isto por seu ditador, pois seu real desejo seria o congraçamento com seus irmãos brasileiros e que não tivessem em nossa América, a idéia de revanche tão comum aos europeus.

Ao assumir o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, procurou ser um bom brasileiro a ser um positivista, extinguindo o ensino oficial, que bom ou mau era o único refúgio às trevas da ignorância.

Rondon nos dá em *"Nótulas esparsas sobre a vida e obra do Fundador da República"* os escritos que abaixo transcrevemos:

"A geração militar que surgiu depois da Guerra do Paraguai deve ao eminente mestre, nas

belas lições de matemática que ministrava, inspirações científicas da Filosofia Positiva de Augusto Comte, segundo a qual orientou o Magistério que exerceu por muitos lustros, desde quando explicador de matemática da Escola Central. Como matemático, ninguém o excedeu. Professor, foi modelar no método de expor suas lições, apreciando sempre os assuntos segundo a Filosofia Positiva. Como Soldado, deu exuberantes provas de valor militar quando designado para operar na Guerra do Paraguai. Preferiu servir na linha de frente, dispensando oferecimentos que lhe foram feitos para mais comodamente exercer funções administrativas na retaguarda...

... Ao primeiro matemático brasileiro, pelo prestígio científico que pregava e ao mais entusiasta discípulo de Augusto Comte, esta reservada à incomparável ventura de orientar e conduzir a Revolução que veio a proclamar a República no eternamente glorioso 15 de novembro de 1889, há 50 anos.

Essa, — a sua maior glória e a sua maior grandeza. Diante desse nobre ato cívico, o seu saber científico se reduz a proporções convenientes, para dar lugar à Benemerência em que o Fundador foi incorporado à Imortalidade. Só por esse ato, que o destino da Sociedade brasileira fez surgir em determinado momento, o ardoroso Apóstolo da Religião da Humanidade, o que poderia vir a ser no destino do

Brasil, o Cidadão Fundador da República, se a educação e instrução do jovem aluno dos Padres Beneditinos fossem submetidos ao plano que Augusto Comte traçou.

E imaginai, por aquilo que esse aluno conseguiu em meio de tão trabalhosa iniciação, imaginai hoje o tipo que teríamos de contemplar.

Ah: recebei por um momento esse ideal e dizei se Benjamin Constant foi tão grande como poderia ter sido realmente.

... Homem puro, severo, enérgico e bondoso. Foi um impoluto cidadão: incomparável esposo. Do Cientista e Filósofo avançado, se transformou em Estadista sem par na nacionalidade brasileira. Deu lugar à formação política da trindade sintética da evolução nacional cujos termos surgiram no último quartel da época colonial, na agitação pela Independência e na Revolução que proclamaram a República: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant.

"Viva a República

Salve o Brasil!"²³

O POSITIVISMO E O ENSINO MILITAR

A Guerra é a tônica maior de uma Instituição Militar. Desta maneira, o idealismo do positivismo foi de tal evidência que não foi só descurada como descartada mesmo.

Devemos, pois, entender Benjamin Constant como um grande mestre mas que não levou em conta esta realidade, talvez por razão

de seu próprio tempo. Assim, a preocupação científica em excesso, levou o Exército a uma baixa operacionalidade, pois, os oficiais eram muito mais cientistas-matemáticos do que cientistas-táticos, inclusive acampamentos eram resolvidos matematicamente, no que se refere aos espaços a serem ocupados pelos homens e suas barracas, não utilizando para isto o raciocínio tático que se impunha.

O Brasil, militarmente, pagou esta alteração de seguimento. O cientista e positivista se opunha à concepção de defesa nacional que é normal a todos os Exércitos, sendo que havia tendência de devolução dos troféus de guerra e de queima dos demais, um ideal romântico à época, enquanto que no mundo travavam-se guerras, como a dos Boers e a Sino-Japonesa.

Desta forma, estando desligados da realidade, não poucos usavam da Força Armada como trampolim para suas realizações pessoais, já que o Exército recebia estudantes pobres. Anulando-se em Segurança, o Exército no apogeu do Positivismo, procura a Moreira Cesar, profissional de tradição do Rio de Janeiro, rigoroso, que tinha ido a Santa Catarina combater a esquadra revoltosa que se unira à Federalista.

Assim para momentos de salvação nacional ia-se buscar o profissional combatente, o guerreiro, visto que dos cientistas formados pela Escola Militar, sob a égide do Positivismo, não se poderia buscar nem um sequer para estes momentos cruciais.

O Exército se desoperacionalizou, estava obsoleto em seu material, assim como as idéias passaram também a ser esquecidas, tanto que desde priscas eras havia regulamentos doutrinários, como o do Conde de Lippe e do Conde Beresford, que eram doutrinadores do Exército Português; havia também as Instruções da Infantaria de Portugal que foram reformuladas por Caxias, em 1864.

Em Canudos, a tropa regular, sem oficiais capazes, formados que eram nas casernas, sem tática alguma e sim com as que eram ensaiadas em pátio de quartel, a nível primaríssimo, sem preocupação com a logística, sofre perdas altamente significativas.

Anteriormente, no Sul, o mesmo despreparo ficou evidenciado quando as tropas de Gumerindo Saraiva apresentavam maior grau de operacionalidade que as tropas federais. A preocupação de Floriano, quando Gumerindo Saraiva subia para o Rio, foi mandar para a Lapa, Gomes Carneiro, a fim de que oferecesse resistência e, conseqüentemente, o Governo Federal ganhasse tempo.

No Rio Grande do Sul, no "Boi Preto", uma coluna revolucionária degolou por inteiro um Regimento regular. O Positivismo e o despreparo militar vão estar ligados àquelas gerações e os filhos dos heróis do Paraguai vão promover a reforma militar que seria uma resposta, neste campo, às conseqüências deletérias que o positivismo tinha provocado, principalmente, no Exército e na Escola Militar da Praia Vermelha, ou seja, uma des-

valorização completa da profissão militar.

Assim, nos Corpos de Tropa, os oficiais eram feitos nos combates, sem uma visão maior, mais nítida, pois os formados pela Escola Militar eram engenheiros, e estavam neste labor, enquanto que a tropa era simplesmente desprezada. A finalidade, pois, maior da Escola Militar, era graduar Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas.

A reação a tudo isto ocorreu com a revolta da Vacina Obrigatória, pois a situação de desprestígio da Força Militar — a partir da Guerra do Paraguai, acentuada com o falecimento de Osório e Caxias, grandes figuras que sustentavam o mínimo de respeito que o Exército merecia — foi criando um descontentamento militar.

A Reforma Militar

Duas correntes, deram origem à Reforma Militar: a primeira delas, a dos científicos que desejavam, com a componente filosófica-positivista, formar os cientistas-matemáticos; a outra, liderada, provavelmente, pelo próprio Deodoro, homem de tropa, desejando um Exército profissional, apto para executar ações de guerra.

O que vai acontecer? A quem Deodoro passa o seu bastão?

Hermes Rodrigues da Fonseca recebe de Deodoro a chama do profissional a ser defendida, bem como a Mallet que passa esta idéia a seu filho o depois General João Nepomuceno de Medeiros Mallet — criador do Estado-Maior do

Exército — que foi uma das molas mestras de todo complexo da Reforma Militar — que pode ser traduzida pelas derrotas de Canudos em que as forças federais perderam para brasileiros dos mais desprotegidos, e por três vezes, até constituir-se através de muitas gerações e muitos sacrifícios — a Força Expedicionária Brasileira que lutou ao lado dos melhores Exércitos do mundo.

Logo, sob o ponto de vista militar-doutrinário, Benjamin Constant não foi benéfico, no entanto, quanto ao enfoque Ético e Moral, podemos asseverar que sim.

Podemos, no entanto, entrever que Benjamin Constant não pretendeu as linhas que decorreram de seu pensamento, por vez que seus alunos o interpretavam e quando isto ocorre nem sempre há o seguimento daquilo que o mestre desejaria que fosse o entender de seu pensamento.

O uso do pensamento de outrem, para benefício próprio ou de um grupo, tem sido o apanágio da História da Humanidade, destarte não nos devemos deixar empolgar por tentativas interpretativas que, por vezes, descoram daquilo que o pensador tinha em mente.

Assim, o interesse em derrubar o regime monárquico, juntou-se à corrente de descontentes republicanos, a maçonaria francesa, a lutar desde a pacificação contra a maçonaria inglesa mas constitucionista, monárquica, da qual Caxias era um dos representantes.

É evidente que tudo isto emerge, na Abolição da Escravatura e na Questão Militar. Assim é que,

o Positivismo foi uma corrente de pensamento que se nos afigura exótica ao contexto brasileiro. A formação moral elevada foi a tônica maior do Positivismo como: honestidade, probidade, a livre empresa, o ensino técnico.

A reação, que até hoje se sente ao Positivismo na Força Armada, a gota d'água, foi a revolta da Vacina Obrigatória em que agitadores externos, positivistas, influenciaram alunos da Escola Militar, para que pegassem em armas para defender o direito do outro de não querer ser vacinado. Os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, que se tornou mais um centro político, prestaram-se a este papel, revoltando-se.

A decisão do General Argolo foi de fechar a Escola Militar, extinguindo-a. Diversos foram os destinos de seus alunos. Ficamos sem Escola Militar por quase um ano.

A necessidade de ter uma Força Armada, não poderia coexistir com a idéia do cientificismo. A Arte e Ciência Militar estavam evoluindo, era necessário que nos assenhorássemos deste conhecimento.

Desta maneira, foi criada a Escola de Guerra, em Porto Alegre que, como seu próprio nome indica, pretendia seguir a linha do combatente profissional, do guerreiro e que era denominado pejorativamente, de "curso alfafa".

Vemos aqui a encruzilhada do pensamento militar brasileiro, do Doutor ao Aspirante Oficial; do cientificismo, que predominou, desde 1810, com a Academia

Real Militar, formando engenheiros para atender aos problemas da colônia, para o profissionalismo militar, já que a Europa estava no apogeu da Revolução Industrial, com maquinaria que produzia armamento em profusão, que levava a guerra aos recônditos mais remotos e que se tornava total.

A própria iconografia militar, por exemplo, teve solução de continuidade com a Proclamação da República. As batalhas campais e navais, que eram representadas até então, pelos maiores pintores brasileiros, deixaram quase que num repente de serem realizadas. O "inconsciente delenda" das tradições aqui também deixou a seqüela de sua passagem.

Em 1913, a Escola Militar foi para o Realengo; entre as duas escolas, houve um ideal de unificação.

No relativo à campanha do contestado, o comandante da Força, General Setembrino de Carvalho, dizia negativamente da formação dos oficiais.

Às vésperas da I Guerra Mundial, nós nada sabíamos, estávamos românticos com linhas de tiro, Guarda Nacional, etc. Como reação mandamos para o "front" europeu nossos oficiais mais capazes para lutar com a França para aprender. O General Potiguara, um dos heróis de S. Quentin, o Tenente José Pessoa que esteve em Saint Cyr, o Capitão Leite de Castro, posteriormente Ministro da Guerra, também esteve em Saint Cyr, mandados que foram por Wenceslau Brás. De lá, trouxeram a idéia da Aca-

demia Militar das Agulhas Negras, do espadim, do uniforme.

Wenceslau Brás dá outro grande lance, adota o Serviço Militar obrigatório, pois embora datasse de 1908 a lei que o instituía, não era a mesma cumprida, com reações em várias áreas, inclusive do próprio Exército. É o caráter nacional e de integração que é dado ao Exército, extinguindo, inclusive, a Guarda Nacional, a qual fora criada por Feijó para acabar com o Exército, na circunstância da Regência. Então fora a corrente liberal que considerara o Exército como um ingrato a seu criador, o Imperador D. Pedro I, o que o havia forçado a exilar-se, provocando a ocorrência dos distúrbios que se seguiram à abdicação de D. Pedro I. A Guarda Nacional defendia o particular, pois em princípio o potentado do lugar, o rico, com sua riqueza, tinha o poder político e com isto comprava ou adquiria o grau máximo na Guarda Nacional. Desta maneira, a defesa nacional estava a mercê do interesse particular e o Exército não tinha posição. Se acontecesse de crescer durante uma guerra, após a mesma era reduzido para que não perturbasse.

Como eram poucos os que tinham ido a outras plagas haurir os ensinamentos, inclusive nos campos de batalha, urgia buscar uma solução para realmente modificar este "status quo". Daí, para tornar uma força de defesa adequada, buscou o Exército uma "Missão Militar Francesa", isto com uma defasagem de quase vinte anos do Estado de São

Paulo, que já possuía a sua desde 1906.

As Escolas Militares de então não reuniam em seu Corpo os melhores oficiais do Exército. Optou-se então por um Concurso no Brasil. O Estado-Maior interferiu e dentre os aprovados surgiram então oficiais do escopo de Euclides Figueiredo e Odílio Denys, um dos mais moços e ainda vivo.

Estes oficiais selecionados viam constituir um corpo conhecido, a partir daí, por "Missão Indígena". Os primeiros alunos deste grupo foram os fundadores da atual Escola Superior de Guerra. Coube-lhes, inocular, não só o germe de modificação, como também se posicionarem, ao longo do tempo, em busca das modificações por eles preconizadas. Juarez Távora, Cordeiro de Farias e a Coluna Prestes, entre outros, procuraram o conhecer do Brasil — pois até então o conhecimento do Brasil limitava-se ao Rio de Janeiro.

Alguns depois fizeram composições no período do tenentismo; outros foram até o fim e morreram lutando por seus ideais.

Desta Reforma Militar, o maior feito realizado foi o estabelecimento da Escola Militar de Resende.

A Biblioteca do Exército

Mas o pensamento militar brasileiro, evidentemente, não se faria tão somente com a instrução no Corpo de Tropa, nos quartéis. Ainda como no Império, nada se escrevia, não existiam revistas, pe-

riódicos, trocas de informações; tudo vinha de fora, ninguém sabia escrever nada.

Ora, nesta reforma, era necessário que as idéias transitassem. Vemos o General Golbery do Couto e Silva, traduzindo regulamento sobre Morteiros, a "*Revista Militar Brasileira*" que editava livros de oficiais e os distribuía pelo Brasil inteiro.

Estes escritores, que se iniciaram na "*Defesa Nacional*" em seus primórdios e na Biblioteca do Exército, (esta criada em 1937, dentro da Reforma), surgem como grandes figuras militares.

Esta reforma foi criada paralelamente e sustentada por uma gama de escritores como Tasso Fragoso que foram escrever para minimizar o deserto cultural que grassava.

Tasso Fragoso, quando Adido Militar na Argentina, sentiu-se constrangido pelo desconhecimento de passagens históricas.

Sentiu mágoa pelo desprezo a que eram relegadas nossas glórias e tradições, desprezo provocado pela filosofia positivista que mandava que fossem esquecidos tais fatos de guerra, e ainda, pelo desprezo com que eram considerados dentro do espírito da Religião da Humanidade, aqueles soldados, heróis da Guerra do Paraguai com o peito recoberto de medalhas por seus feitos, vistos apenas como "*assassinos profissionais desprezíveis*".

O positivismo, desta maneira, na Força Armada, pretendia abolir as tradições castrenses.

A finalidade maior, pois da Bi-

biblioteca do Exército, foi a de dar apoio aos escritores militares, porque os civis não possuíam a infraestrutura que deveria ser emprestada aos escritores militares. Este enfoque não deve ser alterado a fim de que não feneçam os objetivos daqueles que a criaram.

Há necessidade de que pensadores militares, através de textos sobre a tática das armas básicas tenham em seu complexo, o apoio necessário para suas publicações. Enfim, o que se deve ter é uma corrente de pensamento militar para que o Brasil seja potência do ano dois mil.

Do estudo e de viagens que realizamos pelo mundo, depreendemos que um Estado só é potência na medida em que for potência militar.

O Japão, de uma maneira genuína, venceu tais dificuldades. Nada sabendo da guerra moderna no início do século, já na guerra russo-japonesa, se sobrepôs ao inimigo porque absorveu o conhecimento das missões francesa e alemã, fundindo o que havia de positivo em uma e outra, escoimando os aspectos negativos.

O que é necessário pois, é que seja feito o fulcro com pensadores militares brasileiros, de uma doutrina militar brasileira, genuína.

Se hoje somos uma dimensão continental, não somos por acaso, temos, em cada recanto de nossa fronteira, um Forte. Tivemos experiências de luta interna e externa, a maior parte vitoriosa. Aí está o pensamento militar brasileiro, uma componente desta Doutrina Militar Brasileira, que deseja-

mos e que tem sido copiada daquele que tem o pensamento militar dominante em cada época. Houve época em que foi do alemão, quando começou a reforma, à época de Hermes da Fonseca, que enviou oficiais para a Alemanha. Logo após, a Missão Francesa e posteriormente, a Missão norte-americana.

É claro que para elaborarmos a nossa Doutrina Militar, ela não surgirá como num toque de magia; é sim, antes, um trabalho metódico a que os escritores militares devem se ater para que o Exército tenha uma doutrina própria a fim de que, assim, chegue à condição de grande potência.

Desta forma, o lance para o ano dois mil, o do Brasil grande potência, tem que dar o valor para o Exército de pensadores e escritores.

Enquanto na parte da Ciência Militar, estamos realmente em desenvolvimento cada vez maior, não só para o consumo interno, como inclusive, para exportação, não estamos no mesmo pé a nível intelectual,

Sabemos que a Ciência evolui enquanto que a parte tática e da doutrina possui seus princípios básicos e gerais, devendo permitir a elaboração de uma doutrina consentânea ao novo raiar do século.

Não podemos ser grande nação, se copiarmos a doutrina de outras potências e quicá, nem copiarmos a doutrina do hoje e sim a do ontem para ser aplicada no amanhã. Há necessidade de que tenhamos escritores e pensadores.

Voltando ao relato que fazíamos, a Reforma Militar foi realizada por um grupo de oficiais que, intelectualizados, viram o enfoque profissional. Vimos, no passado, figuras proeminentes como Gen. Borman, Tasso Fragoso e mais recentemente Castelo Branco.

Muitos, ao buscar na História, as lições maiores, não tiveram tempo sequer de uma tentativa interpretativa, tendo que se limitar a reconstituir o passado.

O ensino no Brasil evolui e desta maneira, os instrumentos e as técnicas de interpretação estão mais a nosso alcance do que aos que nos antecederam.

Vê-se, pois, que o positivismo longe de dar ao Exército condições de ponderável desenvolvimento, veio a ser uma linha de pensamento exótico ao meio militar. Houve uma confusão entre o pensar e o agir, e quem pagou o ônus foi o Exército, não em seus princípios, mas em suas interpretações.

Cada um o fez como quis.

A Formação Positivista e sua Influência em Alguns Personagens Nacionais

Entendemos que o maior intérprete teórico e prático do Positivismo foi o Marechal Rondon que soube combinar a realidade de seu compromisso com a defesa da Pátria e seu compromisso com a Humanidade.

Sua religião da Humanidade foi por ele buscada na pesquisa da integração dos milhares dos brasis. Quando a Coluna Prestes, em

1924, varou os sertões, Rondon já lá havia estado em busca não só de novas fronteiras físicas, do curso do rio da Dúvida, mas sim da fronteira humana, de integração do silvícola, dos quais descendia e para os quais se dedicava com o afincio de uma existência.

Porém, na época em que foi chamado pela "Missão Militar Francesa", destacou-se em Curso brilhante a ponto de que o General Gamelin, profissional de vasta experiência, oficial de operações de Sedan, quando perguntado que oficial brasileiro escolheria em caso de guerra, não hesitou em apontar o General Rondon.

Fiel, entendeu o Positivismo dentro de uma realidade, escoimado do romantismo. Militar de profissão e cômico de sua vocação, atuou em prol da Humanidade e promoveu militarmente a paz.

Tasso Fragoso e Rondon foram os alunos mais expressivos de Benjamin Constant. Rondon nunca diminui sua devoção ao mestre amado, já Tasso Fragoso faz, em certa altura, na introdução a seu livro *"Batalha de Passo do Rosário"* como que um ato de contrição, de arrependimento, de conversão mesmo à fé católica, acreditando em Deus, deixando o agnosticismo.

Assim, Benjamin Constant se apresenta como a figura máxima do cientificismo militar, enquanto Floriano Peixoto encarnaria como a figura máxima, na época, o profissionalismo militar. Destacou-se na Guerra do Paraguai combatendo, enquanto Benjamin Constant

foi à guerra, não se enquadrando no trato da campanha.

Tasso Fragoso começou a ser ouvido, Herói da Revolta da Armada, comandou uma peça de artilharia na ponta da Armação, sendo ferido gravemente em combate. A carta que Floriano a ele endereçou e seu uniforme, manchado de sangue, encontram-se no Museu da Academia Militar das Agulhas Negras. Ao longo de sua carreira, oscilou entre Benjamin Constant e Floriano, tendo dedicado seu livro *"Guerreiro"*, primeiro a Floriano, e desta maneira, foi compreendido na importância do militar na defesa do país. Não encontrou muito apoio para suas idéias no Positivismo. Achou-o incoerente com a sua carreira.

Em *"Memória de um Soldado Legalista"*, Estevão Leitão de Carvalho — historiador, militar da melhor expressão, sempre legalista, ofereceu resistência à Revolução de 1930, em Porto Alegre — comenta as distorções do Ensino Militar. Participou ativamente da Reforma Militar. Foi nosso "filtro" nos Estados Unidos, da organização de nossa Força Expedicionária Brasileira, como chefe da Missão Militar Brasil-Estados Unidos.

O grande perigo dos enfoques filosóficos, tal como o do Positivismo no Brasil, no que diz respeito ao Exército, foi o romantismo que lhe era inerente e como tal não permitiu que o Exército tivesse uma visão da realidade nacional e internacional mais adequada.

Rondon, pois, apresenta-se como o único que, sendo fiel à Humanidade, não desonrava seus compromissos para com a Pátria que ele jurara defender.

Podemos ver ainda o Positivismo prático de Júlio de Castilhos, a imposição de determinadas posições. O Governo forte, por exemplo, é uma delas. Na Revolução de 1964, vemos este enfoque retomado com o Sistema Presidencial sem solução de continuidade. A influência Castilhista se faz sentir.

As distorções sempre se fizeram sentir. No próprio Rio Grande do Sul tínhamos, de um lado, o liberal Gaspar Silveira Martins, que preconizava a paz, humanismo, enquanto do outro lado, tínhamos Júlio de Castilhos, positivista, da religião da Humanidade, do lema *"não matar, não guerrear"*. Estes homens foram os protagonistas do movimento armado mais sangrento e mais bárbaro, que jamais aconteceu no Brasil, que foi a Revolução Federalista em que o regime era o da *"degola"*, trazido segundo alguns, de próceres uruguaiois e argentinos que teriam como norma de ação corriqueira, a degola de seus adversários. Na própria Guerra do Paraguai isto aparece. Desta forma, precebe-se a grande influência do ideário da Revolução Farroupilha. As qualidades do cavalheirismo do gaúcho *"rude, mas doce"*. Osório, era a própria encarnação disto. Aos vencidos, o perdão, o respeito à propriedade e à família. Nem o líder liberal nem o chefe positivista tiveram

condições de não permitir esta ação que desafina do pensamento positivista.

A idéia de conservador no Brasil que se opõe a liberal, antes de ser entendida como algo retrógrado e sem horizontes, há de ser percebida como o prudente, o sensato e o reflexivo, que tira lições da História e é representada pela Escola Militar e seus egressos. Se argumentarmos, por exemplo, que Osório teria sido um liberal, ele o foi nominalmente, em termos regionais, Rio Grande do Sul, mas sua atuação foi conservadora.

Tal linha do agir se contrapõe à corrente jurídica, da Escola do Largo de São Francisco, fundada por General Toledo Arouche e pelo Visconde de São Leopoldo, formado em Direito por Coimbra, e que criaram os Cursos Jurídicos do Largo de São Francisco.

Assim, quanto mais liberdade houver, mais choques sociais, maior necessidade de interferência da ordem legal, para dirimir dúvidas. Quando a confusão se torna por demais caótica, estes liberais socorrem-se dos conservadores da Força Armada para a manutenção do Estado de Direito.

Por este motivo, há um predomínio dos juristas na composição política do país em lugar de profissionais de outras áreas.

Segundo Ruas Santos, o inconsciente coletivo faz com que ainda no Exército de hoje exista uma influência lavrada profundamente pelos positivistas, razão pela qual existem ainda problemas como o ceticismo, em atitudes tais como: "*onde está escrito?*",

e uma desvalorização do culto de nossas tradições militares.

E, por outro lado, em consequência da reação ao Positivismo, ainda hoje, não se vota prestígio a atividades que não sejam de natureza específica técnico-militar.

Julio de Castilhos

O Castilhismo²² representou, na evolução do pensamento positivista, uma versão heterodoxa, porquanto inverteu a ordem de valores prescrita por Augusto Comte para a regeneração da sociedade. Enquanto o pensador francês propunha um processo pedagógico (mudar as mentes e os sentimentos) para que daí surgisse a sociedade racional, nunca antepondo a política à reforma moral, os castilhistas inverteram os fatores: preocuparam-se, em primeiro lugar, por consolidar um Estado forte, para, a partir daí, deflagrar amplo processo educativo e reformador. Tal é o cerne do posicionamento de Julio de Castilhos (1860-1903), seguido por Borges de Medeiros (1863-1961), no Rio Grande do Sul e por Pinheiro Machado (1851-1915) e Getúlio Vargas (1883-1954) a nível nacional. O positivismo político castilhista comportar-se-ia, aliás, de forma semelhante ao seu congênere mexicano, "*o porfirismo*"²³.

A ditadura castilhista instaurou-se no Rio Grande do Sul, ao abrigo da proclamação da República, (1891). Júlio de Castilhos, o inspirador e chefe máximo do movimento gaúcho, participou ativamente da propaganda republicana,

como redator do órgão do Partido Republicano Rio-Grandense, a "Federação" de Porto Alegre. A liderança republicana que acompanhou Castilhos na sua empreitada, formara-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, onde desde a década de 1960 era divulgado o ideário positivista. O propósito de Castilhos, como líder da bancada gaúcha no Congresso Constituinte da República (1891), era o de radicalizar as posições, a fim de que fosse adotado o modelo da ditadura científica. Tendo percebido que a sua proposta não seria aceita, devido à ação dos liberais chefiados por Rui Barbosa (1849-1923) na "Comissão dos 21", que elaborou o projeto de uma nova constituição, Castilhos decidiu materializar o seu modelo autoritário no Rio Grande do Sul. E conseguiu o seu propósito com bastante sucesso, como se vê da longa vigência que teve a Constituição Estadual por ele redigida em 1891, que se conservou inalterada por mais de três décadas, até 1930.

O Castilhismo realmente fez inovações em matéria constitucional no Brasil republicano. Contrariando a tripartição de poderes e o seu equilíbrio, que inspiravam a Carta Federal, a Constituição Gaúcha de 14 de julho de 1891, estabelecida a preeminência indiscutível do Executivo sobre os outros dois poderes, mesmo em matéria legislativa, que passou a ser prerrogativa exclusiva do Presidente do Estado. O Castilhismo representou, assim, o primeiro esforço de sistematização da tendên-

cia autocrática de predomínio do Executivo, que já se tinha anunciado na retórica autoritária de muitos líderes da propaganda republicana, como Quintino Bocaiuva (1836-1912) ou Silva Jardim (1860-1891).

O cerne do autoritarismo castilhista repousava nos artigos 7 a 11 da Constituição gaúcha (Estado do Rio Grande do Sul (1891) que rezavam assim:

Art. 7º — A suprema direção governamental e administrativa do Estado compete ao Presidente, que a exercerá livremente, conforme o bem público interpretado de acordo com as leis.

Art. 8º — Assumirá o Presidente a inteira responsabilidade de todos os atos que praticar no exercício das suas funções, aos quais dará toda a publicidade para completa apreciação pública.

Art. 9º — O Presidente exercerá a Presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado.

Art. 10º — Dentro dos seis primeiros meses do período presidencial, o Presidente escolherá livremente um Vice-Presidente, que será o seu imediato substituto no caso de impedimento temporário, no de renúncia ou morte.

Art. 11º — O Vice-Presidente sucedendo ao Presidente em virtude de renúncia ou morte deste, exercerá a presidência até a terminação do período governamental²⁴.

O Presidente do Estado recebia tal acúmulo de atribuições, que a sua autoridade tornava-se praticamente ilimitada. Eis a enumeração daquelas, segundo o disposto no Artigo 20 da Carta Sul-Rio-grandense: 1) Promulgar as leis (que não estivessem relacionadas ao orçamento); 2) Dirigir, fiscalizar e defender todos os interesses do Estado; 3) Organizar, reformar ou suprimir os serviços dentro das verbas orçamentárias; 4) expedir decretos, regulamentos e instruções para a execução das leis; 5) convocar extraordinariamente a Assembléia dos Representantes e prorrogar as sessões quando o exigir o bem público; 6) Expor cada ano a situação dos negócios do Estado ante a Assembléia dos Representantes, "*indicando-lhes as providências dela dependentes*"; 7) Preparar o projeto de orçamento para submeter à Assembléia no começo das sessões; 8) Realizar empréstimos e outras operações de crédito, de acordo com as autorizações do orçamento; 9) Aprovar as desapropriações de utilizações de utilidade pública; 10) Organizar a força pública do Estado, distribuí-la e movimentá-la; 11) Destacar e utilizar a guarda policial dos municípios em caso de necessidade; 12) Criar e prover os cargos civis e militares, segundo o orçamento; 13) Prestar, por escrito, todas as informações que pedir a Assembléia (restringiu-se, em emenda posterior, a matéria das informações que a Assembléia podia exigir ao Presidente, reduzindo-a conforme o emprego do orçamento por ela votado); 14)

Pedir ao Governo da União o auxílio direto das forças federais em caso de necessidade, e protestar perante ele contra os funcionários federais que embarquem e perturbem a ação do Governo do Estado; 15) Estabelecer a divisão judiciária; 16) Resolver sobre os limites dos municípios, alterando-os de acordo com os conselhos. No entanto, o Art. 62 § 2, dizia assim: *O (município) que não estiver nas condições de prover as despesas exigidas pelos serviços que lhe incumbem poderá reclamar ao Presidente do Estado a sua anexação a um dos municípios limítrofes, devendo o Presidente suprimi-lo mesmo sem reclamação se verificar aquela deficiência de meios*; 17) Manter relações com os demais Estados da União; 18) Declarar sem efeito as resoluções ou atos das autoridades municipais, quando infringir leis federais ou do Estado; 19) Decidir nos conflitos de jurisdição que se apresentarem entre os chefes da administração; 20) Providenciar sobre a administração dos bens do Estado e decretar a sua alienação na forma da lei; 21) Organizar e dirigir o serviço relativo às terras do Estado; 22) Desenvolver o sistema de vias de comunicação do Estado; 23) Conceder aposentadorias, jubilações e reformas; 24— Conceder prêmios honoríficos ou pecuniários por notáveis serviços prestados ao Estado; e 25) Tomar providências, controlar estritamente as eleições municipais sugeridas pelos cidadãos aos projetos de Lei. No caso extremo de um eventual julgamento político ao Presidente do

Estado, ele encontrava garantias para a sua defesa e absolvição graças à peculiar integração do tribunal, do qual formavam parte dez membros da Assembléia Legislativa (controlada totalmente pelo Partido do Governo, cujo único líder era o Primeiro Mandatário) e pelos novos membros do Superior Tribunal do Estado, que eram nomeados pelo Presidente²⁵.

A essência filosófica do Castilhismo consiste na crença, na possibilidade da estruturação da sociedade racional e na convicção de que isso se conseguiria mediante a supressão da representação de interesse e a sua substituição pela ação única do Estado alicerçado na ciência²⁶.

O poder adviria do saber, mas de um saber incorporado pelo Estado, bem ao estilo do empirismo mitigado pombalino.

O Castilhismo se revelaria uma filosofia política de grande fôlego, levando em consideração que constituiu o núcleo de idéias em que se alicerçou a ação modernizadora-centralista que Getúlio Vargas deflagrou na década de trinta. O Castilhismo, e não o corporativismo ou o fascismo, conforme salientou Vélez Rodríguez, foi a fonte de inspiração da segunda geração castilhista (integrada por Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, Paim Filho, etc) que rodeou Getúlio nessa empreitada²⁷. A nova formulação do Castilhismo teria como característica fundamental uma maior agilidade política, ao conseguir cooptar as outras tendências ideológicas pre-

sentes no cenário político nacional, mesmo assumindo, quando necessário, aparências liberais²⁸.

(Continua no próximo número).

1. Tese apresentada na Universidade Gama Filho para a obtenção do Mestrado em Filosofia.
2. MARIAS, Julian. *Introdução à Filosofia*. 3ª ed., Duas Cidades, São Paulo, 1947.
3. COMTE, Augusto. *Curso de Filosofia Positiva*. [Trad. José Arthur Gianotti. In: Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1973, Vol. XXXIII, pág. 9.
4. COMTE, Augusto, Op. cit. p. 10. V. nota 3.
5. COMTE, Augusto, Op. cit. p. 10, V. nota 3.
6. GRUBER, Hermann Joseph. *O Positivismo Ortodoxo no Brasil*, São Paulo, Revista Brasileira de Filosofia, Vol. XV, Fase 59, Cupolo Ltda, 1965, p. 323.
7. VERGEZ, André e Huisman, Denis. *Introdução à Filosofia das Ciências*. Trad. Léila de Almeida Gonzales, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1970, p. 155.
8. DOWNS, Robert B. *Fundamentos do Pensamento Moderno*. Rio de Janeiro, Renes, 1969, p. 165.
9. VERGEZ, André e Huisman, Denis. Op. cit. pág. 29, V. nota 7.
10. PAROLINI, Eulália et alii. *A Contribuição de Rondon para a Antropologia Brasileira*. Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, DATED (2): 7-18, abr/jun. 1982, Vol. 119.
11. MULLER, Lauro — *Conferências*, Liga da Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 15-11-1921.
12. MOTTA, Jeovah — *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro, Ed. Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976, p. 189.
13. MOTTA, Jeovah — *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro, Ed. Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976, p. 190.
14. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Conferências, Suplemento Literário de "Amanhã", 16/8/42.
15. ARARIPE, Tristão Alencar — *Tasso Fragoso, um pouco de história de nosso Exército*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960, p. 140.
16. MENDES, Teixeira Raimundo — *Esboço biográfico de Benjamin Constant*. Rio de

- Janeiro, s. ed., 1913, cit. por Araripe, V. nota 15, p. 141.
17. CARDOSO, Licínio — *Benjamin Constant, fundador da República*, in à margem da História da República, s.e, s.d.
18. XAVIER, Agliberto — *Diretrizes*. Rio de Janeiro, 1ª ed., 1939.
19. NETO, Benjamin Constant. *Benjamin Constant*. Leuzinger S.A., Rio de Janeiro, 1940, pág. 59.
20. IDEM, pág. 60.
21. Id. ibid. pág. 76, V. nota 19.
22. Id. ibid. pág. 87, V. nota 19.
23. Id. ibid. pág. 116, V. nota 19.
22. RODRIGUES, Ricardo Velez — *O Castilismo uma filosofia da República*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, 1980. Do mesmo autor *O Castilhanismo e o Trabalho após 30* (Unidades VII e VIII do Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro). Brasília, Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, 1982. Idem "A Filosofia Política de Inspiração Positivista no Brasil", Rev. *Ciências Humanas*, Universidade Gama Filho, I (3): pág. 11/12, out/dez/77.
23. ZEA, Leopoldo — *El positivismo en México, apogeo y decadencia*. Mexico, Fondo de Cultura Económica 1ª ed., 1968. Do mesmo autor "El positivismo", in *Estudios de la historia de la filosofía en México*. México, Universidade Nacional Autónoma, 1973.
24. Cf. Estado do Rio Grande do Sul. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Of. Graf. de "A Federação". 1891.
25. Cf. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul*. ob. cit. art. 21 V. nota 24.
26. PAIM, Antonio. *Getúlio Vargas, o Castilismo e o Estado Novo*. Rev. *Convívium*. 22(4) pág. 358/372, jul/ago, São Paulo, 1979.
27. RODRIGUES, Ricardo Velez. *Tradição Centralista e Aliança Liberal*. Centralista e Aliança Liberal. i Centralista e Aliança Liberal. rin: Brasil, Congresso
27. RODRIGUES, Ricardo Velez. *Tradição Centralista e Aliança Liberal*. in: Brasil, Congresso — Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação — *Aliança Liberal: documentos da campanha presidencial*, introd. de Ricardo Velez Rodrigues, 2ª ed., Brasília, 1982, pág. 9/43.
28. Cf. BRASIL. CONGRESSO — Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Cultura política e o pensamento autoritário*, introd. de Ricardo Velez Rodrigues, Brasília, 1982, pág. 11/22.



O Cel Inf ME João Marinonio Aveiro Carneiro é Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF), Doutor e Livre-Docente em Sociologia da Educação (UFRJ) e Doutor em Filosofia (UGF). É professor de Filosofia na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).



APOIO LOGÍSTICO INTEGRADO: PARÂMETROS “COMAND”

Vicente Luz

O Apoio Logístico Integrado pode ser visto como o processo pelo qual uma combinação de ações administrativas e de análise técnica asseguram uma relação custo/eficácia de um sistema de armas ou de qualquer item: armamento, equipamento e fardamento de combate.

Para tornar o processo ALI uma realidade, algum conhecimento, não suficientemente difundido, passa a ser objeto de interesse de Oficiais Combatentes e Oficiais Engenheiros Militares. Particularmente, os parâmetros confiabilidade, manutenibilidade e disponibilidade, sendo os instrumentos que “comandam” o ALI, são alvo de questões da oficialidade interessada em um maior esclarecimento geral sobre os mesmos.

No presente trabalho, além de sugestões de atribuições adminis-

trativas a Órgãos do Exército, dois anexos, um com conceitos fundamentais e outro com exemplos ilustrativos para o caso de metralhadora leve e veículos blindados de combate, objetivam maior clareza e precisão no trato do que o autor denomina parâmetros COMAND.

INTRODUÇÃO

Com este trabalho se pretende difundir conhecimentos sobre a utilização de dados de confiabilidade, manutenibilidade e disponibilidade na área de material, sugerindo atribuições e divulgando conceitos e informações gerais, sobre o que doravante denominar-se-ão parâmetros COMAND, sigla suscinta que sugere a importância dos três parâmetros no processo do Apoio Logístico Integrado.

Acredita-se que a presente contribuição deverá auxiliar no cumprimento das Diretrizes para Elaboração e Estabelecimentos de Objetivos Básicos Operacionais (OBO) e de Requisitos Técnicos Básicos (RTB)¹ e das Diretrizes para a Realização das Avaliações Operacionais, ambas na Área de Material do Exército.

As sugestões esparsas no presente texto objetivam:

- sintetizar e padronizar a coleta de dados com vistas à implementação, gradual e progressiva, do Apoio Logístico Integrado, no âmbito do Exército;

- contribuir para a institucionalização de estudos de custo-eficácia, com base em dados realistas e confiáveis, necessários a apoiar as decisões relativas à modernização, ao desenvolvimento de novo material e/ou à sua importação.

As conceituações, necessárias a uma suficiente, clara e precisa compreensão do presente texto, se encontram agrupadas ao final do trabalho. Para mais fácil e rápida compreensão, durante a sua leitura os termos e expressões conceituados se encontram *grifados* no texto.

INFORMAÇÕES GERAIS

*Unidades de Vida*³

Todos os sistemas de armas e equipamentos, aqui denominados genericamente por sistemas, estão sujeitos a falhas e, conseqüentemente, a reparos. Por tal razão, a vida de um sistema pode ser dobrada em categorias de tempo,

em função da situação em que o sistema se encontre antes da falha ou, após desta, face à atividade, relacionada ao reparo, a qual está sendo submetido. É o que se pretende mostrar na *figura 1* que destaca as relações entre as categorias de tempo relativas a um sistema.

Na realidade, nem todos os sistemas têm a sua vida medida por tempo, daí o conceito de *unidade de vida* que pode ser, além de unidades de tempo (normalmente horas), quilômetros percorridos, tiros dados, ciclos havidos, tentativas para operar, etc. Por outro lado cada *unidade de vida* pode ser convertida em seu equivalente de tempo, caso se necessite homogeneizar as unidades de medida, através do emprego de fatores de conversão.

Estudos Custo-Eficácia

A comparação favorável da relação custo-eficácia do sistema, a ser desenvolvido ou adquirido ou mesmo a ser *modernizado*, com similares competitivos existentes no País ou no exterior é pré-requisito exigido no artigo 19 das IG 10-36, Instruções Gerais para o Modelo Administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais do Exército.

A *eficácia* pode ser avaliada ainda na fase de formulação conceitual, antes que os primeiros recursos sejam empregados no início de um projeto de desenvolvimento ou de um processo de aquisição.

Os estudos relativos aos custos dos sistemas, a serem desenvolvidos ou adquiridos, não vêm consi-

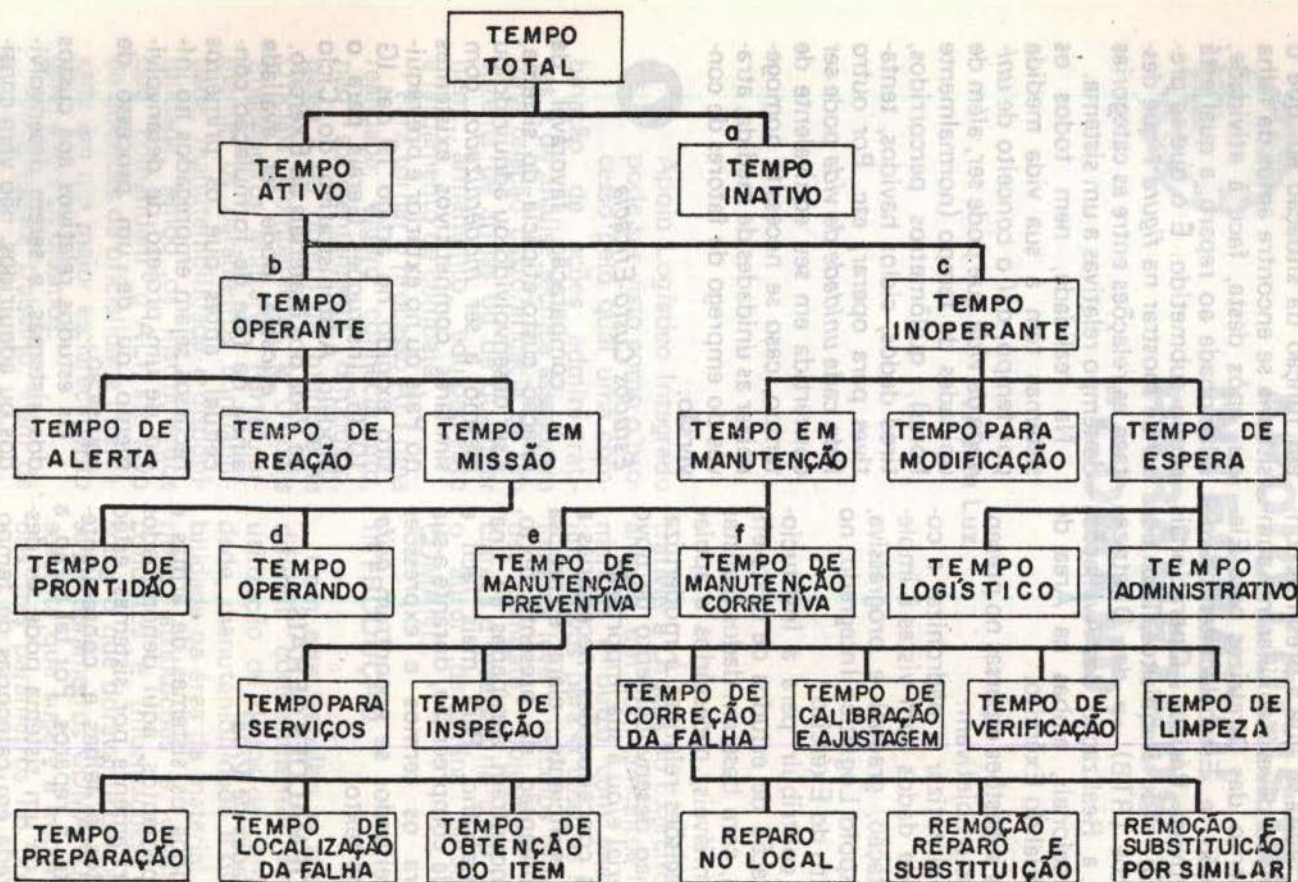


Fig 1 - Relações entre as categorias de tempo relativas a um sistema.

derando todos os componentes relevantes do custo do ciclo de vida de cada sistema.

A institucionalização de estudos custo-eficácia no âmbito do Exército é uma das necessidades visando apoiar as decisões relativas à modernização, ao desenvolvimento de um novo sistema e/ou à sua importação.

Entretanto, sem registros sistematicamente realizados das frequências de falhas e dos tempos de reparos dos sistemas, torna-se bastante mais difícil realizar-se tais estudos.

Com o presente trabalho, tratando dos parâmetros COMAND, se pretende facilitar os primeiros passos visando a implementação, gradual e progressiva, dos estudos custo-eficácia no Exército Brasileiro.

Apoio Logístico Integrado

No âmbito militar, o *Apoio Logístico Integrado (ALI)*² é o processo pelo qual uma combinação de ações administrativas e de análise técnica asseguram um apoio efetivo e econômico de um sistema durante o seu ciclo de vida.

O princípio gerencial básico do processo ALI é que recursos de apoio logístico devem ser desenvolvidos, adquiridos, testados e avaliados, distribuídos como parte integral do processo de obtenção de um sistema. Em consequência, considerações de ALI devem ocorrer desde a fase de formulação conceitual do sistema.

A essência do ALI é dispor-se, já na formulação conceitual de

sistemas, de valores observados dos parâmetros COMAND obtidos da fase de utilização dos sistemas, subsistemas e componentes similares, ou mesmo obtidos da fase de desenvolvimento de sistemas.

Parâmetros COMAND

A importância do registro e da utilização dos dados de *confiabilidade* nas fases de pesquisa e desenvolvimento, de produção, utilização e alienação dos sistemas empregados pelo Exército ou por outras organizações levou o Sr Ministro do Exército por intermédio do AVISO nº 116, de 17 Nov 83, ao Sr Ministro da Indústria e do Comércio, a submeter à apreciação do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — CONMETRO, uma proposta sugerindo o início de "estudos para a criação de Banco de Dados de Confiabilidade, em âmbito nacional, bem como para elaboração de normas técnicas específicas para tal área.

Na referida proposta foram ressaltados os reflexos na imagem exportadora de material bélico, pois hoje "os dados de confiabilidade são requisitos exigidos corriqueiramente no comércio mundial de armas".

Por outro lado, os dados de *manutenibilidade*, ainda que com menor intercambialidade, entre o Exército e outras organizações, que os de *confiabilidade*, são fundamentais para os estudos custo-eficácia e para o ALI. Os esforços e dispêndios para que se dote um sistema de maior *manutenibilidade*

dependem das possibilidades de que se lhe dote de *confiabilidade* e das exigências de combinação entre ambos os parâmetros, que caracteriza o terceiro parâmetro denominado de *disponibilidade inerente* do sistema. Em outras palavras, uma solução de compromisso entre a *confiabilidade* e a *manutenibilidade* resulta no atingimento da *disponibilidade inerente* exigida para o sistema através dos OBO e RTB da fase de formulação conceitual.

O parâmetro *disponibilidade*, entretanto, pode ainda se apresentar sob outros dois enfoques, resultando nas:

- *disponibilidade alcançada;*
- *disponibilidade operacional.*

Os três tipos de *disponibilidade* constam do item CONCEITUAÇÕES e são objeto de exemplos ilustrativos que se seguem.

Enquanto a *disponibilidade inerente* é um parâmetro voltado praticamente para o sistema físico em si mesmo, as *disponibilidades alcançada e operacional* fornecem ao Órgão Provedor e Diretoria Gestora indicadores de desempenho do sistema organizacional de manutenção e suprimento.

Em consequência, pode-se atestar que, embora os três tipos de *disponibilidade* sejam função da *confiabilidade e manutenibilidade* do sistema, a *disponibilidade inerente* é de maior interesse para o fabricante do sistema enquanto todas três devem receber igual tratamento pelo Exército, em todos os níveis organizacionais e em qualquer fase do Modelo Administrati-

vo do Ciclo de Vida dos Materiais do Exército.

EXEMPLOS ILUSTRATIVOS ACERCA DOS PARÂMETROS COMAND

Para tornar possível o registro dos parâmetros COMAND é extremamente importante que se disponha de uma clara e inequívoca definição da(s) *falha(s)*, inicialmente a nível do sistema. Tal definição é resultado de esforço conjunto de pessoal técnico e operacional, mormente deste em virtude de seu melhor conhecimento das *missões fundamentais* afetas ao sistema. Nos exemplos ilustrativos serão utilizadas conceituações incluídas em anexo ao presente trabalho.

Metralhadora Leve

1) Definição de *falha*

No caso da elaboração de objetivos Básicos Operacionais (OBO) relativos à metralhadora leve a definição de falha poderia ser estabelecida através de um de seus objetivos com a redação abaixo:

"Realizar, em média, no mínimo 900 (novecentos) tiros sem incidente que necessite de uma ação imediata de duração maior que 60 (sessenta) segundos".

2) Confiabilidade (*)

Admita-se que durante as avaliações técnicas e operacionais uma determinada metralhadora leve apresenta, hipoteticamente, a seguinte sequência de eventos:

(*) Vide item Ressalvas Importantes.

— 800 tiros, 1ª falha; 1000 tiros, 2ª falha; 1000 tiros, 3ª falha; 800 tiros, 4ª falha; 900 tiros, 5ª falha.

Em consequência, novecentos tiros em média entre falhas atende ao requisito mínimo relativo à *confiabilidade*.

3) Manutenibilidade

Se, para cada uma das 5 (cinco) falhas apresentadas, os tempos para reparo fossem respectivamente,

$$DI = \frac{TMEF}{TMEF + TMPR} = \frac{2}{2 + 5} = 0,29 \text{ ou } 29\%$$

5) Disponibilidade alcançada (DA)

Caso o tempo de manutenção preventiva (TMP) venha a ser calculado, para uma unidade da

$$DA = \frac{TMEM}{TMEM + TMP + TMC} = \frac{2}{2 + 20 + 25} = 0,18 \text{ ou } 18\%$$

6) Disponibilidade operacional (DO)

Se o tempo logístico (TL) for

$$DO = \frac{TMEMP}{TMEMP + TMP + TMC + TL + TA} = \frac{10}{10 + 20 + 25 + 10 + 60}$$

$$DO = 0,08 \text{ ou } 8\%$$

te, 5, 3, 7, 5, 5 minutos, o tempo-médio-para-reparar (TMPR) seria de 5 minutos.

4) Disponibilidade inerente (DI)

Se a cadência de tiro fosse de 450 tiros por minuto, os novecentos-tiros-em-média entre falhas seriam equivalentes a um tempo-médio-entre-falhas (TMEF) de 2 minutos. Em consequência, a partir dos dados das 5 falhas:

metralhadora leve, como 20 minutos até a 5ª falha e sendo o tempo de manutenção corretiva (TMC) igual a 5 vezes o TMPR, ou seja 25 minutos.

calculado como 10 minutos e o tempo administrativo (TA) como 60 (sessenta) minutos:

No caso supôs-se o tempo de prontidão nulo, ou seja, $TMEMP = TMEM$.

Veículos Blindados de Combate

1) Definições de falhas

a) Falha do subsistema potência de fogo

Poderia ser definida como qualquer pane no sistema que impeça o armamento principal de atirar, ou reduza de 20% (vinte por cento) a probabilidade de acerto no primeiro tiro, e que não possa ser sanada por ação imediata da guarnição, com procedimentos, recursos e nível de qualificação e treinamento pré-determinados, dentro de 3 (três) minutos.

b) Falha do subsistema mobilidade

Poderia ser definida como qualquer pane de mobilidade, ajuste, reparo ou ação de substituição que impeça a continuidade ou o cumprimento de *missão (ões) fundamental (ais)* e que não possa ser sanada pela guarnição num tempo de 30 (trinta) minutos e que cause ou possa causar:

1- impedimento para iniciar operação ou cessação de operação;

2- sérios danos ao sistema ou subsistema se a operação continuar;

3- sérios riscos à segurança do pessoal.

c) Falha geral do sistema

Poderia ser definida como qualquer pane que cause:

1- a perda da capacidade de atender e pelo menos um objetivo absoluto ou essencial dos OBO² ou;

2- degradação do desempenho abaixo de um nível exigido para um objetivo absoluto contido nos OBO.

2) Confiabilidade

a) Do subsistema potência de fogo

O tempo médio-entre-falhas (TMEF) poderia ser equivalente a 90 horas, calculado a partir de um número-de-tiros-em-média-entre-falhas de 180 tiros e *fator de conversão* de 0,5 horas por tiro.

b) Do subsistema mobilidade

O tempo-médio-entre-falhas (TMEF) poderia ser equivalente a 50 horas, calculado a partir de uma quilometragem-média-entre-falhas (QMEF) de 800 quilômetros.

c) Do sistema em geral

O tempo-médio-entre-falhas (TMEF) poderia ser equivalente a 30 horas, calculado com os *fatores de conversão* utilizados para os subsistemas potência de fogo e mobilidade.

3) Manutenibilidade

Poderíamos ter os seguintes valores:

a) do sistema potência de fogo
Tempo-médio-para-reparar (TMPR) de 2 horas.

b) do subsistema mobilidade
Tempo-médio-para-reparar (TMPR) de 3 horas.

c) do sistema em geral
Tempo-médio-para-reparar (TMPR) de 1 hora.

4) Disponibilidade inerente (DI)
Relativamente ao sistema em geral:

$$DI = \frac{TMEF}{TMEF + TMPR} = \frac{30}{30 + 1} = 0,97 \text{ ou } 9\%$$

5) Disponibilidade alcançada (DA)

Com o tempo de manutenção preventiva rateado, também, por falhas do sistema em geral,

poderíamos calcular um tempo-médio-para-manutenção-preventiva (TMPMP) equivalente a 5 horas, logo:

$$DA = \frac{TMEM}{TMEM + TM} = \frac{30}{30 + 6} = 0,83 \text{ ou } 83\%$$

Por simplicidade, considerou-se $TMEM = TMEF$.

6) Disponibilidade Operacional (DO)

Com o tempo logístico (TL) e o tempo administrativo (TA) ra-

teados por falha do sistema em geral, poderíamos obter um tempo-logístico-médio-entre-falhas (TLMEF) de 2 horas e um tempo-administrativo-médio-entre-falhas (TAMEF) de 1 hora, logo:

$$DO = \frac{TMEMP}{TMEMP + TMI} = \frac{30}{30 + 9} = 0,77 \text{ ou } 77\%$$

Por simplicidade, considerou-se $TMEP = TMEF$.

RESSALVAS IMPORTANTES

a) Sobre Confiabilidade

Na realidade não se exemplificou a confiabilidade como conceituado e sim, apenas, se expressou a confiabilidade a partir do tempo, distância, número de tiros médios entre falhas.

No caso de veículos blindados de combate para se obter a probabilidade conforme conceituada é necessário que se caracterize uma

missão fundamental por exemplo de 80 quilômetros e supondo que a taxa de falha seja constante, a lei de probabilidade seria do tipo exponencial (aspecto que está fora do escopo do presente trabalho), logo:

$$x = \frac{-80}{QMEF}$$

$C = \text{Confiabilidade} = e^x$
que, para $QMEF = 800$ quilômetros, resultaria

$$C = e^{-0,1} = 0,90 \text{ ou } 90\%$$

ou seja o veículo blindado de combate teria uma probabilidade de 90% de que desempenhe a função que lhe foi destinada, durante uma missão de 80 quilômetros de percurso, sob as condições para as quais foi concebido. Isto corresponderia a uma confiabilidade de 90%, de acordo com as conceituações.

b) *Sobre Manutenibilidade*

Da mesma forma que o ressalvado para *confiabilidade*, a probabilidade que caracteriza a *manutenibilidade* seria obtida pela utilização de uma lei de probabilidade adequada e calculada a partir do tempo-médio-para-reparar, aplicada àquela lei de probabilidade.

c) *Sobre Disponibilidade*

As ressalvas feitas anteriormente não são necessárias para o parâmetro disponibilidade visto que ele, a partir dos tempos médios incluídos nas diversas expressões, já fornece um número entre 0 (zero) e 1 (um), que é a própria probabilidade aludida nas conceituações.

SUGESTÃO DE ATRIBUIÇÕES

a. *Ao Nível de Direção Geral*

1) Estimular, em todos os níveis, a capacitação de pessoal no trato de assuntos relativos aos parâmetros COMAND.

2) Fazer constar valores de parâmetros COMAND quando do estabelecimento de OBO e RTB.

3) Orientar o representante e suplente de representante deste Ministério junto ao Conselho Nacional de Metrologia, Norma-

lização e Qualidade Industrial - CONMETRO para manter posição de interesse, manifestado pelo AVISO 116 de 17 Nov 83, do Sr Ministro do Exército.

4) Estabelecer, gradual e progressivamente, sistemática para realização de estudos custo-eficácia na área de material, com base nos parâmetros COMAND.

5) Realizar estudos, com apoio dos Órgãos Provedores, visando a implantação do *Apoio Logístico Integrado (ALI)*, no âmbito do Exército, com base nos parâmetros COMAND.

b) *Ao nível de Órgão Setorial de Ciência e Tecnologia*

1) Tomar providências para que o Centro Tecnológico do Exército (CTEx) implemente a normalização técnica relativa aos parâmetros COMAND, visando atender as necessidades impostas pelo EME e Órgãos Provedores.

2) Orientar para que determinadas dissertações de mestrado e doutoramento, de cursos de pós-graduação no País e no exterior, estejam voltadas para problemas envolvendo os parâmetros COMAND.

c) *Ao nível de Órgãos Provedores*

1) Orientar suas Diretorias para que, na fase de utilização dos materiais, efetuem o levantamento, periódico e sistemático, de dados de *confiabilidade e manutenibilidade*, permitindo a busca e possível detecção de deficiências que impliquem em realimentação dos órgãos responsáveis pela pesquisa e desenvolvimento.

2) Planejar e programar a implantação de banco de dados para armazenamento e recuperação de dados dos parâmetros materiais de sua provisão.

3) Prestar apoio ao EME nos estudos visando a implantação do *Apoio Logístico Integrado (ALI)*, no âmbito do Exército, com base nos parâmetros COMAND.

4) Fazer constar valores dos parâmetros COMAND, sempre que possível, quando da elaboração de propostas de OBO e RTB, a serem remetidas ao EME.

CONCLUSÕES

a. O apoio Logístico Integrado e os Estudos de Custo-Eficácia são "comandados" pelos parâmetros COMAND — *Confiabilidade, Manutenibilidade e Disponibilidade*.

b. Paralelamente ao esforço interno ao Exército, há que se contemplar parcela de esforço externo na implementação de iniciativas como a que sugere "estudos para a criação de Banco de Dados de Confiabilidade, em âmbito nacional".

c. Os recursos de apoio logístico devem ser considerados parte integrante do objeto de qualquer dos processos de obtenção, visando uma melhor relação custo/eficácia durante o ciclo de vida do sistema. Em outras palavras, é na concepção que se determinam os encargos logísticos do sistema.

d. O AVISO nº 116, de 17 Nov 83 contém proposta de criação de Banco de Dados de Confiabilidade da maior importância para a logís-

tica nacional, principalmente para a logística militar.

e. O registro dos parâmetros COMAND exige uma clara e inequívoca definição do que seja considerado falha de um sistema.

f. Cabe aos Oficiais Combatentes assessorados pelos Oficiais Engenheiros Militares a definição da falha do sistema, visto que ela estará estritamente relacionada às *missões fundamentais* afetas ao mesmo.

g. Os exemplos ilustrativos sobre a metralhadora leve e sobre veículos blindados de combate, aliados às conceituações, oferecem de forma simples, sem os rigores teóricos, primeiras noções sobre definição de falha, confiabilidade, manutenibilidade, disponibilidades: inerente, alcançada e operacional.

h. Os conhecimentos acerca do ALI, para que possam gerar resultados práticos, devem ser obtidos do geral para o particular. Neste sentido o autor está consciente de que se o presente trabalho tirou algumas dúvidas, de natureza mais geral, sobre os parâmetros COMAND, certamente, lançou outras dúvidas de natureza mais particular. Porém este é o caráter intrínseco e natural da busca de conhecimentos.

CONCEITUAÇÕES

a. APOIO LOGÍSTICO INTEGRADO — processo pelo qual uma combinação de ações administrativas e de análise técnica, realizada a partir da fase de formulação con-

ceitual de um sistema, asseguram um apoio eficaz e econômico ao sistema durante o seu ciclo de vida.

b. CARACTERÍSTICA OPERACIONAL — desempenho esperado (funções, efeitos) e parâmetros fundamentais de um material, necessários às ações militares para execução de missões de natureza estratégica, tática, administrativa ou de instrução.

c. CONFIABILIDADE — probabilidade de que um material desempenhe a função que lhe foi destinada, durante uma missão determinada ou intervalo de tempo específico, sob certas condições para o qual foi concebido. É normalmente expressa a partir do tempo, distância, nº de tiros dados, nº de ciclos médios para falhas ou entre-falhas.

d. DISPONIBILIDADE ALCANÇADA — probabilidade de que um sistema, quando usado sob determinadas condições, em uma situação de apoio ideal (isto é, sem restrições de ferramentas, peças sobressalentes, mão de obra, manuais, etc) deverá operar satisfatoriamente em qualquer instante de tempo arbitrado (escolhido aleatoriamente). Na *disponibilidade alcançada* não são considerados o *tempo logístico* e o *tempo administrativo*. Ela pode ser assim expressa:

$$DA = \frac{TMEM}{TMEM + TM}$$

TMEM = tempo-médio-entre-manutenção (preventiva ou corretiva)

TM = tempo em manutenção (*tempo inoperante* médio de manutenção ativa, resultante de ambas as ações preventiva ou corretiva).

e. DISPONIBILIDADE INERENTE — probabilidade de que um sistema quando usado sob determinadas condições, sem que se considerem as manutenções preventiva ou programada, em uma situação de apoio ideal (sem restrições de ferramentas, peças sobressalentes, mão-de-obra, manuais, etc) deverá operar satisfatoriamente em qualquer instante de tempo arbitrado (escolhido aleatoriamente). Na *disponibilidade inerente* não são considerados os tempos inoperantes de manutenção preventiva, logístico, administrativo e o tempo operante, durante a *missão*, no qual o sistema não é solicitado a operar (tempo pronto). Ela pode assim ser expressada:

$$DI = \frac{TMEF}{TMEF + TMPR}$$

TMEF = tempo-médio-entre-falhas
TMPR = tempo-médio-para-reparar

f. DISPONIBILIDADE OPERACIONAL (DO) — probabilidade de que um sistema, quando usado sob determinadas condições, em uma situação de apoio real (não ideal), deverá operar satisfatoriamente em qualquer instante de tempo ar-

bitrado (escolhido aleatoriamente). Ela pode assim ser expressada:

$$DO = \frac{TMEMP}{TMEMP + TMI}$$

TMEMP = tempo-médio-entre-manutenção e prontidão (relativo ao tempo pronto, no qual o sistema é operante mas não é solicitado a operar).

TMI = tempo-médio-inoperante, incluindo os tempos de manutenção (preventiva e corretiva), de modificação, logístico e administrativo.

g. EFICÁCIA DE UM MATERIAL — medida do grau e da extensão com que o material atende às exigências, contidas em OBO e RTB, relativa ao desempenho, à operação e a manutenção. É normalmente expressa através de modelos que levam em consideração as características de desempenho e as de *confiabilidade, manutenibilidade e disponibilidade*.

h. FALHA — evento ou estado inoperável no qual um sistema, ou parte de um sistema, não desempenha ou não desempenharia suas funções como especificado previamente.

i. FATOR DE CONVERSÃO — relação entre uma *unidade de vida* não expressa em tempo e o tempo correspondente. Exemplos: quilômetros por hora, tiros por minuto, etc.

j. MANUTENIBILIDADE

propabilidade de que um material será mantido operando satisfatoriamente ou será restaurado às condições especificadas, desde que as ações de manutenção se realizem de acordo com procedimentos e recursos previstos. É normalmente expressa a partir do tempo médio para reparar.

k. MISSÃO — tarefa ou dever a ser executado ou cumprido por um indivíduo, organização ou força militar, expresso claramente pela ação a realizar e seus objetivos, ou pela finalidade ou efeito desejado. (C 20.320).

l. MISSÕES FUNDAMENTAIS — missões de combate ou de apoio, selecionadas dentre aquelas que correspondem à destinação do agrupamento considerado, de modo a constituírem um elenco reduzido mas suficiente a partir do qual são elaborados os Objetivos Básicos Operacionais (PP/B-1).

m. MODERNIZAÇÃO — atividade suplementar de desenvolvimento experimental e produção que incorpora inovações tecnológicas, aos materiais em fase de utilização, objetivando uma melhor relação custo/eficácia até o final do ciclo de vida correspondente. A palavra modernização deve, na medida do possível, substituir os termos repotencialização e repotenciamento em uso no Exército.

n. OBJETIVOS BÁSICOS OPERACIONAIS (OBO) — são os que estabelecem basicamente as características operacionais desejadas para um material, podendo eventualmente conter informações técnicas, e capaz de orientar o pro-

cesso de obtenção desse material, através de pesquisa e desenvolvimento experimental (P & D) ou de sua aquisição, e servir de base para as avaliações operacionais consequentes.

o. REQUISITOS TÉCNICOS BÁSICOS — são os que estabelecem as características técnicas para um material, decorrentes da necessidade de interpretação dos *Objetivos Básicos Operacionais*, para fins de desenvolvimento experimental, aquisição e correspondentes avaliações técnicas.

p. TEMPO ADMINISTRATIVO (TA) — período de espera, devido a procedimentos burocráticos, não incluído no tempo logístico.

q. TEMPO ATIVO — período durante o qual um sistema está em estoque operacional, isto é, distribuído a uma Organização Militar.

r. TAXA DE FALHA — número total de falhas, encontradas na população de certo tipo de sistemas, dividido pelo número total de *unidades de vida* ocorrido naquela população durante um certo período de medição sob condições estabelecidas.

s. TEMPO INATIVO — período durante o qual um sistema está em reserva, não estando distribuído a nenhuma Organização Militar.

t. TEMPO INOPERANTE — período durante o qual um sistema não está em condições de desempenhar as funções que dele se deve exigir.

u. TEMPO LOGÍSTICO (TL) ou TEMPO DE DEMORA DO SUPRIMENTO — período de espera

no qual itens de reposição estão sendo obtidos ou aguardados.

v. TEMPO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (TMC) — período durante o qual se realizam ações em decorrência de falhas, para restaurar um sistema a uma condição especificada.

x. TEMPO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (TMP) — período durante o qual se realizam ações para manter um sistema em condição especificada, provendo inspeção sistemática, detecção e prevenção de falhas incipientes.

w. TEMPO OPERANTE — período durante o qual um sistema está em condições de desempenhar, ou desempenhando, as funções que dele se deve exigir.

y. TEMPO OPERANDO — período durante o qual um sistema está desempenhando suas funções de uma maneira satisfatória para o operador (embora a operação insatisfatória, ou a falha, seja, por vezes, resultado do julgamento humano).

z. UNIDADE DE VIDA — medida de duração do uso, aplicável a um sistema ou a qualquer uma de suas subdivisões, podendo constar de: tempo de operação (normalmente horas), ciclo, distância (normalmente quilômetros), tiros dados, tentativas para operar, etc.

BIBLIOGRAFIA

1. LUZ, V. Apropriação da Ciência e Tecnologia para problemas militares no Exército. *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, Rio de Janeiro, I (1): 20-34, out/dez 84.
2. LUZ, V. Apoio Logístico Integrado; necessidade de pós-graduação. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 717: 139-50, jan/fev 85.

3. LUZ, V. Indicadores "zum" para avaliação da eficácia de sistemas. *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, Rio de Janeiro, II(1): 61-9, jan/mar 85.
4. MIL-STD-721C, Definitions of terms for reliability and maintainability, Military Standard, Department of Defense, Washington, DC, June, 1981.



O Maj QEM Vicente Luz tem os cursos de Material Bélico da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Bacharel pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Engenharia Metalúrgica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e pós-graduação em Estatística e Métodos Quantitativos pela Universidade de Brasília, DF. É atualmente pós-graduando do Curso de Pesquisa Operacional do IME, Rio de Janeiro.





MARECHAL RENATO PAQUET

Sergio Augusto da Silva Zilio

Renato Paquet faleceu em 1961, aos 76 anos de idade, com mais de quarenta e seis de efetivo serviço ao Exército. Oficial da Arma de Cavalaria, transferiu-se para a Reserva em 1949, por ter atingido a idade-limite para a permanência no serviço ativo, no posto de General-de-Divisão. Posteriormente, por força da legislação em vigor, em fevereiro de 1952, promovido, na Reserva, a General-de-Exército; e a Marechal em dezembro daquele ano. Tendo nascido em 9 de fevereiro de 1885, em São Cristóvão, teria completado um centenário este ano, se vivo fosse.

Seu pai, PAULO PAQUET, Oficial da Marinha de Guerra e engenheiro de máquinas, deixou traços marcantes em sua curta vida; faleceu em 1906, quando ocupava a patente de Capitão-de-

Corveta, deixando órfão, aos 21 anos, o jovem RENATO. Por força de sua especialização, o Cmt PAQUET viveu cerca de seis anos na França, onde acompanhou a construção dos nossos primeiros navios, encomendados àquele país. Foi assim, entre Toulon e Marselha, que ele e D. MARIA ADELAIDE DE SOUZA PAQUET continuaram o processo de educação dos três filhos, RENATO, FRANCISCO e MADALENA, ao mesmo tempo em que aprimoraram o francês — idioma imprescindível aos bons conhecimentos naquela época. D. ADELAIDE, de boa estirpe, bondosa e austera, descendia dos SOUZA, lusitanos há muito radicados no Brasil, e assistia os filhos com perfeição, suprimindo, inclusive, as ausências profissionais do marido.

Todavia, foi nas proximidades

da Quinta da Boa Vista, no ambiente do Rio de Janeiro do fim do século passado, que o futuro Marechal se criou. Esse cenário, ele próprio, mais tarde, descrevia em seu escorreito estilo:

"O Rio de Janeiro de 1891 guardava o cunho colonial no seu traçado, no casario e costumes. O centro urbano, principalmente, não tinha atrativos. As ruas eram estreitas, sinuosas e mal calçadas. Prédios de um andar ou dois, no máximo três, pesados e feios, atestavam o estilo Mestre-de-Obras; frontarias vulgares, grosseiras e interiores iguais, comuns, de alcovas sombrias. Ao rés-do-chão, escancaravam-se as portas das lojas; poucas vitrinas havia para deleite do transeunte.

"A precariedade dos serviços públicos, escassez de transporte e diversões e a Febre Amarela, a todos apavorando, e a angústia popular ante a crise política, ajudavam a dar à cidade aspecto triste, de abandono e pobreza; de pouco trânsito durante o dia, era, à noite, um deserto à luz mortíça das candeias.

"Ia-se à rua por necessidade; a passeio, raramente. No lar, no seio da família de hábitos patriarcais, desdobrava-se a existência."

Em síntese, RENATO PAQUET viveu a sua infância e início da adolescência no seio de uma sólida família burguesa, num tradicional bairro residencial, sob a educação primorosa de seus pais, tendo a influenciar-lhe também a formação, o período vivido na França, cujo domínio do idioma viria a lhe facilitar o convívio com a leitura,

gosto que cultivou até a morte, numa estreita ligação com os clássicos e as obras universais.

A INICIAÇÃO MILITAR

Foi em 1902 que RENATO PAQUET assentou praça no 20^o BI, considerado como recruta n^o 178, com destino à Escola Preparatória e de Tática do Realengo.

O ano de 1906 é pleno de fatos significativos. Renato casa-se com D. ALAYDE VEIGA FERREIRA HORTA — e desse enlace nasceram seus dois filhos: RENATO PAQUET FILHO, recentemente falecido e ILKA; conclui seu curso e é mandado matricular na Escola de Guerra, em Porto Alegre, onde concluiria seus estudos e seria declarado Aspirante a Oficial pelo regulamento de 1905 — dispositivo esse que, despido do excesso do teorismo de até então, viria a influir no comportamento profissional do recém-formado.

Ainda cadete, teve ocasião de revelar seu espírito legalista, ao recusar-se a participar da revolução chefiada pelo Gen SOCRATES, de que participou a Escola. Esse seria um dos seus traços marcantes por toda a vida.

Foi ótimo ginasta: dava o giro gigante na barra e o "cristo nas argolas" com os braços retos. Remava e levantava mais de cem quilos. Adestrava-se em quase todos os esportes. Dividia-se entre os estudos, a cultura intelectual e a física, como poucos. Conseguiu o equilíbrio "mente sã em corpo sã" como realce. Dividia-se, quando suas obrigações deixavam, entre a

biblioteca e os campos de esporte. Por isso, esteve sempre entre os primeiros.

O OFICIAL SUBALTERNO

Dois de janeiro de 1909: eis declarado o novo Aspirante. Naquele tempo, caracterizavam-se os exercícios militares pelo "jogo da guerra" e "raides" cheios de surpresas para as pequenas unidades. O Ten PAQUET saía-se sempre vencedor com o seu pelotão. Isto lhe valeu vir a ser o primeiro instrutor nomeado para esse gênero de treinamento. Na mesma época — mercê de sua aptidão e dedicação aos esportes, destacou-se como atirador de escol, e chegou a conquistar o título de campeão brasileiro da modalidade. Obteve, também, expressão na esgrima e no hipismo. Da revista "A DEFESA NACIONAL" venceu um concurso sobre determinado tema tático, conseguindo o primeiro lugar em todo o exército.

Distinguia-se RENATO PAQUET no comportamento em sociedade. Conhecia corretamente suas regras e protocolos, desde o trato com os semelhantes e suas hierarquias, até a localização e precedência dos mesmos. Chegaria a escrever sobre isso, à guisa de conselho, para cadetes.

Não transigia consigo mesmo. Era bom, humano e sabia exigir; e podia, pelos exemplos que dava, pois executava bem tudo que ordenavam que fizesse. Certa feita, para não chegar atrasado à instrução de seu pelotão em Rea-lengo, em dia de enchente em

São Cristóvão, onde morava, pegou o "trem parador", desceu adiante e tomou um táxi, sem olhar a falta, no seu apertado orçamento, daquela despesa. Mas, às 6 horas, estava ele à frente de sua tropa. Com sacrifício, levou quase um dia para descalçar suas impecáveis e lustradas botas, que se haviam enchido d'água e arranhado ao pular o muro da Estrada de Ferro. Soldado, para ele, tinha de ser superior ao tempo.

Toda essa compenetração e responsabilidade profissional não passavam despercebidas aos Chefes. Pelo fim do ano de 1912, estavam regressando ao Brasil os Oficiais que, por dois anos, haviam estagiado em corpos de tropa na Alemanha. Tão logo chegados, lançaram-se a uma campanha renovadora no Exército, apoiados por alguns Chefes que compreendiam a necessidade de se modernizar a Força Terrestre. Eram os chamados "jovens turcos" — cognome que receberam pela semelhança de ideais com aqueles que, na Velha Turquia, buscavam transformar a estagnação em que jazia a sua pátria, naquela época. Cheios de ardor, os "jovens turcos" fundaram "A DEFESA NACIONAL", veículo através do qual propalavam suas idéias e trabalhavam com afinco, provocando, pelo exemplo, a introdução de novos moldes de trabalho na instrução do Exército.

Esse problema de modernização da instrução tornou-se mais importante, diante da possibilidade de o Brasil vir a participar da guerra que eclodira na Europa, em 1914. Sentiu-se a necessidade de levar

essa proposição a todo o Exército, e não, apenas, àquelas Unidades que basicamente, devido à sua localização, haviam sido beneficiadas com o sopro do trabalho dos "jovens turcos". Após uma série de percalços, e graças à iniciativa de autoridades militares e civis — segundo nos conta o ilustre Marechal ODYLIO DENYS — "duas providências positivas foram desencadeadas em fins de 1918, quando Ministro da Guerra o General ALBERTO CARDOSO DE AGUIAR:

"— A fundação do Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria para a Formação de Sargentos Instrutores dos Tiros de Guerra, o qual seria, mais tarde, transformado em Escola de Sargentos de Infantaria, de tão grandiosas tradições e

— a seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do Realengo, mediante o critério de reconhecida capacidade para instruir.

"Assim, acabaram sendo nomeados, por concurso, 16 oficiais; entre eles, o 1.º Ten da Arma de Cavalaria, RENATO PAQUET". Sobre esses Oficiais, o Chefe do Estado-Maior do Exército na época — Marechal BENTO RIBEIRO — atestou ser de justiça se afirmar que nunca o Corpo de Instrutores da Escola Militar havia atingido tamanho grau de homogeneidade. Talvez, pela iminência da chegada da Missão Militar Francesa, essa turma de Oficiais, que tinha como missão divulgar, generalizar, unificar e consolidar a instrução militar, dando-lhe eficiência crescente

e definitiva, por ser de nacionais, passou a ser chamada de "MISÃO INDÍGENA", denominação com a qual ficou conhecida até hoje.

RENATO PAQUET consagrava-se, assim, como oficial subalterno, e fixou-se desde jovem como um daqueles selecionados, que condensavam os ensinamentos dos estagiários do Exército Alemão e levava-os aos cadetes: a sua auréola de Oficial dotado de extrema capacidade profissional, ornada com sua habilitação no Curso de Engenharia (EsAO/1919), e colação de grau, como bacharel, em Matemática e Ciências Jurídicas. Como melhor recomendação ao Oficial de Cavalaria da época, já era possuidor do Curso de Equitação.

O CAPITÃO

A 7 de dezembro de 1920, deu-se a promoção de RENATO PAQUET ao posto de Capitão.

Em 2 de fevereiro de 1925, concluiu o Curso de Estado-Maior, com menção MB, e classificou-se por ordem de merecimento intelectual, em terceiro lugar na turma. Realizou seu estágio no Estado-Maior do Exército.

A década de 20 presenciou uma série de conturbações políticas, com envolvimento dos militares. Notabilizaram-se a revolta do Forte Copacabana em 22, a Revolução do Rio Grande do Sul em 23, e a "Coluna Prestes" de 24 a 26. Nesse clima conturbado de nosso nacionalismo caboclo, desenvolveu-se e plasmou-se a mentalidade militar, àquela época arrepiada

com os visíveis interesses pessoais que pontificavam aqui e ali entre escribas e tribunos mais agitadores que patriotas, além de muito influenciados pelo Marxismo em moda, já deslocando o Positivismo. Os militares mais jovens ouviam e meditavam, impressionados com as discordâncias das opiniões e dos interesses.

RENATO PAQUET, o Oficial legalista, a tudo acompanhava. Por esse período, sua carreira encaminhou-o, basicamente, para os estudos e serviços de Estado-Maior. Os de seu tempo reuniam-se no Clube Militar.

OFICIAL SUPERIOR

Por decreto de 20 de fevereiro de 1930, RENATO PAQUET foi promovido a Major. Em 1932, ascendeu a Tenente-Coronel; e, a 36, a Coronel, ambas as promoções por merecimento.

O clima político dessa década não foi menos conturbado que o do anterior: em 30, eclodiu a Revolução iniciada no Rio Grande do Sul, que fechou o ciclo da chamada República Velha; em 32, deu-se a Revolução Constitucionalista de São Paulo; em 34, o país recebeu uma Nova Constituição; e, em 35, a ignominiosa Intentona Comunista, seguida de perto pelo Movimento Integralista de 1938.

Uma série de episódios verdadeiramente notáveis ilustram a personalidade reta e o espírito legalista de RENATO PAQUET no transcorrer desses eventos.

Em 30, tornou-se histórico o imenso campo de luta de que foi

teatro a Cidade de Três Corações, no assalto ao 4.^o Regimento de Cavalaria Divisionária, que resistira desesperadamente ao cerco dos revolucionários; e, depois de 32 horas de intensa fuzilaria, rendeu-se. Essa rendição foi épica: com o cerco, estabelecera-se no quartel o pânico devido à interceptação das comunicações e o corte do abastecimento d'água. Já um último reduto intacto do Quartel crepitava entre barricadas de alfafa, no meio de pavoroso incêndio no meio do qual a metalhadora levava o desespero aos últimos acantonados, quando resolveu a oficialidade afinal — seu Comandante à frente — içar a bandeira branca da rendição.

Transposto o Quartel e ocupado pelas forças revolucionárias, presa a oficialidade, desta só um — inquieto, febril, passeando agitado a largos passos pelo corredor da caserna, de feições contraídas e extremamente pálido — se obstinava em não entregar a espada ao vencedor. Intimidado, não se rendia. Era o Major PAQUET.

Conferenciaram, então, o Cel FONSECA, da Polícia Militar, que dirigia o cerco, e o Prefeito da Cidade. Os dois, com nobreza, para poupar a vida do Soldado, suspenderam o cerco e levaram ao reduto, no qual o Major se imolava pelo dever à legalidade, à sua esposa. Essa, em prantos, abraçada às pernas do marido, disse-lhe que só sairia de lá com ele. Diante disso e mais os apelos do Prefeito, RENATO PAQUET resolveu render-se, com a condição de entregar suas armas a uma autoridade

civil e não a um militar revoltoso. E essa autoridade foi o Dr. CRISTIANO MACHADO, Secretário de Estado, a quem foram entregues as armas.

Mas não se extinguiria aí o evento. Pouco tempo depois, em Belo Horizonte, estava o Major a conversar no alojamento-prisão dos Oficiais Superiores, quando ouve anunciarem à porta o nome do Ten PAQUET, seu filho. Surpreso, voltou-se e perguntou, áspero, o que fazia ali:

— Vim visitá-lo — respondeu o jovem.

— E por que não está preso?

— Por ter me revoltado.

Dando as costas ao visitante, gritou:

— Então volte daí.

O Tenente, perplexo, balbuciou:

— Meu pai, o Senhor sabe que, se assim for, nunca mais o procurarei.

Intervieram então os companheiros legalistas:

— PAQUET, por certo seu filho tem suas razões. Você terá de ouvi-lo.

O major aquiesceu. O jovem aproximou-se e passou a narrar as causas da revolta do povo e que eram acrememente comentadas em sua própria família. Disse-lhe que tudo fizera para juntar-se a ele e enfrentar os revoltosos, sem consegui-lo. Mas que as patifarias dos homens públicos não mais poderiam persistir. Que o nacionalismo era necessário para coibir as influências capitalistas, mancomunadas com as oligarquias e as ações nefastas do comunismo, cada vez mais atuantes. Somente a

luta revolucionária, coroada por uma ditadura militar, resguardaria a Pátria. Com o estado de ânimo que atingira a Nação e com a capacidade do estadista GETÚLIO VARGAS, esses anseios se concretizariam. Que com a prisão do pai, sentira-se liberado para a luta e que se havia empenhado com honra pelo seu ideal. Narrou-lhe que, tendo ficado na escuta do rádio, conhecia o teor das mensagens de todos os Comandantes das Unidades Legalistas e as mentiras sórdidas do Comando da Região, para que eles se aferrassem ao terreno, pois já devia estar lá nas imediações o Destacamento TOURINHO, o que era falso. Relatou o conhecimento de um rádio do pai, pedindo, quando próximo o seu sacrifício, permissão para sair a campo e lutar favoravelmente, pois seu Regimento, na margem do Rio Verde, num buraco, seria facilmente tomado. E a resposta, que o deixou cada vez mais revoltado, fora a mesma. Contou-lhe os riscos a que se expusera, para que ninguém, menos ele, o confundisse como adesista.

Foi então que se surpreenderam todos e PAQUET — vendo a pureza de propósitos do Tenente seu filho — o absolveu.

No ano de 1932, novo movimento eclode em São Paulo. Insurgem-se as forças paulistas contra o Governo Central. Nessa ocasião o então Ten-Cel PAQUET fazia parte do Estado-Maior do Gen GOES MONTEIRO, Chefe a quem impressionara por suas atitudes coerentes e capacidade de trabalho, e que assumira o Comando do Exér-

cito de Leste, deslocando-se para o Vale do Paraíba. Logo PAQUET é guindado à Chefia do Estado-Maior, com o afastamento do Cel PANTALEÃO PESSOA, nomeado para outra comissão.

Eram Oficiais de escol e muito amigos, na ocasião, ele, MILTON DE FREITAS ALMEIDA e EUCLIDES FIGUEIREDO, conhecidos como os Três Mosqueteiros na Cavalaria, pelo caráter, competência e cultura e, até, pelo porte. Seus dois amigos foram comandar a Revolução de São Paulo.

Logo no começo, recebeu PAQUET um bilhete de Figueiredo: "PAQUET, estamos aqui eu e o Milton; estranhemos sua ausência".

E ele, pelo portador, respondeu: "Estranhável é vocês estranharem, pois sabem ser este meu comportamento desde cadete, na Revolução do Sócrates".

Os três tinham sido legalistas; derrotados, portanto, em 30.

Ademais, não havia, tal a formação de PAQUET e sua posição, razões para o movimento de 32. Fazia pouco mais de um ano, assumira Getúlio, e o governo já havia tomado importantes e justas medidas saneadoras e até definido data para as eleições.

Dois outros fatos marcantes de sua passagem no Estado-Maior do Gen Góes devem ser narrados: um, aquele que traz à tona o escrúpulo com que norteava sua vida profissional. Estava PAQUET no pleno exercício de sua Chefia, em Resende, quando lhe apresentaram a relação, para levar à assinatura de Góes e ser encaminhada ao referendo de Getúlio, dos Oficiais que

seriam promovidos por atos de bravura na luta. Antes de levar ao Gen Góes a relação, PAQUET mandou que dela tirassem o nome de seu filho, para que jamais pensassem ter a mesma acontecido por influência sua. De nada valeram os argumentos de que houvera rigorosa seleção na feitura da lista; de que ninguém ali tinha maior merecimento e que, afinal, a responsabilidade era de seu antecessor na Chefia do Estado-Maior, Cel Pantaleão Pessoa.



Getúlio Vargas ladeado pelos Generais Góes Monteiro, Eurico Dutra e Renato Paquet.

Lembrava-se bem PAQUET das noites tensas que passara temendo pelo filho; e, mais, quando dele havia perdido notícias, por dois dias, nos combates de desbordamento do Morro Frio, e que resultara na queda daquele bastião, o que apressou a derrota paulista. Mas nada o demoveu.

O segundo, foi quando o Gen Góes, então Ministro da Guerra, acompanhou Getúlio em uma viagem marítima, por dois meses, até a Amazônia, com escala em todos os Estados do Nordeste e do Norte. Nessa viagem, Getúlio e Paquet

conviveram intimamente e tornaram-se amigos e admiradores, a ponto de este merecer daquele uma fotografia com a dedicatória: "Ao Cel Paquet, modelo de correção e lealdade".

No dia da partida, já no cais, Paquet foi apresentado por Góes a Getúlio, nestes termos: "Apresento-lhe o Cel Paquet, Dr. Getúlio, um inimigo seu e da revolução". Enquanto Paquet, meio encabulado, empertigava-se, abria o Presidente amplo e acolhedor sorriso, logo desinibindo e descontraindo o Coronel.

Nascia, assim, uma sólida amizade e confiança, que proporcionaram os sinceros diálogos havido entre os dois. Esse evento verdadeiramente redirecionou o componente político da vida pública do Coronel, que pôde compreender tantos fatos que até então lhe pareciam, no mínimo, confusos e que envolviam o Presidente. Tudo isso explicaria, aliado ao seu ideal de unidade nacional, como sentiu necessidade e aceitou o Estado Novo em 37.

Com seu feito legalista e disciplinador, ao lado de grande admiração, semeava Paquet, evidentemente, também despeitos, invejas e antipatias. Era um homem de forte personalidade, idealista, portador de posição definida, pronto para a luta, sem conhecer outro senhor senão o seu País. E alguns não o compreendiam, mormente quando de suas nomeações, não obstante sua reação em 1930. Foi comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas — Os Dragões da Independência — onde ele e o

estandarte do Regimento receberam a Ordem do Mérito Militar; honraria que mereceu do Ministro EURICO GASPAR DUTRA, sabidamente parcimonioso em elogios, a seguinte menção, após um almoço seguido de visita às dependências do Quartel, e que reuniu todos os Comandantes de tropa da Capital Federal: "Convindo-os, Senhores Comandantes de Unidades, a visitar este modelar Regimento em limpeza, entusiasmo dos quadros, instrução e disciplina".

Em 18 de agosto de 1937, três meses antes de o Presidente Getúlio Vargas, apoiado por seus Ministros e a quase totalidade das Forças Armadas, inaugurar uma nova ordem política no país, assumiu o Cel Paquet o Comando da Escola Militar do Realengo. Lá, deixou relevantes exemplos de sua personalidade ímpar de líder.

Certa vez, voltavam de uma noite uns cadetes. Logo escalou o muro um deles que, nada vendo de anormal, deixou-se escorregar para dentro da Escola; e com tanto azar que quase caiu nos braços do disciplinador Subcomandante MAJOR PAIVA. Este, pondo o dedo indicador nos lábios, recomendou-lhe que não falasse, enquanto os outros, estranhando o silêncio, perguntavam ao colega se tudo estava bem. A despeito da recomendação recebida, gritou-lhes: Está aqui o Sub!

O Major, irritado, prendeu-o, e exigiu o nome dos companheiros que haviam fugido. Não houve nada que fizesse o cadete cumprir a ordem que considerava uma trai-

ção aos colegas. GOMES DE PAIVA deu parte do ocorrido ao Comandante e pediu o desligamento do faltoso por indisciplina e desobediência. O Cel formalizou a expulsão em Boletim e formou a Escola para assistir ao ato. O clima era de constrangimento e tensão.

Tinha sido dito ao moço que revelasse o nome dos demais, para não prejudicar-se e perder sua futura profissão. O cadete não cedeu. Uma delação era mácula indelével e assim entendia o preso. Livrá-lo-ia da expulsão que o esperava, mas não do conceito dos colegas. Estando em causa o prestígio da autoridade, e logo do Major inflexível na aplicação dos regulamentos, todos esperavam que os companheiros de fuga se apresentassem espontaneamente para os riscos que adviessem.

O Cel Paquet, percorrendo a frente da formatura, dirigiu-se ao cadete:

— Dou-lhe mais uma oportunidade, para que nos poupe dessa medida extrema: diga quem são esses maus companheiros que o estão deixando só, revelando falta de solidariedade, de espírito de camaradagem.

— Meu Coronel, não posso revelar — respondeu com convicção e altivez.

E Paquet, impressionado com sua hombridade, tocado por aquela altaneria, apertou-lhe a mão e disse:

— Transformo sua expulsão em prisão; você é digno e o Exército orgulhar-se-á de tê-lo entre os seus. Estou certo de que você será um modelo de disciplina doravante.

E foi assim que o equilíbrio do rigor do cumprimento do dever com a sensibilidade de sua nobre e generosa alma marcaram sua passagem no Realengo.

O ano de 1938 assistiu à última comissão de RENATO PAQUET como Oficial Superior. Justamente um Comando de Oficial-General: a 6ª Região Militar na Bahia.

Sua presença novamente se fez marcante, o que causou a todos a mais viva impressão. Dele disse o Dr. PHILADELPHO NOVAES em artigo no jornal Diário de Notícias de Salvador:

“Da primeira vez que me defrontei com o atual comandante da VI RM tive a impressão exata da figura do CHEFE preconizada pelos regulamentos. ‘Aplomb’ marcial perfeito. Enquadramento absoluto. Vi-me diante de todos os regulamentos militares, enfeixados num só volume vivo. Calculei de logo que a competência profissional, o amor à disciplina, o espírito de justiça, a honestidade, a bravura, a lealdade e abnegação, qualidades indispensáveis a quem dirige homens, cuja missão precípua é morrer defendendo a Pátria, deveriam estar ali personificadas. E não errei. Com o correr dos dias, verifiquei mais, S. Sa aliava a todas as qualidades acima uma inteligência penetrante, servida por vasta cultura geral, que a fidalguia de atitudes sociais — que só os perfeitos cavalheiros possuem — mais faz realçar.

“Disse FOCH que não bastava o Exército ter material e homens; era preciso ter chefes. De fato. Um chefe é tudo. E quem o tem com

as qualidades do Coronel RENA-TO PAQUET honra-se dele, e faz o que fizeram ontem os Oficiais da Guarnição Federal da Bahia: prestam-lhe as homenagens a que assisti, às quais me associei, profundamente comovido”.

Paquet, em Salvador, também desempenhou intensa atividade em prol do Estado Novo. Vários foram os seus pronunciamentos nas mais diversas oportunidades; são alocuções dogmáticas e plenas de entusiasmo cívico: Proferiu palestras e saudações para alunos das escolas baianas, publicadas em jornais. Sempre exaltou o Governo na crença de que o Estado Novo havia consolidado o Brasil. Dizia que esse havia derrubado as fronteiras que, dentro do Brasil, separavam os brasileiros.

Após fecundo comando por dois anos, retornou ao Rio de Janeiro.

O OFICIAL GENERAL

Aqui chegando, foi de pronto promovido, em 24 de maio de 1940, a General-de-Brigada. O Clube Militar engalanou-se para homenageá-lo com um almoço, quando Paquet, em agradecimento, proferiu um discurso de improviso, por onde transitaram as suas recordações da Bahia, o espírito sadio do companheirismo desenvolvido na caserna e a coerência da sua interação com o Estado.

E concluiu, segundo notas taquigrafadas à época:

“Agradecendo, senhores, mais uma vez a vossa fidalguia, a vossa confiança, a vossa amizade, faço o

brinde de honra — não por uma questão de praxe, mas sim por convicção íntima — ao Exmo Sr Dr Getúlio Vargas, criador e dirigente do Estado Novo, ao qual eu, como um dos Chefes do Exército, declaro estar inteiramente solidário e defender de armas na mão, se preciso for”.

Em 1941, era o Gen Paquet o Comandante da ID/2, em Caçapava, São Paulo, onde foi igualmente marcante a sua passagem. Logo faz sentir os seus pronunciamentos na nova Guarnição, a todos entusiasmando com o vibrante patriotismo e com rara coragem e sensibilidade política e ideológica. Certa feita, durante uma campanha promovida pelo jornalista ASSIS CHATEAUBRIAND, “Dêem asas ao Brasil”, este convidou o General, em Caçapava, a batizar o avião que tomou o nome de um bravo pioneiro da aviação: o Tenente ARTHUR OSWALDO CESAR DE ANDRADE, que acabara de ser sacrificado, ao patrulhar as costas brasileiras. A festa foi em São José dos Campos e inspirou um discurso do Gen Paquet, que se constituiu numa notável peça oratória pela construção e pelo civismo brilhante que irradiava em seu calor humano. Tão impressionante e modelar foi o discurso, pela sensibilidade que revelava e por seu valor literário, que provocou, da fulgurante inteligência de Chateaubriand, um artigo em “O JORNAL” e 28 de julho de 1942, com referências raras e tão honrosas, que são de orgulhar a qualquer cidadão e mais a seus companheiros de armas.

Mais tarde, na Revista "Vamos Ler", ainda gravou o jornalista em certo trecho de um escrito seu: "O General Renato Paquet não é só o cavalheiro e o cavaleiro que fizeram sucesso nos salões e nos concursos hípicas da velha e imorredoura França; não é só o soldado enérgico e de bravura e valor tantas vezes comprovado nos movimentos armados que figuraram na História do Brasil; ele é, também, um dos nossos melhores oradores".

Em novembro de 1942, Paquet foi transferido e recebeu o comando da Vila Militar.

A Guerra assolava os campos da Europa, Ásia e África, e cobriu com suas misérias os dois oceanos. Paquet acompanhava atento o desenvolvimento da borrasca. Preocupava-lhe, sobremaneira, a unidade americana. Esposava a repulsa às imperiosas pretensões dos povos extracontinentais e percebeu a projeção dos novos condicionantes da política internacional no quadro dos assuntos internos do Governo Brasileiro. Sua fidelidade ao Estado Novo e a seu Chefe permanecia inalterada: a mesma crença, o mesmo orador e vibração.

Em fevereiro de 45, por ocasião do terceiro aniversário natalício que comemorava na guarnição, prestaram-lhe mais uma homenagem. Paquet discursou em agradecimento; proferiu uma verdadeira oração de fé e encerrou com uma exortação de crença e lealdade ao Presidente da República e à sua obra.

Mas havia uma conspiração. Logo, numa visita à Vila Militar feita

pelos Generais Góes Monteiro, Ministro da Guerra, e Valentim Benício, Comandante da Região, os fatos se evidenciaram. Deixaram claro os dois chefes que não aceitariam a permanência de Getúlio, caso ele burlasse as eleições prometidas — o que supunham como acontecimento certo. Paquet, mesmo imaginando quão escorados estariam aqueles Oficiais para poderem pronunciar-se conspirando com tanta desenvoltura, manifestou-se formulando as normas de comportamento e de disciplina que todos alegavam observar. Os dois Generais presentes retiraram-se contrariados e constrangidos.

No dia seguinte, Benício mandou chamá-lo ao Ministério. Paquet encontrou-o na ante-sala do Gabinete do Ministro. Disse-lhe o General Benício em tom acrimonioso:

— Paquet, o Góes mandou que eu lhe externasse o desagrado pela sua atitude na reunião de ontem. Achou-a inábil, imprudente.

Paquet puxou-o pelo braço para o gabinete de Góes, contíguo, e disse com voz enérgica:

— Vocês sabem melhor que todos que razões houve para isso. Não posso aceitar este recado assim com ar de reprimenda. Gosto de tudo às claras e julgo que vocês também. . . Logo Góes, que tudo ouvira, habilmente interrompeu-o amistosamente, dizendo-lhe que não fora bem aquilo, que o Benício não o interpretara bem.

Mas as expectativas continuaram, pontilhadas de pequenos incidentes, como o de dois Oficiais do Exército que, fugindo às con-

tingências lógicas da carreira, desmandaram-se na propaganda política declarada, um do Dr Getúlio Vargas e outro do Brigadeiro Eduardo Gomes. O Gen Góes prendeu-os e reafirmou a vontade de situar as Classes Armadas fora das convenções partidárias e à margem dos atritos políticos.

Na realidade, entretanto, quase todos os Generais do Rio de Janeiro estavam envolvidos. Próximo estava o final das amarguras que Paquet há muito pressentira.

Em certo trecho de discurso pronunciado no Círculo Militar da Vila, ele declarou: "E agora, repito, não nos cabe exigir isso ou aquilo da Nação. A ela, e somente a ela, cabe resolver os seus problemas políticos".

Estribado nessas suas convicções, Paquet, à testa da Infantaria Divisionária, mercê de seu alto prestígio e respeito entre os chefes e subordinados, navegava com firmeza pelo mar dos abrolhos políticos. Era o eterno legalista.

Mas a conspiração desenvolveu-se de tal forma, que a queda do Presidente era simples questão de tempo. Na vila, Paquet preparou-se para resistir. Foi quando, dia 29 de outubro, por volta das 18 horas, o Gen Firmo Freire chamou-o ao telefone e disse:

— Paquet, o Presidente determina que você abandone toda e qualquer idéia de resistência.

Surpreendido e revoltado, respondeu:

— Agora? Depois que me comprometi e comprometi os Oficiais que estão comigo é que recebo uma ordem assim?

— Espera aí, respondeu Firmo Freire; vou levar sua resposta ao Presidente.

Voltou pouco depois, dizendo:

— O Presidente repete que você largue tudo isso aí. Ele não quer o derramamento de uma gota de sangue sequer.

Estava tudo acabado. Paquet dirigiu-se em seguida aos Corpos de Infantaria (os únicos que restavam totalmente fiéis ao Governo — sendo que o 1º RI, desmobilizado), onde descomprometeu seus Oficiais e deu-lhes liberdade de ação.

Na manhã do dia 30 de outubro de 1945, o Gen Paquet passou o Comando da Vila Militar ao Gen Falconiére.

Os idos de março de 1946 encontraram o então Gen Div Renato Paquet no Comando da IV Região Militar, em Juiz de Fora. Foi um período curto, que se encerrou no último dia do ano, com a sua transferência para a 2ª Região Militar. O pouco tempo passado nas Alterosas, entretanto, valeu-lhes uma petição, com grande número de assinaturas, de autoridades e populares, ao Presidente da República, pedindo para que fosse mantido.

No Comando da Guarnição Federal em São Paulo pressentiu, mais uma vez, as vibrações da política nefasta, mesmo sem chegar a conspiratas. Tentaram aproveitar-se da amizade entre ele e Getúlio, para usá-lo em proveito de um candidato trabalhista ao Governo do Estado, Hugo Borghi. Paquet não admitiu: repeliu energeticamente as insinuações da imprensa e retificou sua posição le-

galista, com a citação da Constituição Federal. Com a proximidade das eleições estaduais, questionado sobre o papel das forças sob seu Comando, foi peremptório:

"A vontade do povo é soberana e o seu pronunciamento nas urnas será solenemente garantido. Não há, pois, motivo para inquietações. O povo pode confiar".

Eleito e empossado, o Dr Ademar de Barros passou a governar São Paulo. Político astuto e inteligente, simpático e demagogo, tinha ambição de chegar à Presidência da República. Em suas manobras eleitoreiras fazia proselitismo por todos os meios, favorecimentos ilícitos, nomeações absurdas e gastos acima da capacidade do Tesouro. Não contente com tantos desmandos, sob pretexto de criar fundos para suas futuras campanhas políticas, organizou as célebres e originais "caixinhas", para as quais todos os que transacionassem com o Estado tinham de contribuir. Esses descalabros desmoralizavam o Governo paulista e mortificavam o austero Presidente da República, Gen Dutra. Mas a audiência, quase sempre cerceante, dos outros dois Poderes, impunha razões maiores, que o impediam de tomar providências efetivas contra aquele estado de coisas. Vários esforços fizeram, o Presidente DUTRA e o Ministro da Guerra, Gen Canrobert, para coibir os desmandos do Chefe do Executivo paulista. Não foram poucas as insinuações nesse sentido feitas a Paquet, para que, numa oportunidade qualquer, interviesse em São Paulo e confia-

vam-lhe, inclusive, que contaria com o apoio de industriais, políticos e militares. A eles, Paquet cortava a fala ou desconversava, pois não via na Constituição lugar para isso.

Eis que Ademar viaja pelo interior e deixa a sede do Governo, do que se aproveitam seus opositores, mormente os comunistas, desgostosos com o descumprimento de promessas vantajosas feitas a eles. Foi o momento esperado, pois o populacho subversivo tomou as ruas, depredou vitrinas, virou e incendiou carros particulares e coletivos, num dos maiores "quebra-quebra" havidos até então.

Cresceram as pressões para Paquet intervir; levar a tropa federal à rua. Ele, porém, resistiu.

Após dois dias de algazarras, um grupo de políticos, industriais e até Secretários de Estado foi ao General pedir garantias e insistir na intervenção.

Batendo forte com a mão na mesa, Paquet desabafou:

— Chega; não insistam. Já lhes disse que só levarei a tropa à rua e debelarei anarquias, quando o Governador solicitar isso, alegando que seus órgãos de segurança foram todos mobilizados e se mostram impotentes. Não me presto a jogadas políticas.

Efetivamente, Ademar voltou e, no dia seguinte, repôs a ordem em São Paulo.

OS ÚLTIMOS DIAS

A 7 de janeiro de 1949, Paquet deixou o Comando da 2ª Região Militar e retornou ao Rio. No mês

de fevereiro seguinte, atingiu a idade limite e foi transferido para a Reserva. Prometeram-lhe uma vaga no Supremo Tribunal Militar; mas não cumpriram a promessa. Não pediu, nem reclamou.

Paquet recolheu-se ao lar, pesaroso. Cercado de amigos fiéis, dedicou-se a prostrar, ler e estudar. Foi difícil não vestir a farda, não ouvir os toques, não escutar os tiros.

Três anos mais tarde, em 1952, o Presidente da República eleito, Dr Getúlio Vargas, com amparo na lei vigente, promoveu-o, sucessivamente, a General de Exército e Marechal. A mão do destino fazem

do justiça. O Presidente, a quem servira com tanta lealdade e que foi deposto, retorna à Chefia da Nação e, circunstancialmente, tem a oportunidade de promover, por duas vezes mais, o leal Soldado!

Anos depois, veio a falecer em casa, velado pelos entes queridos, admirado e respeitado por todos.

Preza aos Céus não escasseiem, mas sobejem, no seio do Exército Brasileiro, soldados com a elevação moral de um Marechal RENA-TO PAQUET. Aí, sim, teremos a certeza de que a espada — conduzida com bravura a serviço da Pátria — será a garantia da Liberdade e do Direito!



Ten Cel Cav QEMA Sérgio Augusto da Silva Zilio, além dos cursos da AMAN (Cavalaria), EsAO e ECEME, possui o da Escola de Material Bélico e o Avançado de Blindados da Escola de Blindados do Exército dos EUA (Fort Knox). Serviu no extinto 4º RC, no 3º BCC e 2º RCC. Comandou o Nu Cia QG/DB. Foi instrutor da AMAN e da EsAO e chefiou a 3ª Seção da 23ª Bda Inf SI. Quando instrutor da AMAN, fez parte, como redator, da equipe que criou a revista "Cavalaria". É membro do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) e da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de "A Defesa Nacional". Serve atualmente no Comando da 1ª RM e está realizando pesquisa sobre a atuação da Cavalaria na FEB e sobre a vida e a obra do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, cujo centenário de nascimento será celebrado em 1989.



COMO DEVE SER UMA ESCOLA

Roberto Miscow Filho

INTRODUÇÃO

Na frase interrogativa que dá o título ao presente trabalho, a ausência de qualquer adjetivo justaposto ao termo *escola* pode gerar, em um possível leitor, a expectativa de ler excerto incompleto, deficiente e impreciso. De fato, a *compreensão* do conceito (*escola*) é bem singela, conforme podemos constatar, por exemplo, no dicionário Aurélio, contrastando com a riquíssima *extensão* do mesmo conceito.

Não ignoramos que a simples definição ("casa ou estabelecimento onde se recebe ensino científico, literário ou artístico") aplica-se a um longo rol dos mais diversos tipos de escola, abrangendo bem espaçados níveis de instrução e miríades de conhecimentos possíveis de serem aprendidos. Preten-

demos entretanto, ao longo deste artigo, esboçar as notas que a nós so ver podem, e devem, qualificar qualquer elemento do conjunto subordinado ao conceito comum.

Estando intimamente ligados os termos *escola* e *educação*, sendo esta última considerada, por gregos e troianos, como um dos grandes problemas brasileiros e estando tais problemas incluídos no temário proposto por esta revista — acreditamos ser pertinente o presente esboço. Possa ele servir de bem modesto subsídio aos estudiosos daquele magno problema!

OS ASPECTOS SENSÍVEIS

Quando a definição (genérica, por natureza) fala em "casa" ou "estabelecimento", faz-nos olhar aquilo que primeiro deve ser visto nas coisas humanas. (*primeiro*, aí,

no sentido cronológico, temporal: *não* no sentido de mais importante). Referimo-nos aos aspectos sensíveis, à edificação propriamente dita e ao seu ambiente.

Como deve ser a casa, o estabelecimento que dá abrigo às atividades precípuas da escola?

Antes de responder à pergunta anterior, queremos ressaltar ao leitor que, ao longo deste artigo, procuraremos sempre fazer afirmações e opinar de tal forma que a afirmação feita ou a opinião manifesta aplique-se a qualquer tipo de escola.

Primeiramente, somos de parecer que *toda* escola deve apresentar-se com imediata e indiscutível *beleza*. Conforme a clássica definição Tomista: "*Pulchrum est id quod visum placet*" ou seja: "belo é aquilo que agrada aos olhos". Assim: uma escola deve ser *bela*, antes de mais nada.

Cabe, entretanto, um reparo. A graciosidade exibida pela rosa repete-se quanto à forma, cor, perfume e valor médio do número de pétalas, em cada um dos infinitos exemplares. Ao contrário, a beleza da escola deve ser individualizada, deve ser uma característica do exemplar considerado.

As formigas constroem seus formigueiros conforme padrões inalteráveis, todos semelhantes ou quase iguais entre si, não importa qual o formigueiro observado. Ao contrário, a casa onde alguém trabalha (e o ensino escolar e a aprendizagem escolar são formas do trabalho humano) deve ter as "dimensões" do homem, deve ter uma "personalidade" única e in-

confundível, à semelhança do que ocorre em cada ser humano. Essa condição "personalista" das casas feitas pelo homem é coerente com a natureza inteligente e livre, criativa (espiritual portanto) do próprio homem.

Sendo assim, qualquer plano com pretensa finalidade educativa que venha a "produzir-em-série" prédios escolares *todos* projetados com *idêntica* arquitetura, com *idêntica* pintura e *idênticos* demais detalhes exteriores, tal plano, achamos, nós, estará contribuindo para gerar a monotonia e o tédio, estará estiolando a sensibilidade, desumanizando os grupos de jovens usuários de tais escolas. E semelhante efeito nocivo será tanto maior quanto mais o projeto das construções carecer de bom gosto, quanto mais lhe faltar a beleza traduzida em linhas de originalidade sóbria porém elegante e agradável aos olhos.

A propósito do aspecto supra mencionado, lembramo-nos do venerável prédio do Instituto Militar de Engenharia, nossa tradicional escola de engenharia da Praia Vermelha, no interior do qual há dois jardins exuberantes, cada um enfeitado por alto e vistoso pé de "flamboyant" cujas flores vermelho-alaranjadas, ao chegar setembro, rutilam orgulhosas sob o sol ameno da primavera carioca.

Lembramo-nos, ainda, da brilhante e colorida fotografia a nós mostrada por um oficial que fez curso de Pesquisa Operacional em SHRIVENHAM, Inglaterra. Vemos, no centro da foto, um elegante conjunto de construções de

média altura, como se fosse uma larga e simpática casa de campo erguida no meio de enorme prado verdejante, ausentes a poluição e o abandono. Dentro daquele conjunto de construções, estudam-se técnicas e táticas modernas, capazes de destruir o inimigo em possíveis guerras, presentes ou futuras!

Perguntamos, pois: se a engenheirando, a cientista e combatentes empenhados em estudos matemáticos muitas vezes dirigidos para a finalidade, pouco agradável da guerra, propicia-se um ambiente de trabalho belo e acolhedor, no qual a própria natureza é respeitada e convive harmoniosamente com a pedra e o metal das construções — que devemos esperar dos locais onde crianças e adolescentes estão (ou devem estar) sendo ensinados, sobretudo para amar a vida?

Quanto às observações anteriores, talvez seja bom frisar: — já que o comportamento humano é condicionado pelo ambiente, a repetição monótona e tediosa, carente de imaginação, contribuirá para um processo massificador dos usuários das construções “feita-em-série”... ou seja: tal repetição favorece um processo educacional *totalitário*... Nitidamente totalitário.

Cada um de nós, desde o menino que acabou o curso primário até o moço recém-titulado na Pós graduação, deveria sempre olhar com saudade e ternura a Casa que o formou; deveria guardar na lembrança a imagem única e inconfundível do lugar que o ajudou a crescer em sabedoria, à semelhan-

ça de alguém que, olhando um retrato feito em grupo, reconhece o rosto único da própria mãe.

A beleza deve fazer parte dessa individualidade! Não importa o nível escolar do estabelecimento, pois não existe uma idade em que o ser humano seja incapaz de apreciar o belo.

Parágrafos acima, demos os exemplos do Instituto Militar de Engenharia e de uma escola inglesa. É possível que um eventual leitor levante objeções deste tipo:

“Ora, o IME? O IME é uma escola, velha, cinquentenária, é do tempo em que se investia em jardins e árvores! E a escola da Inglaterra? Ora, aquilo é outra cultura, é lá na Europa; são outros costumes!...” Objeções essas quanto à conveniência e oportunidade de adotarmos como regra modelos semelhantes. A tais objeções, replicamos com a atíva frase de Rondon: *“É só querer!”*

Além da beleza, há outro aspecto sensível que deve, tem que existir em qualquer escola. Referimo-nos ao silêncio e à tranquilidade. Essas duas circunstâncias precisam ocorrer em qualquer ambiente destinado a uma finalidade intelectual. Expresso em frases curtas e diretas, como as que usamos no parágrafo anterior, pareceria, ao leitor menos atento ao problema, que se trata simplesmente de uma questão de acústica e de um pouco mais de regulamento e disciplina. O caso, entretanto, é bem mais complexo.

O silêncio e a tranquilidade necessárias ao ambiente escolar de-

vem fluir espontaneamente, devem ser procurados livremente por *todos* os que trabalham sob o teto que abriga a procura e a entrega do conhecimento. Não se trata apenas da ausência de gritos, de algazarras e de ruídos mecânicos; é preciso que o próprio diálogo das pessoas seja discreto e sóbrio, os gestos comedidos — tudo feito de modo a dar real preeminência à reflexão ponderada, ao estudo, ao gosto pelos livros, ao trabalho intelectual.

Dissemos que o silêncio e a tranquilidade devem ser procurados por *todos* os que trabalham na escola; é isto mesmo: desde o mais antigo e mais sábio Doutor até o mais ingênuo calouro, desde a severa Diretora até o mais modesto servente, todos devem estar "impregnados" pelo silêncio interior, pela tranquilidade interior, sem os quais não haverá verdadeiro silêncio ou verdadeira tranquilidade exterior. Por isso é que afirmamos: não se trata apenas de uma questão de regulamento e disciplina. Aliás, rigorosamente falando, nem seria preciso codificar exigências e posições para conseguir os efeitos citados. Bastaria que se cultivasse, em cada escola, uma *tradição* de amor à fala e ao gesto sóbrios, de *apreço pelos assuntos mais inteligentes e mais nobres*; *todos* zelando para que o tempo fosse poupado, para o estudo e a reflexão, com aquela mesma ânsia com que os avaros guardam o dinheiro!

Haverá, por certo, uma provável objeção deste tipo:

— "*somos latino-americanos, por-*

tanto irrequietos, e falastrões; não podemos mudar nosso feitio..."

Ao que daremos a réplica, usando aquela mesma frase de Róndon: "*É só querer!*"

O ENSINO FORMAL E A PESQUISA

Os educadores modernos costumam dizer que o volume dos conhecimentos adquiridos pelo homem ao longo dos séculos tem crescido segundo uma curva exponencial crescente, de tal forma que, em nossa época, a derivada da curva é muitíssimo maior do que teria sido, por exemplo, nos tempos de Arquimedes, Euclides, Heron, Tales, Ptolomeu e outros sábios da antiguidade.

Esse crescimento vertiginoso da massa de saber científico, por sua vez, realimenta o processo, reativando-o, estimulando-o ainda mais, na pesquisa de novos conhecimentos. É o que se chama na teoria de controles: realimentação positiva.

Ora, o acelerado crescimento das atividades de pesquisa e o conexo prestígio decorrente das realizações tecnológicas subseqüentes terão contribuído, certamente, para garantir a definitiva inserção dessas atividades na vida universitária. Para que o leitor verifique que o fato do "ingresso" da pesquisa no "campus" não é muito antigo, basta observar que isso começou a ocorrer no século dezenove, tendo sofrido oposição até mesmo de pensadores e educadores ilustres e generosos como um JOHN HENRY NEWMAN. Ainda

como informação pertinente ao nosso trabalho, é de lembrar-se o comentário feito por J.R. PIERCE, o grande pesquisador da Bell, em seu clássico livro: "SYMBOLS, SIGNALS AND NOISE" (Harper and Brothers, 1961) quando ele se refere à chegada do genial HARRY NYQUIST aos laboratórios da ATT, em 1917, recém egresso da universidade de Yale, onde acabara de receber o título de Doutor (Ph. D), título, na época, raro entre os engenheiros americanos.

O fato é que a pesquisa, hoje, está presente nas escolas dos mais diversos níveis, seja quando a professorinha do curso primário manda o menino fazer uma "pesquisa" sobre Tiradentes ou Caxias, seja na escola de engenharia quando um jovem aluno de graduação faz uma pesquisa bibliográfica sobre filtros ativos de alto "Q" enquanto um outro aluno, mais antigo, de pós-graduação, determina no laboratório quais os formantes típicos do fonema /a/ da língua portuguesa; seja ainda nas Escolas de Estado Maior quando instrutores e alunos elaboram novas doutrinas de emprego das forças combatentes.

Admite-se pacificamente aquela presença da pesquisa; entretanto, não se deve relegar a plano secundário a função precípua da escola, qual seja: *ensinar*; e quando dizemos *ensinar*, estamos pensando no ensino formal, isto é, aquele realizado em salas de aula convencionais (ou em laboratórios, conforme o caso) nas quais o mestre (professor ou instrutor) fala e o

discípulo escuta; ensino cronometricamente dividido em tempos de aula e balizado periodicamente por provas (verificações) que devem medir o aprendizado dos alunos.

Aliás, a respeito das provas convinha, talvez, serem lembrados os antigos exames orais, antes realizados em todas as escolas, independente do desempenho demonstrado pelos discentes ao longo do ano letivo. Esse tipo de prova foi quase eliminado das atividades curriculares alegando-se, como justificativa de sua proscrição, casuísmos decorrentes de fortuitos problemas emocionais dos alunos ou eventuais injustiças das bancas examinadoras. Por mais respeitáveis os motivos alegados, o fato é que a ausência do exame oral privou a quase totalidade dos alunos de uma excelente oportunidade de ganhar maior domínio da linguagem falada e demais reações psicomotoras. E, se o exame oral é um desafio, por que privar principalmente o jovem de enfrentá-lo?

Voltando, porém, ao tema da pesquisa nas escolas, repetimos que essa atividade não deve ofuscar a importância primeira e básica do ensino formal. A propósito, em certos níveis escolares iniciais, há o risco de o mestre bisonho ser levado pela (entre aspas) "moda" da pesquisa, em sua honrosa tarefa de guiar os bem mais jovens e bem menos experientes; em alguns casos, essa omissão chega ao extremo do esquecimento da necessária disciplina e correlata hierarquia desejáveis em uma sala de aula. Ocorre,

aí, lamentável preconceito qual seja: o de achar que disciplina e hierarquia sejam posturas exclusivas dos meios militares.

Não é por mero acaso que o termo tradicional aplicado às matérias ensinadas nas escolas seja o de "disciplina". O trabalho intelectual fecundo exige, sem dúvida, uma *disciplina*; ele é cansativo, incômodo, exigente, falta de alegrias outras que não aquela silenciosa e íntima proporcionada pela aquisição do conhecimento! Tais desconfortáveis condições recomendam a presença do mestre bem como a ocorrência de um sistema de verificações (provas) frequentes; sem aquela presença e sem as provas convencionais, podem surgir o desânimo e a dispersão do aluno, a menos que ele seja guiado por uma energética vontade própria,

O VALOR DO CONHECIMENTO

O parágrafo anterior fez referência à aquisição do conhecimento. Em artigo anterior publicado nesta revista ("Informação e Conhecimento", in "A Defesa Nacional", nº 714, Jul/Ago 84) referimo-nos à afirmação de Aristóteles sobre a natural tendência do ser humano para o ato de conhecer; no mesmo artigo, procuramos mostrar como, apesar da naturalidade da procura do conhecimento, muitos obstáculos internos e externos à pessoa se interpõem dificultando a chegada ao objetivo da ínsita inclinação da nossa inteligência.

Ora, se, como nos diz a definição do Aurélio, a escola é o "lugar

(casa ou estabelecimento) onde se recebe ensino científico, literário ou artístico", pareceria à primeira vista que ela é índene aos percalços originários da massificada cultura dos tempos atuais. Veremos, a seguir, como certo equívoco, fruto dessa cultura, pode conseguir, também, entrar pelos "risinhos e francos" portões escolares.

Antigamente, o professor ou a professora dispunha, em sua sala de aula, do recurso modesto de um quadro-negro e alguns pedaços de giz; hoje em dia, além do recurso citado, existe à disposição do mestre uma pletora de meios auxiliares cujo espectro vai desde o simples retroprojeter de transparências até o mais sofisticado aparelho de vídeo cassete! Além disso, deve ser lembrado que o progresso da psicologia experimental e da ciência do comportamento humano permitiu o avanço das técnicas de transmissão de informação. Em consequência desse conjunto de circunstâncias (em si mesmas elogiáveis), surge o risco da supervalorização do método, isto é, dos *meios*, em detrimento dos fins. Para melhor caracterizar o gigantismo da influência dos meios na educação, um ilustre professor paulista criou o interessante neologismo: **METODOMANIA!**

A propósito do assunto, podemos lembrar um exemplo relacionado com as lides da caserna. Existe sutil diferença entre o *dar uma boa instrução*, por exemplo, de armamento ou de progressão no terreno, e o *ensinar* um soldado a desmontar e montar com desembaraço seu fuzil-metralhadora ou a

rastejar com habilidade para escapar aos tiros tensos. No primeiro caso, o instrutor acaba satisfeito por haver cumprido as normas do manual da boa instrução; no segundo caso, o instrutor sai alegre por haver transmitido realmente um *conhecimento*. O ato de ensinar, de instruir é, antes de mais nada, um ato de doação, de entrega, de altruísmo. Quem não possui tais disposições, dificilmente será um bom professor ou instrutor. Talvez seja esta a razão pela qual o magistério esteja tão preterido na escolha profissional dos moços; nestes dias, bem marcados pelo pragmatismo, pela busca frenética de "status" e/ou segurança individual, possivelmente não haja muito espaço para a generosidade...

Para que o leitor perceba que não é tão óbvio, em nossa época, o valor do conhecimento, citamos o seguinte fato: alguns anos atrás, certo ilustre homem de letras, desempenhando importante função na área educacional, fez um discurso em que criticava... a erudição!... Ora, qualquer pessoa que analisar sem pressa ou preconceito o assunto verá que, entre outros motivos de elogio, o trabalho do erudito tem o mérito de nos garantir a memória do conhecimento histórico. Oxalá em todas as escolas do Brasil houvesse professores sábios e eruditos! Entretanto, isso somente será possível de ocorrer quando uma corajosa política educacional tornar valorizado o *conhecimento*, transmitido pelo ensino formal nas escolas.

Cabe aqui uma digressão, talvez um pouco longa. O pragmatismo também valoriza o conhecimento, porém aquela filosofia só o valoriza em vista de uma utilidade, uma vantagem prática, somente em função dessa vantagem.

Ora, é claro que muitos conhecimentos, adquiridos desde os simplórios dias do grupo escolar até os tempos menos fáceis do curso superior, têm uma aplicação prática; seja o uso das quatro operações básicas da matemática, úteis nas compras feitas na quitanda ou na avaliação dos juros da poupança, seja o cálculo de integrais, úteis no dimensionamento de estruturas mecânicas e de outros projetos de engenharia.

Queremos, entretanto, referir-nos ao valor do conhecimento *em si próprio*, como algo que traz um pouco da verdade distribuída na essência de todos os seres. Por exemplo, é fora de dúvida que as

$$\nabla \cdot \mathbf{D} = \rho$$

$$\nabla \times \mathbf{H} = \mathbf{J} + \frac{\partial \mathbf{D}}{\partial t}$$

$$\nabla \cdot \mathbf{B} = 0$$

$$\nabla \times \mathbf{E} = - \frac{\partial \mathbf{B}}{\partial t}$$

AS MARAVILHOSAS EQUAÇÕES DE
MAXWELL

(A 1ª e a 3ª estão ligadas à Lei de Gauss; a 2ª está relacionada com a Lei de Ampère e a 4ª com a Lei de Faraday).

equações de MAXWELL são muito importantes para o entendimento das antenas e da propagação das ondas eletromagnéticas; porém o conhecimento dessas equações tem outro valor muito bem expresso na seguinte sugestão de J. R. PIERCE, o famoso pesquisador norte-americano já citado neste artigo:

"Qualquer um que sinta inclinação por algo além do estritamente prático, deveria tentar compreender as equações de Maxwell, simplesmente para o bem de sua alma".

(O problema é que o pragmatismo e a educação por ele inspirada não andam muito preocupados com coisas tais como o bem da alma...)

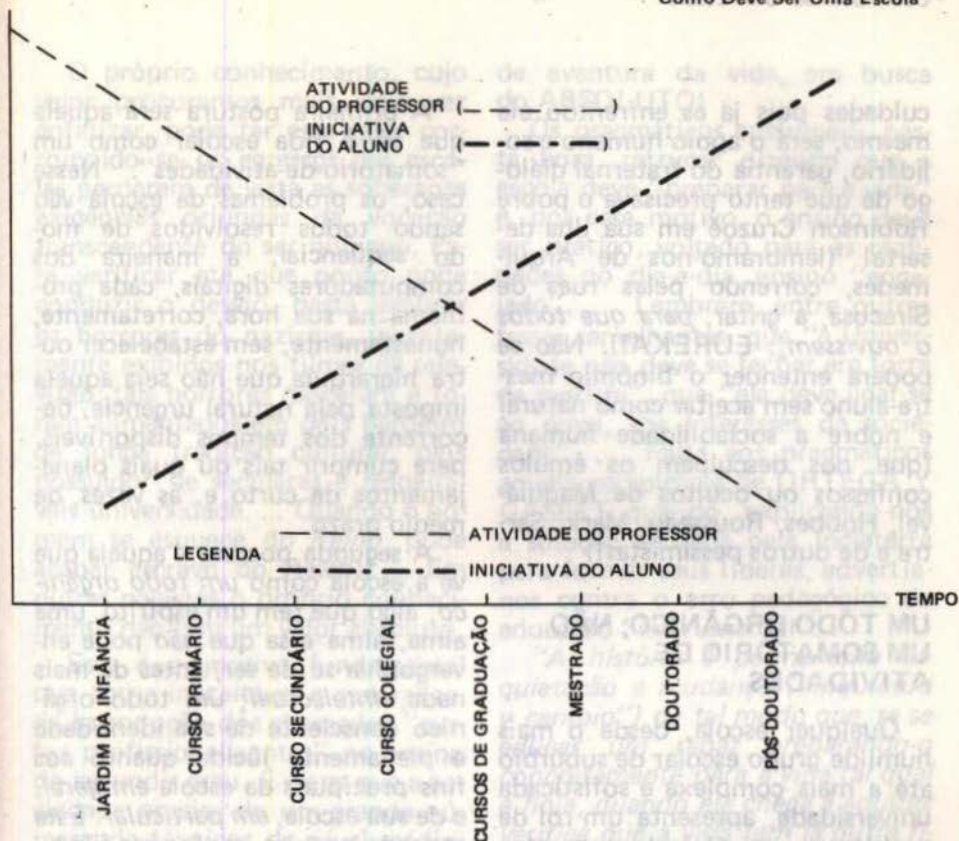
O PAPEL DO PROFESSOR

Parágrafos acima, escrevemos que, no ensino formal, "o mestre fala e o discípulo escuta". Quando assim escrevemos, não significava estarmos advogando aquela situação antipática e fria, caricaturada pela conhecida frase: "Magister dixit". No contexto da nossa afirmativa, queríamos simplesmente ressaltar a ordem extrínseca, o esquema necessário à realização de uma aula bem dada.

No que tange ao "espírito" da aula (e a transmissão e a recepção do conhecimento são atividades do espírito), ensinam-nos Aristóteles e mais ainda São Tomás de Aquino que o ato de aprender é eminentemente ativo; o aluno não se comporta à semelhança de um pedaço de cera que recebe passiva-

mente a impressão do modelo. E mais: o professor deve agir de modo análogo ao do médico, ou seja: estimulando, cooperando com a natureza, porquanto a inteligência do aluno é naturalmente proporcionada ao conhecimento. O aluno elabora interiormente os dados recebidos, compara-os com outros conhecimentos, analisa, sintetiza, assimila e por fim sente a alegria própria de ter-se apossado do novo conhecimento como coisa realmente sua! O professor (isto é, o professor autêntico) não impõe a sua verdade, porém, sim, facilita ao aluno o encontro da verdade.

Esse papel de guia, de cooperador com a natureza, desempenhado pelo professor, tem várias gradações. Os educadores costumam apresentar-nos o seguinte gráfico: no eixo das ordenadas temos registradas a "intensidade do trabalho e da iniciativa do professor ou do aluno", conforme a curva considerada; no eixo das abscissas, temos uma escala de "tempo" ou melhor dizendo "de escolaridade", começando com o jardim de infância, próximo à origem dos eixos, e crescendo à direita, até os cursos de pós-doutoramento. A curva correspondente ao aluno é uma curva ascendente, derivada positiva; a correspondente ao professor é descendente, derivada negativa. Em síntese: à medida que os anos passam e o nível de escolaridade aumenta, retrai-se o mestre, reduz-se sua influência, o seu trabalho, ao mesmo tempo que cresce o trabalho, a iniciativa do aluno, ganhando este mais e mais autono-



mia, mais e mais confiança em si próprio.

Por razões semelhantes, em nosso artigo anteriormente citado (in "A Defesa Nacional" op. cit.) fazíamos (e fazemos) restrições ao preparo dos candidatos pelas próprias escolas a que eles se destinam, mormente quando eles já devem ter atingido a plena maturidade estando, portanto, capazes de organizar seu próprio trabalho intelectual, sem a ação "paternal" de um outro. Aplica-se, no caso, a "lei das duas curvas" representada pelo gráfico supra referido. Isso é tanto mais importante quanto mais o futuro aluno se destinar a

funções administrativas que lhe exigirão grande poder de análise, maior ainda de síntese, e enorme capacidade de apreciar fatos complexos, deles sabendo inferir a conclusão mais acertada!

O leitor poderá, talvez, achar que, ressaltando a natureza eminentemente ativa do processo da aprendizagem, estejamos diminuindo o papel do professor. De forma nenhuma; mesmo nos casos em que o aluno esteja bem adiantado em anos e em escolaridade, a presença do professor é *essencial*. Será ele *sempre* o companheiro mais antigo e mais experiente, será a voz amiga que encoraja nas difi-

culdades pois já as enfrentou ele mesmo, será o apoio humano e solidário, garantia do fraternal diálogo de que tanto precisava o pobre Robinson Cruzoé em sua ilha deserta! (lembramo-nos de Arquimedes, correndo pelas ruas de Siracusa, a gritar, *para que todos o ouvissem*,: EUREKA!). Não se poderá entender o binômio mestre-aluno sem aceitar como natural e nobre a sociabilidade humana (que nos desculpem os êmulos confessos ou ocultos de Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Marx, Sartre e de outros pessimistas!)

UM TODO ORGÂNICO, NÃO UM SOMATÓRIO DE ATIVIDADES

Qualquer escola, desde o mais humilde grupo escolar de subúrbio até a mais complexa e sofisticada universidade, apresenta um rol de problemas envolvendo assuntos logísticos e de pessoal *não* ligados diretamente às atividades próprias do estabelecimento. Obviamente, tais problemas não poderiam ser esquecidos pelos responsáveis pela administração da escola, nem teríamos, nesse artigo, a menor intenção de minimizar a importância das chamadas "atividades-meio". Entretanto (pelo menos assim nos parece), mesmo não esquecendo nem minimizando as atividades-meio, a administração escolar pode tomar uma de duas possíveis posturas com respeito ao modo de resolver os referidos problemas, posturas essas que a seguir pretendemos mais ou menos esquematizar.

A primeira postura será aquela que vê a vida escolar como um "somatório-de-atividades". Nesse caso, os problemas da escola vão sendo todos resolvidos de modo seqüencial, à maneira dos computadores digitais, cada problema na sua hora, corretamente, honestamente, sem estabelecer outra hierarquia que não seja aquela imposta pela natural urgência, decorrente dos tempos disponíveis, para cumprir tais ou quais planejamentos de curto e, às vezes, de médio prazo.

A segunda postura é aquela que vê a escola como *um todo orgânico*, algo que tem um espírito, uma alma, alma essa que *não* pode envergonhar-se de ser, antes de mais nada, *intelectual*; um todo orgânico consciente de sua identidade e plenamente lúcido quanto aos fins precípuos da escola *em geral*, e de sua escola, *em particular*. Esta segunda postura revela uma filosofia educacional vivida em *todos* os momentos da vida escolar, e *jamais* deixa de enxergar a correta hierarquia: as atividades-fim sobrepondo-se às atividades-meio.

O SENTIDO EDUCACIONAL

Tudo o que acima escrevemos sobre os aspectos sensíveis da escola, sobre o ensino formal e a pesquisa, sobre o valor do conhecimento e o papel do professor pode ser sintetizado por nós afirmando que a escola (mesmo aceitando a singela definição dos dicionários) tem um sentido que transborda daquele conceito: o sentido educacional.

O próprio conhecimento, cujo valor procuramos mais uma vez enfatizar, pode ter esse valor corrompido se os egressos das escolas perderem de vista as soberanas exigências oriundas da vocação transcendente do ser humano. Para verificar até que ponto pode conduzir o desvio, basta lembrar os horrores do nazismo, recentemente exibidos nos filmes da televisão; tais horrores nasceram e foram alimentados em país herdeiro de longa tradição cultural, país possuidor de seculares e respeitáveis universidades. . . Quando o homem se esquece do *Reino*, pode acabar escravo do Reich. . . Em outras palavras o próprio conhecimento *não* tem um valor absoluto.

Esse é o motivo fundamental que torna inaceitável a generalizada introdução dos chamados "cursos profissionalizantes" no ensino do segundo grau. É claro que a sociedade precisa de um grande número de técnicos de nível médio; esse pessoal, entretanto, pode ser preparado por escolas de comprovada eficiência tais como as do SENAI e do SENAC. Outro motivo para a contra-indicação é de ordem prática: pouquíssimos colégios dispõem de recursos em pessoal e em material adequados ao cumprimento daquele encargo defendido pelos pragmáticos. Por isso, ousamos afirmar que uma das missões da escola, de qualquer escola, talvez seja a de imprimir um sentido educacional à formação do aluno, de tal modo que, *humildemente* apoiado nos conhecimentos adquiridos, ele possa partir para a gran-

de aventura da vida, em busca do ABSOLUTO!

Os pragmáticos costumam, nesta hora, retrucar dizendo que a escola deve "preparar para a vida" e, por esse motivo, o ensino deve ser prático, voltado para as realidades do dia-a-dia, ensino "engajado". . . Lembram, entre outras frases semelhantes, que "a Universidade não deve se fechar em torre de marfim", que "ela deve ligar-se ao povo, aos interesses da sociedade". . . Falta aos pragmáticos aquela perspicácia de ORTEGA Y GASSET quando, explicando-nos a solução adotada pela Inglaterra para formar seus líderes, advertia-nos contra o erro pedagógico da educação "instrumental":

"A história é permanente inquietação e mudança ("inquietação e cambio") de tal modo que, se se educar um rapaz preparando-o concretamente para a vida tal qual é hoje, quando ele chega à adultez verifica que a vida tem já outra figura. E quanto mais praticamente preparado estivesse para a anterior, mais desajustado estaria para aquela em que tem de viver e de atuar. É isto que tenho chamado o anacronismo construtivo da pedagogia usual". ("Una interpretación de la Historia Universal", Madrid - 1960).

A indiscutível rapidez das transformações tecnológicas pode fazer com que mesmo os melhores estudantes cheguem rapidamente a um estado de obsolescência profissional, tornando-se frustrados (quando não chegando até a amarga situação do desemprego...). Motivo pelo qual é muito mais importante

a formação do *homem* do que o mero preparo do *especialista*. Não estamos, aqui, advogando a formação de um diletante, incapaz de realizar qualquer tarefa útil; defendemos, sim, a educação integral que torna o aluno uma *pessoa*, isto é, muito mais que um limitado portador deste ou daquele diploma garantidor da rotina auto-suficiente, porém incapaz de criatividade e de adaptação às dinâmicas mudanças da sociedade moderna e, menos do que isso, incapaz de atuar com generosidade e eficácia em favor do Bem Comum.

Ao falar em Bem Comum, é sempre bom lembrar que tal conceito só tem consistência se for antes respondida corretamente a pergunta básica:

— “Qual a finalidade do ser humano?”

A resposta a essa pergunta permite responder também à questão primordial da pedagogia:

“Educar para quê?”

O sentido educacional deve ser um vetor que, embora passando pelos legítimos objetivos secundários, esteja com sua porta dirigida para um objetivo *final*. O educador autêntico — esteja ele trabalhando com ingênuas crianças do curso primário ou lidando com jovens e altivos universitários — deve lembrar-se sempre do arquétipo desejável. Sem o modelo à vista, a educação transforma-se em um ativismo agitado, às vezes confuso, cansativo e sem segurança; o afinamento é um tipo de suicídio educacional. Depois nos admiramos de que tantos rapazes e moças des-cambem para os caminhos desola-

dos e sombrios do vício ou da revolta...

Tais problemas não se resolvem apenas com o aumento de verbas, bolsas e construção de novas escolas. Devem ser resolvidos, antes de mais nada, mediante uma firme política educacional que esteja inspirada pelo princípio da *finalidade*, definido por uma filosofia em que a ética esteja subordinada à metafísica, e esta, por sua vez, fique subordinada a valores mais altos. Sem obedecer a essa hierarquia, a ética transforma-se em moralismo acomodado e burguês...

CONCLUSÃO

Numa época tão machucada pelos estigmas da pressa e do pragmatismo, tão atordoada pela propaganda do triunfo, do “status” — não é cômodo nem fácil escrever sobre tema ligado à educação. Entretanto, e talvez por isso mesmo, julgamos oportuno fazê-lo. Acreditamos, cada vez mais, que a educação é sempre um tema estratégico e, como tal, digno de figurar em uma revista cujo sugestivo título é: “A Defesa Nacional”.

Para terminar, lembramos uma possível objeção aos ideais propostos neste artigo, qual seja: tais ideais (segundo o hipotéticopositor) seriam adequados apenas a países inteiramente desenvolvidos, mais ricos e/ou bem mais antigos que o nosso. Não aceitamos o valor dessa objeção pelo mesmo motivo que julgamos absurda e inaceitável a proposta dos socialistas e dos comunistas, isto é, aquela fantástica proposta de que espere-mos, num futuro nebuloso e dis-

tante, uma época irreal e abstrata de paz, harmonia e bem-estar geral. O autêntico processo educativo também não pode admitir essa transferência de responsabilidade que atribui ao tempo um estranho poder miraculoso...

O processo educativo tem que se basear em opções fundamentais feitas "hic et nunc", escolhas que definem uma inteira filosofia de vida, do tipo SIM-SIM ou NÃO-NÃO! Tais opções têm que ser permanentemente enfrentadas e reassumidas. Mesmo países ricos e desenvolvidos (vide o caso lúgubre da Alemanha nazista. . .) ou de cultura milenar (vide o caso da antiga e grande nação oriental que acabou transformada no enorme "colégio-internato" da

Ásia. . .) podem, em qualquer época, fazer uma opção errada.

Aqueles que acreditam na perfeição *automática* do ser humano, como se ela decorresse *naturalmente* do fluir dos anos, dos séculos, deveriam parar e observar com *atenção* fatos contemporâneos, tais como: os aviões de passageiros que explodem em pleno ar devido a bombas terroristas, a internação forçada de pessoas sadias nos hospitais psiquiátricos da Rússia, os crimes monstruosos que ocorrem mesmo nas chamadas "nações afluentes" do mundo moderno. . . Talvez uma atenta observação desses fatos possa tocar o fundo de um crença na "fé naturalista", fazendo-o refletir melhor no terrível peso da liberdade humana.

RETIFICAÇÃO NECESSÁRIA — No artigo "INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO", publicado em "A Defesa Nacional" nº 714 — Jul/Ago 84 (ver pág. 60, op. cit.), traduzimos erroneamente a expressão latina "ALMA MATER" por "alma mãe". A tradução correta é: "mãe nutriente". A presente retificação não altera, de forma alguma, a substância do que escrevemos, no texto referido, sobre o papel de formadora de líderes que a Universidade deve representar no contexto cultural de um país livre e democrático. Entretanto pedimos aos leitores desta revista que revejam o artigo citado corrigindo a expressão traduzida.

Agradecemos, outrossim, a nosso amigo Dom IRENEU PENNA O.S.B. por haver-nos, fraternalmente, apontado o erro cometido.



O Cel ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Alunos do Instituto Militar de Engenharia (IME).



DECISÕES ESTRATÉGICAS DA 2ª GUERRA MUNDIAL

Airton Ronaldo Longo

INTRODUÇÃO

A determinação dos objetivos militares e a implementação de uma estratégia militar são condicionadas pela influência de fatores psicossociais, pelas perspectivas do pós-guerra e pela capacidade econômica e tecnológica dos beligerantes.

Este trabalho, elaborado durante o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, procurou ilustrar algumas dessas idéias, acentuando a relação entre política e estratégia através da análise de decisões adotadas pelas potências do Eixo.

Para tanto, o autor procurou inicialmente correlacionar política e estratégia e mostrar como os interesses e os objetivos de um Estado podem levá-lo à guerra. Em seguida, foram discutidas:

- a decisão alemã de invadir a Noruega e a Dinamarca, em 1940.
- a decisão japonesa de entrar na guerra, em 1941.

— as razões e o significado político e estratégico da contra-ofensiva alemã nas Ardenas, em 1944.

Finalmente, o trabalho contempla uma breve conclusão.

Política e estratégia — Os limites da política e da estratégia são tênues e nem sempre bem definidos. Beaufre via a estratégia como o nível intermediário entre a grande política e a tática (7:52). Seria a engrenagem que permitiria ordenar o emprego da força a fim de atingir os fins fixados pela política; ou seja, a política fixaria os objetivos — o que fazer — enquanto que a estratégia mostraria o caminho para alcançá-los — como fazer. Liddell Hart definiu estratégia como "a arte de distribuir

e aplicar os meios militares para atingir os fins da política" (9:406). Embora considerando, praticamente, política como sinônimo de "grande estratégia", Hart assinala que a esta compete a direção da guerra e à política a definição de seu objetivo. Enquanto o horizonte da estratégia é limitado pela guerra, a "grande estratégia" preocupa-se com os problemas futuros, isto é, com a paz subsequente. Deste modo, a estratégia pura seria a estratégia militar. Com outra visão, Ludendorff chegava ao ponto de exigir que a estratégia controlasse a política.

Não haveria porque diferenciar a estratégia da política se uma só pessoa as conduzisse, conforme ocorreu com Napoleão e Frederico, o Grande. Hitler, "centralizando o exercício das funções da estratégia e da grande estratégia" (9:276), gozou das vantagens auferidas por aqueles personagens, assim como delas desfrutaram Alexandre e Cesar, no mundo antigo. Sua ação individual à frente de uma potência como a Alemanha viria abalar a política internacional. O militarismo japonês, em certa fase, chegou a assemelhar o Japão à Alemanha de Hitler.

A política não deixa de ser uma tomada de decisão para a fixação de objetivos que consubstanciam os interesses e aspirações nacionais (6:76). A maneira como as nações procuram suprir suas faltas para atingir seus objetivos gera, por vezes, oposições. Assim, as relações internacionais são dinâmicas e continuamente envolvem os interesses, os objetivos e os poderes

dos Estados. Objetivos a manter ou conquistar, interesses a negociar ou trocar e poder, para desenvolver ou resistir a pressões. Entre os objetivos, os de mais difícil conciliação são os relativos à soberania nacional. Por sua vez, os interesses econômicos não sedimentados em termos aceitáveis geram antagonismos. Todos eles podem levar ao confronto e à utilização do poder. Estes eram os ingredientes presentes na Alemanha do pós 1ª Guerra Mundial e na política expansionista de Hitler. As invasões da Noruega e Dinamarca foram uma peça nesta engrenagem e a contra-ofensiva nas Ardenas uma desesperada tentativa para mudar a situação. Da mesma forma, o Japão buscava o objetivo político de supremacia na Ásia, procurando, onde fosse possível, os suprimentos necessários e essenciais à manutenção de seu poder. A pressão econômica desencadeada pelos Estados Unidos da América (EUA) levou o Japão a atacar Pearl Harbour.

A decisão alemã de invadir a Noruega e a Dinamarca, em 1940 — Esta decisão foi tomada por Hitler, como Chefe de Estado, e também como Comandante-Chefe das Forças Armadas. A decisão contrariou a opinião de suas forças mas a operação revestiu-se de um sucesso estrondoso. Apesar disso, a Marinha perdeu vários navios e grande contingente do Exército ficou imobilizado na Escandinávia até o final da guerra. Embora sem recursos para aproveitar as posições conquistadas, os alemães deixaram os EUA e a Inglaterra diante de uma ameaça estratégica,

pois, teoricamente, poderiam vir a atuar além da Europa continental.

Anos antes, quando Hitler ainda discutia as circunstâncias que poderiam levar a Alemanha a uma grande guerra, a Escandinávia era considerada um objetivo a conquistar, a fim de proporcionar uma posição estratégica vantajosa e melhor poder negociar a paz. A invasão da Noruega, no entanto, não foi premeditada. Quando da invasão da Polônia, Hitler fora favorável à preservação da neutralidade dos países escandinavos, assegurando, assim, o abastecimento de minério de ferro sueco, indispensável ao seu desenvolvimento industrial e militar. Foi o exame de medidas a serem tomadas para a eventualidade de ter de levar até o final a guerra contra a França e Inglaterra, aliadas da Polônia, que despertou o interesse do Almirante Raeder e de setores da Marinha em ter bases mais ao norte. Elas seriam úteis para os submarinos. Todavia, o Estado-Maior da Armada (EMA), por achar que as bases só serviriam para a Marinha que a Alemanha viria a ter em 1945, era contrário à invasão da Noruega, opinião compartilhada pelo Exército. Tal operação, além de muito difícil, faria com que a indústria trabalhasse somente para o Exército, o que levaria à paralisação da construção de submarinos. Era esperado que, em caso de guerra, a Inglaterra bloqueasse o Canal da Mancha e procurasse fechar a saída setentrional do Mar do Norte. Neste caso, seria necessário encontrar um caminho livre para sair daquele mar. Por sua vez, a Mari-

nha não se considerava preparada para defender seu tráfego de minério. Na verdade, o EMA considerava a operação na Escandinávia uma aventura perigosa, estratégica e economicamente. Havia, assim, um conflito envolvendo interesses ou problemas econômicos, tecnológicos, militares e psicossociais, indicando que a política de neutralidade com relação à Noruega não contemplava todos os interesses estratégicos alemães naquela região.

Foi o ataque soviético à Finlândia que permitiu aos alemães vislumbrarem a possibilidade de intervenção aliada em auxílio aos finlandeses, o que poderia exigir a ocupação de portos da Noruega. Hitler continuava voltado para a intervenção no oeste, mas, finalmente, decidiu empreender a invasão da Noruega. No curso dos planejamentos, voltou a ter problemas na esfera psicossocial, devido aos "melindres" e orgulhos pessoais feridos, por não terem o Alto-Comando do Exército e da Força Aérea participado, até então, dos planejamentos específicos para a operação.

A operação era ousada, compreendendo uma série de golpes executados ao mesmo tempo contra os principais portos da Noruega. Para isto, os navios seriam fundamentais, devido ao pequeno raio de ação dos transportes aéreos. Assim, pequenas expedições marítimas, com apoio da Força Aérea, realizariam a empreitada. Tornou-se evidente a necessidade de obtenção de posições na Dinamarca. Na verdade, elas servi-

ram de base para aeronaves que apoiaram as operações na Noruega, aumentando seu raio de ação. Desta forma, mais uma vez, a capacidade tecnológica ajudava a escolher os objetivos militares.

A decisão política fora tomada por Hitler e sua diretriz para a invasão tinha como objetivos estratégicos "antecipar-se à intervenção britânica na Escandinávia e no Báltico, proporcionar segurança às fontes de minério sueco e fornecer bases avançadas à Marinha e à Força Aérea para ataques contra as Ilhas Britânicas" (8:77). O caminho seria preparado por simpatizantes e a operação, de natureza pacífica e de surpresa, admitia dar proteção aos dois países contra a invasão de outras potências. A força seria usada se necessário. Os meios empregados foram parcimoniosamente distribuídos, visto que os alemães também se preparavam para atacar o oeste. Não obstante, a estratégia traçada permitiu integralmente alcançar os objetivos fixados.

A decisão japonesa de entrar na guerra em 1941 — Encarada isoladamente, a decisão japonesa de entrar na 2ª Guerra Mundial não era totalmente irrealística para a época, mas desprezava a reação norte-americana ao ataque a Pearl Harbour e a recusa dos EUA em empreender uma guerra limitada. Assim, incorreu em um erro que vem se repetindo na história da humanidade e que já levou ao insucesso vários Estados, ou seja, a não avaliação correta de todas as possibilidades do inimigo. Talvez

seu primeiro erro tenha sido a invasão da Manchúria, em 1931, que desencadeou a onda de agressões que resultou na 2ª Guerra Mundial. Vista de uma maneira global e de uma posição posterior, pode ser encarada como um ato de "suprema loucura" (8:117). O Almirante Yamamoto escreveu em suas memórias que não seria suficiente "conquistar Guam e Filipinas, nem mesmo o Havaí e São Francisco." Ele advertira seus pares que, para conseguir a vitória, "teriam que marchar sobre Washington e assinar o tratado na Casa Branca" (8:118). Na verdade, a decisão japonesa em favor da guerra foi o resultado de uma convicção de seus líderes militares, de que as medidas econômicas impostas pelos norte-americanos e a política dos EUA na China pretendiam reduzir o Japão a uma posição de importância secundária.

O exército dominou a vida política do Japão, transformando o seu programa na política oficial do Governo. O programa previa: expansão para o sudeste, objetivando assegurar bases e matérias-primas para tornar o país economicamente forte e auto-suficiente, fortalecimento das Forças Armadas, desenvolvimento das indústrias bélicas vitais, melhoria dos transportes aéreos e marítimos e posição firme na Ásia, ou seja, a conquista da China. A implementação desta política preparou o país para a guerra. Apesar disso, os planos militares eram defensivos e não prescreviam ações contra as potências ocidentais. Mas, em 1937, o Japão invadiu a China. A inquietação nor-

te-americana com o crescente poderio naval e aéreo japonês e com a agressão à China aumentou, pouco a pouco, a guerra econômica dos EUA contra o Japão.

Foi com a conquista pela Alemanha de boa parte da Europa ocidental que o Japão vislumbrou o caminho da expansão, através dos impérios inglês, francês e holandês, em desagregação, onde existia o petróleo, a borracha e a bauxita de que necessitava. Com objetivos militares mais bem definidos, o Japão ocupou a Indochina. Em decorrência, o Presidente Roosevelt congelou os bens japoneses nos EUA.

Do exame das alternativas para levar a guerra mais para o sul, surgiu o primeiro plano estratégico para operações ofensivas. Contemplava ataques simultâneos contra Filipinas e Malaia, seguidos de avanços para as Índias. O plano geral de guerra tinha como objetivo imediato as ricas possessões inglesas e holandesas no sudeste da Ásia. A maior ameaça era a esquadra norte-americana de Pearl Harbour, que os japoneses esperavam eliminar com o ataque concebido por Yamamoto. A destruição das forças dos EUA nas Filipinas e a conquista de Wake e Guam permitiriam a ocupação de posições estratégicas na Ásia e no Pacífico, formando um poderoso perímetro defensivo. A conquista da região daria ao Japão o controle sobre os recursos e atenderia os objetivos nacionais que o estavam levando à guerra. Dessa posição, os japoneses esperavam negociar uma

acomodação que lhes fosse favorável.

No campo psicossocial, a situação não foi tranqüila. Havia desavenças entre o Exército, mais ávido defensor da aventura, e a Marinha, menos entusiasmada e mais ciente do poderio dos EUA. Por seu turno, o Imperador e os diplomatas tentaram refrear o ímpeto do Exército. Por outro lado, o Gabinete passou por crises. O Príncipe Konoye era defensor de uma política menos agressiva, e para ele, o sucesso das negociações com os EUA exigia fazer concessões na China. A oposição do General Tojo, Ministro da Guerra, praticamente obrigou Konoye a renunciar. A solução para o problema colocou Tojo como Primeiro Ministro. Assim, o Japão se aproximou da Alemanha de Hitler. Na verdade, o destino do país ficou nas mãos dos generais e, mais tarde, os ministros e chefes de Estado-Maior decidiram, por unanimidade, se colocar a favor da guerra contra os EUA, Inglaterra e Holanda.

Identificados os objetivos de uma política expansionista, a estratégia concebida permitiu, momentaneamente, a consecução plena daqueles objetivos. A tecnologia consubstanciada pelos submarinos, navios aeródromos e aeronaves e a capacidade de adestrar e ensaiar uma operação de tal envergadura fizeram do evento uma grande surpresa estratégica. A realização de ataques aéreos a grandes distâncias representou uma estrondosa vitória tecnológica e um marco na História. Significou um au-

dacioso ataque aeronaval a Pearl Harbour e um ataque aéreo às Filipinas, a partir de Formosa. Significou também o princípio do fim do Japão ante o potencial industrial norte-americano.

As razões e o significado político e estratégico da contra-ofensiva alemã nas Ardenas em 1944 — Foi de Hitler a decisão de lançar a ofensiva nas Ardenas, desprezando a opinião de seus assessores militares. Os objetivos fixados eram tão ambiciosos que uma operação que podia ser estritamente tática tornou-se uma funesta decisão estratégica. O fato de engajar as últimas reservas de homens e material deu à operação um caráter decisivo e um significado político marcante, em face de suas repercussões sobre o desenlace final da guerra. A empreitada, no entanto, causou uma surpresa total, detendo, momentaneamente, a ofensiva dos aliados e fazendo um elevado número de baixas.

As razões e as origens da idéia de uma contra-ofensiva se relacionam com as preocupações de Hitler com a conspiração e atentado contra sua vida e com os planos para conter a ruptura aliada em Avranches. Os insucessos nas tentativas para deter o avanço dos aliados despertaram a determinação de infligir-lhes uma derrota fraquosa, que pudesse fazer o resultado final da guerra pender a favor dos alemães. Desta forma, mesmo se defendendo, Hitler não se ateu a uma estratégia defensiva. Ele necessitava obter um sucesso decisivo e uma vitória na

frente oeste acarretaria um grande impacto. Talvez a opinião pública dos EUA exigisse a saída norte-americana da Europa.

Assim, a missão da operação decretada por Hitler previa destruir as forças inimigas ao norte da linha Antuérpia-Bruxelas-Luxemburgo. O objetivo era conquistar a Antuérpia. Enquanto os aliados viviam um clima de vitória, os alemães, para realizarem a operação, empreenderam grande concentração de tropas, combustíveis, munição e aeronaves de apoio. Além disso, reequiparam as forças com novos carros de combate, selecionaram uma região montanhosa e com florestas para a operação e, para se protegerem da força aérea aliada, lançaram o ataque com a proteção de nevoeiro e chuvas. A operação realizada com surpresa não colheu os resultados esperados.

Estrategicamente, o insucesso da contra-ofensiva nas Ardenas deixou grandes seqüelas: desequilibrizou as forças alemãs no teatro oeste e enfraqueceu o teatro leste, por não ter este recebido reforços e suprimentos durante vários meses. Conseqüentemente, os soviéticos conquistaram um bolsão e chegaram às proximidades de Berlim, além do que deixaram grande parte das tropas alemãs isoladas, quer no norte, quer no sul, sem possibilidade de influir no resultado das batalhas. Politicamente, a decisão da ofensiva apressou a derrota final da Alemanha e facilitou o domínio soviético na Europa oriental.

CONCLUSÃO

Rememorando os acontecimentos enfocados, verifica-se que as campanhas foram cuidadosamente preparadas. Direta ou indiretamente, o Japão e a Alemanha consideraram as possibilidades no pós-guerra. O perímetro defensivo japonês, as posições conquistadas na Noruega e Dinamarca e a tentativa desesperada de Hitler de recuperar posições no final da guerra bem permitem inferir esta intenção. As posições conquistadas, tanto na Ásia e no Pacífico, quanto na Europa, proporcionaram a manutenção do fluxo de matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento industrial e militar dos dois países, atendendo, também, os interesses econômicos. Além disso, os japoneses procuraram isolar os EUA e os alemães, se não puderam usufruir completamente das posições conquistadas, negaram a sua posse à Inglaterra. As operações na Europa utilizaram-se dos meios que a tecnologia alemã permitia: navios para desembarque nos diferentes portos e aeronaves para o apoio aéreo. Neste aspecto, tornou-se necessária a conquista da Dinamarca, para permitir o apoio aéreo às operações no norte da Noruega e o domínio do Báltico. Na Ásia, verificou-se um verdadeiro avanço tecnológico com o emprego combinado dos meios navais e aéreos, permitindo ataque de longa distância e demonstrando as possibilidades da aviação embarcada, quando bem empregada e adestrada. Para todas as operações, a surpresa foi fundamental.

No campo psicossocial, pode-se constatar importantes ocorrências. Hitler e seus oficiais gerais nem sempre se entenderam e nas duas operações aqui discutidas Hitler, por vezes, não seguiu seus conselhos. Por outro lado, utilizou-se favoravelmente de simpatizantes, nos locais onde ia empreender suas campanhas. Também no lado japonês, ocorreram desavenças nos altos escalões e ficou patenteada a diferença de pensamento entre um príncipe e um general japonês. Nos dois países, o desenvolvimento militar e industrial, particularmente da indústria bélica, propiciou condições favoráveis no psicossocial da população.

Hitler chamou a si a política do Estado e a estratégia militar. Isto lhe dava a oportunidade de poder preparar e desenvolver os meios para a tarefa que tinha em vista. O Japão, igualmente, fez do programa do Exército a política do Estado e, na hora de decidir sobre o fazer a guerra, o Ministro da Guerra ascendeu a Primeiro Ministro. Assim, ficou mais fácil o como fazê-la. Ambos os países procuraram alcançar posições que lhes permitissem, no futuro, negociar com vantagem. Esta postura, levada ao exagero irresponsável, foi funesta para os dois mas vem fazendo "escala" até os dias de hoje. Talvez o regime militarista e o acúmulo das funções de Chefe de Estado, ligado à política, e de formulador da estratégia militar, levem a isto. A estratégia alemã fez seus soldados ficarem isolados na Escandinávia e ao norte e ao sul do teatro leste europeu, facilitando a vitória alia-

da. Enquanto os alemães alegaram a prestação de auxílio para ocupar países neutros, os japoneses se escudaram nas pressões econômicas dos EUA para desenvolver sua política expansionista.

De fato, o sucesso de uma operação depende muito da ousadia e da surpresa, combinadas com a falta de preparo e indecisão do inimigo. Destas circunstâncias se aproveitaram o Japão, no ataque na Ásia e no Pacífico, e a Alemanha, na invasão da Noruega e da Dinamarca e na contra-ofensiva nas Ardenas.

Embora os elementos acima mencionados possam vencer campanhas, não foram suficientes para vencer uma guerra.

BIBLIOGRAFIA

- AGAWA, Hiroyuki. *Yamamoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1967.
- BELOT, R. de. *A guerra aeronaval no Pacífico (1941-1945)*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record.
- ———. *A guerra aeronaval no Atlântico (1939-1945)*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215A. *Guia para a elaboração de teses e monografias*. Rio de Janeiro, 1981.
- ———. FI-219. *Guia para elaboração de referências bibliográficas*. Rio de Janeiro, 1981.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos da Doutrina*. Rio de Janeiro, 1981.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delimitamentos de Estratégia*. Ioes, 1980.
- ESTADOS UNIDOS, Exército. *As grandes decisões estratégicas (II Guerra Mundial)*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército-Editora, 1977.
- HART, B. H. Liddell. *As grandes guerras da história*. 2ª ed. São Paulo, Ibrasa, 1967.
- ———. *The german general talks*. New York, William Morrow & Co., 1948.
- SNYDER, Louis L. *La guerra 1939-1945*. Barcelona, Ediciones Martines Roca, 1960.
- THOMPSON, David. *Pequena história do mundo contemporâneo*. 3ª ed. São Paulo, Zahar, 1973.
- WESTPHAL, Siegfried. *Batallas cruciales de la Segunda Guerra Mundial*. Barcelona. Luis de Caralt, 1957.
- WINTERBOTHAM, F. S. *Enigma o segredo de Hitler*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército-Editora, 1978.
- WOHLSTETTER, Roberta. *Cuba and Pearl Harbour; hindsight and foresight*. Santa Monica, The Rand Corporation, 1965.



O CMG AIRTON RONALDO LONGO foi encarregado das Divisões de Informações de Combate e de Eletrônica do Navio-Aeródromo "MINAS GERAIS". Foi instrutor e encarregado do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Eletrônica da Marinha. Comandou o Navio-Patrolha "PIRAQUÊ" e o Reboador "TRITÃO". Serviu nas Diretorias de Eletrônica e de Pessoal Militar da Marinha. Trabalhou nas subchefias de Planejamento Administrativo, de Estratégia e de Organização do Estado-Maior da Armada e no Estado-Maior do Comandante da Esquadra do Atlântico da Marinha dos EUA. Foi membro da Delegação Brasileira à III Conferência da ONU sobre Direito do Mar. Possui os Cursos de Eletrônica, de Comando e Estado-Maior, de Política e Estratégia Marítima e de Administração de Empresas.

**Fiattallis.
Com a mais
moderna e
completa linha
de máquinas,
faz muito mais.**

Nivela por cima a qualidade dos seus produtos.

Para isso ela teve que se transformar na fábrica mais bem equipada da América Latina.



Carrega a responsabilidade de ser a melhor.

Assistência técnica espalhada por todo o país e rápida reposição de peças.



Dá a maior força para o pessoal do campo.

Para um país com vocação agrícola, nada melhor do que o talento da Fiatallis.



Cria empregos para os trabalhadores brasileiros.

No Brasil, gera milhares de empregos diretos e indiretos, entre operadores, mecânicos, técnicos e engenheiros.



FIATALLIS

Encontre uma concessionária Fiatallis. Ela pode fazer por você muito mais do que você imagina.



35 ANOS EM NOSSA TERRA.



CAMARADAGEM

Peter Kurt Würzbach

*"Eu tinha um camarada..."
Uma canção que diz mais do
que mil palavras*

Numa coletividade há necessidade de camaradagem e quanto mais se é instruído, mais a sério é preciso levá-la em conta.

Por esta razão, no § 12, do Regulamento Militar, está escrito: "A coesão da *Bundeswehr*¹ repousa basicamente na camaradagem. Ela obriga a todos os militares respeitar a dignidade, a honra e o direito dos camaradas, para que se faça sentir em casos de necessidade e de perigo. Isto inclui o respeito, a consideração e a estima mútuos, frente aos olhares estranhos."

Sempre que se pergunta a um militar de outrora ou de hoje, o que ele em dias críticos ou em mo-

mentos de perigo necessita para manter a coragem, a força moral e a esperança, obtém-se como resposta uma palavra que no linguajar do cotidiano não é ouvida com a frequência com que é pronunciada no meio militar: Camaradagem.

Na verdade lembramo-nos da infância e dos tempos de escola, quando *brincávamos de camarada* ou tínhamos camarada. Mas, à medida em que ficamos adultos ou mais velhos, a palavra camarada ou camaradagem vai-se tornando mais rara no vocabulário de muitos.

Senão vejamos: entre os desportistas, principalmente os das velhas gerações, fala-se alegremente e em tom mais suave do *jogo camaradas*. Mas à medida em que os desportos vão sendo comercializados e os atletas se profissiona-

¹ N.T. Termo que define as 3 Forças Singulares. Substitui a palavra *Wehrmacht*, após a 2ª Guerra Mundial.

Ich hatt' einen Kameraden



1. Ich hatt' ei-nen Ka-me-ra-den, ei-nen bes-tern findst du



nit. Die Trom-mel schlug zum Strei-te; er ging an mei-ner-



Sei-te in glei-chem Schritt und Tritt, in glei-chem Schritt und Tritt.

2. Eine Kugel kam geflogen; gilt es mir oder gilt es dir? Ihn hat es weggerissen, er liegt mir vor den Füßen, als wär's ein Stück von mir.

3. Will mir die Hand noch reichen, derweil ich eben lad'. »Kann dir die Hand nicht geben; bleib du im ewgen Leben, mein guter Kamerad!«

Worte: Ludwig Uhland (1826)

Weise: Friedrich Silcher

lizando, a palavra camarada, no meio desportivo, vai paulatinamente desaparecendo. Os desportistas profissionais identificam-se, via de regra, como colegas, porque eles se dedicam a um negócio bem remunerado.

Mais tarde, durante o período de instrução militar básica, ela surge novamente: os superiores dizem aos subordinados que eles devem desenvolver a camaradagem entre si. O comandante da subunidade programa instruções para os jovens recrutas, com uma seriedade incompreensível para eles, sobre camaradagem, quer queiram ou não,

submeter-se a ela, invocando para isso também o Regulamento.

Devido à convivência na família militar, onde o jovem se depara por toda a parte com *cantos e becos*, porque tudo é novo, não acostumado e estranho, convive com os outros, no alojamento, na seção, no pelotão e na subunidade com um até então desconhecido sentimento de coletividade.

Inicialmente, por meio de experimentada ajuda, sob pressão, consegue-se ficar paulatinamente mais forte e vê-se o surgimento de um tênue elo, que, após meditação,

só se pode denominar camaradagem.

Os militares são camaradas — bons, felizmente; ruins, somente se faltar aquele sentimento; de qualquer maneira eles estão unidos na vida e para a morte. Nisso, os conceitos soldado e camarada estão indissoluvelmente ligados; é inadmissível um sem o outro. Mesmo que alguém tente se opor a este fato, não poderá reprimí-lo ou desviá-lo.

Na vida castrense, a camaradagem significa honra, sentimento do dever e obediência, além de auxílio, proteção e superioridade — não para se prevalecer dela — mas sim, para equilibrar os mais fracos e fazê-los mais fortes. O peso dos sacrifícios é distribuído e dividido, razão pela qual a carga é reduzida à metade. Isso pode parecer uma banalidade, mas é bastante significativo.

Muitos podem ter no subconsciente a idéia de virem para a *Bundeswehr* e aí encontrar companheiros de infortúnio, com os quais se pode ir por *pau e pedra*, suportar as dificuldades com menos sacrifícios e dividir as alegrias e as tristezas; porque assim precisa ser, porque assim se deseja.

Muita gente, antes da *experiência soldado*, tem a impressão que a vida de uma tal comunidade é bastante árdua, porque o nosso sentimento de bem-estar, numa sociedade de consumo, parece considerar apenas o indivíduo como o único ser. Muitos que assim pensam imaginam e mesmo desejam que na vida militar seja a mesma coisa.

Por esta razão, no início da vida militar, muitos se surpreendem quando numa instrução é dito o que está claramente expresso no § 12 do Regulamento Militar:

“A coesão da *Bundeswehr* repousa basicamente na camaradagem. Ela obriga a todos os militares respeitar a dignidade, a honra e o direito dos camaradas, para que ela se faça sentir em casos de necessidade e de perigo. Isto inclui o respeito, a consideração e a estima mútuos, frente aos olhares estranhos.”

A interpretação deste parágrafo permite deduzir claramente do que se trata.

De início, numa vida jovem e talvez mimoseada, em determinados lugares, o egoísmo pode prevalecer sem que haja problemas de contrariedade; na vida militar, entretanto, se ele se fizer presente ou houver contrariedades, é preciso ajudar o camarada, independentemente de se gostar ou não de seu rosto.

A única coisa que conta, neste caso, é que alguém necessita de ajuda ou tem o direito ao respeito à sua individualidade ou à sua honra, como ser humano.

No relacionamento pessoal ou em conversas exige-se, por determinação regulamentar, uma tolerância que até então não foi tão intensamente vivida. A camaradagem tem um lugar de honra, não havendo alternativa para ela na vida militar, pois ela é um mandamento rígido, do qual ninguém pode se afastar, sob nenhum pretexto ou desculpa.

As palavras indicam-nos, muitas vezes, o caminho da coletividade, quando seguimos as trilhas do seu sentimento.

A palavra camarada vem do italiano *camerata*, que significa comunidade de alojamento, palavra em voga entre os mercenários italianos do Século XVI. Na Alemanha, esta palavra passou a ser conhecida a partir da Guerra dos 30 Anos².

Companheiro é uma palavra alemã que significa exatamente a mesma coisa. É a comunidade de uma sala. Camarada como companheiro são termos que primordialmente definem as pessoas que dividem a mesma moradia.

CORRESPONDÊNCIA

As virtudes militares — sim, elas existem! — não são totalmente divorciadas das virtudes do cidadão comum.

Com diferentes palavras do vernáculo pátrio, em diversos círculos de pessoas, no entanto, elas estão intimamente ligadas.

A camaradagem entre os militares tem um lugar de honra em todas as forças armadas, porque elas são comunidades onde imperam o risco de vida e a morte. Em outras comunidades, onde também existe o risco de vida, ela pode ser chamada por outro nome.

Em 1963, aconteceu um grave acidente numa mina de carvão, na cidade de Lengede. Milhões de pessoas viram pela televisão o salva-

mento, primeiro de três e, depois, de mais onze mineiros. Estes últimos estavam havia onze dias, sem alimentos; alguns estavam feridos. Todos, porém, tiveram que resistir numa *bolha de ar* de três metros por cinco. A probabilidade de serem encontrados e salvos não era grande.

Sob o título “O que Lengede ensinou aos soldados” foi escrito, naquela oportunidade, na revista *Informações para a Tropa*:

“Dentre os homens, surgem subitamente um ou dois que assumem a liderança. Liderança, no caso de mineiros soterrados, não significa ação, pois para eles nada há a fazer, senão esperar. Liderança aqui chama-se manutenção do moral e da esperança, evitar o desconforto e o pânico. Isso foi o que fizeram os mineiros Bernhard Wolter e Siegfried Ebeling. Numa situação aparentemente sem esperanças, eles sabiam que deviam estreitar os laços de camaradagem; esses mineiros atingiram o mais alto ponto que ao ser humano é permitido. Em outras palavras: submeteram-se à autoridade.

Emocionante foi o que ocorreu quando um microfone chegou até onde eles estavam e o *prisioneiro* Wolter falou: — Aqui é Wolter. Eu falo em nome de dez mineiros. — A liderança foi conduzida da forma mais simples e com união!”

Isso não teria sido possível se entre os companheiros não tivessem predominado a solidariedade na visão do perigo que ameaçava a todos.

A nota de destaque naquele grupo de homens foi que eles se

² (N.T.) A Guerra dos 30 Anos ocorreu entre 1618-1648.

aconchegaram sobre o chão pedregoso, com suas roupas molhadas, para se aquecerem mutuamente. Esta solidariedade, nós militares, chamamos de camaradagem.

NUM ALOJAMENTO DA BUNDESWEHR

Não é por acaso que o Professor Dr. Hans Dieter Bastian, no seu livro *Serviço Militar na Bundeswehr*, tenha dedicado um capítulo sob o título "Camaradas". Muitos conscritos, como Bastian, na *Bundeswehr*, entendem pela primeira vez a experiência de que "as coisas só andam junto". A camaradagem é um meio auxiliar da vida diária e na sobrevivência psicológica.

Um soldado de 21 anos, estudante de Jornalismo, é o autor de um capítulo do livro de Bastian, no qual diz, entre outras coisas:

"Alojamento 107 — De modo geral, um ambiente singelo. Duas janelas de alumínio, uma mesa com sete cadeiras, que são da mesma cor alaranjada dos sete armários fechados com cadeados e finalmente sete cama simples.

"Os amigos de contos, que aqui se encontram, podem estar tranquilos porque Septett, o pequenino herói dos contos de Grimm, não mora aqui, porque em nenhum lugar existem bonecos de neve.

"Contudo, o alojamento 107 está cheio de coisas que parecem estranhas: Ele acolhe seres humanos que, afora as pobres paredes deste alojamento, nada vêem além de uma simples troca de palavras

entre os seus ocupantes. Sete caracteres diversos, de diferentes lares, com idéias e noções próprias, que simplesmente nada têm a ver entre si.

"Camaradagem para eles é uma união necessária, pois, enfim, todos eles têm o mesmo problema. Nestes miseráveis 15 meses podia-se fazer uma porção de coisas mais agradáveis do que o serviço militar, num conjunto de música de jazz. Isso é válido também para o Hubert, que veio apenas para cumprir o seu tempo de conscrição, nesta triste situação econômica, justamente no momento em que ele conseguira um trabalho no setor de construções.

"Quem aí se isola e segue um caminho próprio, querendo permanecer individualista, dá rapidamente com os burros n'água. O que o glossário de termos militares da *Bundeswehr* chama de camaradagem, isto é simplesmente para todos a oferta das horas, para uma total e estranha intimidade que atinge o grupo. A camaradagem do alojamento tem-se como absolutamente necessária, principalmente para quem se encontra em um ritmo de vida ao qual não se está acostumado. Às cinco da manhã, fora da cama direto para o terreno e às 22 horas novamente na cama, após um dia inteiro cheio de esforços, devido a exercícios teóricos e práticos, necessários na fase de adaptação. Tão importante é a convivência mútua que se diz que ela é capaz de fazer ruir um muro de cimento. No alojamento 107 esquecem-se rapidamente o mal-humorado grandalhão Kramer, com

seu nariz torcido, e o gordo Bunte que, com sua forma peculiar de caminhar, deixa apressadamente a cantina, após o 4.º toque. Nas marchas acima de 10 Km, o Trimel está sempre atrasado; ele passa mal, porque extenuado, mal pode se manter em pé. O grandalhão Kersting liga-se a ele rapidamente e toma-lhe o pesado equipamento, muito embora já esteja sobrecarregado com a sua própria tralha.

"No alojamento 107 todos guardaram no fundo dos seus armários os preconceitos que tinham uns contra os outros, no mínimo pelo prazo de 15 meses. Os 7 podemos, entretanto, a despeito do maior ou menor relacionamento, mesmo sem seguir a divisa "Um coração e uma alma", cultivar a tolerância. Finalmente, estando na *Bundeswehr*, mesmo contrariados, seria lícito admitir que tal convivência não tenha importância? Simplesmente não.

"E quando eles tiverem despedido os seus uniformes e os nomes na placa do alojamento 107 forem outros, terão então, provavelmente, levado um pouco deste entendimento para as suas casas, edifícios, universidades e fábricas."

Por que o fenômeno da camaradagem se manifesta nas mais duras provas? Exemplos e experiências podem dar uma resposta.

EXEMPLO 1

PESQUISA CIENTÍFICA

Os sociólogos americanos Moris Janowitz e Roger W. Little, e o

suiço Rolf Bigler procuraram a resposta à pergunta: "Por que a coesão da *Wehrmacht*, durante a 2ª Guerra Mundial foi tão forte? Teriam os militares alemães sido impregnados da ideologia nazista? Em caso negativo, qual a razão para a tenaz capacidade de resistência?"

Os sociólogos chegaram a respostas semelhantes, que podem ser sintetizadas na frase de Bigler:

"O *Panzer* que a propaganda inimiga não conseguiu destruir, não se chama ideologia nazista, mas sim sentimento de solidariedade das pequenas frações.

Estas pequenas frações resistem a todas às tentativas de derrota, quando preenchem as seguintes condições:

1º — As necessidades básicas dos membros da fração devem ser satisfeitas;

2º — todos os integrantes da fração, sejam eles superiores, subordinados ou pares, devem tratar-se com atenção;

3º — a fração deve ter um forte sentimento de dignidade;

4º — a autoridade não deve ser apenas conferida ao comandante, mas ele deve fazer por merecê-la.

Se o comandante conseguir que durante o desenrolar do combate os integrantes da fração mantenham a harmonia, ele se afirma como um verdadeiro líder. Seus homens então não o consideram apenas como o prolongamento do braço da fração que está sob pressão, mas sim como o melhor, ... por quem, em caso de necessi-

dade, eles avançam sob o fogo inimigo.

A verdade é que o soldado combate pelo seu comandante e progride por ele, sob fogo; o que a tropa pede em desprendimento e sacrifício, o soldado faz para o seu comandante, em combate, retribuindo destarte, o que recebeu dele em simpatia, benquerença e camaradagem. Ele corresponde à expectativa do seu superior, porque este cumpriu com as suas obrigações.

EXEMPLO 2

EXPERIÊNCIA AMERICANA

O americano S.L.A. MARS-HALL procurou a resposta para a pergunta: "Por que os soldados americanos combateram na 2ª Guerra Mundial?"

Marshall encontrou três respostas importantes:

1º — O homem é um ser que vive em grupos. Ele quer companhia. Nas horas em que o perigo mais se faz sentir, o seu instinto gregário impele-o para junto de seus camaradas. Estar perto de uma outra criatura lhe traz conforto; os perigos, nestas condições, são suportáveis;

2º — no campo de batalha todos têm medo, mas pode-se observar, que todos aqueles que diante do perigo cuidam para que o seu medo não se revele, evitando com isso que os seus camaradas o tenham como covarde; a maioria dos soldados pouco se importa com os riscos extraordinários; eles não

ambicionam o heroísmo, mas sentem-se desconfortavelmente se forem tomados como desinteressados;

3º — o soldado é protegido em primeiro lugar pelos seus camaradas, e em segundo lugar pelas armas. Tivesse ele diante do inimigo o poder de uma escolha, ele sentir-se-ia melhor desarmado entre os seus camaradas do que sozinho armado com a melhor arma automática.

EXEMPLO 3

EXPERIÊNCIA DE GUERRA

Um comandante de companhia, comandante de um ponto forte, na 2ª Guerra Mundial, recebeu ordem para manter este ponto forte por mais 48 horas, após o início do movimento de uma tropa que iria reforçá-lo. A situação, contudo, evoluiu de tal forma que não mais havia sentido aquela manutenção.

O comandante da tropa substituta não conseguiu estabelecer contacto com o comandante do ponto forte, a fim de lhe transmitir a nova ordem: "Retrair imediatamente!". Ele não conseguiu a ligação, nem por telefone, nem por rádio. Enviar um mensageiro pareceu-lhe impraticável.

Um sargento ferido, que viera ao posto de comando da tropa, a fim de ser socorrido, compreendeu a situação e ofereceu-se para ir ao ponto forte e transmitir a mensagem. O comandante da tropa considerou este gesto temerário.

rio, mas acabou por aceitar aquele oferecimento.

O sargento partiu orientando-se pelo cabo telefônico. Com sorte ele encontrou a ruptura do cabo e restabeleceu por um curto espaço de tempo, a ligação com o ponto forte e transmitiu a nova ordem, antes que uma barragem de artilharia destruísse outra vez a rede telefônica.

Sessenta homens foram salvos da morte ou do cerco face à prisão certa, por um ato de desprendimento, louvado na camaradagem.

OS ENSINAMENTOS

Os exemplos confirmam que a camaradagem merece, de direito, um parágrafo no Regulamento Militar.

Naturalmente a camaradagem é antes de mais nada, um sentimento humano e moral, que se torna realidade, não apenas por força de regulamento. Quem, porém, examinar minuciosamente o Regulamento Militar, pode afirmar que a camaradagem não é uma imposição, mas:

- 1.º — respeito à honra e ao direito do camarada;
- 2.º — obrigação de auxílio em casos de necessidade e de perigo;
- 3.º — tolerância.

Estas *virtudes*, pois, levam à camaradagem.

Os exemplos mostram claramente que a camaradagem numa orga-

nização hierarquizada, cresce de baixo para cima.

A pequena fração é o ponto de partida. Se ela não oferecer a morada necessária para a camaradagem, as tropas de maiores efetivos, como batalhões e brigadas, não poderão ser impregnadas de camaradagem.

Superiores e subordinados estão intimamente ligados como camaradas. A canção "Eu tinha um camarada" surgiu em 1826, depois das Guerras de Libertação e refletem o ambiente da época sobre a vida do soldado, com uma melodia bastante agradável.

Esta canção é tocada e cantada principalmente em eventos festivos, quando se evocam os camaradas mortos.

Sem a prática diária da camaradagem, quando é exercitada 100 mil vezes, evidentemente a *Bundeswehr* não estaria apta a entrar em ação, não teria valor e não poderia cumprir sua missão.

Oxalá nos próximos decênios a camaradagem entre todos os nossos militares seja viva e pulsátil, num ambiente de paz.

EU TINHA UM CAMARADA

Letra: Ludwig Uhland (1826)

Música: Friedrich Silcher

1. Eu tinha um camarada
melhor tu não encontrarás
o tambor rufou para o combate
ele ia ao meu lado
passo a passo
passo a passo

2. Uma bala veio sibilando
para mim ou para ti?
ela o acertou
ele cai aos meus pés
como se fosse
um pedaço de mim
3. Ele quis ainda
estender-me a mão
enquanto ainda deitado
não posso dar-te a mão
fica eternamente vivo
meu bom camarada.

Peter Kurt Würzbach é Secretário de Estado Parlamentar da República Federal da Alemanha. Este artigo foi publicado na revista alemã WEHRAUSBILDUNG nº 1, fevereiro/março de 1985. Foi traduzido do alemão pelo Cel Inf QEMA Pedro Shirmer.

VENDA DE LIVROS

- ATLAS-TEXTO DE GEOPOLÍTICA DO BRASIL . Cr\$ 20.000
- ESPAÇOS GEOGRÁFICOS Cr\$ 30.000
- A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DO FUTURO.. Cr\$ 20.000
- O DESAFIO DA CRISE ENERGÉTICA Cr\$ 20.000

EXEMPLARES DE "A DEFESA NACIONAL"

- NÚMEROS AVULSOS E ATRASADOS Cr\$ 10.000



DIA-D: INVASÃO DA NORMANDIA

Luiz Paulo Macedo Carvalho

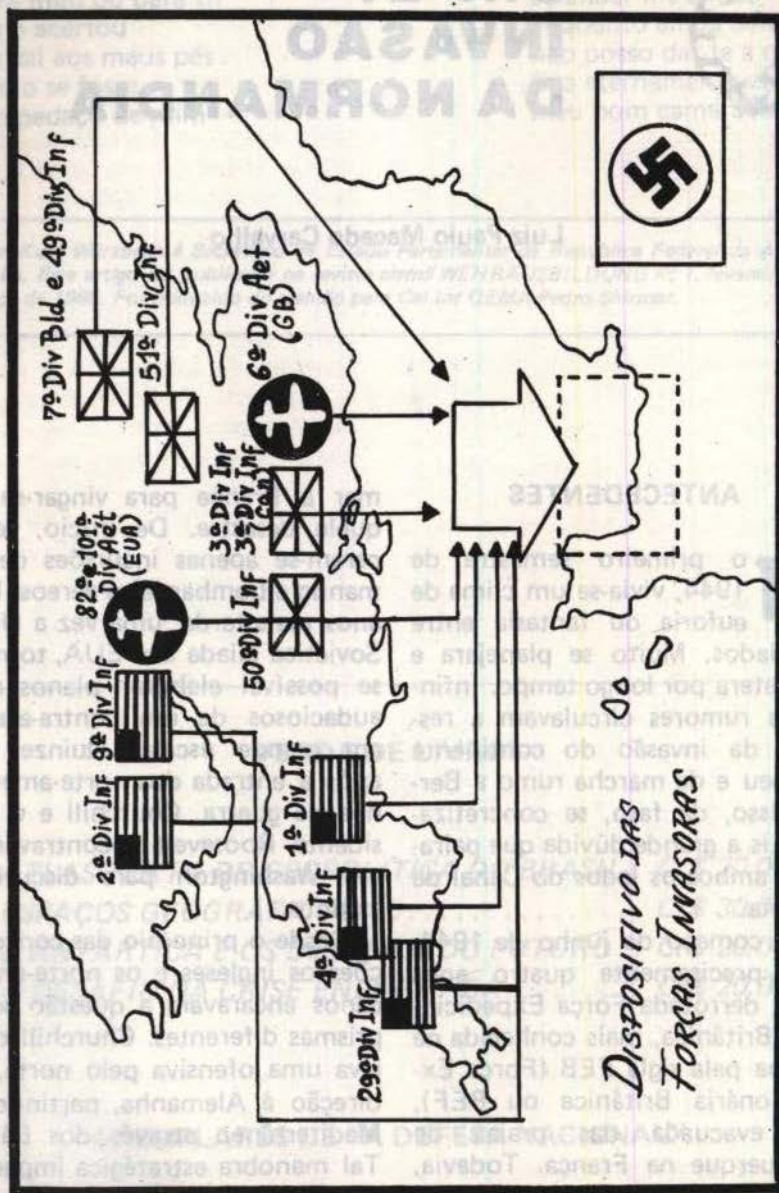
ANTECEDENTES

No primeiro semestre de 1944, vivia-se um clima de euforia ou fantasia entre os aliados. Muito se planejava e prometera por longo tempo. Infindáveis rumores circulavam a respeito da invasão do continente europeu e da marcha rumo a Berlim. Isso, de fato, se concretizaria? Eis a grande dúvida que pairava de ambos os lados do Canal da Mancha.

No começo de junho de 1944, fazia precisamente quatro anos que a derrotada Força Expedicionária Britânica, mais conhecida na Europa pela sigla FEB (Força Expedicionária Britânica ou BEF), fora evacuada das praias de Dunquerque na França. Todavia, desde então, o Primeiro-Ministro inglês Winston Churchill assumira o compromisso público de reto-

mar a França para vingar-se daquele desastre. De início, verificaram-se apenas incursões de comando e bombardeios aéreos. Dois anos mais tarde, uma vez a União Soviética aliada aos EUA, tornara-se possível elaborar planos mais audaciosos de um contra-ataque em grande escala. Quinze dias após a entrada dos norte-americanos na guerra, Churchill e o presidente Roosevelt encontravam-se em Washington para discutir o assunto.

Desde o princípio das conversações os ingleses e os norte-americanos encaravam a questão sobre prismas diferentes. Churchill desejava uma ofensiva pelo norte, em direção à Alemanha, partindo do Mediterrâneo através dos Bálcãs. Tal manobra estratégica impediria a ocupação da Europa Oriental pelos russos. Roosevelt, confiando mais em Stálin, defendia um assal-



to direto à Alemanha, desencadeado do Reino Unido através da Mancha, com emprego de grandes efetivos e de blindados em massa, a fim de esmagar o inimigo pelo oeste, enquanto os soviéticos investiam a leste. Stálin, obviamente, apoiava a estratégia norte-americana.

O CENÁRIO

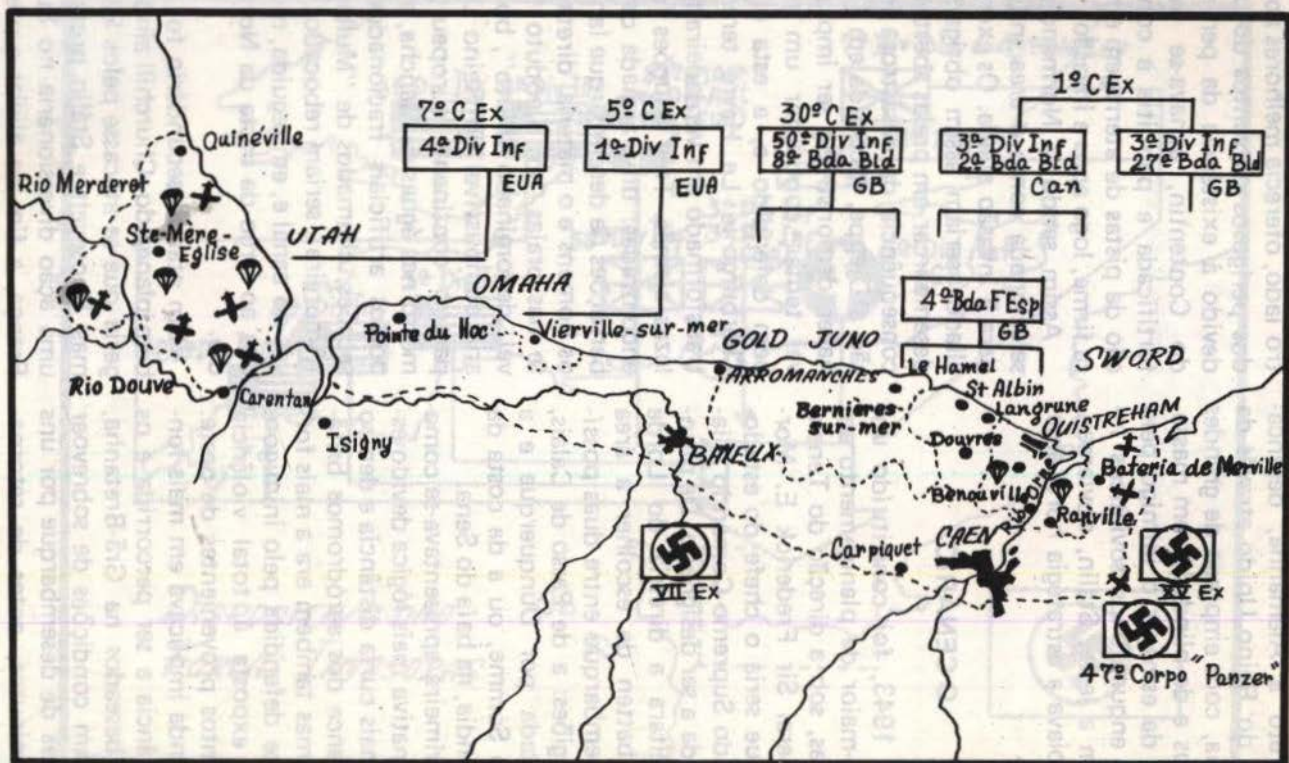
Em 1943, foi constituído um estado-maior de planejamento em Londres, sob a direção do Tenente-General Sir Frederick E. Morgan, que seria o chefe do estado-maior do Supremo Comando Aliado ainda a ser designado. De pronto aceitara a diretriz do Lorde Mountbatten de escolher a área de desembarque entre duas possíveis regiões: a de Passo de Calais, delimitada por Dunquerque e a foz do Somme, ou a da costa da Normandia, na baía do Sena.

A primeira apresentava-se como a alternativa mais lógica devido estar a mais curta distância e dentro do alcance dos aeródromos britânicos, mas também era a mais fortemente defendida pelo inimigo e ficava exposta à total violência dos ventos provenientes de oeste. A segunda implicava em mais longa distância a ser percorrida e os caças, baseados na Grã-Bretanha, só teriam condições de sobrevoar as praias de desembarque por uns vinte minutos, antes de retornarem para reabastecimento; por ou-

tro lado, oferecia melhores abrigos dos perigosos os ventos do oeste, devido à existência da península do Contentin, achava-se menos fortificada e permitia a construção de pistas de aterragem em terra firme, logo após a invasão.

Assim sendo, a Normandia foi selecionada como a área indicada para a invasão aliada. Os exércitos aliados seriam assim obrigados a desembarcar em praias abertas, em consequência da desastrosa incursão a Dieppe, (ocorrida em 1942) haver demonstrado ser impraticável tentar conquistar um porto bem defendido e, a esta altura, Cherburgo e Le Havre terem se transformado em verdadeira fortalezas alemãs. Três soluções foram encontradas: uma armada de embarcações de desembarque lançaria os homens e o material diretamente nas praias, um oleoduto flexível, denominado "Pluto", bombearia combustível do Reino Unido para o continente europeu, submerso nas águas da Mancha, e dois portos artificiais fracionados em secções, chamados de "Mulberry" (Amoreira), seriam rebocados através do canal e, em seguida, montados ao largo da costa da Normandia.

Um ataque secundário foi também planejado. Churchill ainda sugeriu que se atacasse pelos Bálcãs, mas Roosevelt e Stálin preferiam uma ação diversionária no Sul da França, a fim de aliviar a pressão alemã na Normandia, caso a inva-



são naquela área desse sinal de perda de impulsão, além de não interferir nos planos soviéticos.

O assalto à Normandia, chamado Operação "Overlord" (Chefe-Supremo) seria desencadeado no final da primavera ou início do verão de 1944, enquanto a Operação "Anvil" (Bigorna), o ataque secundário pelo Sul da França, dar-se-ia logo em seguida.

PLANEJAMENTO

Os comandantes para aquela operação de grande envergadura seriam designados no princípio do ano, cabendo aos EUA fornecer a maior parte dos recursos humanos e materiais indispensáveis. O Comando-Supremo foi entregue ao general norte-americano Dwight David Eisenhower, que não possuía experiência de combate, mas se revelara um brilhante coordenador dos esforços militares, quando comandara as forças aliadas na África do Norte francesa.

Considerando que o grosso das forças de assalto e de apoio naval

seriam britânicos, o planejamento e a conduta da invasão e da batalha para manter, expandir e finalmente romper a cabeça-de-praia caberia ao chefe militar aliado mais bem sucedido até então — o General Sir Bernard Law Montgomery. Monty consagrara-se ao derrotar os alemães nos desertos do Norte da África, na Sicília e na Itália.

Assumindo a chefia do estado-maior de planejamento de Morgan, de imediato Montgomery substituiu homens e idéias pelos seus próprios. Saíam, assim, os guerreiros de meia-idade da "Whitehall"* e entravam em cena os brilhantes e arrojadados jovens brigadeiros das campanhas do deserto. Segundo um dos substituídos, valendo-se do gosto de Montgomery pelas metáforas de "cricket", "os cavalheiros estavam fora da peleja e os titulares dominavam o jogo."

A escala da invasão planejada foi mais do que duplicada. O assalto inicial visualizado por Morgan estaria a cargo apenas de três divisões, com uma brigada aerotransportada atuando em cada flanco, numa frente de 15.5 Km.

Montgomery desejava que o assalto fosse executado por cinco divisões, com três outras aerotransportadas lançadas nos flancos e mais doze a serem empregadas como força de acompanhamento,



General Dwight D. Eisenhower

* *Whitehall* — Rua de Londres onde se situam os ministérios do governo britânico e, particularmente, o Ministério da Defesa.

logo em seguida, em uma frente de 31 Km.

Dispondo de supremacia aérea e naval, os aliados esperavam penetrar nas formidáveis posições defensivas da Muralha do Atlântico, embora a um terrível e elevado custo.

Muita coisa já se sabia a respeito das praias e fortificações costeiras, graças às fotografias aéreas obtidas, aos reconhecimentos aproximados feitos por patrulhas desembarcadas no litoral e agentes que operavam no interior da França. Tendo decifrado os códigos alemães, os aliados tomavam conhecimento das mais importantes decisões inimigas assim que as ordens eram transmitidas.

O INIMIGO

Apesar de estarem sob o controle geral de Hitler, as forças terrestres alemães da frente ocidental eram comandadas pelo Marechal-de-Campo Karl von Rundstedt, então com 69 anos de idade, mas um profissional competente, que desfrutava da reputação de jamais haver perdido uma batalha. O grupo-de-exércitos que defendia as praias mais adequadas aos desembarques anfíbios, entre os Países Baixos e a Bretanha, era comandado pelo adversário de Montgomery no Norte da África — o Marechal-de-Campo Erwin Rommel —, planejador cauteloso, rico em imaginação e mestre na

improvisação. Os dois chefes militares germânicos diferiam tanto em seus pontos-de-vista quanto no temperamento.



Marechal-de-Campo Karl von Rundstedt

Nenhum deles sabia com precisão onde os aliados tencionavam desembarcar, por conseguinte von Rundstedt planejava manter suas divisões "panzer" bem à retaguarda da costa até os invasores pisarem no continente, depois então destruí-los por meio de maciço contra-ataque. Rommel sustentou que assim procedendo os blindados seriam destruídos pelas forças aéreas aliadas quando em deslocamento para a batalha e, portanto, deveriam estar concentrados logo atrás das defesas costeiras, a fim

de travarem a grande batalha defensiva na própria Muralha do Atlântico. Incapazes de conciliar tais divergências, buscaram a arbitragem de Hitler, que forçou uma solução intermediária — alguns blindados à frente, outros mantidos à retaguarda, porém todos sob seu controle pessoal.

O comando de Rommel consistia de dois exércitos: o VII, na Normandia e na Bretanha, e o XV, desdobrado na direção do Leste, desde a Normandia até os Países Baixos, mas concentrado na região de "Pas de Calais". O VII era integrado por 13 divisões e o XV, por 17, sendo ambos apoiados, respectivamente, por 3 e 4 divisões "panzer". Estas últimas ficavam sob o comando do Grupo Ocidental "panzer", diretamente debaixo das ordens de Hitler. Reforços imediatos poderiam ser obtidos das forças de von Rundstedt, no resto da França, até o valor de três divisões "panzer" (também controladas por Hitler) e uma constituída de um misto de infantaria motorizada e blindados.

Montgomery sabia perfeitamente que se os blindados inimigos atacassem a cabeça-de-praia antes de seus exércitos estabelecerem posições defensivas no continente, seriam jogados de volta no mar. Por conseguinte, para levar os alemães a aguardarem a invasão em outro local, foi desencadeado um plano de dissimulação com o nome de "Fortitude" ("Firmeza"). Este

exagerava os efetivos das tropas que participaram da invasão e fazia crer ao inimigo que seria atacado em qualquer outro lugar, exceto na Normandia — mais provavelmente em "Pas de Calais". Vastos exércitos fantasmas foram organizados e atribuídos nomes, comandantes e tropas, com simulacros de carros de combate, acampamentos, aeronaves e embarcações no sudeste da Inglaterra e pelo volume de transmissões de mensagens radiotelegráficas.

Os próprios alemães colaboraram para estas simulações, a fim de compensar as esperadas reduções nas estimativas dos efetivos aliados antes dos relatórios de informações chegarem a Hitler, exagerando-os de uma forma tal e constatando, quando já era tarde demais, que estas elevadas cifras haviam sido aceitas sem questionamento. Assim, quando reforços se tornaram disponíveis, foram enviados ao XV Exército, em Pas de Calais, e não para o VII, na Normandia.



Marechal-de-Campo Sir Bernard Law Montgomery

OS PREPARATIVOS FINAIS E O ADIAMENTO

O Dia-D estava marcado para o início de junho e, assim sendo, começou o bombardeio aéreo preliminar, com a finalidade de isolar a área do suposto campo-de-batalha, cortando as vias de comunicações ferroviárias e rodoviárias. Para indicar que o objetivo era Calais, foi lançado sobre aquela região o dobro de toneladas de bombas que jogaram na Normândia, apesar da maioria delas visarem os eixos de comunicações entre a Alemanha e esta última região.

Rommel, na verdade, temia um ataque na Normandia para apoiar o assalto principal em Pas de Calais e reforçava as defesas costeiras ali em tal extensão que Montgomery preocupava-se em já ter perdido o efeito da surpresa.



Marechal-de-Campo Erwin Rommel

Em fevereiro, as ilhas britânicas ficaram isoladas do resto do mundo até onde era possível e, à medida que as forças invasoras pre-

paravam-se para se deslocar em direção aos portos de embarque, uma área proibida de 16 quilômetros de profundidade foi estabelecida ao redor do litoral, desde o "Land's End até o "Wash".*

A esta altura dos acontecimentos o Dia-D fora marcado para 05 de junho e, a 1.º daquele mês, os extensos acampamentos, onde estacionavam as tropas, aguardando a ordem de embarque, foram interditados e os soldados tomaram conhecimento de suas missões.

Três e meio milhões de soldados, marinheiros e aviadores participaram direta ou indiretamente da invasão. A força aérea que apoiaria o desembarque na Normândia compreendia 13.000 aeronaves, sendo dentre estes, 4.000 bombardeiros e 3.000 caças. A frota que os transportaria através da Mancha constituía-se de 4.000 embarcações de desembarque e 1.600 navios mercantes, escoltados por 1.200 belonaves.

Enquanto isso, na França, dezenas de milhares de combatentes da "Resistência", alertados por meio da transmissão da primeira linha dos versos de Verlaine, pela BBC, pegavam em armas. Na Nor-

* *Land's End* — Ponto extremo da Inglaterra, no Condado de Cornwall, a sudoeste, representado por famoso bloco de granito que penetra no mar.

The Wash — Ancoradouro natural, localizado a nordeste, no Condado de Lincolnshire, nas "North Midlands", próximo a Boston, conhecido por banhar as terras agrícolas mais ricas da Grã-Bretanha.

mândia, haviam sido reforçados por centenas de agentes e 1.500 toneladas de armamento que, foram lançadas de pára-quedas para eles durante os três meses precedentes.

Então interveio o fator mais imprevisível: as capciosas condições climatéricas do canal. No domingo, 04 de junho, um vento cada vez mais forte começou a açoitá-la Mancha, cobrindo as praias da Normandia com imensas ondas. Nenhum desembarque seria possível sob tais condições e Eisenhower deveria adiar a invasão por 24 horas, quando ter-se-ia luar e maré adequados. Ao longo das costas da Grã-Bretanha as tropas, já embarcadas, aguardavam a decisão final do Comandante-Supremo.

Ao anoitecer daquele dia e novamente na madrugada da segunda-feira imediata, Eisenhower e seus comandantes subordinados, uma vez mais tornaram a se reunir diante do enorme mapa da Mancha e do litoral da Normandia, que cobria a parede da biblioteca da "Southwick House", o quartel-general instalado nos arredores de Portsmouth, para ouvir as últimas previsões meteorológicas. Estas informavam que o vento podia moderar, mas apenas por algumas horas. Havia uma oportunidade e Eisenhower aproveitou-a. Após solicitar a opinião de cada um de seus comandantes, anunciou: "OK, nós iremos". Dentro de duas horas os comboios de navios-trans-

porte de tropas e de embarcações de desembarque rumavam para a "Baie de la Seine" e a BBC irradiava a segunda linha do verso do poeta francês Paul Verlaine: "Bercent mon coeur d'une langueur monotone."* Não haveria retrocesso agora.

Dois submarinos "de bolso" da Marinha Real já se achavam ao longo da costa da Normandia, esperando para vir à tona e instalar os faróis com radar, que orientariam as embarcações aos seus destinos nas praias de invasão. Naquela entardecer aproximadamente 24.000 homens de tropas aerotransportadas ajustaram seus pára-quedas ou embarcaram em planadores, prontos para decolar. A batalha começaria à meia-noite.

Porém, o inimigo estava atento e escutara também as transmissões dos versos de Verlaine e alguém decifrara seu significado. Elementos do XV Exército alemão, postados em Calais, passaram a notícia para o seu quartel-general e, em virtude de Rommel encontrar-se de licença na Alemanha, a von Rundstedt. Mas ele não se impressionara: devia haver algum engano; as condições meteorológicas eram por demais péssimas para os aliados tentarem uma invasão do continente. Assim sendo, o XV Exército entrou de prontidão, mas nenhuma outra tropa foi alertada. Na Normandia, o VII Exército passou uma noite tranqüila. Aos primeiros minutos de 6 de junho,

* "Embalando meu coração com um lugar monótono."

viu-se despertado abruptamente pelo alarme contra pára-quedistas, seguido das ensurdecedoras explosões provenientes de contínua preparação naval e dos bombardeios aéreos.

O DIA D

Primeiro vieram levas de soldados dos céus. A missão das três divisões aerotransportadas era manter os flancos da cabeça-de-praia. A leste, os ingleses da 6ª Divisão Aerotransportada saltariam de pára-quedas e de planadores para conquistar ou destruir as pontes sobre o rio Orne e o canal paralelo, denominado Caen, além de estabelecer uma cabeça-de-ponte a este daquele curso d'água, a fim de deter o esperado contra-ataque. A oeste, os norte-americanos das 82ª e 101ª Divisões Aerotransportadas seriam lançados na base da península do "Cotentin", a fim de interditar as rodovias e obras de arte, para impedir os alemães de reforçarem a guarnição de Cherburgo.

Enquanto se aproximavam da costa da Normandia, uma outra invasão simulada confundia as operações de radar e as sentinelas ao longo do "Passo de calais". Ao mesmo tempo que bonecos lá desciam de pára-quedas, nuvens de pára-quedistas realmente flutuavam por toda a parte sobre a Normandia. Na verdade, foram dispersados por uma área muito mais ampla do que a prevista: a escuridão, o mau tempo e o fogo anti-aéreo confundiram os pilotos e muitos deles lançavam os pára-

quedistas ou perderam-se com seus planadores, muito afastados das zonas de lançamento e aterrissagem planejadas: Felizmente, aqueles que saltavam nos locais previstos atingiram os objetivos marcados, cumprindo as missões recebidas. A astúcia e a coragem compensaram a inferioridade numérica e a falta de apoio de fogo. No setor britânico, os planadores acidentaram-se ao aterrarem a uns poucos metros da ponte sobre o canal de Caen, obrigando, seus ocupantes a saltar das ferragens para tomá-la de assalto.*

Antes que os exércitos pudessem desembarcar por mar, as baterias inimigas em posição nas praias, tinham de ser silenciadas. Primeiramente, os bombardeiros ingleses despejaram 6.000 toneladas de bombas ao longo das defesas litorâneas. Em seguida, os canhões pesados das belonaves abriram fogo: das possantes bocas de

* Relato de um pára-quedista inglês que, após saltar na Normandia, se viu sozinho na escuridão da madrugada de 6 Jun 44, em meio a um campo cultivado de uma fazenda no interior da França, sem dominar a língua francesa: "Divisando uma luz acesa nos fundos da casa principal da fazenda, muito cautelosamente arrisquei-me a bater à porta, sendo atendido por uma senhora que me perguntou em francês o que eu desejava e com grande esforço, juntando palavras consegui me fazer entender dizendo: "Je suis anglais. Je... du ciel pour liberté la France..." Ao que a mulher retrucou alegre, no idioma de Shakespeare: "Bem-vindo sejas, eu sou inglesa também. Afinal vieram me apanhar.!"

** Ver página anexa

fogo de 16 polegadas dos couraçados aos foguetes de 5 polegadas, lançados em rajadas de 1.000 dos navios de apoio.***

A área a Oeste do Rio Orne, fora escolhida para os desembarques aliados, a fim de evitar o grosso das tropas alemãs na França e, muito particularmente, as divisões "Panzer" concentradas em torno de Pas de Calais.

Duas Pontes, entre as aldeias de Ranville e Bénouville, respectivamente, sobre o Rio Orne e o Canal de Caen ligavam as estradas litorâneas ao interior da Normandia. Era sobre tais pontes que os blindados alemães teriam de se deslocar para empreender qualquer contra-ataque eficaz, a fim de obrigar as forças britânicas a se lançarem de volta ao mar, na praia "Sword". Era também através dessas obras de arte que os carros de combate de Montgomery tinham condições de penetrar no coração da França. Impunha-se capturá-las intactas, a qualquer preço, antes que os alemães as destruíssem.

Esta missão foi confiada à tropa aerotransportadora em planadores da 6ª Divisão Aerotransportada, sob o comando do Major John

Howard, que liderou o primeiro combate travado na França ocupada, no Dia-D.

Segundo depoimento do Major John Howard, "pouco depois da meia-noite de 5/6 Jun 44, uma força de 180 homens daquela grande-unidade inglesa cruzou o espaço aéreo sobre o litoral da França, a 5.000 pés, em seis planadores Horsa, para levar a cabo o planejado golpe de mão."

Apesar de terem sido treinados em pormenorizada réplica da área e com filmes do local, atrás das faces enegrecidas pela pasta de camuflagem dominava a tensão nos soldados a bordo dos planadores.

A missão fora dada nos seguintes termos:

"Capturar intactas as pontes sobre o Rio Orne e o Canal de Bénouville e Ranville e mantê-las até ser substituído pelo 7º Batalhão de pára-quedistas. Se as pontes forem explodidas, lançar mão de meios de transposição em ambos os cursos de água, tão logo quanto possível."

Decolamos, com um minuto de intervalo, rebocados por bombardeiros "Halifax", às 22.56 horas, estando eu embarcado no primeiro planador. Enquanto sobrevoávamos o território francês, víamos explosões de granadas anti-aéreas em todas as direções, mas felizmente nenhuma nos atingiu.

Abrimos a porta da aeronave para facilitar a saída e pudemos ver, na escuridão da noite, o gado

*** Conta um ex-comandante de esquadrão de carros de combate, então estacionado em uma zona de reunião, no interior de um bosque, que, após o bombardeio aeronaval aliado, as praças sobreviventes em grande porto, aturdidas pelo ensurdecedor barulho das explosões e a poeira misturada com fumaça, suicidaram-se disparando um tiro de mosquetão na jugular.

pastando despreocupadamente nos campos tranqüilos da Normandia, depois uma aldeia adormecida e a silhueta de um castelo.

Subitamente, o planador deu uma brusca guinada para a direita. Através da porta aberta vimos passar, rapidamente, primeiro o rio e, em seguida, o canal. Nova guinada brusca e senti-me morto antes de pisar em terra firme. Gotas de suor brilhavam no rosto do piloto que tentava controlar o pesado planador.

O sucesso de toda a operação, para não falar em nossas vidas, dependia da perícia dos pilotos durante os poucos minutos seguintes de pavor.

Divisava-se o canal, ficando para trás, à medida que nos aproximávamos da terra, a cerca de 100 milhas por hora e todos se apavoravam na iminência do terrível impacto da aterragem. Logo após, deu-se a batida! Sentimos as rodas serem arrancadas e a fuselagem da aeronave rasgando-se pela superfície irregular do solo.

Em questão de fração de segundos tornávamos a ser terrestres, caindo a 75 milhas por hora, com horrível estrondo. De repente, pareceu que tudo estava perdido, em meio ao ruído de madeira quebrada e árvores abatidas, poeira e centelhas levantadas, cintos de segurança prendendo-nos aos bancos e depois um silêncio mortal.

Lembro-me que minha primeira reação foi verificar se os ossos

achavam-se ainda inteiros. Por um momento senti medo. Meu capacete de aço caíra em consequência do impacto ao tocar o solo o planador. A primeira coisa que notei, ao recuperar o controle mental, foi encontrar a porta obstruída por uma massa de destroços e haver o nariz do planador se dobrado, impedindo assim a saída de seu bojo, de forma que teríamos de abrir caminho à força.

Sabia que os pilotos estavam feridos e presos na cabine, mas nossa missão era nos dispersarmos antes que os alemães pudessem nos apanhar juntos e abrir fogo de metralhadora contra nós.

O primeiro pensamento que me veio à mente foi: onde estávamos?

Para minha completa satisfação constatei que o nariz do planador batera em cima da cerca de arame farpado que circundava a posição inimiga, a menos de 50 m da torre alta da ponte.

Imediatamente, um grupo pôs-se a cumprir a missão de neutralizar a casamata alemã. Granadas fumígenas de fósforo foram lançadas ao redor da fortificação e, conforme planejado, alguém meteu-se pela cortina de fumaça adentro, a fim de jogar uma granada de mão de alto-explosivo pela vigia da casamata. O resto do pelotão investiu pela ponte, enquanto o inimigo atirava de todas as direções.

Um segundo estrondo tremendo anunciou a chegada do segundo

planador. A missão de seus ocupantes era limpar a rede de trincheiras ao redor da cabeça da ponte, o que logo começaram a fazer sob cerrado tiroteio.

Então, para meu alívio, surgiu mancando, como por encanto do ar, o comandante de outro pelotão. O planador dele partira-se ao meio durante a aterragem. No mesmo instante, recebi a notícia que o comandante do pelotão que avançara ponte adentro fora gravemente ferido e achava-se inconsciente.

O pelotão incumbido de tomar a outra ponte aterrara cerca de 500m aquém do objetivo. Enquanto se reunia e progredia, desceu um outro planador entre a ponte e a posição ocupada por ele. A segunda ponte foi conquistada sem disparar um tiro. Concluíram que as sentinelas alemãs haviam concentrado a atenção sobre o que se passava do outro lado.

Em 10 minutos, estávamos transmitindo nosso código de operação bem sucedida "ham and jam" (presunto e geléia), indicativo de que ambas as pontes haviam sido capturadas intactas.

Hora e meia depois, os pára-quedistas do 7º Batalhão faziam junção conosco, após termos repellido o ataque de um carro de combate inimigo, com um impacto direto obtido por meio da única arma anticarro disponível."

Duas das mais ameaçadoras baterias, uma a leste e a outra a oeste, seriam tomadas por assalto,

uma vez que se temia poderem seus embasamentos de concreto terem resistido aos mais pesados bombardeios. Em "Merville", um batalhão de pára-quedistas britânicos tentou descer, lançando um planador no topo das fortificações, mas acabou aterrando longe das fortificações e viu-se compelido a tomá-las por assalto com pesadas baixas.* Em "Point du Hoc", "Rangers" norte-americanos escalaram mais de 30 metros pelo mar para tomar outra posição de bateria, também a um alto custo. Em ambos os casos, a bravura e o sacrifício foram em vão: em "Merville" os canhões encontrados eram de calibre bem menor do que se esperava e, em "Point du Hoc", as peças de artilharia haviam sido removidas para outra parte e instalados no local simulacros.

O assalto principal ficou a cargo de dois exércitos: o I Exército, norte-americano, comandado pelo General Omar N. Bradley, a oeste, e o II Exército, britânico, sob o comando do Tenente-General Sir Miles Dempsey, a leste. Os norte-americanos desembarcaram em duas praias: "Utah", na base da península do Cotentin, e "Omaha", a leste do rio Tire. Os ingleses desembarcaram em três praias:

* Do batalhão restou apenas da ordem de uma companhia e um capitão, que escapou ferido no calcanhar e evacuado em um carrinho de criança, encontrado nas proximidades por uma praça.

"Gold", "Juno" e "Sword", entre os norte-americanos e o estuário do Orne. Devido a subida da maré no canal e a necessidade das embarcações de desembarque atingirem as praias à meia altura da enchente da maré, a fim de reduzir o perigo de serem afetados pelos obstáculos minados submersos e a extensão de praia descoberta para a infantaria atravessar, o horário dos desembarques foi defasado. Isto significava que os norte-americanos pisariam em terra, na praia de "Utah", uma hora e quinze minutos antes dos ingleses desembarcarem em "Sword". Este intervalo de tempo permitiria teoricamente aos carros-de-combate germânicos, estacionados nas proximidades de Caen, alcançarem o litoral antes do desembarque britânico, mas era ainda um outro risco que tinha de ser aceito.

Enquanto os norte-americanos confiavam no peso dos efetivos e do poder de fogo para romper a Muralha do Atlântico, os ingleses desenvolviam engenhosas máquinas bélicas para auxiliá-los a penetrar nas posições fortificadas.

Havia carros de combate que navegavam até as praias, abriam brechas através de campos minados com manguais de ferro, espargiam fogo líquido, lançavam enormes cargas de explosivos, estendiam rolos de esteiras metálicas sobre a areia fofa ou transformavam-se em pontes para outros blindados atravessarem. Estas bi-

zarras máquinas eram orgânicas da 79ª Divisão Blindada e apelidadas de "brinquedos de Hobart", devido ao nome de seu comandante e inventor desses engenhos — o Major-General Sir Percy Hobart.

Ao amanhecer do Dia-D um extraordinário panorama era iluminado pelo sol nascente: a "Baie de la Seine" repleta de milhares de navios e do troar de seus canhões. Para apoiar os desembarques havia uma frota constituída de 07 couraçados, 27 cruzadores, 164 destróieres e quase toda a força aérea aliada baseada na Inglaterra. As praias desapareciam sob as chamas, fumaça e a poeira dos bombardeios, enquanto as colunas de barcas de desembarque rumavam para terra.

A sorte pendeu ora para um lado ora para o outro no Dia-D. Em "Utah", as barcas de assalto norte-americanas foram levadas pela maré 3.200 metros para o sul das praias onde deviam baixar as rampas de desembarque. Por feliz coincidência, acabaram desembarcando onde acontecia serem as defesas alemãs as mais fracas; 23.000 homens foram colocados em terra firme naquele dia e fizeram junção com as tropas aerotransportadas ao custo de somente 197 baixas.

Mas em "Omaha", de novo por casualidade, um batalhão de infantaria alemão realizava um exercício de defesa da praia e, conseqüentemente, estava em posição, aguardando o ataque ao longo de

6.5 Km de altas dunas, praia acima. Aqui, por temer as baterias de costa e não dispor de carros de combate especiais para vencer os obstáculos defensivos, o comandante norte-americano lançou suas pequenas barcas de assalto quase a 20 Km de praia e seus blindados anfíbios tão afastados do litoral que a maioria deles fizeram água e terminaram naufragando em meio a um mar revolto. Desembarcando através de vagalhões imensos, a infantaria desprotegida era abatida às centenas pelas metralhadoras inimigas. Os sobreviventes viram-se fixados à praia e no final do dia, 34.350 soldados haviam desembarcado em "Omaha" ao custo de 4.452 baixas.

Nas três praias inglesas, as perdas foram menores porque os defensores mostravam-se bem menos preparados e os blindados especializados de Hobart lá se achavam para romper campos minados, obstáculos de arame farpado e interligar os campos de tiro. Cerca de 24.970 homens desembarcaram na praia "Gold", naquele dia. No dia seguinte, a 50ª Divisão, em seu avanço, capturava a cidade de Bayeux, surpreendentemente intacta. Em "Juno", os canadenses haviam desembarcado e avançado terra adentro, embora falhassem em atingir o objetivo principal deles — o aeródromo de "Carpique", nos arredores de "Caen". Estas duas cabeças-de-praia rapidamente se unificaram mas não lo-

graram ligar-se à praia "Sword" pelo fato dos alemães manterem um posto de radar extremamente fortificado em Douvres bem acima da linha da costa. Em "Sword", os ingleses investiram para sudeste, a fim de substituírem as tropas aerotransportadas, mas também foram incapazes de tomar o objetivo principal deles — a cidade de "Caen".

Sem dúvida tratava-se da invasão, mas seriam estes os únicos desembarques? Não estaria para ser desencadeado ainda um outro ataque mais violento na região de "Pas de Calais"? Assim pensava Hitler e por isso recusou-se a permitir von Rundstedt a deslocar o XV Exército para o sul, a fim de auxiliar o VII ou carrear reservas da França Meridional. Embora a divisão "panzer" estacionada em "Caen" tivesse sido autorizada a contra-atacar, apenas logrou atingir o litoral em "Douvres", mas sem poder de combate para manter o terreno. O que tirou a vontade de lutar das guarnições dos blindados alemães não foram tanto os ferrenhos combates com que se defrontaram mas, à medida que avançavam, uma imensa formação de 250 aeronaves aliadas, com seus motores roncando sobre elas e rebocando outros 250 planadores. Estes espalharam-se e aterrissaram à retaguarda para reforçar as tropas aerotransportadas que haviam chegado na noite anterior.

A proporção que a noite caía no dia-D, Montgomery possuía motivo para se alegrar. Colocara mais do que 130.000 homens em terra ao custo de mais de 10.000 baixas, das quais cerca de 2.500 eram de mortos. Esperara perdas muito maiores e, mesmo alguns comandantes, acreditavam que as divisões aerotransportadas perderiam 80% de seus efetivos no assalto.

A despeito de ter fracassado em conquistar "Caen" e seu aeródromo, Montgomery podia implementar sua estratégia de investir por sudeste, a fim de atrair o grosso dos blindados alemães para a frente anglo-canadense, deixando o caminho mais livre para os norte-americanos efetuarem rápidos avanços contra defesas muito mais leves.

Passaram-se quatro dias antes que Hitler autorizasse von Rundstedt a deslocar suas reservas blindadas — cinco divisões, duas das quais apenas se encontravam próximas da Normândia e prontas a lutar. Mesmo nesta ocasião, insistia ele em deixar o XV Exército esperando pela ainda temida invasão que não se concretizaria em "Pas de Calais". Lá pelo final da primeira semana de combate, os aliados mantinham uma simples cabeça-de-praia com uns 18 Km de profundidade, agora tendo pela frente 12 divisões inimigas, com dois terços de grandes unidades "panzer" defrontando-se aos ingleses e canadenses.

Uma vez fora das praias, os invasores enfrentavam novas e inesperadas contingências. Havia penetrado na região de "bocage", ondulada e coberta de bosques, de caminhos profundos, repleta de cercas vivas altas e de pedras espessas, além de cortada por inúmeros cursos-d'água: terreno ideal para a defesa.

Poucas tropas de infantaria alemãs eram de primeira categoria, mas lutaram como se as fossem, e as divisões "panzer", na maioria veteranas da campanha da Rússia, provavelmente seriam classificadas como as de melhores combatentes em qualquer exército.

Os aliados desfrutavam de supremacia no mar e no ar, mas em terra, o soldado e o armamento alemão parece ter sido superior, pelo menos de início. Quase todas as armas inimigas superavam as dos aliados, particularmente destacando-se dentre elas, o famoso canhão 88 que fazia tiro anti-aéreo e anticarro e mais do que nenhuma outra, seus carros de combate, notadamente os colossais "Tigres", alguns dos quais tinham o dobro do peso e da blindagem do "Sherman" aliado. No fim de junho, a batalha pela cabeça-de-praia transformara-se na batalha pela Normândia. Em uma frente de 160 Km, um milhão de homens engajaram-se em combate, total este que se duplicaria em agosto seguinte. Nos combates en-

tre blindados, normalmente os alemães levavam vantagem.

Quando conseguiam abrir caminho através das defesas inimigas, os aliados dispunham de homens e meios para alargar a brecha e romper as linhas alemãs.

O porto de Cherburgo caíra em poder dos norte-americanos em 03 de julho e "Caen", nas mãos dos ingleses e canadenses a 08 de julho. A 25 de julho, os norte-americanos começaram a irromper da cabeça-de-praia e marchar com suas colunas blindadas na direção da Bretanha, a oeste, e a cercar, a leste, os remanescentes do VII Exército alemão, que era fustigado pelos ingleses e canadenses na ofensiva deles na direção norte. A maior parte dos defensores da Normândia e quase todo seu equipamento foram destruídos ou capturados ao redor de "Falaise", quando a Batalha da Normândia chegava ao fim, no dia 27 de agosto.

Fora uma vitória conquistada com muito sacrifício. Custara aos aliados mais de 200.000 baixas, das quais 37.000 eram de mortos e 20.000, de desaparecidos em ação. Os alemães perderam tanto quanto o dobro destas cifras. A força aérea aliada sofrera pesadas baixas também, perdendo 4.101 aeronaves e tendo 16.714 homens mortos ou desaparecidos.

Nestes quarenta anos passados desde aquele verão europeu, em que a História Militar registrou

a ocorrência da operação de guerra e, particularmente, anfíbia, de maior envergadura já verificada, muito se tem dito e escrito sobre o notável acontecimento, questionando-se as decisões tomadas na época e se a Batalha da Normândia não poderia ter sido ganha em menor prazo e a um menor custo. Somente o acerto de uma decisão não é questionado.

A 05 de junho, os alemães julgavam que as más condições meteorológicas os protegeria e cabia ao General Eisenhower decidir levar a cabo a invasão. Tivesse ele adiado o Dia-D, de novo, como outros poderiam tê-lo feito, as condições da lua e da maré só se apresentariam favoráveis uma quinzena mais tarde. Isto dar-se-ia quando o Canal foi varrido por um vendaval de inesperada violência, que destruiu um dos dois portos flutuantes "Mulberry", impedindo, assim, que reforços e suprimentos viessem a ser desembarcados nas praias.

A ocasião seguinte que se apresentou com condições possíveis para a invasão só se efetivaria em meados de julho, quando então os alemães certamente teriam sabido onde seria assentado o golpe aliado. Poderiam ter concentrado um invencível exército blindado na Normândia, enquanto os portos de embarque no Sul da Inglaterra eram batidos pelas bombas-voadeiras.

Talvez, nunca na história, os destinos da humanidade dependam tanto da decisão de um chefe militar.

Soldados, Marinheiros e Aviadores da Força Expedicionária Aliada!

Vós estais prestes a embarcar para a Grande Cruzada, na qual estivemos empenhados nesses inúmeros meses. Os olhos do mundo estão sobre vós. As esperanças e orações dos povos amantes da liberdade em qualquer lugar marcham conosco.

Na companhia de nossos bravos aliados e irmãos em armas de outras frentes, vós levareis a destruição à máquina de guerra alemã, a eliminação da tirania nazista sobre os povos oprimidos da Europa e a segurança para nós próprios em um mundo livre.

Vossa missão não é fácil. Vosso inimigo está bem treinado, bem equipado e possui experiência de combate. Lutará selvagemmente.

Mas este é o ano de 1944! Muito aconteceu desde os triunfos nazistas de 1940-41. As Nações Unidas infligiram aos alemães grandes derrotas, em batalha aberta, homem a homem. Nossa ofensiva aérea tem reduzido seriamente seu poder no ar e a sua capacidade de travar guerra em terra. Nossas frentes internas têm nos proporcionado uma superioridade esmagadora em armas e munições de guerra e colocado ao nosso dispor grandes reservas de combatentes treinados. A maré mudou! Os homens livres do mundo marcham juntos para a Vitória!

Tenho plena confiança em vossa coragem, dedicação ao dever e astúcia em combate. Não aceitaremos nada mais do que uma vitória completa!

Boa Sorte! Roguemos todos nós as bênçãos de Deus Todo-Poderoso sobre este grande e nobre empreendimento.

Dwight D. Eisenhower

*Proclamação do
Gen Eisenhower, no Dia-D
06 Jun 44*

BIBLIOGRAFIA

- BRADLEY, Omar Nelson, "História de um Soldado", Biblioteca do Exército Editora, 1958, 2 volumes (Tradução de Nylson Reis Boiteux e Luiz Paulo Macedo Carvalho).
- EISENHOWER, Dwight D., "Cruzada na Europa", Biblioteca do Exército Editora, 1974, 2 volumes (Tradução de Vera Lúcia de Oliveira Sarmento).
- MONTGOMERY, Bernard Law, "Memórias do Marechal Montgomery", Biblioteca do Exército Editora, 1976, 2 volumes (Tradução de Newton Corrêa de Andrade Mello e Luiz Paulo Macedo Carvalho).



O Cel QEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho possui os cursos de Técnica de Ensino, de Motomecanização (EsMB), de Aperfeiçoamento (EsAO), de Comando e Estado-Maior (ECEME), de Estado-Maior do Exército Britânico (Staff College Camberley), do Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield), de Extensão de Manutenção e Reparação Automóvel, do Exército dos EUA (Aberdeen Proving Ground), e Superior de Guerra (ESG), além de ser bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Integrou também o corpo permanente da Escola Superior de Guerra e o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. Comandante da EsIE (Escola de Instrução Especializada)



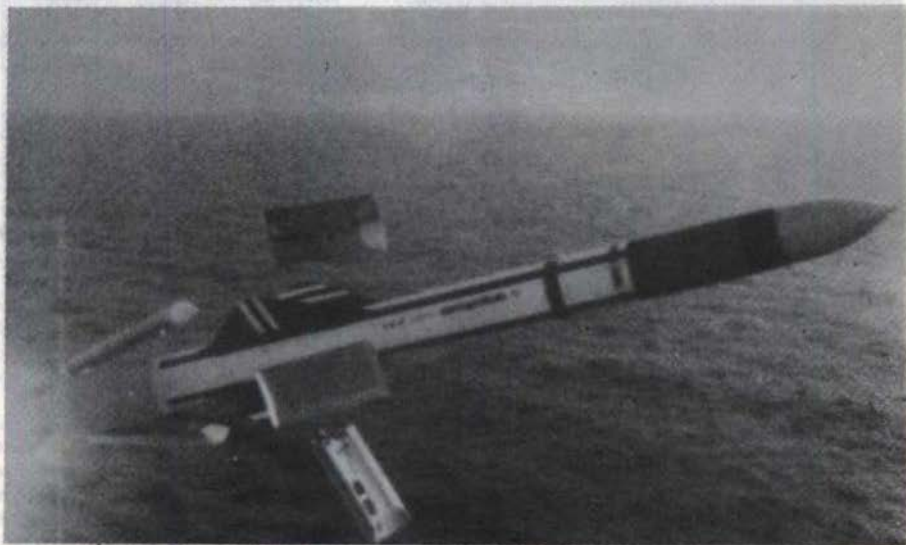
INFORMAÇÕES

SM-39 UM EXOCET PARA SUBMARINOS

Aerospatiale está iniciando as entregas dos primeiros Exocets SM-39 (submarino-mar) para a Marinha Francesa. Depois do enorme sucesso obtido com as versões MM-40 (mar-mar) e AM-39 (ar-mar), espera-se igualmente uma notável

carreira para esse mais novo integrante da família Exocet.

O SM-39 faz a aquisição dos alvos por meio de sensores eletromagnéticos ativos e em menos de 3 minutos o míssil percorre 50 km, rente ao mar (dificultando a detecção). Trata-se também de um sistema de arma ideal para submarinos de ataque nucleares.



O VCL INCREMENTA A MECANIZAÇÃO DO EXÉRCITO SUECO

A Administração de Material de Defesa da Suécia firmou um contrato com a firma HB Development AB para o fornecimento de uma família de veículos blindados ligeiros, que será denominada "Veículos de Combate 90". A companhia de desenvolvimento é de propriedade conjunta da Hagglund & Soner AB, Ornskoldsvik, e da AB Bofors, Karlskoga. Isto significa o começo de um dos maiores projetos do Exército Sueco para a década de 90. O pedido que cobre a primeira fase está orçado em 200 milhões de coroas suecas. Os veículos terão um chassi básico que pode ser adaptado a veículos blindados de esteiras, veículos anti-aéreos, veículos de resgate, etc. Vários dos veículos do grupo serão armados com o novo míssil anti-carro BILL, da Bofors. O modelo tem bom potencial de desenvolvimento, especialmente, em matéria de proteção e armamento.

Os VCL 90 serão os primeiros veículos de combate projetados com proteção contra armas teleguiadas. Também estarão projetados de forma a terem baixo custo de vida útil.

O primeiro pedido é de 5 chassis básicos com torre para canhão automático de 40mm. A entrega dos veículos terá início até 1993. Este projeto foi iniciado com a decisão de incrementar o número de unidades mecanizadas do Exército Sueco, cuja capacidade anti-carro e anti-aérea, juntamente com a proteção contra metralhadoras e armas de pequeno calibre, aumentará grandemente.

O veículo básico, chamado "Veículo Blindado de Esteiras G", terá um peso não superior a 20 toneladas e estará equipado com um canhão automático. O canhão poderá ser usado tanto contra alvos terrestres como aéreos e terá desempenho ótimo contra veículos de combate ligeiros. O combate aproximado poderá ser realizado por grupos de 8 homens. O míssil anti-carro BILL pode ser lançado do veículo, garantindo o combate eficaz tanto de veículos como de carros de combate.





LIVROS

MARECHAL JOSÉ PESSÔA, A FORÇA DE UM IDEAL, Ten Cel Hiram de Freitas Câmara, Bibliex, Rio de Janeiro, 1985, 210 págs.



Nada mais significativo para se comemorar a efeméride de uma figura histórica ilustre do que a publicação de um livro biográfico.

Este prêmio recebe agora a memória do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, por ocasião do Centenário de seu Nascimento, atra-

vés deste livro de autoria do Tenente-Coronel Hiram de Freitas Câmara.

O então Capitão Hiram, meu Ajudante-de-Ordens na Academia Militar das Agulhas Negras, no ano de 1970, começou a entusiasmar-se pela figura do General José Pessoa quando ainda Cadete. Espírito inclinado às letras e às artes, membro do grupo que dirigiu a Sociedade Acadêmica Militar, redator da Revista, o Cadete Hiram sentiu a presença constante desse grande Chefe Militar em tudo que se referia à Academia, assim como na criação dos vínculos históricos do Cadete com o passado do Exército e também no que se referia aos seus padrões de comportamento.

Voltando à Academia, agora como capitão meu Ajudante-de-Ordens, pôde aprofundar-se no levantamento histórico do importante papel que o General José Pessoa desempenhou, com entusiasmo insopitável, com ardor patriótico, com tenacidade insuperável, na criação de uma Academia à altura de noss-

progresso — alma e corpo do principal núcleo do Exército, o Corpo de Cadetes.

Eis a origem deste livro que a Biblioteca do Exército lança agora para comemorar o Centenário do Marechal José Pessoa.

Mereceu-o, de sobejo, o ilustre Marechal José Pessoa, que, entre tantas funções desempenhadas com o destaque de sua personalidade ímpar, deixou, entretanto, o seu nome gravado, de maneira inolvidável, como Comandante da Escola Militar do Realengo e idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras.

Empolgou-se verdadeiramente com o Comando de nossa Escola de Formação de futuros Oficiais do Exército Brasileiro. Seu entusiasmo criador, nesse Comando e nas suas projeções vindouras, encontrou o campo fértil para expandir-se numa meta de inovação que se transformou no pólo de formação de um novo Exército, moderno na sua mentalidade, na sua projeção social, na sua eficiência profissional.

Quando nomeado Comandante da Escola de Realengo trazia na sua bagagem de experiência militar o mérito de ter combatido nas fileiras do Exército Francês, nosso aliado, na I Guerra Mundial. Combateu integrado às mais modernas Unidades do Exército Francês — as Unidades de Carro de Combate — a nova arma que se inaugurava nos campos de batalha. Regressara ao Brasil com o espírito retemperado numa guerra de grandes e com seus conhecimentos atualizados no que havia de mais moderno na tática terrestre. No Brasil foi o pioneiro na introdução de Carros de Combate no Exército.

Recorda-nos o Tenente-Coronel Hiram, no seu livro, que a linha divisória entre a Escola Militar do Realengo de antes e de depois do Comando do então Coronel José Pessoa des-

pontou no dia mesmo de sua posse a 15 de janeiro de 1931. Escola em férias, poucos Oficiais e pouquíssimos Cadetes assistiram à cerimônia, no Gabinete do Comando. O ato de Transmissão de Comando transcorreu rotineiro e modorrento até à leitura da primeira Ordem do Dia do novo Comandante. A partir daí as palavras se transfiguraram, revelam a força do ideal de quem as escreveu, a começar pelo vocativo inicial — “Cadetes!”. Suas palavras fogem à rotina do trato quarteleiro. Assumem o alcance de uma mensagem missionária que ali começava, para o Comandante e para os Cadetes. E assim foi.

Sob o Comando do Coronel e depois General José Pessoa, a Escola do Realengo se transforma, por dentro e por fora. Deixa de ser simples quartel para ser educandário. O Cadete ganha novo uniforme, lembrando as mais caras tradições do Exército, passa a portar o espadim de Caxias, símbolo da honra militar, conquista uma posição na sociedade carioca. Paralelamente é submetido a rigoroso sistema de formação profissional em que as exigências de ordem moral e ética e as exigências de estudo científico e adestramento militar buscam elevados padrões de eficiência.

É o próprio Coronel José Pessoa quem traduz os objetivos dessa transformação pela qual lutou com tanto ardor patriótico:

“As novas gerações, educadas sob o signo de Caxias, estão fadadas a mudar de hábitos e a construir o destino de grandeza do Exército, formando uma mentalidade homogênea de Chefes que, a exemplo de seus antepassados, não permitirão o esquecimento das nossas nobres tradições militares.”

Mas, no entender do General José Pessoa, o Cadete de Caxias teria que ser formado numa Academia com instalações condignas. As reformas que mandou fazer no velho quartel de Realengo não satisfaziam à sua imagem ideal. Queria uma Academia, uma construção nova, imponente, funcional, afastada do burburinho político do Rio de Janeiro, onde o Cadete fosse preservado das conspirações em que fora envolvido tantas vezes, na Praia Vermelha e no próprio Realengo.

Sonhava completar sua obra inovadora, iniciada em Realengo, construindo a sua Academia Militar.

Em 1934, deixou o Comando da Escola Militar sem ver realizado nem bem encaminhado este seu forte anseio. Mas, como diz o Tenente-Coronel Hiram, “deixou o Comando da

Escola Militar tendo revestido o organismo escolar com sua alma”.

Nomeado Presidente da Comissão Executiva da Nova Escola Militar antes de sair do Comando de Realengo, o General José Pessoa procurou incansavelmente acelerar o planejamento e a burocracia. Com sua pequena Comissão, apelidada de “Pequena Cruzada”, saiu à procura de um arquiteto que traduzisse a sua aspiração e de um local que satisfizesse às suas exigências. Viajou por Petrópolis, Teresópolis, Pinheiros-SP, São João Del-Rei e acabou optando por Resende, ao lado da majestosa Serra da Mantiqueira e do imponente Maciço das Agulhas Negras. Era o pano de fundo grandioso que serviria para projetar a sua Academia!

Ainda no Comando da Escola Militar, havia colocado a “sua Pedra Fundamental” na Fazenda do Castelo, em Resende. Ao deixar o Comando do Realengo vê seus planos se esboroarem, sua Comissão ser desfeita. Mas continua lutando — é a força de um ideal. Em 1937, o Exército resolve reativar o projeto. Reanima-se o General José Pessoa.

É recriada a Comissão para a Construção. O Arquiteto-Chefe, Dr. Raul Penna Firme, é o mesmo que fora escolhido pelo General José Pessoa e que pertencera à primeira Comissão. Em junho de 1938, recebe o General José Pessoa o convite do General Manoel Rabello, Diretor de Engenharia, para presidir a nova Comissão. Não aceita a Presidência da Comissão mas concorda com uma posição de consultor.

A partir daí as coisas caminham depressa. Em 1938 é lançada oficialmente a Pedra Fundamental com a presença do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra.

Nessa ocasião, usando da palavra, o Coronel Duque Estrada, Professor da Escola Militar, presta significativa homenagem ao General José Pessoa:

“Sonhou vê-la exaltada à altura de sua missão, digna de um Exército de que é o fundamento, a razão de ser e trabalho.

Buscou e rebuscou, pediu e rogou, escolheu Resende, idealizou o seu projeto, iludiu-se e desiludiu-se. Não executou, mas não importa, porque a semente ficou. E em pensamento, por certo, dirá nessa hora, como digo: Bem haja quem a semente cultivou.”

Em 1944, as novas edificações de Resende abrem suas portas aos novos Cadetes. Batizada por Aviso Ministerial da Escola Militar de Re-

sende, isto causou nova decepção ao seu idealizador, que havia sugerido o nome imponente da Academia Militar de Agulhas Negras. Continuará sua luta pela mudança de nome. O idealista, como diz Angel Genivet, "deve fugir das soluções prosaicas, olhar somente de frente, ir ao fim de sua meta".

Em 1952, por ocasião do 140.^o Aniversário da Criação da Escola de Formação de Oficiais do Exército, na Casa do Trem, na Cidade do Rio de Janeiro, da qual o educandário de Resende era sucessor, o Presidente da República assinava Decreto atendendo à penúltima reivindicação desse incansável batalhador — dando-lhe o nome de Academia Militar das Agulhas Negras. O General José Pessoa deixou registrado nos seus escritos que "foi este um dos dias mais felizes de sua vida".

Em 1959, falecia o idealizador e criador de nossa Academia Militar sem ver realizado seu último desejo — a construção, ali, ao lado majestoso edifício principal, do Panthéon de Caxias. Entendia o General José Pessoa que a obra majestosa da Academia, sem o Panthéon do Patroño do Exército, era uma obra inacabada.

Muito teríamos a registrar da vida fértil de realizações profissionais deste grande Soldado. Mas, pensamos estar dando especial destaque à sua personalidade ímpar concentrando-nos no grande ideal de sua vida — legar ao Exército uma Academia Militar à altura das mais modernas do mundo. Este ideal, ele alcançou — com ele sonhou e em vida o viu realizado.

O Exército Brasileiro deve-lhe este serviço inestimável. Nossa juventude militar tem-no como símbolo. Nossos Oficiais carregam na sua formação a força de seu ideal.

Reverenciar sua Memória, como o faz o Tenente-Coronel Hiram através deste precioso livro, é tornar-se credor de nossa gratidão e admiração.

A leitura do livro do Tenente-Coronel Hiram para nós, militares, vale como bálsamo de fé e confiança.

Quero lembrar, também, como preito de justa ao companheiro Coronel Aldilio Sarmiento Xavier, prematuramente roubado de nosso convívio, que a ele muito se deve a realização desta homenagem ao Marechal José Pessoa, Diretor que era da Biblioteca do Exército, acolheu a idéia deste livro com aquele

espírito agudo, sensível, em que se misturavam cultura e civismo.

Feliz do Exército que tem Chefes como o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, capaz de inspirar homenagem como essa.

General Carlos de Meira Mattos

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO, Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, Biblioteca do Exército, 1985, Rio de Janeiro, 151 págs.



O acervo literário relativo à história naval brasileira já é razoavelmente bem dotada de livros e artigos diversos, com excelentes descrições de fatos e acurados estudos biográficos de personalidades navais. Entretanto, de um modo geral — com algumas exceções que me abstenho de citar por receio de incidir em injusta omissão — tais obras são um tanto resumidas quanto à análise histórica comandada pela ótica de interação entre a mudança do cenário político internacional e interno, a evolução das idéias estratégicas e o avanço da tecnologia naval disponível, no mundo e no Brasil em particular — se bem que, é preciso admitir, alguns episódios limitados no tempo, como a Guerra do Paraguai e a II Guerra Mundial, já tenham sido objeto de análises que contemplam com profundidade o relacionamento político-estratégico-tecnológico.

O livro *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*, do Alce Amorim Ferreira Vidigal, que, em boa hora, a Biblioteca do Exército Editora decidiu fazer chegar ao conhecimento de seu ilustrado público, atende de forma exemplar à análise a que acabo de me referir; se ele não é o único, é certamente um dos bons em que isso ocorre. Nele o autor, cuja característica de marinheiro estudioso de estratégia e tecnologia naval precede, sem embotá-lo, seu gosto pelo conhecimento histórico, navega com clareza e coragem crítica nos meandros da polí-

tica, da estratégia e da tecnologia, ressaltando e integrando as particularidades brasileiras nesses campos. Erros e acertos, visões de alta perspicácia política e militar que credenciam ao respeito histórico os que delas participaram, bem como interpretações ou decisões infelizes ou equivocadas, à vista da conjuntura que as cercavam, tudo o *Alte Vidigal* aborda com grandeza profissional em que sua dedicação à Marinha só é excedida pelo rigor com que ele procurou transmitir, imparcialmente, o resultado de seus estudos.

A inadequabilidade de nossa Esquadra para operar no Prata na campanha cisplatina, fruto de um aprestamento equacionado pelos imperativos da consolidação da independência e o reconhecimento, pelos estadistas da Regência, de que precisávamos de navios para operar no Prata e seus formadores, para apoiar o Exército no controle dos levantes internos e, finalmente, para fazer face ao problema da interveniência inglesa no tráfego negreiro, são apresentados de forma a induzir ensinamentos úteis aos que hoje detêm a responsabilidade pelo delineamento da Esquadra do fim do século XX. Em particular, aponta-nos o autor, com lúcida acuidade, os graves problemas enfrentados no início da Guerra do Paraguai, devido ao fato de que, a despeito de reconhecimento da necessidade, não havíamos preparado uma Esquadra própria para aquele teatro, em que as comunicações aquaviárias constituíram o alicerce de todo o esforço de guerra, ao ponto de Riachuelo poder ser classificado como "um dos raros exemplos de batalha decisiva". Acrescente-se, ademais, que a própria razão principal da deficiência em apreço, a debilidade da "pressão" naval sobre recursos limitados, resultante da associação entre o papel secundário da Marinha no controle das insurreições internas e a relativa tranqüilidade externa de 1827 aos 1850, nos é mostrada de uma maneira hábil, que nos permite entender algumas dificuldades do aprestamento naval de nossos dias.

Ao cuidar dos decênios que se seguiram à Guerra do Paraguai, durante os quais novamente preponderou o sentimento de tranqüilidade externa, tanto devido à ausência de antagonismos regionais agudos como porque entrara em ocaso o tráfego negreiro, expõe o *Alte Vidigal* com objetividade invulgar a progressiva deterioração do Poder Naval brasileiro, cujo nadir teria ocorrido após a

proclamação da República e da revolta da Armada (1893). Sempre atento à associação entre o aprestamento naval e a segurança externa, o autor focaliza a seguir a concepção e a obtenção da Esquadra de 1910, inspirada em preocupações regionais e em propósitos de prestígio internacional, conforme interpretados por Rio Branco e defendidos no Congresso Nacional, que refletia os anseios e as ansiedades da Nação. As observações sobre esse tema são particularmente felizes para mostrar aos brasileiros de hoje, civis e militares com responsabilidades políticas, de governo e segurança, o quanto depende de uma correta integração político-estratégica o delineamento do aprestamento militar.

No trato da Esquadra de 1910 o *Alte Vidigal* critica de forma muito construtiva as deficiências oriundas de uma excessiva separação entre os meios de combate — as "aparências do poder" — e a infra-estrutura tecnológica e industrial (nela incluída a capacidade humana) necessária para mantê-los em condições de emprego eficiente — outro ensinamento cuja extrapolação aos nossos dias impõe-se com franca evidência. Aliás, em todo o seu texto o autor infiltra, sempre com muita oportunidade, a questão tecnológica (à qual ele dedica um esclarecedor Apêndice) e o problema do apoio em geral, assinalando as limitações e as condutas impostas pela tecnologia e a logística à estratégica, nem sempre bem compreendidas pelos povos propensos à retórica das aparências destruídas de bases sólidas, entre os quais por vezes nos insinuamos.

Outro assunto muito bem posto pelo autor é o da Aviação Naval, que merecera um visionário engajamento da Marinha já nos idos de 1916! Esse assunto é objeto de considerações que se estendem pelos decênios subseqüentes até nossos dias, passando pelos penosos embates com a Força Aérea Brasileira nos 1950 e 1960, tratados pelo *Alte Vidigal* com equilíbrio e disciplina sobriedade, embora sem concessões doutrinárias à solução estabelecida.

Impõe-se ressaltar também, dentre os vários excelentes aspectos do livro do *Alte Vidigal*, a criteriosa abordagem da influência da Marinha dos EUA sobre a nossa, abordagem essa isenta de nacionalismo xenófobo, mas igualmente livre do fascínio típico de subdesenvolvimento mental. Sua análise dos efeitos da atuação da Missão Naval Americana antes e depois da II Guerra Mundial e, especialmen-

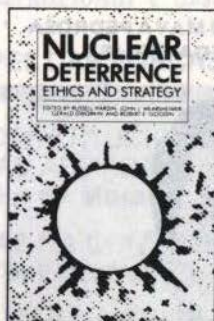
te, da influência estratégica do período da Guerra Fria, servida por eficiente apoio fundamentado no Acordo Militar de 1952, nos ajuda a discernir sobre as vantagens e as dúvidas ou limitações de uma associação dessa natureza. Assim, o texto do Alte Vidigal sobre esse assunto nos mostra, com aguda franqueza, as controvertidas conseqüências de um aprestamento inspirado por uma ameaça setORIZADA (anti-submarina) e montado sobre a obtenção de meios ainda úteis, é justo que se diga, mas inegavelmente a caminho da obsolescência.

A paulatina alteração dos alicerces conceituais e da sistemática de aprestamento dominada pela visão estratégica da Guerra Fria, ainda em curso, é também muito bem apresentada pelo Alte Vidigal. Ao fazê-lo, traz ele ao conhecimento de seus leitores o processo de diversificação de nossos meios navais, destinado a permitir que a Marinha possa responder às ameaças aéreas e de superfície, um tanto negligenciadas desde a II Guerra Mundial até os 1970. Enquadra-se nessa parte do livro a denúncia do Acordo de 1952, o fechamento da Missão Naval Americana e as idéias concernentes a um programa de reaparelhamento centrado num salutar esforço de progressiva nacionalização dos meios e na diversificação da ainda imprescindível obtenção no exterior, tudo dentro de uma concepção que atenta prioritariamente para a nossa interpretação dos problemas brasileiros de segurança no mar.

Por tudo o que foi dito e por se tratar de um empreendimento que contribuirá para divulgar importantes noções e conceitos sobre a Marinha brasileira, seu papel na história pátria, suas responsabilidades e suas atividades, creio que merece admiração e louvor a iniciativa ora concretizada pela Biblioteca do Exército Editora. Através dessa oportuna edição, as idéias expostas pelo Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal terão mais fácil e amplo acesso aos brasileiros, que precisam conhecer melhor a Marinha do Brasil e sua inserção na vida nacional.

Mário Cesar Flores
Vice-Almirante

NUCLEAR DETERRENCE — ETHICS AND STRATEGY, editado por Russell Hardin, John J. Mearsheimer, Gerald Dworkin e Robert E. Goodin, The University of Chicago Press, Chicago, EUA, 1985, 384 págs.



"Se a dissuasão falhar, não haverá possibilidade de se saber porque falhou, nem de fazer correções; nem de reconsiderar convenientemente as políticas e as práticas. Não haverá nem pode haver uma segunda chance de espécie alguma". Esse vaticínio um tanto lúgubre é de Richard Wasserstrom,

um dos cientistas entrevistados em **NUCLEAR DETERRENCE**. Se há um campo que não pode se queixar de falta de questionamento é o das armas nucleares e da guerra nuclear. Estrategistas, políticos, filósofos e homens comuns, todos manifestam preocupações com o assunto, embora seja curioso notar que quase não existe consenso entre os grupos, especialmente entre estrategistas e filósofos.

Este livro é o resultado de uma conferência realizada em 1984, que reuniu dois grupos de cientistas de opiniões diferentes para debaterem sobre temas da maior relevância, como dissuasão nuclear, controle de armas, destruição mútua, a ética da guerra espacial e o desarmamento nuclear. A obra preconiza a necessidade de um diálogo entre as duas comunidades fundamentais para a solução do problema mais crítico do nosso tempo. Entre os conferencistas figuram nomes como Richard Wasserstrom, Colin Gray, Richard Ullman, Sissela Bok, Robert Tucker, Robert Art, Gerald Dworkin e Jan Narveson. Entre os editores, Russell Hardin é professor de Filosofia e Ciência Política na Universidade de Chicago; John J. Mearsheimer é professor adjunto de Ciência Política também na Universidade de Chicago; Gerald Dworkin é professor de Filosofia na Universidade de Illinois, em Chicago, e Robert E. Goodin, professor de Administração Pública na Universidade de Essex.



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

A BIBLIEX OBTVE EM 1984 MUITO SUCESSO EM SUA PROGRAMAÇÃO EDITORIAL, PUBLICANDO AS SEGUINTE OBRAS:



**"OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI"**

Vol. 2 - Tomo III

General Paulo de Queiroz Duarte



"UMA VISÃO DA ANTÁRTICA"

Coronel Elber de Mello Henriques



"GEOPOLÍTICA E TRÓPICOS"

General Carlos de Meira Mattos



"A ARTE DE SER CHEFE"

Gaston Courtois



**"BRASILEIROS NO SINISTRO
TRIÂNGULO DAS BERMUDAS?"**

Vice-Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama



**"J. B. MASCARENHAS DE MORAES
MEMÓRIAS"**

Vol. 1 e Vol. 2

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes



**"JOSÉ BONIFÁCIO
E A UNIDADE NACIONAL"**

Theresinha de Castro



**"O INCRÍVEL PADRE
LANDELL DE MOURA"**

Ernani Fornari

PREVENDO O SUCESSO DESTA
PROGRAMAÇÃO, A BIBLIEX IMPRIMIU
ALGUMAS COLEÇÕES ALÉM DO NÚMERO
NECESSÁRIO À DISTRIBUIÇÃO AOS
ASSINANTES E AS COLOCA À DISPOSIÇÃO
DO PÚBLICO.



"TEORIAS GEOPOLÍTICAS"

Coronel Octavio Tosta

PARA ADQUIRI-LAS BASTA PREENCHER O PEDIDO
NA PÁGINA AO LADO E REMETÊ-LO PARA **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA**



BIBLIOTECA do EXÉRCITO EDITORA

SEGUINDO A NOSSA LINHA DE SUCESSOS EDITORIAIS,
APRESENTAMOS A PROGRAMAÇÃO 85.

**OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI**
Volume 2 - Tomo IV
General Paulo de Queiroz Duarte



O PEQUENO PRÍNCIPE
Antoine de Saint-Exupéry



TERCEIRO BATALHÃO
O Lapa Azul
Agostinho José Rodrigues

HIPÓLITO DA COSTA,
Idéias e Ideais
Professora Therezinha de Castro



**EXPEDIÇÕES MILITARES
CONTRA CANUDOS**
Seu Aspecto Marcial
General Tristão de Alencar Araripe



MARECHAL JOSÉ PESSOA
A Força de um Ideal
Cel Hiram de Freitas Câmara

**A EVOLUÇÃO
DO PENSAMENTO
ESTRATÉGICO NAVAL
BRASILEIRO**
Vice-Almirante Armando Amorim
Ferreira Vidigal



**NOSSO EXÉRCITO,
ESSA GRANDE ESCOLA**
A. de Lyra Tavares



**MEMÓRIAS
DE UM SOLDADO**
Ernani Ayrosa da Silva



MONTESE
Marco Glorioso de
uma Trajetória
Cel Adhemar Rivermar de Almeida

Valor da Programação
Cr\$ 43.800
a partir de 1º julho
de 1985

(No primeiro semestre de 85,
este valor era de Cr\$ 24.300)



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA**

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
Ala Marçílio Dias — 3º andar — CEP 20455 — Rio (RJ)
Tels.: 253-4637 — 253-7934 — 233-0261

PEDIDO DE ASSINATURA

NOME (sem letra de foma)

ENDEREÇO (para remessa do livro)

Bairro

Cidade

Est.

CEP

Data

Assinatura

☐ **PROGRAMAÇÃO 84**
VALOR — Cr\$ 40.000

☐ **PROGRAMAÇÃO 85**
VALOR — Cr\$ 43.800
(VALOR EM VIGOR
A PARTIR DE 01/JUL/85)

☐ — VALE POSTAL-AGÊNCIA 520641 CORREIO QG I Ex

☐ — CHEQUE NOMINAL Nº _____ BANCO _____

☐ — ORDEM DE PAGAMENTO - BANCO DO BRASIL
AG. TIRADENTES/RJ — CONTA 396000-5



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1985: Cr\$ 21.000,00

— PAGAMENTO:

Em cheque

☐

Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal

☐

A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25

20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 253-4628



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.



EM SUA BUSCA DE DIVISAS O CAFÉ BRASILEIRO TEM UM PODEROSO ALIADO.

Café e Grupo Tristão são um só nome no mercado externo, que tem assegurado importantes divisas para o País.

Começando com 250 sacas por ano, o Grupo Tristão atinge hoje 1,5 milhão de sacas, exportadas para 35 países. Cada uma dessas sacas é

uma pequena porção de progresso,



que se traduz em mais empregos e melhores condições de vida para milhões de brasileiros.

Lado a lado com o café e a economia do País, o Grupo Tristão cumpre o ideal de uma nação que não tem tempo a perder em direção ao futuro.

**GRUPO
TRISTÃO**

Cimento, base de desenvolvimento.



Capão Bonito - SP

A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

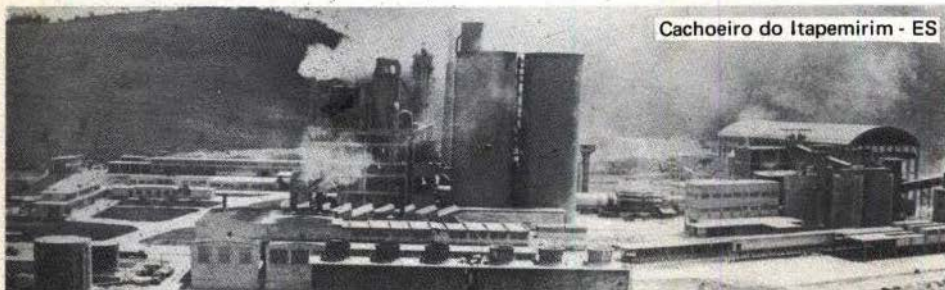
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim—ES e a outra em Capão Bonito—SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio—X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP